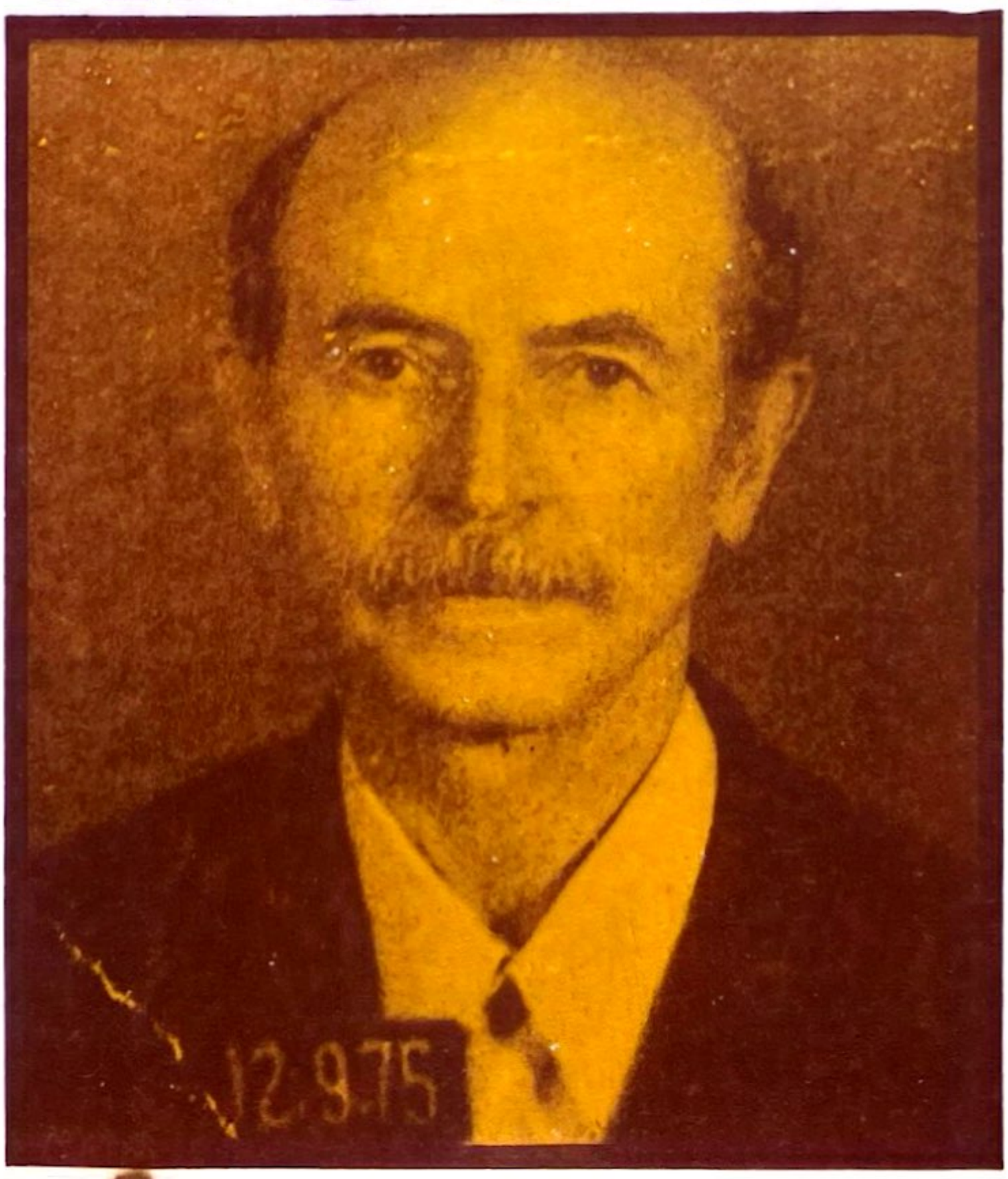
Memória nº2

Brasil

Luis Maklouf, João Amazonas, Clóvis Moura, Arnaldo Mendez, Wladimir Pomar, Pedro Pomar

Pedro Pomar



BRASIL DEBATES

BRASIL *Memória*

PEDRO POMAR

BRASIL DEBATES

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

P413 Pedro Pomar / Luís Maklouf Carvalho ... [et al.]; apresentação Wladimir Pomar. — São Paulo : Ed. Brasil Debates, 1980.
(Brasil memória; n. 2)

A 1.ª pt. reúne escritos sobre Pedro Pomar, de Wladimir Pomar, Luís Maklouf Carvalho, João Amazonas, Clóvis Moura e Arnaldo Mendez; a 2.ª pt. reúne escritos de Pedro Pomar.

1. Comunismo — Brasil 2. Pomar, Pedro, 1913-1976 I. Carvalho, Luís Maklouf, 1953- II. Pomar, Pedro, 1913-1976. III. Pomar, Wladimir, 1936-

CDD-320.532092
-320.5320981
80-0433

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Comunismo : Ciência política 320.5320981
2. Comunistas : Biografia e obra 320.532092

BRASIL *Memória*

PEDRO POMAR

Luis Maklouf, João Amazonas, Clóvis Moura, Arnaldo Mendez, Wladimir Pomar e Pedro Pomar

COLEÇÃO BRASIL MEMÓRIA N.º 2

Produção gráfica

Carlos Eduardo Carvalho

Capa

Ary Normanha

Edição de arte

Virgínia Fujiwara

Revisão

Júlio Cezar Garcia
Beatriz S. D. Garcia
Laura Camargo Macruz Feuerwerker
Fátima S. de Souza e Silva
Mauro Gomes da Silva

Composição

Artestilo Compositora Gráfica Ltda.

Impressão

Símbolo S. A. Indústrias Gráficas
Rua General Flores, 518/522
Tel.: (011)221-5883
São Paulo — Capital

1980

Todos os direitos reservados à
Editora Brasil Debates Ltda.
R. Pedroso de Morais, 658, s/4
Tel. 813-4715 — C.P. 11231
05420 — Pinheiros — São Paulo

Vê: a flor de ontem
jaz
Duro golpe! Sua memória
é uma sanguinolenta pétala
no chão
que em breve será pó.
Será húmus,
adubo para novas flores.
Pois
do velho Pomar
muitas sementes foram tiradas.

H. Cunha

Entrego este livro à classe operária, a quem meu pai dedicou sua vida. (W. P.)

Sumário

Em memória de meu pai 9
Wladimir Pomar

Pesquisa biográfica 25
Luís Maklouf Carvalho

Pomar, Arroyo e Drumond, heróis do povo brasileiro 64
Trecho de artigo de A Classe Operária *n.º 112, janeiro de 1977*

Pomar — seu nome e o exemplo de sua vida serão sempre lembrados 67
João Amazonas

Uma evocação 72
Clóvis Moura

Depoimento de um amigo 74
Arnaldo Mendez

Carta de defesa à Auditoria Militar 78
Wladimir Pomar

Alguns escritos de Pedro Pomar

Carta a um neto 97

Análise marxista ou apologia do capitalismo? 114

Ainda sobre a apologia do capitalismo 119

Ainda sobre a apologia do capitalismo (conclusão) 125

O Partido — necessidade histórica 130

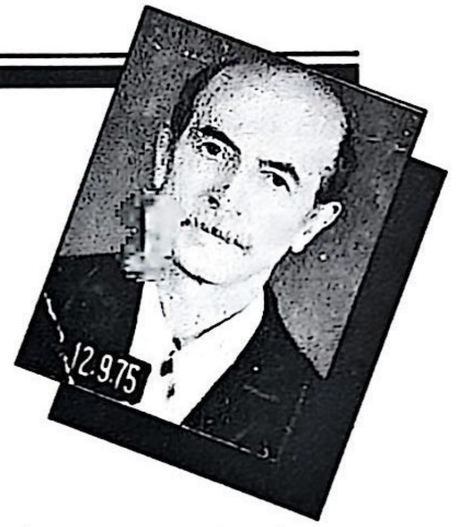
A gloriosa bandeira de 1935 135

Grandes êxitos da Revolução Cultural 154

O povo conquistará a verdadeira independência 169

Em memória de Frei Caneca 187

Sobre o Araguaia 194



Em memória de meu pai

Wladimir Pomar

Meu pai foi assassinado há mais de 3 anos pelas forças repressivas do regime militar brasileiro. Até agora tudo que conseguíramos fazer para preservar sua memória fora colocar uma lápide sobre seu túmulo no cemitério Dom Bosco, em Perus, e transformar minha carta de defesa à Auditoria Militar, durante o julgamento do caso da Lapa, em junho de 1977, numa peça de defesa de Pedro Pomar, de sua vida e de sua dedicação sem limites à classe operária e a seu Partido.

A circunstância de sermos obrigados a trasladar seus restos mortais, apresentou-nos a oportunidade de prestar-lhe uma homenagem que não foi possível por ocasião de sua morte. Acreditamos que a coleta de depoimentos de pessoas que conheceram sua vida e sua atividade, assim como a reunião de alguns artigos seus, apesar das limitações a que fomos submetidos pela carência de tempo e pela dificuldade de obter cópias de seus trabalhos talvez mais significativos, representam uma tentativa válida de não deixar que feneça no esquecimento o exemplo de um combatente proletário que dedicou mais de 40 anos de sua vida à causa da revolução no Brasil.

Na primeira parte deste livro reunimos uma pesquisa biográfica que abrange basicamente a vida e a atividade de Pomar no Pará. Tal pesquisa é o resultado do esforço do jornalista Luís Maklouf e da equipe que com ele trabalhou na ingente tarefa de levantar os fatos que permitem ter uma visão aproximada do homem e do combatente revolucionário. A vida de Pomar, após sua fuga da prisão de Belém, em 1941, até sua morte em 1976, é apresentada de forma bem fragmentada. Esta lacuna decorre principalmente do fato de que ele passou o

maior tempo desse período na clandestinidade, o que exigiria uma pesquisa muito mais demorada e cuidadosa que não nos sentimos ainda em condições de realizar. Por outro lado, grande parte das pessoas que com ele privaram mais diretamente e poderiam prestar depoimentos valiosos está morta. Assim, tendo como objetivo básico prestar-lhe uma homenagem agora, preferimos publicar este trabalho mesmo com essas lacunas visíveis, lacunas que procuro estreitar um pouco com meu depoimento pessoal.

À pesquisa biográfica juntamos o depoimento de João Amazonas, testemunha de uma série de fatos da vida e da atividade de Pomar, e o depoimento de Arnaldo Mendez, uma pessoa de fora das fileiras partidárias a quem meu pai tinha grande amizade e com quem jamais deixou de comunicar-se, além das palavras de um outro seu amigo, Clóvis Moura. Anexamos, ainda, a íntegra de minha carta de defesa à justiça militar e a primeira parte do artigo da redação do jornal *A Classe Operária*, de janeiro de 1977, dedicado aos três dirigentes do Partido que morreram na chacina da Lapa.

Na segunda parte, republicamos artigos aos quais conseguimos ter acesso depois de buscas exaustivas. Infelizmente não foi possível obter uma monografia sobre o trabalho de massas, publicado em 1946, e alguns ensaios sobre problemas da história do povo brasileiro, de época mais recente, que poderiam fornecer uma idéia mais abrangente das preocupações de Pomar a respeito dos problemas da revolução brasileira.

Apesar das deficiências que este trabalho apresenta, é possível observar uma profunda coerência na vida de meu pai. Esta e a história de seu Partido se confundem, dificilmente podendo-se separar do homem o revolucionário. Suas falhas, dificuldades e qualidades humanas embasavam as deficiências e as qualidades do revolucionário, e estas, por sua vez, pesavam cada vez mais sobre o homem.

Como todo ser humano, Pomar tinha falhas e dificuldades que reconhecia como frutos de sua formação provinciana e das concepções idealistas que durante longo período influenciaram toda sua geração revolucionária. Por outro lado, ele possuía qualidades que se destacavam no conjunto de sua vida e que exerceram um papel positivo sobre todos aqueles que com ele privaram. Sua extrema modéstia, seu entranhado amor à verdade, seu apego aos princípios proletários e sua coerência revo-

lucionária impregnaram toda a sua atividade e são as características que melhor definem sua personalidade.

Sua modéstia fazia com que Pomar dificilmente falasse de si próprio. Até hoje desconhecemos muitos fatos de suas atividades simplesmente porque raras vezes ele as contava. E, quando o fazia, sempre colocava outros companheiros como protagonistas principais, mesmo que sua participação houvesse sido mais importante.

Jamais se considerava dono da verdade. Defendia com grande ardor suas opiniões, mas ouvia sempre com grande atenção, respeito e consideração as idéias e opiniões dos outros, por mais errôneas que lhe pudessem parecer. Acreditava que seus conhecimentos ainda eram muito limitados frente às exigências da tarefa revolucionária que havia se proposto e realizava um sério esforço para estudar e ampliar tais conhecimentos. Compreendera sobretudo que o marxismo, além de ideologia do proletariado, era a expressão do conhecimento acumulado pela humanidade através de gerações e gerações e que sem uma sólida base cultural e científica seria impossível assimilá-lo. Por isso, em particular nos últimos anos de sua vida, dedicava-se ao estudo das ciências naturais e das matemáticas, associado ao estudo concentrado dos clássicos e das bases do marxismo.

Tratava a todos como iguais e jamais confundia sua posição de dirigente como posição de superioridade sobre quem quer que seja. Sua atitude diante dos erros era materialista e entendia-os como resultado natural do próprio processo de luta e de conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, era extremamente duro na crítica aos erros e considerava imprescindível que o Partido em conjunto os discutisse para extrair as lições necessárias e aprender com eles.

Um dos aspectos da personalidade de meu pai que mais impressionava era o modo como ele encarava os camaradas de Partido e as pessoas em geral. Era extremamente exigente em questões de caráter e considerava imperdoável a vaidade, particularmente em dirigentes revolucionários. Não perdia oportunidade para criticar acremente companheiros que demonstravam fraqueza de caráter e defeitos incompatíveis com a condição de militante comunista. Em contrapartida, compreendia que os homens e os revolucionários têm um processo de formação e de conhecimento muito complexo e que era possível, através

da educação revolucionária, que se modificassem e assimilassem a ideologia do proletariado. Por isso, repetia constantemente a necessidade de ser duro na crítica, mas suave nas medidas, de modo a dar condições a que as pessoas superassem suas falhas e dificuldades.

Eis por que, no início de 1974, quando ficou evidente que a resistência armada do Araguaia cessara como resistência organizada, Pomar considerou que o Partido deveria enfrentar corajosamente os fatos e não escamotear a verdade. Durante os anos seguintes, não só defendeu a necessidade de realizar uma autocrítica em profundidade da política voluntarista-militarista (ele a chamou muito propriamente, em sua carta sobre o assunto, de blanquista), tanto no âmbito da comissão executiva e do comitê central, como de todo o Partido e publicamente. Ele demonstrou, em sua carta, o quanto prezava os camaradas que contribuíram com seu tributo de sangue na luta guerrilheira. E, por isso mesmo, *considerava que a exaltação desses companheiros exigia que a lição de sua morte fosse aproveitada pelas gerações futuras.*

Seu amor à verdade e seu apego aos princípios proletários transformaram-no muitas vezes numa peça incômoda à realização de políticas que não correspondiam aos interesses fundamentais da classe operária. Foi devido a isso que ele acabou sendo excluído da comissão executiva do comitê nacional do Partido no início da década de 50, sendo enviado para o Rio Grande do Sul com a finalidade de fazer "autocrítica". Em 1954, durante a realização do IV Congresso do Partido, e sem que estivesse presente, foi acusado de vários "desvios" políticos e ideológicos e quase destituído do comitê central (como passou a ser denominado o comitê nacional. Muitos daqueles que hoje se dizem permanentes companheiros de armas de Pomar, a bem da verdade que ele tanto prezava, poderiam dar uma boa contribuição à história tornando público que discrepâncias levaram-no a sofrer tais sanções e a quem a vida deu razão.

Um dos acontecimentos que podem melhor dar a medida da coerência de Pomar é justamente sua participação no congresso do PC romeno, em Bucarest. Nesse congresso, Kruschov tentou condenar o PC chinês e submeter o PT albanês por

meio de um ataque de surpresa que conduzisse os delegados presentes a apoiá-lo sem um exame mais detido dos problemas em disputa. Ignorante da tempestade que se armava, a direção do PCB (na época, 1959, o Partido era um só e a sigla PCB significava Partido Comunista do Brasil) enviou Pomar como seu representante, apesar de já serem bem conhecidas suas divergências com a orientação em curso. Pois bem, apesar de não mais ter qualquer ilusão sobre os rumos que o PC soviético vinha trilhando, de discordar da orientação francamente revisionista da direção de seu próprio partido, de simpatizar e estar convencido da justeza de muitas das teses tornadas públicas pelo PC chinês, Pomar em nenhum momento se aproveitou da condição de representante oficial do PCB para dar a falsa impressão de que este apoiava o PC chinês e o PT albanês em sua disputa ideológica com os revisionistas. Expôs honestamente a posição oficial da direção de seu Partido, ressalvando porém sua opinião pessoal e apelando a favor de uma solução unitária das divergências. Esse posicionamento franco e honesto conquistou a simpatia dos partidos que sofreram a maior carga dos ataques de Kruschov e foi mal digerido pelos revisionistas em geral.

Pomar era um intransigente defensor dos princípios proletários. Os momentos mais importantes de sua atividade política e revolucionária relacionam-se com a defesa conseqüente dos princípios do marxismo-leninismo, da necessidade do partido revolucionário da classe operária, como instrumento fundamental da luta por sua emancipação e da luta sem tréguas contra as correntes e concepções burguesas e pequeno-burguesas dentro do Partido.

É relativamente conhecida sua participação na luta contra o liquidacionismo, durante o período da guerra contra o nazi-fascismo, e na reorganização do Partido. Não está esclarecida sua posição diante da política e da direção impingida por Prestes, primeiro para a direita, logo depois da guerra, e depois para a ultra-esquerda, com o Manifesto de Agosto no início da década de 50. É provável que as sanções sofridas no período se relacionem com algum tipo de discrepância, mas não há elementos para afirmá-lo categoricamente. É certo, entretanto, que em 1956, quando as correntes burguesas dentro do Partido

lançaram-se num ataque vigoroso para destruí-lo, Pomar estava na primeira linha de combate contra elas. De início não compreendeu que a atitude da direção do Partido, impedindo o debate em lugar de enfrentá-lo e estendê-lo ao conjunto do Partido e à classe operária, era um erro que acabaria permitindo que os revisionistas encobertos se assenhoreassem do Partido. Só na reunião de 1958, na qual o comitê central aprovou a famosa "resolução de março" que sancionava o predomínio das concepções burguesas e revisionistas, ele se deu conta de que a defesa dos princípios revolucionários do proletariado não pode ser realizada escondendo desse mesmo proletariado as discrepâncias internas e impedindo sua participação no processo de luta entre o certo e o errado. A partir de então tornou-se um decidido defensor desse princípio e procurou sempre aplicá-lo, mesmo sob as piores condições de repressão política.

No curso da luta contra os revisionistas que dominaram a direção do Partido a partir de 1958, Pomar convenceu-se de que a unidade do partido de vanguarda do proletariado só pode ser verdadeira sobre uma base proletária, marxista-leninista, revolucionária. A unidade sobre uma base revisionista, não-proletária, seria uma falsa unidade que só poderia servir à burguesia. Já antes do V Congresso estava convencido de que o Partido havia degenerado num partido de tipo revisionista e de que não restava aos verdadeiros revolucionários outro caminho a não ser a reorganização do partido revolucionário da classe operária. Seu rompimento não ocorreu no próprio curso do V Congresso — expressão máxima da degenerescência do Partido na ocasião — porque a corrente revolucionária que estava se aglutinando não tinha ainda unidade suficiente para a adoção dessa atitude.

Pomar tinha então plena clareza de que o rompimento com o revisionismo não poderia ocorrer rompendo com a tradição revolucionária do velho Partido fundado em 1922. Ao contrário, era imprescindível resgatar o patrimônio e a experiência histórica do velho Partido, resgatar o que havia de revolucionário e verdadeiramente proletário no esforço das gerações passadas para construir no Brasil um partido de vanguarda da classe operária. Ao mesmo tempo, tinha clareza de que não seria possível construir um partido operário verdadeiramente revolucionário sem estar solidamente implantado na classe operária, sem possuir fortes organizações partidárias entre o proletariado das principais empresas industriais.

Essa preocupação com a classe operária e a construção do Partido em seu meio acentuou-se com os anos. "Precisamos criar raízes na classe operária", repetia constantemente, compreendendo que a superação dessa lacuna estava intimamente relacionada com a superação de concepções pequeno-burguesas que continuavam, apesar de tudo, a predominar no Partido. Quando, em fins de 1972, após o assassinato de Danielli, Oest e Guilhardini * pelas forças repressivas, Pomar incumbiu-se da comissão nacional de organização, sua atividade voltou-se mais do que nunca para a reconstrução do Partido, para a retificação da política de organização que havia permitido que a repressão lhe desferisse golpes mortíferos e para a superação das dificuldades que colocavam em risco a própria sobrevivência do Partido como organização combatente.

Foi sob as complexas condições de uma feroz repressão policial-militar e tendo que realizar esforços inauditos para prestar apoio aos camaradas que se batiam, corpo-a-corpo, com o inimigo no Araguaia, que Pomar procurou ganhar o conjunto do Partido para realizar os reajustes necessários em sua política organizativa. Essas dificuldades eram ainda maiores se forem levadas em conta as concepções políticas então dominantes, concepções que teimavam em repetir que o inimigo estava na defensiva, que a guerrilha reforçava-se e desenvolvia-se, ampliando sua base operacional, e que a adoção de métodos prudentes de trabalho não passava de "segurismo". Só muito lentamente, e em grande parte devido aos próprios golpes sofridos, as organizações e os militantes do Partido foram assimilando as teses que acabaram se consubstanciando na carta-circular do comitê central datada de fevereiro de 1976 e cujo principal articulador foi Pomar. Apesar de mais voltado para a situação conjuntural de salvaguardar o Partido da "operação de 'cerco e aniquilamento' " levada a cabo pelas forças repressivas, esse documento chama a atenção para uma série

* Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli e Luís Guilhardini eram membros da Comissão Executiva do Comitê Central do PC do B quando foram assassinados pelas forças repressivas entre dezembro de 1972 e janeiro de 1973. Oest era um veterano combatente antifascista; Danielli, um operário do Estado do Rio e Guilhardini trabalhou nas docas de Santos e foi marítimo.

de aspectos da atividade do Partido até então deixados de lado por desnecessários, já que a luta armada no Araguaia "decidiria tudo".

Na luta em defesa dos princípios proletários, Pomar não se prendia a teses genéricas e preocupava-se em não ficar repetindo chavões para encobrir uma prática antiproletária e antimarxista. No processo de debate interno sobre o caminho da revolução no Brasil — debate que mais uma vez ficou restrito ao âmbito dos chamados órgãos dirigentes, não se espraiando pelo conjunto do Partido e pelas massas operárias — pouco a pouco se deu conta de que o Partido, mesmo combatendo o revisionismo e fazendo um sério esforço para transformar-se na vanguarda organizada da classe operária, começava a trilhar um caminho fundamentalmente voluntarista. Na prática, predominava a idéia de que cabia ao Partido romper o anel repressivo que impedia as massas de demonstrar sua insatisfação e seu fervor revolucionário, idéia que foi se corporificando na chamada preparação militar. E na medida em que isso ocorria, Pomar desenvolvia um sério esforço para evitar que o Partido aplicasse uma política que poderia colocar em risco sua própria existência. Preocupava-se seriamente com que os documentos partidários expressassem uma linha correta e sua prática correspondesse àquilo que afirmavam.

Em virtude da crescente clareza com que combatia o caminho pelo qual enveredava a maioria da direção, Pomar foi se sentindo cada vez mais isolado. A situação de feroz repressão que o país atravessava e o fato de que tinham voltado a se cristalizar dentro do Partido algumas concepções errôneas contra a necessidade da polêmica e a amplitude que ela deveria assumir, impediram-no de levar suas idéias ao conjunto do Partido. Isso é o que explica que só em fins de 1972, após o assassinato de três membros da comissão executiva pela repressão, Pomar tenha sido incumbido da comissão nacional de organização. E ele só aceitou essa tarefa porque, naquelas condições, acima das divergências profundas que nutria em relação à política aplicada na região do Araguaia, estava a necessidade de empreender todos os passos possíveis para apoiar concretamente os camaradas que lá se encontravam.

Para ele já não se tratava de discutir se a política de preparação da luta armada era certa ou errada. A luta começara e era necessário desenvolver esforços os mais diversos para ajudar os combatentes a sobreviver, a ganhar experiência e a corrigir o rumo que até então vinha sendo imprimido à luta. Tais esforços, tragicamente, foram vãos. Como ele temia, a reação voltara-se, logo depois da descoberta e do ataque ao dispositivo militar do Araguaia, para a destruição das organizações do Partido nas cidades, para a destruição de sua direção. Pomar, numa evidente referência ao papel do Partido, repetia constantemente que a reação, com os poderosos golpes desferidos para aniquilar o PC do B no período que vai de fins de 1972 a 1975, demonstrara saber melhor que os revolucionários onde estava a cabeça. Como conseqüência, tornara-se impossível prestar qualquer apoio material aos combatentes do Araguaia e era com extrema amargura e dor que meu pai tomava conhecimento das mortes e via delinear-se a derrota.

Seu posicionamento crítico diante da política que conduziu ao desastre do Araguaia levou-o a aprofundar e a sistematizar melhor suas concepções sobre uma série de questões fundamentais da revolução brasileira. Sua carta sobre a luta no Araguaia condensa tais concepções e demonstra seu cuidado em não avançar muito além do que a situação interna do debate partidário permitia. Preocupava-se em avançar juntamente com o avanço da compreensão dos demais membros da direção do Partido e, acima de tudo, procurava criar condições para que os camaradas que haviam se comprometido completamente com os erros que conduziram à derrota do Araguaia realizassem uma autocrítica correta, sem cair no negativismo ou no derrotismo. Considerava que tais camaradas, apesar dos graves erros de princípio cometidos, possuíam uma longa tradição revolucionária e ainda poderiam dar contribuições úteis ao partido e à revolução, se conseguissem superar suas dificuldades.

Assim, no processo da luta ideológica que se acentuou na direção do Partido após a constatação da derrota efetiva das forças guerrilheiras do Araguaia, demonstrava mais uma vez seu apego aos princípios proletários, colocando acima de tudo os interesses da classe operária, da revolução e do Partido. Mesmo sabendo que suas teses ganhavam corpo na direção e passavam a predominar, em nenhum momento demonstrou qualquer vaidade ou qualquer atitude de desconsideração ou de caracterização pejorativa dos membros do Partido que defendiam posições contrárias.

Pomar, quando foi promulgado o Ato-5 da ditadura militar, considerou que a direção do Partido havia sido condenada à morte. E pressagiando o cumprimento dessa funesta sentença, freqüentemente referia-se à probabilidade de morrer no momento em que se considerava amadurecido e em melhores condições para contribuir no sentido de que o Partido se transformasse numa organização verdadeiramente leninista. Infelizmente, essa trágica possibilidade transformou-se em realidade com a chacina da Lapa, truncando um processo de discussão que poderia levar seu Partido a superar suas deficiências de fundo e transformar-se no partido verdadeiramente revolucionário da classe operária no Brasil.

Pomar era um resoluto inimigo do sectarismo, do espírito de seita, da formação de igrejinhas dentro do Partido. Quanto mais amadurecia política e ideologicamente, mais aberto ficava às novas idéias, mesmo que não viessem de dentro do Partido. Ao contrário, compreendia que as idéias no Partido deveriam formar-se a partir do movimento de massas, principalmente das massas operárias. Era nesse movimento de milhões de seres humanos explorados e oprimidos que o Partido deveria ir buscar sua política, suas palavras de ordem, as formas de luta e de organização. Enfim, sua estratégia e sua tática. E era ainda nesse movimento social que o Partido deveria testar se havia apreendido as aspirações fundamentais do proletariado e de seus aliados e os havia traduzido corretamente naquela estratégia e tática, realizando os reajustes que esse teste prático demonstrasse necessários. Ao contrário de alguns que consideravam a linha do Partido intocável, Pomar procurava aplicá-la conscienciosamente e, ao mesmo tempo, procurava estar sempre atento para realizar as modificações que a vida prática colocasse em evidência.

Era desse mesmo modo que via o marxismo-leninismo e sua fusão com a prática social concreta. Estava convencido de que, no processo objetivo de gestação revolucionária, as organizações de seu Partido deveriam estar estreitamente ligadas às massas, deveriam apreender da ação dessas massas as novas formas de luta em surgimento e estimulá-las, isso em lugar de impor suas palavras de ordem e formas de luta inventadas por algumas mentes "iluminadas". Pensava que só desse modo poderia o marxismo ser aplicado à situação concreta do movimento social brasileiro.

Em vista disso, desenvolvia um esforço permanente para que os militantes comunistas aprendessem a respeitar as demais forças revolucionárias e a trabalhar com elas sem impor suas opiniões. Além de não considerar o Partido infalível, julgava que as idéias corretas que o Partido tivesse elaborado só poderiam prevalecer através de um longo processo de convencimento determinado pela prática social. E que, quando essa mesma prática colocava em evidência que alguma ou algumas das concepções partidárias eram incorretas, tornava-se indispensável reconhecer publicamente o erro e corrigi-lo.

Para ele, a aceitação pública do erro e da necessidade de corrigi-lo não era uma simples questão de método ou de tática. Era, segundo pensava, a única forma de a classe e o Partido aprenderem, tirarem as lições devidas e evitar repeti-lo. Era, também, uma maneira de demonstrar seriedade de propósitos. Por tudo isso, estava cada vez mais convencido do que só o debate franco das idéias e dos problemas surgidos na prática partidária seria capaz de contribuir efetivamente para o processo de formação leninista do Partido da classe operária. Considerava incompatível com a ideologia proletária o método de conseguir adeptos através de conchavos, insinuações ou caricaturas a respeito do pensamento de companheiros com opiniões contrárias. Procurava fazer com que cada companheiro formasse sua própria opinião através do estudo e da pesquisa, sedimentando-a numa base sólida. Por isso preocupava-se constantemente em recomendar os textos clássicos que dessem indicações sobre tal ou qual problema (achava imprescindível estar constantemente voltando às fontes, às bases fundamentais da teoria marxista-leninista, para explicar devidamente os novos fenômenos da vida social) e as obras ou trabalhos a respeito da realidade concreta que pudessem ajudar a esclarecer os problemas.

Pomar era muito coerente em suas opiniões e em suas atitudes, em especial quando se tratava de sua atividade revolucionária. Ele estigmatizava em especial aqueles que mudavam de posição conforme os ventos e que jamais reconheciam tê-la mudado e, menos ainda, que sua posição anterior fosse incorreta.

Para ele, esse tipo de gente demonstrava sérios problemas de caráter e não tinha nenhuma dúvida de que mais cedo ou mais tarde acabariam trazendo prejuízos à atividade revolucionária.

Por isso mesmo sempre demonstrou muito cuidado na avaliação do papel das chamadas personalidades. Reconhecia francamente que em determinados momentos de sua existência superestimara o que homens como Stálin e Mao representaram na história de seus países e da humanidade e realizavam esforços para compreender de uma maneira materialista a verdadeira dimensão histórica desses dirigentes revolucionários, não caindo no terreno daqueles para quem ambos tinham sido verdadeiros deuses durante certo período e se transformado em demônios de um momento para outro.

Entendia que o papel de Stálin fora fundamentalmente positivo e que seria anti-histórico negar sua participação no impetuoso desenvolvimento das condições materiais e sociais da União Soviética. Admirava a capacidade do sucessor de Lênin na mobilização soviética para a guerra contra o nazismo e a forma como, no fogo da luta, conseguiu reorganizar o comando do Exército Vermelho e criar as condições para derrotar a máquina de guerra hitlerista. Apreciava positivamente os reajustes táticos realizados sob a direção de Stálin antes e durante a II Guerra Mundial, reajustes que levaram a União Soviética a unir-se a alguns países imperialistas para combater o imperialismo mais agressivo da época, o imperialismo alemão. Não possuía, porém, uma opinião completamente formada sobre o assunto e considerava indispensável procurar também aí as causas que levaram a União Soviética à degenerescência revisionista. Em Stálin admirava sobretudo sua força de vontade, sua abnegação ao leninismo e à classe operária.

Também admirava Mao Tsé-tung e o papel que desempenhou na libertação do povo chinês e na edificação de uma nova sociedade que destruiu as travas feudais e a dominação do imperialismo. Tomava na devida conta seu empenho para aplicar o marxismo-leninismo às condições concretas da revolução chinesa e suas contribuições para o enriquecimento teórico e prático da doutrina de Marx.

Era um decidido inimigo do trotskismo. Considerava essa corrente extremamente nociva ao movimento operário e revolucionário e estimava que suas críticas a Stálin e ao processo

de construção do socialismo na União Soviética partiam duma ótica de direita, burguesa, não proletária. Para ele, o trotskismo procurava denegrir a própria perspectiva do socialismo e desviar a classe operária de seu rumo. Irritava-se, sobretudo, com as avaliações trotskistas da história e do papel do Partido fundado em 1922. Para ele, as concepções trotskistas de um partido proletário puro, completamente formado e infenso a qualquer influência de idéias estranhas, a erros e desvios, não passava de uma aberração idealista. O partido de vanguarda do proletariado, afirmava, é expressão da fusão do socialismo científico com o movimento operário, uma expressão concreta que depende do grau de assimilação do socialismo científico pelos intelectuais e operários que a ele aderiram e do nível, também real e não imaginário, do movimento operário concreto. O Partido Comunista fundado em 1922 foi o partido possível e não o ideal, mas foi a única tentativa verdadeira de construção de uma vanguarda proletária no Brasil, completava.

Entretanto, por outro lado, era decididamente contrário a que a luta contra o totskismo fosse realizada por meio de chavões e do desvirtuamento das verdades históricas. Achava ridículas as tentativas que procuravam negar ou esconder a participação de Trotsky na revolução russa e estava convencido de que deturpações desse tipo em nada contribuiriam para esclarecer os fundamentos ideológicos da corrente trotskista. Preocupava-se cada dia mais com o ressurgimento dessa corrente no movimento operário e era de opinião que a luta contra ela não podia, de forma alguma, estar dissociada da luta contra o revisionismo e o dogmatismo nas suas mais diversas manifestações.

Apesar da grande admiração que nutria especialmente por Marx, Engels e Lênin, para ele situados num nível muito acima de todos os demais marxistas revolucionários até então aparecidos na cena da história, era sem dúvida com Lênin que mais se identificava. Impressionava-o particularmente a grande capacidade de estudo e de trabalho desse destacado marxista e a forma com que procurava mobilizar todas as forças possíveis para o desenvolvimento da atividade revolucionária. Procurava apreender a essência do pensamento leninista e sua grande flexibilidade em combinar uma intransigente posição ideológica de princípios e o trabalho comum com pessoas e companheiros

que com ele divergiam numa série de questões políticas e ideológicas. Considerava que nesse método residia um dos segredos da vitória de Lênin na sua luta pela construção de um partido que fosse verdadeiramente um instrumento de transformação revolucionária.

Geralmente, o que mais se espera de um filho quando escreve sobre o pai é que fale de seus aspectos afetivos, de seu relacionamento com a família e com as pessoas conhecidas. Até agora, porém só me foi possível destacar o revolucionário, o comunista militante. Isso porque não me é fácil separar essas características fundamentais de sua personalidade das características que seriam puramente humanas que demonstrariam seu lado afetivo. Mesmo no trato com a família havia uma clara evidência do revolucionário; por outro lado, no revolucionário sobressaía o afeto que dedicava às pessoas, seu humanismo.

Meu pai era de um carinho sem limites com as crianças e tinha um modo todo seu para cativá-las. Dificilmente se esquecía de levar uma pequena lembrança, por mais insignificante que fosse, quando ia visitar algum companheiro ou amigo que tinha filhos. Esse carinho era plenamente retribuído. As crianças que o conheciam dedicavam-lhe verdadeira afeição e deliciavam-se com as histórias que contava. Demonstrava um amor muito grande pelos netos e era um avô bastante normal quando se referia a eles, sempre exagerando um pouco para melhor. Ao mesmo tempo, sabia ser severo e não raras vezes exigia mais do que o necessário no intuito de formar caráteres firmes e resolutos.

Sempre foi extremamente exigente com a família, em especial com os filhos. Considerava uma questão de coerência exigir mais dos seus do que dos demais e não tinha com eles a paciência que demonstrava com outras pessoas. Normalmente prestava grande atenção nas conversações, mas não era raro que seu pensamento o conduzisse por caminhos desconhecidos quando estava muito preocupado com alguma coisa.

Possuía um grande amor pela mulher e companheira que o acompanhou durante toda a vida. Tinha um grande respeito pelas atitudes corajosas e decididas que adotou em diversos momentos cruciais da existência de ambos e era de uma dedicação enorme a ela, em especial quando ficava doente e necessitava de cuidados maiores.

Dedicava verdadeira veneração à mãe e não ter podido estar junto a ela em seus momentos finais de vida, em virtude das duras condições de clandestinidade do período do Estado Novo, constituiu uma amargura que sempre carregou consigo. A firmeza de caráter, o esforço sobre-humano que realizou para educar os filhos e a coragem física eram exemplos da mãe que repetia constantemente.

Meu pai era um homem simples em todos os aspectos. Onde quer que estivesse, procurava auxiliar e estava sempre pronto a realizar qualquer tipo de trabalho. Ajudava normalmente em todos os serviços de casa e já perto dos 60 anos eu o vi trabalhar duramente na lavoura durante períodos prolongados. Jamais, mesmo nos piores anos de repressão, procurou cercar sua pessoa de cuidados especiais. Sentia-se melhor no meio da gente simples e era de opinião que estava muito mais seguro num ônibus comum do que num carro.

Sabia que estava marcado para morrer. Quando a maioria das organizações de guerrilha urbana haviam sido desbaratadas pela repressão do regime militar e tivera início o ataque contra o dispositivo militar da guerrilha no Araguaia, não teve dúvidas de que chegara "a nossa vez" e que o Partido iria passar pelas mais duras provas de toda a sua existência. Em nenhum momento pensou em sua segurança pessoal. Para ele, acima de tudo estava a segurança de seu partido, a adoção de políticas e medidas que garantissem a sua sobrevivência e o tornassem capaz de realizar sua missão histórica.

Preocupava-se, em particular nos dois últimos anos de sua vida, com a morosidade do conjunto do Partido, amarrado por dificuldades internas, em realizar os reajustes políticos e organizativos capazes de impedir que fosse destruído. Talvez por isso tenha resistido às reiteradas propostas no sentido de que os principais dirigentes do Partido fossem para o exterior, onde melhor poderiam resguardar-se e contribuir para a formação das novas gerações de revolucionários. Sempre dizia que seu lugar era aqui e aqui ficou para morrer pelas balas assassinas do regime militar.

Estive com meu pai durante os dois dias anteriores à sua morte. Senti que ele estava bastante seguro das posições que

defendia e, ao mesmo tempo, que ele permanecia firme na política de avançar lentamente para convencer, através da persuasão, os companheiros que ainda se aferravam a concepções erradas e teimavam em não fazer autocrítica dos erros cometidos. Colocou-se clara e intransigentemente contra propostas de decidir as divergências por meio administrativos e viu suas opiniões serem apoiadas pela maioria da direção do Partido.

Ainda conversei com ele antes de sair da casa da rua Pio XI. Estava convencido que a direção do Partido começara a dar passos reais para um salto de qualidade em suas concepções sobre a revolução e o papel do Partido e que isso significaria uma virada histórica. Afirmou que estavam criadas as condições políticas para exigir uma autocrítica concreta dos companheiros que se negavam a reconhecer os graves erros cometidos com a política levada a cabo no Araguaia, mas que era imprescindível continuar desenvolvendo todos os esforços para ganhar tais camaradas e ainda contar com sua experiência.

Suas últimas palavras foram de carinhosa advertência. Aconselhou-me a tomar o máximo de cuidado, a resguardar-me e evitar que a repressão me localizasse. Estava certo de que o cerco se fechava e de que, se não mudássemos radicalmente os métodos de trabalho que ainda teimávamos em aplicar, e cujo exemplo era aquela própria reunião, só concebível em virtude de o comitê central não haver chegado a uma conclusão quanto à análise crítica do Araguaia, mais cedo ou mais tarde cairíamos.

Foi a última vez que o vi. Trinta e sete dias depois, ao suspenderem minha incomunicabilidade no DOPS, soube que fora assassinado no ataque das forças da repressão militar à casa da rua Pio XI.

Não consola dizer que ele morreu em combate, mas ele morreu como desejam morrer os verdadeiros revolucionários: lutando!

Pesquisa biográfica

Luís Maklouf Carvalho

Quando o golpe militar de 1964 se abateu pesadamente sobre o povo brasileiro, nossa geração (os que hoje têm 22, 26, 28 anos) era ainda de garotos. Entendíamos poucas coisas da vida e menos ainda da chamada política. Principalmente a nós, e às gerações que se seguiram, o golpe militar conseguiu evitar que algum dia tivéssemos saudade da liberdade. Nunca fomos livres, nem um pouquinho, e é esta a tragédia maior que justifica hoje a luta crescente dos jovens brasileiros. De poucas coisas ficamos sabendo, e sempre por nossa conta, à revelia completa do sistema tradicional de educação.

Do mais importante, da história das lutas populares em nosso país, da história dos revolucionários, só agora é que começamos a estudá-las e a compreendê-las melhor. Em Belém, hoje, raríssimos estudantes sabem qualquer coisa mais substancial sobre as lutas estudantis do passado. O que dizer dos operários e das camadas mais oprimidas? É como se todo um espaço nos tivesse sido retirado. E por isso, a história destas lutas, de suas derrotas e de suas vitórias, pouco tem significado para as lutas concretas que se desenvolvem hoje no país. Quantos erros idênticos se tem cometido? Quantas propostas excelentes não se tem podido encaminhar, todas elas experimentadas no fogo da prática política?

A ausência desse conhecimento tem algumas conseqüências sérias. Em relação a Belém, por exemplo, o que significaria para a maioria dos estudantes saber que já em 1932 os secundaristas pegaram em armas na luta contra a ditadura de Getúlio Vargas e Magalhães Barata? O que significaria saber que a luta pela meia-passagem de ônibus, hoje encaminhada, já foi uma muito

organizada luta do passado? São perguntas que se podem adaptar para os vários Estados e, segurante, todas elas teriam respostas positivas.

A vida de Pedro Pomar estava dentro desse desconhecimento. Poucos sabiam alguma coisa mais concreta sobre ele. A queda da Lapa pesou amargamente sobre o coração de todos os democratas sinceros, como os demais crimes cometidos pela ditadura militar, e aguçou a necessidade de ficarmos sabendo quem foi afinal este tal de Pedro Pomar, do Partido Comunista do Brasil, um paraense que fez muita confusão por aí. E como é que um homem desses pôde morrer daquela forma? "Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém", costumava dizer Pedro aos seus amigos, e todos os testemunhos dão conta de seu extremo rigor nas questões relativas à vida do partido. "Pela cautela que o Pomar sempre usou, eu acho que no meio teve alguma traição, teve alguma delação" — é a opinião do paraense Henrique Felipe Santiago, que conta entre seus méritos o de ter sido o único deputado estadual comunista no Pará, e que teve um estreito relacionamento com Pedro. Estreito mesmo: foram presos juntos. Que importância terá uma opinião como essa hoje em dia, quando já se vão três anos sobre a tragédia da Lapa? Como é que a repressão brasileira, tão atrabiliária na sua histeria anticomunista, conseguiu fazer um plano tão meticuloso, tão na certeza de que ele ia dar certo? Como é que homens de um Comitê Central de um partido sério e rigoroso puderam passar quase uma semana sem nada notar e desconfiar? O que aconteceu na realidade? São algumas das perguntas para as quais temos direito a respostas claras. Perguntas duras, sem dúvidas, amargas, por certo, mas que o sangue dos revolucionários assassinados naquela ocasião está a exigir.

Sobre Pomar, três dias após a tragédia da Lapa, o jornalista paraense João Malato escreveu o seguinte:

"Por mais que a gente deteste o comunismo até as raízes, não se pode deixar de respeitar e admirar um indivíduo cujo fanatismo e cegueira doutrinárias levaram-no às últimas conseqüências, para ser fiel ao seu desgraçado credo, muito embora isso lhe tenha custado o sacrifício de todos os sonhos, inclusive os de um lar tranqüilo e de uma vida pública à altura dos seus méritos e dos seus esforços num mundo livre.

"Pedro Pomar era um moço tranqüilo, de aparência quase bela e com um sorriso infantil e afetuoso que conquistava qualquer pessoa que dele se aproximasse. Singularizava-o a timidez inata com que a vida interiorana marca os indivíduos que dela procedem.

"Encontrava-o quase sempre na livraria Martins (...) e sempre apreciei-lhe a acuidade, o bom gosto com que escolhia os livros que mais lhe chamavam a atenção".

O advogado e compositor paraense Rui Barata diz que "Pomar não era um dirigente sectário e burro, que não prestasse atenção ao aspecto humano das coisas. Ele prestava atenção a tudo".

Foram esses dois aspectos de sua vida, o revolucionário e o homem, o homem revolucionário, que nortearam nosso trabalho. Tivemos as dificuldades naturais a esse tipo de coisa, mas conseguimos levantar o que foi possível, com o máximo de rigor, e de um ponto de vista estritamente jornalístico, que teve como critério, digamos assim, a busca da verdade verdadeira. Ainda destaco como essencial a pesquisa realizada por minha companheira, Madeleine Bedran Maklouf Carvalho, o apoio de Wladimir Pomar, e agradeço a colaboração da universitária Sandra Fonseca.

Óbidos

Nascido a 23 de setembro de 1913, na cidade de Óbidos no Pará, Pedro Ventura Felippe de Araújo Pomar foi o primeiro filho de Felipe Cóssio Pomar e Rosa de Araújo Pomar. O pai, um pintor peruano, foi bater no Baixo-Amazonas meio fugido de seu país, pois era partidário de Vitor Raul Haya de la Torre, criador (em 1924) da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), que defendia a realização de reformas econômicas e sociais para melhorar a condição de vida do povo.

A mãe, Rosa, era do Maranhão. Foi para Óbidos quando seu pai, Araújo, subtenente, foi transferido para o Batalhão de Artilharia. Rigorosíssimo nas questões morais, de correção do caráter, o velho Araújo vai ter uma influência marcante na educação de Pedro.

Em 1918, quando Pedro tinha cinco anos, e já havia nascido seu irmão Roman, a família fez uma viagem aos Estados Unidos. Moraram em Nova Iorque, mas as coisas não deviam andar muito bem: um ano depois o casal se separou definitivamente. Rosa já voltou grávida do último filho, Eduardo, e

passou a levar uma vida muito dura, sustentando a família como costureira. O advogado e compositor paraense Rui Barata, que em 1930 morava na cidade, diz que ela era "a mais formosa modista de Óbidos. Dona Rosa era uma mulher boníssima, era quem fazia as fantasias para os blocos carnavalescos que eu inventava".

Com 13 anos, Pedro saiu de Óbidos, sozinho, para vir fazer o ginásio em Belém. Ficou morando com a família do Major Filadelfo Cunha, mudando-se depois para a casa de D. Cota e D. Cacilda Pinheiro. Estudou no Instituto Nazaré, dos irmãos maristas e Rui Barata o conheceu aí. Embora seus colegas mesmo fossem Roman e Eduardo, mais novos, ele se lembra de Pedro "passando a mão nas cabeças das crianças que jogavam futebol na praça de Santana". Nessa época, já depois da revolução de 30, ainda no ginásio, Rui lembra que "o Pedro já levava uma vida venturosa. Eu compreendia isso pelas lágrimas e sofrimentos de dona Rosa. Mas o engraçado é que não eram lágrimas de quem tem um filho vida-torta. Não. Ela, tenho certeza, concordava em gênero, número e grau com a luta do filho. Eram lágrimas de quem tem um filho revolucionário".

"A imagem que eu tenho de Pedro", continua o compositor, "é a de um homem de muita alegria, uma alegria fora do normal, fora do comum. Nele não se surpreendia nem um gesto que se pudesse ver de tristeza, de arrependimento, mas sim de um homem possuído da verdade. Era muito generoso, e de uma bravura pessoal das mais excepcionais".

Dos tempos de Óbidos, onde Pedro ia passar as férias e visitar a mãe, Rui ainda tem lembranças: "Mais tarde o vi novamente na sala de visitas de meu pai (Alarico Barata, cassado pela revolução de 30). Ele estava conversando com meu pai sobre a situação política do Brasil. Do que eu pude compreender, eles falavam sobre a articulação da luta contra a ditadura getuliana. Naquele dia mesmo o Pedro me deu um livro, uma edição velha e sebosa, que se chamava *ABC do Comunismo*.

Conspiração

Isto já devia ser 1931, quando Pomar cursava o que hoje equivale à penúltima série do 2.º grau, no tradicional Gymnásio Paraense (hoje Colégio Estadual "Paes de Carvalho"). Já então

era grande o clima de agitação estudantil, em função de descontentamentos com medidas violentas e antidemocráticas do interventor Magalhães Barata. Colegas de Pomar na época, como os irmãos Solermo e Eidorfe Moreira, lembram que havia um clima repressivo para quem não aceitasse a subserviência exigida pela revolução. Barata criou graves descontentamentos na cidade. Solermo lembra que ele extinguiu a tradicional e respeitada Força Pública, "jogando oficiais, soldados e sargentos na miséria". Em relação aos estudantes a causa mais específica da revolta era um aumento de taxas. "Muitos não podiam pagar", relembra, "e na mesma ocasião o governo dava 12 contos de réis para um corso carnavalesco".

Em 1932 estoura em São Paulo a Revolução Constitucionalista, em apoio da qual os estudantes paraenses vão ter um papel importante, desencadeando uma das revoltas populares mais importantes da história do Pará — e da qual Pomar participou ativamente. Por essa época, recorda o professor Salermo, ele fazia parte do primeiro time de futebol do "Paes de Carvalho". "Era um time muito bom e ele era um bom jogador. Era um rapaz alto, muito simpático, muito fraterno. Tinha acentuado espírito crítico, era muito irônico, mas muito benquisto". Solermo acredita que à época da revolução "Pomar ainda não tinha tomado uma atitude política radical. Era um estudante como nós, contra a ditadura, sofrendo as pressões que não deixavam os estudantes se manifestarem. Éramos todos constitucionalistas. Queríamos a reconstitucionalização do país, pois não havia leis".

Eidorfe Moreira acha a mesma coisa: "Penso que Pomar ainda não tinha idéias esquerdistas. O nosso movimento não teve caráter esquerdista, foi apenas de simpatia e apoio à mocidade paulista".

Versão diferente é a de Henrique Felipe Santiago, comunista paraense histórico, único deputado estadual pelo PC no Pará. Santiago, hoje com 74 anos de uma memória e lucidez impressionantes, informa que o Partido Comunista foi fundado em Belém em agosto de 1931, logo agregando como simpatizantes e militantes alguns estudantes, como ele próprio.

No começo de 32 Santiago era o motorneiro 515 da companhia de bondes Pará-Elétrica, um truste inglês, e foi então que conheceu Pedro Pomar. "Ele era um dos conspiradores da revolução, e a gente se conheceu na engrenagem do movi-

mento, quando se conspirava com os estudantes. Pomar tinha um poder extraordinário de comunicação, um poder medonho. Sabia conquistar a todos, e tinha grande influência sobre os estudantes. Ele estava começando a ingressar no partido".

O advogado e acadêmico paraense Cécil Meira, colega de Pomar no "Gymnásio Paraense" concorda. "Ele era muito brincalhão, muito vivo, e desde aquela época já tinha idéias de esquerda. Era um menino bonito, muito benquisto, e tinha muito mais leitura e cultura que a grande maioria dos colegas. Já tinha liderança desde então. Como alguns meninos e rapazolas da época, recebia influência de Luiz Carlos Prestes. O nome do Prestes saía diariamente nos jornais, inclusive como o "Cavaleiro da Esperança", e isso influenciava bastante. Nos tempos do colégio ele procurava conversar com os colegas, discutir, emprestar livros, conseguir mais adeptos para as suas idéias. Tinha um espírito de persistência assombrosa, e muita bravura".

Revolucionário em 32

Era realmente grande a agitação, acirrada com a revolução de São Paulo. A 12 de julho de 32, o interventor Barata, através dos jornais, faria uma "proclamação ao povo", falando sobre a "nefasta politicagem dos decaídos, que num trabalho infame só tem concorrido para derrubar a obra ingente que a Revolução de Outubro iniciou aos destinos do Brasil". No dia 14, o jornal *A Folha do Norte* dava uma saudosa nota sobre "a maior data da democracia francesa, a Queda da Bastilha", lembrando que o antigo feriado fora suprimido pela revolução. Em outra nota se informava que a polícia "por medida de ordem pública", suspendera os jogos de futebol em Belém.

No dia 26, o major-interventor reconhecia a existência de presos políticos e ameaçava "deter, pelo tempo que durar a situação anormal no sul do país, a quem quer que seja encontrado na prática daqueles atos" de perturbação da ordem. "A polícia", dizia a nota, "não pode nem deve cruzar os braços diante dos boateiros e dos que, indo além, espalham boletins e afixam cartazes com evidente intuito de sobressaltar a população".

A 1.º de agosto tropas paraenses (95 praças, 50 guardas-civis e 10 bombeiros) viajavam para São Paulo, "a fim de

defender o governo central contra os revolucionários". Uma multidão incomensurável" (que o interventor calculou em 60 mil pessoas) comparece ao cais, para as despedidas.

As ameaças e a repressão não foram capazes de conter o movimento e a resposta não tardou. A 2 de agosto, dentro do colégio, os estudantes do "Paes de Carvalho" fizeram uma manifestação de solidariedade ao movimento de São Paulo. O professor Solermo Moreira, uma das lideranças estudantis da época, conta como foi: "A direção chamou os bombeiros para dominar o entusiasmo. Os estudantes se rebelaram, juntando pedras, as mais enormes, e jogando nos bombeiros. Eles puxaram os sabres e veio um carro-tanque jogar água com a mangueira. O pessoal pensou que era água quente e correu. Quando descobriu que era água fria, todos voltaram, dominaram e expulsaram os bombeiros, dando até banho nos oficiais. Mas alguns estudantes ficaram feridos".

À tarde do mesmo dia dois, os estudantes de medicina convocaram uma concentração para a frente da faculdade, no largo de Santa Luzia, a fim de protestar contra a violência cometida pelos bombeiros. Além, evidentemente, dos secundaristas, entre os quais estava Pomar, compareceram em massa as faculdades de direito, odontologia, agronomia e veterinária, e populares. "Era uma multidão", conta Solermo. "Quando a marcha ia sair apareceu a polícia civil e a cavalaria, investindo contra os estudantes. Houve muito espadeiramento. Houve luta. Prenderam muitos e levaram para a Central de Polícia".

No dia seguinte o interventor mandaria fechar o Gymnásio Paraense e todas as faculdades. No dia 4, "a bem da disciplina do ensino", cinco "ginasianos reincidentes", entre os quais Solermo, são "excluídos da matrícula". Vários outros foram suspensos. Notas oficiais ameaçavam os demais.

Os jornais *A Crítica* e *O Imparcial* foram suspensos, "por terem reincidido na publicação de notícias tendenciosas contra a expressa proibição do Governo".

De nada adiantaram essas medidas. "O 2 de agosto", diz Solermo, "inflamou muito a classe estudantil e revoltou a população".

De há muito a revolta estava sendo tramada e o episódio só veio apressá-la. Eram intensas e supersecretas as articulações entre os estudantes (liderados pelo acadêmico de direito João

Botelho, um dos grandes amigos de Pomar) e os militares e políticos dissidentes. A conspiração suava pelos poros de todos os quartéis — e até uma data já havia sido marcada para o início do movimento, na hora do embarque das tropas para o sul, mas o tenente Bento Monteiro, que o iria deflagrar, acabou vacilando. "Apesar das pressões que fazíamos", diz Solermo, "os militares não iniciavam a revolta. Eles eram muito ciosos. Nós queríamos iniciar a luta de qualquer maneira, e aceleramos". (Vale lembrar que naquele tempo havia os "tiros de guerra" para os secundaristas. Eidorfe lembra que o do colégio era o 169. As aulas de tiro eram dadas por um sargento, tudo sob controle da Região Militar, e no fim do ano haviam os exames. "Pomar deve ter feito", diz).

Algumas semanas antes, a 19 de agosto, e justamente em Óbidos, militares e civis constitucionalistas sublevaram o Batalhão do Exército, em apoio à revolução de São Paulo. O coronel Pompa, chefe militar do movimento, chegou a mandar um telegrama ao interventor, avisando que viria bombardear a cidade — mas quatro dias depois o Governo conseguiu esmagar o movimento e prender os revoltosos.

Era a tarde de 6 de setembro quando o vapor Poconé se aproximava de Belém trazendo os rebeldes de Óbidos. Justamente o dia marcado para a revolução, pois seus articuladores contavam com a adesão dos obidenses. Às 18 horas, com o apito da usina de luz, que era o sinal, os revolucionários tomam o Batalhão de Infantaria, e botam um dos caminhões na rua. O estrondo ensurdecedor do tiro, que assusta a multidão e as autoridades no cais do porto, era a combinação para o ataque ao Quartel dos Bombeiros.

A revolta estava nas ruas. Sem uma direção centralizada (Botelho foi preso logo no início, e o Partido Comunista, às últimas horas, negou seu apoio, pois a considerava uma "revolução burguesa") estudantes, operários e comerciários, de armas na mão, sob o comando de lideranças emergentes (como Solermo), mantiveram a luta por quinze horas. Além do Batalhão de Infantaria chegaram a tomar a Central de Polícia (onde soltaram logo todos os presos). Foram repelidos, porque houve vacilos e traições, pelos bombeiros e pelo Quartel General do Exército. Dois guardas-civis, um comerciante, um comerciário e o estudante Paulo Cícero de Azevedo Teixeira foram assassinados pelas balas da reação (que também teve algumas

baixas). Dezenas de participantes foram feridos. A luta só terminou às nove horas da manhã do dia sete (foi o único Sete de Setembro em que não houve desfile militar em Belém) quando as tropas do Governo conseguem retomar o prédio da Guarda Civil.

Foi uma luta heróica. Eidorfe Moreira, um de seus líderes, ostenta hoje o amargo (amargo?) troféu de um braço perdido, varado à bala naquela noite gloriosa. Ele se lembra de ter encontrado Pedro Pomar já na madrugada, como líder de uma trincheira no bairro do Reduto, atrás de barricadas feitas com sacas de sal, armado de fuzil, no fragor da batalha, como se devia dizer naquela época. A trincheira de Eidorfe era a mais próxima, e por várias vezes os dois trocaram esperançosos e agoniados gritos de incentivo.

Solermo também se lembra: "As trincheiras eram a defesa dos pontos conquistados, no caso o Batalhão de Infantaria. Numa das inspeções que eu fui fazer nessa linha avançada, encontrei Pomar e Fernando Lanter (acadêmico de direito) na trincheira do Areião, e o Eidorfe noutra trincheira próxima. Contei a eles que o comando tinha feito uma requisição de pão, e que ia correr uma merenda. E correu realmente".

Só pela manhã as forças do Governo conseguiriam retomar o BI, depois do ataque final contra as trincheiras. Nem Eidorfe nem Solermo sabem como Pomar conseguiu fugir, "pois estávamos completamente cercados e todos foram presos".

A verdade é que ele fugiu, conseguiu escapar da perseguição posterior e até mesmo acabar o ginásio. Tudo indica que esteve por uns tempos no Rio de Janeiro, onde um irmão da escritora Eneida de Moraes, o teria recrutado oficialmente para o Partido Comunista.

Casamento

Em 33, com 19 anos, Pomar entra para a faculdade de medicina. Companheiros da época lembram que ele era "alto, bonito, tinha os dentes perfeitos e uma gargalhada sonora". Era a grande estrela do time de futebol da faculdade: "Quando ia jogar as meninas se reuniam para assistir e torcer". Pomar também jogava no time profissional do Clube do Remo, era ponta-esquerda, e Rui Barata garante que "ele chegou a ter nome como jogador de futebol".

Em 35, Pomar trabalhava num tal Departamento de Agricultura, e residia à rua Boaventura da Silva, próximo à hoje Doca de Souza Franco. Há muito já namorava com uma vizinha próxima, que todos só conhecem por Santa ou Santinha, cujo nome é Catharina Patrocínia Torres, filha de João Torres e de Luíza Cardoso de Figueiredo (aquele, falecido quando ela ainda era uma criança). Os dois se casam a 5 de dezembro de 1935, apenas no civil, apadrinhados, entre outros, pelo já agora advogado João Botelho, líder da revolução de 32, de quem Pomar e Santa foram muito amigos. Botelho os ajudou inúmeras vezes, principalmente como advogado, nas diversas ocasiões em que a polícia política investia contra Pomar. Os testemunhos dão conta de que Santa era uma mulher exemplar, forte e corajosa, companheira dedicada das lutas do marido, delas participando ativamente. Do casal se conta que se amaram muito e eram muito unidos. Mesmo sob algumas pressões da conservadora mãe, dona Luiza, Santa nunca vacilou ou reclamou quanto às perigosas atividades políticas do marido.

Em 1940, quando Getúlio Vargas visitou Belém, Santa, grávida, com o filho Wladimir à mão, saiu de casa disposta a entregar uma carta ao ditador. Ao descer do bonde sofreu uma queda violenta, e ficou toda machucada. Mesmo assim, conseguiu romper o cordão de isolamento de Getúlio, entregando-lhe uma carta com denúncias e exigência de anistia política (Pomar estava então foragido, na clandestinidade).

Pedro e Santa moraram na rua João Balbi, 552, numa casa de uns parentes de Santa. O casal teve quatro filhos: Wladimir, Eduardo, Joran e Carlos.

No Partido

Por todo esse tempo era intenso o trabalho político, e quem dele dá preciso relato é Henrique Felipe Santiago. Ele participou ativamente da revolta de 32, liderando os motorneiros da Pará-Elétrica, e foi preso entre dezenas de pessoas no mesmo dia em que acabou o movimento. Foi um dos que mais tempo demorou na prisão (66 dias) sendo libertado no dia 11 de novembro. "Aí é que o Pomar foi nos procurar, pra gente continuar o trabalho do Partido, aumentar a organização pra outros setores, inclusive militares. Nessa época eu já tinha certeza que ele era mesmo do Partido, porque não podia ser de

outra maneira. Embora ele fosse muito reservado, e não deixasse transparecer que atuava em nome do Partido, eu imagino que ele já tinha ligação. Nesse ano, em 33, foi quando o Amazonas entrou também, e eles já deviam ser da direção, mas disso eu não posso saber. Depois desse primeiro encontro, nunca mais a gente se perdeu. Havia reuniões por toda a parte".

Em 1935 a situação política do Estado era diferente.

Em abril, como conta o historiador Ernesto Cruz, "sete deputados eleitos pela legenda política do Partido Liberal, de que era chefe o então major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, abandonaram essa agremiação, indo aliar-se com os nove eleitos pela Frente Única Paraense". Assim, a Assembléia Legislativa a quem cabia eleger o governador do Estado, ficou em maioria contra Barata. Temendo represálias violentas dos liberais, os parlamentares dissidentes pediram e conseguiram asilo no quartel da 8.ª Região Militar. À tarde do dia 5, dia da eleição, quando os deputados iam sair do quartel para a AL, generalizou-se grande conflito, "com disparos de armas, de lado a lado. Momentos de pânico foram registrados", conta Ernesto Cruz. "Diversos deputados, populares e soldados saíram feridos". Em conseqüência dos graves acontecimentos o presidente da República nomeou como interventor federal o major Carneiro de Mendonça, que conseguiu pacificar os ânimos. Por maioria, então, a Assembléia Legislativa elegeu governador o Dr. José Malcher.

Os estudantes, entre os quais Pomar, participaram ativamente das articulações da Frente Única, e tiveram lugar destacado no conflito do dia 5.

Eram dias agitados. Os estudantes estavam em plena Campanha dos 50% (reivindicando abatimento para taxas escolares, cinemas e transporte), com constantes manifestações nas ruas.

A perspectiva de uma nova derrota do Partido Liberal, nas eleições municipais de 30 de novembro, fortalecia a frente-única antibaratista, já organizada com o nome de União Popular do Pará, UPP, e em cuja "Ala Moça" os estudantes se congregavam.

Pomar participava ativamente da "Ala Moça" e, segundo Henrique Santiago, era um dos dirigentes (junto com Amazonas e o próprio Santiago) da Aliança Nacional Libertadora, fun-

dada em Belém em 1934, legalmente, e que havia várias articulações para um possível apoio à revolta aliancista de 35.

A 17 de outubro os estudantes fizeram uma enorme passeata pela Campanha dos 50%. No mesmo dia estoura um pequeno conflito no tradicional arraial de Nazaré (o Círio havia acontecido no dia 13): um grupo, que os jornais da época não identifica, tentou retirar o retrato de Barata de uma das barracas, e a briga começou. Até o diretor do DOPS, professor Severyno Lyra, foi chamado, e acabou sendo ferido no nariz e na testa. No dia 22, o jornal *O Estado do Pará* dá a notícia de que "pixaram a sede dos núcleos integralistas de Belém". A 24 de outubro, aniversário da revolução de 30, o Partido Liberal revida como pode: dá uma recepção solene para comemorar. No dia 29 a imprensa atiça: "Luiz Carlos Prestes no Brasil?", pergunta na primeira página *O Estado do Pará*. A 4 de novembro informa-se que o general Goes Monteiro "não esconde suas apreensões a respeito de um golpe comunista".

As eleições de novembro estão na porta, e a discussão política é intensa dentro da Ala Moça da União Popular Paraense: uns defendiam o apoio à UPP, outros queriam a fundação de um Partido da Mocidade do Pará, independente.

A 27 de outubro, em matéria publicada na *Folha do Norte*, o estudante Adolfo de Barros defendia a primeira posição: "Não são os liberais", perguntava ele, "chefiados pelo maior inimigo que a mocidade do Pará já encontrou? Por que não combatê-lo, por que não auxiliar o atual governo que, quando nada nos dê, dá-nos ao menos a liberdade de pensar?" Adolfo dizia que Barata "mandou espadeirar e surrar na via pública a mocidade do Pará" e fazia um apelo pelo voto à UPP. "Depois das eleições então", explicava, "fundemos o Partido Independente, que há de congregar toda a mocidade ativa do Pará".

No dia 24 de novembro, entretanto, seis dias antes das eleições, a primeira página de *O Estado* traria a seguinte notícia-propaganda:

"Partido da Mocidade do Pará

"Aos moços e ao eleitorado paraense:

"O Partido da Mocidade do Pará que sintetiza no seu programa todas as aspirações moças da nossa terra, apresenta aos jovens estudantes, trabalhadores e populares a chapa com

que vai disputar as eleições municipais, chapa cuja legenda é "Juventude e Vergonha":

1 — Pedro Ventura Felippe de Araújo Pomar (seguido de mais 11 nomes, entre os quais o de Solermo Moreira Filho).

A notícia continuava assim: "Todos os moços que querem ver a juventude livre, respeitada e culta devem apoiar decididamente a nossa chapa, que reflete o vigor, resolução e a vontade da mocidade independente do Pará. Confiante pois, no eleitorado paraense, o Partido da Mocidade do Pará, com a sinceridade indesmentível que o caracteriza, aguarda as próximas eleições de 30 de novembro. Moços, às urnas".

O registro do novo partido foi solicitado ao Tribunal Eleitoral no dia anterior, "com a assinatura de 300 eleitores".

No mesmo dia 26 de novembro *O Estado do Pará* escandaliza numa enorme manchete: "O Brasil galga o fastígio de uma nova crise intestina — Movimentos armados em Pernambuco e Rio Grande do Norte — Foi ontem decretado por 30 dias, para todo o país, o estado de sítio, que hoje entrará em vigor".

Por sua parte, a *Folha do Norte* dava uma notícia bem reveladora das atividades que exerciam Pomar e seus companheiros de Partido: "Ação da polícia paraense contra os elementos extremistas", era o título. A matéria dizia: "A polícia continua vigilante e ativa na sua função de reprimir a ação dos comunistas nesta capital". Informava sobre a prisão de vários elementos, "sob os quais pesam graves acusações, fundadas em robustas provas" e dizia que "as autoridades federais e estaduais estavam vigilantes e aparelhadas de bons elementos que sufocariam de pronto a mais brusca perturbação da ordem em qualquer ponto".

Ainda no dia 26 os estudantes fazem nova manifestação pela Campanha dos 50%. A 29 os jornais informam que a Shell descobriu petróleo na Amazônia. Há dias a Assembléia Legislativa não pode se reunir por falta de quórum. As apresentações do mágico Cantarelli no Palace Theatro eram a sensação entre a burguesia.

Para as eleições do dia 30, Getúlio suspende o estado de sítio. Concorreram os seguintes partidos: Liberal, Ação Integralista, União Popular do Pará, Partido Trabalhista do Pará, Trabalhador para o Trabalhador e Partido da Mocidade Pa-

raense. A legenda Trabalhador para o Trabalhador, vale notar, havia se unido com a corrente Vanguarda Operária e Popular, pela qual assinaram Dalcídio Jurandir Pereira e João Amazonas Pedroso.

Eram estas as primeiras eleições democráticas depois da Constituição de 1934, e os jornais dizem que "o pleito transcorreu em inteira ordem e absoluta tranqüilidade". A junta apuradora proclamou os vencedores a 13 de janeiro de 36: a UPP foi realmente a mais votada, com 4.888 votos; seguia-se o Partido Liberal (4.460), a legenda Trabalhador para o Trabalhador (844), a Ação Integralista (219), o Partido Trabalhista (197) e o Partido da Mocidade Paraense, com minguados 64 votos (os jornais sequer indicam os votos de cada candidato).

É difícil precisar isso hoje em dia, mas é provável que o interesse maior do Partido da Mocidade Independente fosse colocar sua discordância com a linha política geral, e também negar apoio a Malcher (o que não fariam se ficassem na UPP).

Um mês antes do resultado proclamado, os jovens constitucionalistas de 32 voltam às manchetes: "Mocidade paraense protesta contra a pena de morte" (*O Estado* — 10-12-35). "Ante a notícia do estabelecimento da pena de morte no país, conseqüente a uma reforma que se pretende alterar na nossa constituição, a mocidade paraense, num movimento de repulsa àquela medida extrema, endereçou telegramas de protesto a altas individualidades e corporações do sul, apelando para que não seja tornada em realidade tal iniciativa". Pomar e outros assinavam os telegramas aos deputados federais paraenses, aos deputados paulistas, e ao Centro Acadêmico XI de Agosto.

Ação espetacular

Enquanto isso, a ANL realizava, à madrugada do dia 18 de dezembro, sua primeira (e provavelmente única) ação espetacular em Belém. Pedro Pomar e João Amazonas dela participaram ativamente, e vale a pena aqui relatar a matéria publicada pela *Folha do Norte* de 19 de dezembro:

Título: "Comunismo em ação". Subtítulo: "Mãos misteriosas içam pela calada da noite nos mastros dos reservatórios da Lauro Sodré, uma flâmula comunista com legendas subversivas e ainda dispõem de tempo para deixar inscrições do

mesmo gênero nas paredes do reservatório. O fato, notado desde cedo pelo público atrai ao local multidão de curiosos e provoca comentários acalorados. As providências das autoridades não se fizeram esperar: foram presos contra a vontade do diretor das águas, os vigias do imóvel, que se declaram inocentes. A polícia procede a investigação no sentido de apurar responsabilidades.

Matéria: "Ontem ao amanhecer foi notada pela nossa população uma bandeira encarnada no mastro do reservatório de água "Paes de Carvalho", à rua Lauro Sodré, esquina com a 1.º de Março. Às sete horas grande era a massa popular que se comprimia nas imediações da caixa d'água comentando o acontecimento de várias maneiras. Às 7:50 chegou no local um carro do Corpo Municipal de Bombeiros, conduzindo o capitão Mesquita, daquela corporação, alguns bombeiros e material apropriado para o arriamento da bandeira.

"Quase na mesma ocasião chega o comissário de Polícia, tenente Armando Souza, em companhia de vários investigadores. Nesse momento desembarca do auto '80F' o Sr. André Benedetto, diretor da Repartição das Águas. Enquanto o sr. Benedetto e o capitão Mesquita tomavam as providências necessárias para o arriamento da flâmula comunista, o tenente Armando Souza efetuava a prisão dos vigias do reservatório, de nomes Francisco Aires de Andrade e Januário Oliveira, que ali pernoitam. Ouvidos por um de nossos companheiros o vigia Francisco Aires de Andrade declarou-lhe ser, como seu colega também detido, o encarregado da vigilância do reservatório, não tendo porém obrigação de exercer vigilância noturna. Que anteontem saiu às 6 horas da tarde a fim de dar um passeio e que ao regressar, nove horas da noite, nada encontrou de anormal, já encontrando seu colega Januário deitado. Ontem, às seis horas da manhã, ao deixar o reservatório para tomar café foi avisado, por um garoto residente em frente, da existência de uma bandeira encarnada içada no mastro do reservatório. Verificando a procedência da informação deu-se pressa em telefonar à polícia e ao diretor das águas comunicando a ocorrência. Que estava preso, mas tinha a certeza de que a Polícia verificaria a sua inocência.

"Enquanto nosso companheiro ouvia o vigia detido, a turma dos bombeiros, comandada pelo capitão Mesquita, com a assistência do Sr. Benedetto, esforçava-se para arriar a ban-

deira comunista, nada conseguindo devido a ter sido dado um nó no fio de içamento pelos que a hastearam. Vendo a impossibilidade com que se defrontavam os bombeiros, o trabalhador do Utinga, de nome Genaro Oliveira, ofereceu-se para subir ao mastro, o que fez com habilidade, agilidade e sangue-frio a toda prova.

"Arriada a bandeira foi esta embrulhada num pedaço de jornal pelo Sr. Benedetto, ainda no alto da torre do reservatório. Ao chegar o Sr. Benedetto embaixo, o tenente Armando Souza pediu-lhe o embrulho tendo-se o diretor das águas recusado a entregar, sendo necessário que o representante da polícia civil usasse de energia para com o Sr. Benedetto, convidando-o a entrar na residência dos vigias, para que lhe fizesse éntrega do embrulho. Aberto este pelo tenente Armando, verificou-se conter a bandeira encarnada cerca de três metros de comprido, por dois de largura, tendo escritas em tinta branca, com letra de 20 centímetros as seguintes palavras: ABAIXO A PENA DE MORTE — ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA.

"Após a apreensão da flâmula, o Sr. Benedetto ao ter conhecimento da prisão dos dois vigias, insurgiu-se contra esta providência exigindo do tenente Armando requisição escrita da polícia, no que não foi atendido.

"No carro '80F' a serviço do diretor das águas, seguiram para a central em companhia deste e do tenente Armando, os vigias detidos. O caso foi afeto ao major Pedro Nolasco, 1.º delegado auxiliar, tendo sido aberto inquérito.

Ao que parece o trabalho comunista foi feito por mais de uma pessoa, pois, além do içamento da bandeira não poder ser feita por uma só, foram escritas nos tanques dos reservatórios, com tinta arroxeada, várias inscrições como essas: VIVA LUIZ CARLOS PRESTES — VIVA A ANL — VIVA O COMUNISMO, etc. A lata de tinta de que se utilizaram os comunistas paraenses, foi abandonada no local, tendo sido apreendida pela polícia".

"Foi um alvoroço", conta o magistrado e escritor paraense Levi Hall de Moura. "O que mais intrigava a população era a audácia e a maneira de como alguém conseguiu chegar lá em cima. Só fiquei sabendo que foi o Pedro Pomar, depois que entrei para o Partido Comunista", diz Levi. Na realidade,

entretanto, conforme assegura Henrique Santiago, companheiro da ANL, quem subiu para colocar a bandeira foi João Amazonas, embora Pomar tenha participado da operação. Contam também que os participantes da ousadia foram escolhidos pelo partido. A polícia apertou o cerco, fez prisões, mas nunca chegou a descobrir nada. Em compensação, envergonhada, proibiu os jornais de voltar a tocar no assunto.

Primeira prisão

Janeiro de 1936. Pedro Pomar tinha 22 anos, era terceiranista da faculdade de medicina. À noite do 1.º dia do ano, junto com o já deputado João Botelho, Solermo Moreira Filho, Henrique Santiago e muitos outros, participa de um "jantar de confraternização dos constitucionalistas paraenses". No dia 13, Belém acorda com a movimentada greve dos gráficos. Em fevereiro, dia 12, o deputado trabalhista Martins e Silva promove, no Teatro da Paz, a chamada "Festa da Pátria", para dar início "à campanha contra o comunismo no Pará". O teatro lotou, e a festa foi transmitida pela Rádio Clube do Pará para os Estados do Rio, Piauí, Ceará, Paraíba e Minas, além do Peru e Guiana Holandesa! A 7 de março, em página inteira *O Estado* levanta uma dúvida nunca esclarecida: "Luiz Carlos Prestes esteve no Pará?", pergunta o manchetão da primeira página. A 23 de março informa-se a decretação do estado de sítio por noventa dias.

A repressão estava de cima. "A revolução de 35 fracassou — conta Henrique Santiago — "mas a polícia queria saber quem participava da agitação em Belém, quem conspirava. O trabalho do partido estava tomando fôlego mas a reação fechava o cerco. Conseguiu prender a Estevam de Jesus Filho (um dos fundadores do PC em Belém), e ele nos traiu. Disse tudo o que sabia, fez uma derrubação geral". Foram presos, entre operários e estudantes, 23 aliancistas, dos quais Santiago, a 18 de maio, e Pedro Pomar, um pouco antes.

Foi a primeira prisão de Pomar. Uns parentes de Santa contam que ele foi preso por 2 agentes quando ia sair de casa para as aulas da faculdade.

Foram todos para a lúgubre Cadeia de São José, descrita na *Folha do Norte* como "um antigo e inqualificável pardieiro,

uma ignomínia". O diretor do presídio era o major da polícia Sebastião Venâncio de Almeida, apelidado "Corumbá", fiel servidor de Magalhães Barata, que dividiu os 23 aliancistas: militares e pequeno-burgueses para a ala da enfermaria (onde inicialmente ficou Pomar) e operários para a ala oposta, a da capela (onde ficou Santiago). É ele que conta a vida interna na cadeia: "A gente reivindicava uma série de coisas. Numa certa altura, na hora do banho de sol lá nos fundos do presídio, quando confabulávamos, foi acertada a realização de uma greve de fome. Essa greve dividiu o pessoal. Nove não aderiram. Os que aderiram (Pomar, Amazonas, Santiago, Benedito Serra, Teodoro Serra, Raimundo Lima e Silva, José Nascimento, Benedito Costa, Alexandre Gomes, João Benjamin do Nascimento, Luiz Alves, Djalma Hartery), o "pessoal da fome", ficou de um lado só, na ala da capela, onde estavam os operários. A gente chamava atenção de todo mundo, botava bandeira pela janela, gritava, denunciava. A greve durou um bocado de dias, mas não deu para depauperar ninguém. Parece que a gente se alimentava olhando um pra cara do outro. E também tínhamos um pouco de farinha, pra comer com água". A principal reivindicação da greve de fome era a melhoria da alimentação, e foi vitoriosa: a comida passou a ser feita na própria casa do major Corumbá.

"Nossa permanência lá foi toda proveitosa", conta Santiago. "A gente tinha duas aulas por dia, além de uma aula de inglês. A nossa vida era coletiva, não era cada um por si não. O cigarro era de todos, o dinheiro era de todos. O Pomar e o Amazonas eram os dirigentes. Davam aulas de marxismo. O Pomar também dava aulas de medicina. A gente lia romances, e depois discutia com os outros o que tinha lido, porque tinha alguns analfabetos". Por essa ocasião nasce o filho Wladimir que o pai vai conhecer quando Santa o leva à cadeia.

Todos foram julgados, e por falta de provas, o Tribunal de Segurança mandou soltá-los mais de um ano depois, a 14 de junho de 1937. Em outubro Getúlio dá o golpe de Estado e decreta o segundo estado de guerra. "Ele mandou prender todo mundo de novo", relembra Santiago, que foi preso, aliás, no dia 13. "Dessa o Pomar e o Amazonas escaparam. Mas foram presos o Dalcídio Jurandir e o irmão dele, Ritacínio Pereira, ambos do Partido". Santiago só saiu

da cadeia a 15 de março de 1938, dia de seu aniversário. Já era da direção regional do PC, como Pomar e Amazonas, e o trabalho continuava intenso e ativo.

Segunda prisão

Pomar estava na mais absoluta clandestinidade, em situação dificílima. Em 1938, ele, Santa e o filho Wladimir moravam no bairro do Marco, próximo ao Bosque "Rodrigues Alves". Santa estava grávida, sétimo mês (do segundo filho, uma menina que morreu ao nascer, e cujo parto quase causa a morte da mãe), e há três dias a família não comia praticamente nada, por falta de recursos e condições de movimentação. A salvação era o leite, que o leiteiro deixava pontualmente, todos os dias, pois era pago pela mãe de Catharina. A torcida era para que dona Luzia também se lembrasse do casal e enviasse alguma coisa mais sólida.

Isso aconteceu no terceiro dia, quando um parente de Santa, depois de dar muitas voltas para verificar se estava sendo seguido, lhes levou um mocotó. Sequer havia dinheiro para comprar o carvão, e foi o mesmo parente que os ajudou a conseguir. Finalmente, o mocotó no fogo. O alimento cozinhou a noite toda, e nem Pomar nem Santa conseguiram dormir. O cheiro ativo do mocotó cozido aguçava-lhes a fome, agonia que durou até as três horas da tarde, quando finalmente puderam comê-lo.

A perseguição policial era tremenda.

Cada panfleto surgido (e não eram poucos) levava a investigações e prisões. Pomar é preso pela segunda vez a 2 de setembro de 1940. Vivia ainda na mais absoluta clandestinidade, num quarto alugado da avenida Almirante Barroso. No dia 4 de agosto, fugido de novas perseguições, Santiago dormira na casa, no dia seguinte viajando de trem para o interior do Estado (Capanema). Ele lembra que 40 foi um ano de muita perseguição aos comunistas. No Rio de Janeiro a direção nacional foi presa.

Vale aqui transcrever na íntegra a matéria da *Folha do Norte*, do dia 3 de setembro, que conta em detalhes esta segunda prisão de Pedro Pomar.

Título: "Campanha decisiva contra os propagandistas do credo de Lenine. A nossa polícia descobre e aniquila mais

uma célula comunista — Grande quantidade de materiais apreendida — A prisão de perigoso comunista — Inquérito na 2.ª Delegacia — Outras notas."

Matéria: "É louvável, sem dúvida, a ação enérgica atualmente desenvolvida pelo Dr. Salvador de Borborema, chefe de Polícia, no sentido de frear a atividade dos partidários de Stálin em nosso Estado. Sua senhoria dirigindo pessoalmente o serviço de investigações nesse sentido, fiscalizando-o sempre, estimula seus auxiliares que dessa forma vêem sempre coroados dos mais completos êxitos suas iniciativas. Há dias publicamos o esfacelamento completo de uma célula comunista. Não obstante dias depois novos indícios surgiram fazendo crer que outros extremistas apareceram para a continuação das atividades interrompidas. Lembram eles as cabeças da Hydra. Mas o Dr. Borborema, tendo ao lado um Gabinete de Investigações e Capturas, habilmente dirigido pelo dinâmico e empreendedor Sr. Melquíades Costa, não esmoreceu. Pôs-se em campo enfrentando perigos de toda a espécie e expondo-se a sacrifícios de toda sorte, até que conseguiu, num golpe de audácia, a realização de seu objetivo. Mas outras células certamente surgirão, e novos empreendimentos policiais serão efetuados até o aniquilamento completo em nosso Estado da ideologia nefanda que atirou com Trotsky no seio da morte.

Indícios

Logo após a prisão de vários comunistas nesta capital, cujo quartel general à avenida Alcindo Cacela foi vasculhado pela polícia, novos boletins de propaganda começaram a surgir em vários pontos dos subúrbios da capital. Os investigadores do GIC, tendo à frente o Sr. Melquíades Costa e sob as ordens diretas do Sr. Salvador de Borborema, iniciaram então um serviço permanente de vigilância. Os boletins espalhados foram examinados, constatando-se serem eles impressos em mimeógrafos, os primeiros em papel ordinário e os últimos em papel especial. Isso constituiu uma pista vantajosa para os policiais.

Na estrada do Souza

Como o bairro em que apareciam os boletins fosse o do Souza, para lá voltaram-se as vistas da polícia. Noites inteiras

os esforçados mantenedores da tranqüilidade da família paraense passaram de alcatéa de revólver em punho nas esconsas travessas do longínquo e escuro bairro. Constituía isso uma verdadeira vigilância perigosa. Disfarçados todos, enfrentando o orvalho da madrugada, sacrificando-se à chuva, os abnegados policiais, sem prever conseqüências pessoais, tendo em mente apenas os altos interesses da sociedade, defendendo-a das garras dos abutres de Moscou. Tinham eles apenas o conforto de seu chefe, que pessoalmente todas as noites os visitava, encorajando-os para que bem cumprissem os seus deveres.

O fio da meada

De uma feita um investigador notou que à estrada do Souza, já no fim, em uma casa, um rapaz de estatura regular, meio alourado, entrou não mais saindo. Ficou intrigado com o fato e viu nisso o fio da meada. Comunicada essa circunstância aos seus superiores foi colocado naquele perímetro um hábil secreta, a fim de localizar a residência, o que finalmente foi conseguido. O rapaz alourado havia ingressado na casa n.º 1.855.

Procurando uma casa para comprar

O Sr. Melquíades Costa imaginou logo uma fórmula para chegar a uma evidência certa, real. Lembrou-se então de procurar adquirir por compra uma casa das muitas que se encontravam em ruínas na avenida Tito Franco. Designou para isso um de seus mais hábeis auxiliares. No sábado, 24 de agosto último, o secreta bateu à casa de n.º 1.855. Lá residem os irmãos Dulcinéia, Félix, Pedro e Manoel Magno de Oliveira. Bateu. Veio alguém atendê-lo e disse a que ia. Fizeram-no entrar para um quarto. Ao olhar, com os olhos sagazes de investigador, notou em um compartimento um mimeógrafo. Tinha pois à frente o que queria. Na noite desse mesmo dia procurou o Sr. Melquíades pondo o a par do que vira.

O assalto

Segunda-feira seguinte o chefe do GIC à noite, disfarçado, percorreu a estrada do Souza indo até a casa 1.855. Examinou. Verificou o meio mais fácil de cercá-la e assaltá-la. Na ma-

drugada de terça-feira decidiu dar o golpe. Escolheu uma turma de investigadores. A 1,30, pouco mais ou menos, partiu. Por fim chegaram ao local indicado. Um silêncio de necrópole. Um silêncio gelado fazia estremecer. Havia em todos um quê de indescritível dúvida. A casa pequena e velha parecia um mausoléu perdido. Feito o cerco, o chefe bateu e ninguém atendeu. Tornou a bater. O silêncio respondia. Aumentou as pancadas. Bateu com violência. Forte mesmo. Continuava a demora. Isso irritava e fazia supor reação dos que estavam dentro. Mas eles eram a Polícia, tinham um objetivo a cumprir. De armas em punho esperaram apenas o momento para pô-las em ação.

Finalmente uma voz de sono pergunta — a pergunta clássica — Quem é? — Abra, é a polícia. Escancaram a porta. Os investigadores entraram ao mesmo tempo que uma outra turma invadia pelos fundos.

As gentes que habitavam a casa

Sujos e miseráveis os moradores da casa davam a impressão de párias, quase não interessados. Eram os irmãos Oliveira que, medrosos, respondiam tremendo as perguntas das autoridades. Os policiais revistaram a casa. Encontraram um caixote. Abriram-no ali mesmo. Continha um mimeógrafo e vários outros materiais para propaganda. Tudo foi apreendido e levado aquela hora mesmo para a central de polícia. Os moradores da casa relataram então a história de um hóspede. Chamava-se Wandick. Era um rapaz alourado, de boas maneiras, distinto mesmo. Dizia-se estudante de medicina chegado do interior. Precisava de hospedagem e a eles fora apresentado por um conhecido, o capataz da Prefeitura Leandro Teixeira. Tinha uma vida misteriosa o tal estudante. Somente saía à noite e voltava às vezes cedo e às vezes muito tarde. Jamais andava de veículo. Sempre a pé sobraçando embrulhos de boletins que durante o dia mimeografava, utilizando-se dos aparelhos apreendidos. Pagava-lhes 4:000 por dia o que era muita coisa para aquela pobre gente.

E onde está Wandick? — perguntaram. Saiu sábado e despediu-se de todos. Disse apenas que mandaria um carregador buscar sua bagagem, que só deveria ser entregue mediante um bilhete com sua assinatura. Antes porém pagara

a Raimundo Leandro Tavares para que à noite conduzisse sua rede até a travessa da Estrela onde foi esperá-lo.

A prisão de Wandick. Sua verdadeira identidade

Diante de tais declarações foram postados na casa dois investigadores, a fim de aguardar a chegada do carregador ou de Wandick. Quarta-feira seguinte à noite batem à porta. Abrem-na os moradores da casa. É o próprio Wandick que vai buscar os seus objetos. Os investigadores escondidos deixam-no entrar. Um dos policiais conhece o jovem extremista: é ele o célebre comunista Pedro Araújo Pomar que há anos cursara a Faculdade de Medicina do Estado.

Quando Pomar ou Wandick se dispunha a sair, dois canos de revólveres sustentados por mãos vigorosas lhe são apontados ao peito. O jovem extremista sorri. Um sorriso expressivo que sintetiza o seu espírito algo misterioso. Nem sonha em reagir. Mira os investigadores e a eles se entrega. Conduzido à Central foi recolhido à prisão.

De onde terá vindo Wandick?

Como já sabemos, trata-se de Pedro de Araújo Pomar. É ele sobejamente conhecido da polícia pelo seu espírito de rebeldia. Quando estudante tomou parte saliente na revolta dos estudantes de 6 para 7 de setembro de 1932. Adepto do credo vermelho fez-se dele verdadeiro apaixonado, por ele sacrificando seus estudos e sua mocidade. Esteve por várias vezes preso nesta capital. Solto, desapareceu. Fugiu um dia e nesse dia encontrou-se na estrada do Souza com o capataz da prefeitura municipal, Leandro Teixeira. Sobraçava vários embrulhos. Sem conhecê-lo entabolou conversa com o capataz, dizendo-se estudante e chamar-se Wandick. Andava à procura de hospedagem. Lhe foi então indicada e apresentada a casa n.º 1.855, onde foi preso.

O inquérito

Devido ao acúmulo de serviço existente na Delegacia de Ordem Política e Social, que é a terceira, a cargo do Dr. Cunha Barreto, o inquérito foi instaurado sob a 2.ª, sob a presidência do respectivo delegado, Dr. Pedro Leite. Foram ouvidas todas as pessoas nomeadas na presente reportagem.

Por último foi inquirido Pedro Pomar. Este, diante das provas apresentadas, confessou-se como responsável único. Sempre sorrindo declarou que dessa forma já podia contar com sua liberdade tolhida por cinco ou dez anos.

Por esses dias os autores serão remetidos ao Tribunal de Segurança Nacional."

Mais de um mês depois, a 10 de setembro, é preso João Amazonas. "Fisgado mais um adepto do credo sinistro", aterrorizava a *Folha do Norte*. Após "investigações de toda a espécie", a polícia conseguiu localizar a barraca n.º 1.160, na rua Barão do Triunfo. "Feito o cerco", conta o jornal, "foi a barraca invadida pelos componentes (cinco agentes) da proveitosa diligência, os quais efetuaram a prisão de João Amazonas Pedroso, que dormia em um dos quartos da vivenda, e é havido como extremista rubro". Rigorosas buscas encontraram uma máquina de escrever "Continental", "vários prospectos subversivos de propaganda comunista", e um revólver "Smith and Wesson, que estava em baixo da rede onde dormia Pedroso". A polícia também prendeu a lavadeira dona da barraca, viúva Maria Delfina do Nascimento e suas duas filhas. No inquérito, a Delegacia de Ordem Política e Social apurou "que João Amazonas agia no preparo de matrizes e boletins subversivos da propaganda moscovita, matrizes que eram entregues a Pedro de Araújo Pomar, detido há dias passados. Este se encarregava de mimeografá-los em grande quantidade para os espalhar sorrateiramente pelos bairros da cidade. Pouquinhos mas teimosos os adeptos do credo sinistro. A polícia todavia os vai fisgando eficientemente", terminava a notícia.

Fuga

Com efeito, as prisões se sucediam: Cícero Luiz de Almeida, João da Cruz de Souza, José Altino da Conceição, José Ferreira de Castro, José Dias do Nascimento, Agostinho Dias de Oliveira, Raimundo Serrão Castro, Constância Borges da Silva — a todos o Tribunal de Segurança denunciara no dia 17 de outubro, concedendo um prazo de 24 horas para a defesa.

Henrique Santiago era um desses, mas se encontrava fugido, no interior do Estado. Acabou sendo preso em Capanema

mesmo, quando dois policiais o reconheceram e o trouxeram para Belém. "Na cadeia de São José", conta ele saborosamente, "já encontrei Pomar, Pedroso, Agostinho Dias de Oliveira (depois deputado federal pelo PC), João da Cruz e Souza, Raimundo Serrão de Castro e outros. Tudo preso como comunista. Tinha aquele negócio de comunista não poder ficar preso em prisão comum, e nós a fustigar e aperrear o chefe de polícia exigindo uma prisão melhor". Tanto aperreavam (enviando cartas de denúncia, que Santa e outros companheiros se encarregavam de reproduzir), "até que um dia o chefe de Polícia (Salvador de Borborema) mandou tirar da cadeia para botar no Posto de Umarizal. Isso foi logo no começo de 41".

Borborema selecionou "os mais perigosos", membros da direção do Partido (Santiago, Pomar, Amazonas e Agostinho de Oliveira), mais o estudante Serrão de Castro e o marujo João Cruz e Souza (que por vacilos anteriores não merecia a confiança dos demais).

O posto ficava entre as ruas Jerônimo Pimentel e Bernal do Couto, onde hoje funciona o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército. Era um grande casarão velho, avarandado, lugar tranqüilo.

"No Umarizal, conta Santiago", o chefe de Polícia mandava a carne, o pão e o que a gente chama de rancho seco — carne-seca, arroz, feijão... A gente é que fazia a comida, e havia uma competição pra ver quem fazia melhor. Além disso tinha a faxina e a lavagem de prato, dois de nós para cada setor. Éramos vigiados por guardas civis, mas eles só nos recolhiam ao xadrez à noite. Também tínhamos as aulas diárias, pois a gente nunca parou de estudar. Lemos "Germinal", "Cidadela", "A Mãe". A nossa vida era assim. Não se tinha tempo. A gente só deitava um bocadinho à tarde e a ordem expressa era não se fazer qualquer barulho. A noite se fazia a reunião do Partido e se ia dormir".

Em maio de 41 todos passaram a acompanhar a II Guerra Mundial, num rádio que o escrivão do posto queria à força vender (ainda era uma grande novidade) e deixara algum tempo para experiência. "Escutávamos as notícias do mundo inteiro, e ouvíamos que a Alemanha estava apertando o cerco sobre a União Soviética. A gente precisava sair da prisão, pra ajudar".

E daí surge mais concretamente a idéia de uma fuga, já levemente alimentada desde a transferência para o posto. Serrão era muito novo. Cruz havia delatado companheiros. Então, as reuniões de fuga eram feitas no fundo do quintal da delegacia, apenas entre Amazonas, Santiago, Agostinho e Pomar. "Fizemos muitas reuniões, porque a gente não ia dar murro em ponta de faca", diz Henrique.

O primeiro plano foi posto em execução, em junho de 1941. A mulher de Pedro, Santa, uma constante visita, entre muitas outras, (como a do filho Wladimir, então com quatro anos, que fugia de casa para ir almoçar com o pai) foi encarregada de comprar as passagens de navio para o Baixo Amazonas (Santiago diz que ela era a encarregada permanente das tarefas mais perigosas). Passagens compradas, dinheiro (contribuições) na mão, espera-se a chegada do personagem-chave: o médico Raimundo Silas de Andrade, amigo comum. E haja conversa para o Dr. Silas aviar uma receita que fizesse os guardas adormecerem. "Ele fez a receita e mandamos aviar. Eu não sei o que era. Eu sei é que no dia que se deu o remédio, aí é que eles não dormiram mesmo. A gente com as coisas amarradas, tudo pronto, e os guardas de fogo aceso", ri Santiago.

Brincadeira do Dr. Silas? Resistência dos guardas? Puro azar? A verdade é que a primeira tentativa não deu certo. Continuaram as reuniões no fundo do quintal, e a maior preocupação era evitar que o marujo Cruz e mesmo o estudante Serrão descobrissem os planos.

Vendo a impossibilidade de sair pela frente do posto, os quatro tentaram nova fuga pela casa do vizinho, Mariano (que já tinha sido do Partido, mas ficou doente, "sem noção das coisas"), bem guardada por cachorros bravos. Manda-se comprar formicida tatu e faz-se a decoração de um bom pedaço de carne — "mas quando eles iam comer, cheiravam e não comiam. Vinham os urubus, comiam e morriam na hora. O plano não deu certo".

"Nós temos que sair daqui de junho para agosto", decidem os quatro, agoniados ("A gente preso não produz muito, não faz o que precisa fazer", justifica Santiago). "Começamos a discutir, ajeitar, olhar pra todo lado". Serrão acaba descobrindo, é chamado e informado dos planos.

É agora. O partido providencia bem adaptadas carteiras profissionais, com nomes falsos (Santiago lembra que o dele era "não sei quê Brito"). Santa encaminha a compra de novas passagens: duas para Marabá, uma para Monte Alegre, e duas para São Benedito, em Faro, no Baixo Amazonas. A data da fuga ficou acertada pela saída dos barcos: 5 de agosto de 1941.

Seis guardas (entre os quais "Prato Raso", "Bucheirinho" e "Pescoço de Broca") tomavam conta no posto à noite desse dia, e era preciso diminuí-los. Dois saíram para vigiar os namorados da praça Brasil, mas quatro ainda eram demais. Às 8 horas toca o telefone — "Prato Raso" vai atender e recebe o alarma: "grande desordem na Vila da Barca (antro de marginais), já morreram bem uns três", encenava alguém do Partido na hora marcada. E lá se vão mais dois guardas.

Lá dentro do casarão o rádio alto irradiava o jogo Seleção do Pará x Seleção da Bahia. À exceção de João Cruz, que ainda não sabia de nada, Pomar, Amazonas, Agostinho e Serrão esperavam ansiosos, duas tábuas já arrancadas do chão.

"A tarefa mais árdua foi a minha", orgulha-se Santiago. Com efeito: na tradicional "hora do chá" (sempre dividido com os guardas) coube a ele a tarefa de servir. Enquanto isso sairiam Pomar, Agostinho e Amazonas. Serrão devia esperá-lo. Quanto ao marujo, "a gente só ia avisar na hora de sair, e ele que se safasse. Se saísse, tudo bem, senão, nada poderia contar pois não sabia de nada".

Pois o rádio estava ligado, a chuva caía fina na escuridão. Santiago servia o chá e a liberdade abria as asas para os três. Quatro aliás, que Serrão ficou meio apavorado e saiu logo com eles.

"Quando acabei de dar o chá e voltei pra dentro, o marujo me disse que o pessoal tinha ido embora. Eu fiz que não sabia de nada: 'Agora nós vamos sair também, amarra as tuas coisas' ".

Eita agonia! Pois justo nesta hora ainda chega o "Prato Raso" para contar a história do tal telefonema. Que a desordem parece que era mesmo grande, que o "Bucheirinho" não tava querendo ir, mas que ordem era ordem e blá, blá blá. "Ele conversando e eu já me repuxando com a conversa dele, mas ele não viu a tábua solta. Até que foi embora e sentou-se

na sala, bem de cara para a porta da saída. Não podemos sair pela frente", disse Santiago ao apavorado João Cruz". "Vamos sair pela casa do Mariano. Enquanto ele acabava de arrumar a bagagem eu saí, pulei o muro, a cachorrada tava presa, foi a sorte. Eu já no quintal do Mariano e chega o Marujo. Batemos na porta da cozinha, o sogro dele abriu, e mesmo já conhecendo a gente, pelas conversas por cima do muro, tomou aquele choque. Eu disse: "nós vamos embora, e você não vai abrir o bico senão vai apanhar até não querer mais. Ele ficou meio pèrdido e não disse nada. Passamos por baixo de um bocado de redes e chegamos na porta da frente".

No primeiro canto Santiago se desvencilha de Cruz que nada desconfiava sobre a viagem. Segue pro lado do cais. No caminho alguém entrega sua bagagem, informando que "os outros já passaram faz tempo". Caminha mais um pouco, todo molhado, e embarca no navio "Aquidabã", onde já encontra Agostinho e Serrão. O barco saiu às 22 horas. Dias de viagem, Agostinho fica em Monte Alegre, na casa de um companheiro do Partido. Santiago e Serrão (35 e 18 anos respectivamente) fazem uma acidentada viagem até Manaus, onde serão presos algumas vezes na continuidade do trabalho partidário.

No Posto de Umarizal, quando descobriram a fuga, os policiais fizeram verdadeira destruição, para provar que tinha havido luta. De nada adiantou: a polícia foi procurar no lado completamente oposto ao do cais e só agora é que fica sabendo a história completa da famosa fuga. Em compensação Santa passou baixo. Sua casa foi invadida e depredada. "Até a tampa da fossa eles arrombaram", conta um parente que testemunhou a violência. Santa foi presa (estava grávida de mais um filho que acabou perdendo), difamada, e teve as mãos torturadas por uma prensa. Mais uma vez o advogado João Botelho entrou em ação e conseguiu libertá-la, sob as ameaças de que o governador seria responsabilizado se alguma coisa lhe acontecesse.

No Rio

Foi um parente de Santa quem entregou, num canto escuro próximo ao cais do porto, as bagagens de Amazonas e Pomar. Eles levavam algum dinheiro, e Pomar também

carregava um revólver 38, bem carregado. Os dois companheiros viajaram pelo rio Tocantins, passaram por Marabá, Carolina e Peixe e meses depois de acidentadíssima viagem conseguem chegar ao Rio de Janeiro — onde se entregam totalmente à tarefa de reorganizar o Partido.

Desde o momento em que chegou ao Rio de Janeiro, Pomar passou a viver na mais estrita clandestinidade. Viveu no Rio até 1943, morando em Madureira e Vila Isabel. Santa juntou-se a ele em julho de 1942, viajando de Belém num dos antigos Itas, o "Itapé", com os filhos Wladimir e Eduardo. Na árdua luta pela sobrevivência, Pomar chegou a ser pintor de paredes, tendo inclusive trabalhado na construção do cine Politeama, no largo do Machado.

Ainda no Rio ajudou a formar a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que se encarregou de reorganizar o PC em escala nacional e convocou e realizou a Conferência da Mantiqueira (1943).

Logo após, com a família, muda-se para São Paulo, com o objetivo expresso de ali reorganizar o Partido. Morou inicialmente numa pensão da rua Augusta, perto da avenida Paulista, junto com a família de Diógenes Arruda Câmara. Depois transferiu-se para um sobrado, numa vila da antiga rua Borba Gato, em Pinheiros, atual rua Virgílio de Carvalho Pinto, onde permaneceu até 1945.

Eram épocas de anistia, de vitórias contra o nazismo, e o PC foi legalizado. Pomar passou a empreender uma intensa atividade pública. Participou de inúmeros comícios e atos públicos na capital e no interior de São Paulo, e em outros Estados.

O PC em Belém

Voltou a Belém durante as eleições de 45, quando concorreu a deputado federal (o número de votos não deu para elegê-lo). Um companheiro o encontrou visitando as urnas do Grupo Vilhena Alves. "Ele já era pessoa de projeção no partido", conta. "Mas nossa conversa foi muito superficial. Ele vivia sempre sorrindo, e isso era um estimulante. Suas determinações eram mais uma demonstração de carinho do que uma ordem".

No dia 19 de agosto de 1945, com o Teatro da Paz (cedido, imaginem, por Magalhães Barata) totalmente lotado, instala-se em Belém o Comitê Estadual do Partido Comunista (cujo secretário foi Henrique Santiago, eleito em 46 como único deputado estadual pelo PC). Os jornais agora eram outros. A 12 de agosto, com grande destaque, *O Estado do Pará* publica um artigo de Carlos Marighela, "O que é o nosso partido". No dia 14, o manchetão da primeira página dizia: "Chegou ontem a Belém o líder comunista João Amazonas".

No dia da solenidade (às três da tarde), em seu discurso inflamado, Amazonas se referiu aos tempos em que "era o foragido, o proscrito, o perseguido, que só às caladas da noite e em recantos escondidos podia gozar o supremo prazer de pensar livremente e de trabalhar pela vitória de uma causa justa. Juntamente com Pedro Pomar, Agostinho Oliveira e outros companheiros, iludia a vigilância policial e, varando o sertão brasileiro pela rota do Tocantins, dirigia-me para o sul do país à procura de outro ambiente, onde me fosse possível aplicar minha atividade de revolucionário consciente. Eu e meus valentes companheiros passamos por duros momentos".

"No Pará também", relembrava Amazonas, "as atividades comunistas não datarão de hoje. Vêm já de alguns anos, uma vida subterrânea, cheia de sacrifícios ignorados, de devotamentos silenciosos, uma vida dura, perseguida, caluniada".

Pedro Pomar não pôde comparecer, mas mandou uma mensagem, lida pelo gráfico Antonio Santos, do recém-instalado Comitê Estadual. A mensagem era a seguinte:

"Ao povo do Pará

"Companheiros e companheiras do Partido Comunista do Brasil!

"A instalação do nosso partido na heróica e tradicional terra paraense é motivo de orgulho legítimo para todos nós, filhos da constante e abnegada luta dos brasileiros a favor da democracia, do progresso e da independência da pátria. Nosso partido nasce para a vida legal no justo momento em que, no mundo, em virtude da grande vitória militar contra o nazismo, na qual a FEB desempenhou um papel destacado — no justo momento em que as forças da liberdade e da

Democracia ganham triunfos decisivos. Nosso Partido surge no instante em que, na nossa Pátria, a opinião popular cresce como onda irresistível, revelando o prestígio do Partido Comunista, fator poderoso da unidade e da ordem democrática.

"Isso nos deve dar o sentido exato de nossa responsabilidade diante dos trabalhadores e do povo do Brasil.

"Isso nos deve dar, principalmente, a clara visão de nossa situação de miséria, de desunião e de crise geral, crise de vergonha, como chamam, mas que dizemos ser crise de produção, de liberdade, de garantias constitucionais, enfim, de falta de unidade, de falta de entendimento entre todos os homens e partidos democratas e progressistas do País e, em particular de nossa terra, para vencermos esse atraso e esse estado de coisas calamitoso em que nos encontramos.

"O povo do Pará conta, de hoje em diante, com um Partido de tipo diferente, que se bate, efetivamente, pelos direitos da classe operária, e de todas as camadas populares, um Partido que pratica a Democracia e luta por ela, um Partido patriota e conseqüente.

"Para os comunistas, especialmente para aqueles que, nessa boa e querida terra, sempre acreditaram nas virtudes antifascistas dos paraenses, a instalação do Partido Comunista, no nosso Estado, constitui razão de imenso júbilo.

"Com esse sentimento é que vos saúdo, camaradas e, por vosso intermédio, a todo o nosso povo, esperando que essa afirmação da vontade democrática de nosso Partido continue a ser fortalecida e ajudada pela compreensão unitária de todas as correntes políticas que desejem, realmente, o bem-estar de nossa gente. Estou certo, finalmente, de que, em torno do Comitê Nacional e do nosso grande líder Luiz Carlos Prestes, os comunistas paraenses manterão a mesma sagrada fidelidade aos interesses da classe operária e de todo o povo e lutarão, sem descanso, para unir os brasileiros sem distinção, a fim de, através de eleições livres, marcharmos para uma Assembléia Constituinte e, desse modo, completarmos a derrota do racismo, com a garantia e consolidação da Democracia em nossa pátria.

Pedro de Araújo Pomar."

Jornalista e deputado

Entre 1945 e 1947, morando em São Paulo, Pomar também desenvolveu intensa atividade jornalística. Foi diretor da *Tribuna Popular* e por mais de uma vez teve de enfrentar a sanha do governo "democrático" do general Dutra. Por mais de uma vez as oficinas estiveram empasteladas e eram freqüentes as ameaças de prisão em virtude das denúncias veiculadas pelo jornal.

Em uma dessas ocasiões, a polícia simplesmente foi plantar-se à porta do apartamento em que morava, no bairro das Laranjeiras, e ficou lá por dois dias, impedindo a entrada ou a saída de qualquer pessoa. Amazonas, que morava com Pomar, e já era deputado eleito pelo Rio de Janeiro, teve que sacar de um revólver 38, para poder sair sem que a polícia invadisse o apartamento. Ameaçou os policiais, declarou suas imunidades parlamentares (naquele tempo ainda havia isso...) e conseguiu sair. Mesmo com as denúncias e pressões de fora, a polícia ainda manteve o cerco, só saindo no dia seguinte — quando Pomar, então, pôde voltar ao jornal.

Em 1947 ocorrem as eleições complementares em diversos Estados. Em São Paulo, o PCB e o PSP (Partido Social Progressista, de Ademar de Barros) estabeleceram uma coligação eleitoral. Pomar e Arruda Câmara foram lançados candidatos a deputado federal, e o pintor Cândido Portinari a senador. Pedro recebeu a maior votação da época, mais de 100 mil votos.

Começava para ele mais uma frente de luta, a luta parlamentar. Levantamento do jornal *Folha de S. Paulo* (17-12-76) indica que seu primeiro discurso foi feito em 12 de abril de 1947, sobre a campanha de certos setores contra o Partido Comunista do Brasil, isto é, dizia ele, "contra a Constituição e o regime democrático". A 14 de maio ele comentou a data da libertação dos escravos, afirmando que "a escravidão branca ainda persiste no Brasil, principalmente no meio rural". Pomar apresentou 372 trabalhos parlamentares, boa parte deles sobre temas como prisões de companheiros e militantes, repressões aos operários, empastelamento de jornais, etc. Também ocupou por um ano á 4.ª Secretaria do Congresso.

Por essa época o escritor e advogado paraense Benedito Monteiro encontrou-se com ele. "Eu era estudante e repórter

no Congresso, quando o Pomar era deputado pelo PCB. O Partido tinha uma sede com quatro andares no Rio de Janeiro, e o Pedro era encarregado da parte de Educação, era secretário de Educação e Propaganda. Ele tinha uma grande projeção dentro do Partido. O PC tinha cerca de 25 jornais em todo o país, e ele supervisionava a todos. "O Pomar era uma excelente pessoa humana", opina Benedito Monteiro. "Naquela época o pessoal da direção era meio inacessível. O Arruda era meio sectário, fechado, o Pedroso era meio prosista. O Pomar era o mais acessível. Ele tinha um sorriso largo e teve uma das mais brilhantes atuações como parlamentar, falava muito bem".

Em 1948, Pomar chefiou a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, no México. Seu discurso teve imensa repercussão no Brasil, e a imprensa burguesa o acusou de "denegrir a imagem do país no exterior", iniciando uma verdadeira campanha contra Pomar e os demais comunistas que já então se encontravam na ilegalidade. (Vale explicar aqui que Pomar e Arruda só escaparam da cassação de mandatos em 1947, porque tinham sido eleitos pela coligação PCB/PSP, permanecendo como deputados até 1950).

Além de sua atividade jornalística e parlamentar, Pomar ainda era secretário político do Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro, posto que ocupou até 1950, acumulando-o com o de membro da Comissão Central, da Comissão Executiva e do Secretariado do Partido.

"Depois que o PCB retornou à ilegalidade, em 47, Pedro Pomar chegou a disputar com Diógenes Arruda Câmara o principal cargo executivo do Comitê Central, logo abaixo de Luiz Carlos Prestes, mas foi derrotado e caiu em desgraça: foi gradualmente afastado do secretariado, depois do quadro de membros efetivos do Presidium, depois do quadro de suplentes do Presidium, depois do quadro de membros efetivos do Comitê Central. Reduzido enfim a suplente do Comitê Central, foi também deslocado do plano nacional do PCB, sendo enviado ao Rio Grande do Sul como dirigente regional. Mais tarde foi parcialmente reabilitado e encarregado nacional de educação do PCB. No período em que foi o terceiro homem mais importante do PCB, Pedro Pomar era secretário de Educação e Propaganda do Comitê Central e dirigiu a *Tribuna Popular*. Além disso, escreveu o prefácio do livro de Luiz

Carlos Prestes, *Problemas Atuais da Democracia,* um volume de 515 páginas, contendo textos do líder comunista, escritos a partir de 1935" (*Folha de S. Paulo,* 17-12-76).

Em 1949 Pomar volta a participar do Congresso Mundial pela Paz, dessa vez em Varsóvia. Em 1950, terminado o mandato, passou imediatamente à clandestinidade, indo para o Rio Grande do Sul. Participando da direção estadual do PCB, foi um dos articuladores das lutas operárias e populares que sacudiram o Estado nos anos 51/52. A experiência fez com que o Partido o indicasse para participar de um comitê especial organizado em São Paulo, por cima da estrutura normal do Partido, com a finalidade de dirigir o grande processo de lutas grevistas e contra a carestia. Esse comitê orientou toda a atividade do PCB em São Paulo durante as lutas de 52 e 53.

Depois, Pomar volta a morar no Rio de Janeiro, primeiro em Deodoro e depois no Méier. Foi, então, enviado à União Soviética, onde permaneceu estudando por quase dois anos. Ao retornar foi de novo enviado a São Paulo, onde participou do Comitê Regional Piratininga (responsável pela organização do Partido na Grande São Paulo), tendo ido morar primeiro em Indianópolis e depois no Tatuapé.

Por essa época já se acentuavam as discrepâncias com as chamadas correntes burguesas dentro do PCB, ainda não muito bem caracterizadas. Apesar de não mais ocupar uma posição preponderante na direção nacional, vez por outra Pomar era enviado como participante de delegações brasileiras em congressos de países socialistas. Assim, em 1956, ele foi membro da delegação brasileira ao 8.º Congresso do Partido Comunista Chinês, e já voltou sob fogo cruzado dos revisionistas mais radicais e abertos. De 1957 a 1962 Pomar e outros companheiros passam a travar uma verdadeira batalha contra os revisionistas, em particular os que até então vinham se mantendo camuflados, o que lhe vale a destituição paulatina das posições de direção que ainda ocupava. De dirigente do Comitê Regional passou a dirigente do Comitê Distrital do Tatuapé, do qual o próprio Prestes, pessoalmente, ainda tentou destituí-lo durante as conferências preparatórias do V Congresso.

Como forma de pressão, a direção do PCB ordenou que voltasse ao Pará, ou fosse trabalhar, e a partir disso ele tem

que travar nova batalha para resolver os problemas de subsistência. Não aceitou a condição de voltar ao Pará, de onde estava ausente há tanto tempo, porque isso consistiria no abandono puro e simples do trabalho de construção de partido na zona operária leste de São Paulo, trabalho ao qual se dedicara nos últimos anos.

Por outro lado, mesmo numa situação de semilegalidade seria muito difícil que conseguisse um emprego. Sem outra opção, passa a viver de traduções e de aulas. Traduziu alguns livros de economia e uma série de livros de psiquiatria e de outros ramos científicos, tanto do inglês e do francês, como do russo. Traduziu também os dois primeiros volumes de *Ascensão e Queda do III Reich,* de W. Schirer, e deu aulas de russo a diversas pessoas. A maioria das traduções saía com nomes de outros tradutores.

Contra os revisionistas

A luta contra os revisionistas centrou-se em torno das teses do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Prestes e seus aliados fechavam integralmente com a proposta russa e queriam a todo custo conseguir novamente a legalidade do Partido, mesmo à custa de sacrificar alguns princípios sérios. Basicamente a divergência deu-se em torno de uma questão essencial do marxismo-leninismo, a de que a revolução do proletariado só se dará a partir da violência revolucionária. Prestes abandona essa premissa e passa a considerar efetivamente as possibilidades parlamentaristas e reformistas de "transformação social". Em busca da legalidade, aceita conchavos e exigências da burguesia. Troca o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro.

Em 1959, enviado para participar do Congresso do PC romeno, Pomar teve a oportunidade de assistir à tentativa de Nikita Kruschov, líder do PCUS, de isolar o Partido Comunista Chinês e o Partido do Trabalho da Albânia do conjunto do movimento comunista internacional.

No V Congresso do Partido, em 1960, Pomar ainda é mantido como membro suplente do Comitê Central, numa evidente manobra para dar impressão ao conjunto partidário de que a minoria e os divergentes haviam sido considerados. A essas alturas do campeonato, porém, ele não tem mais

esperanças em uma transformação do partido de dentro para fora. O Partido caíra no "charco" do revisionismo, costumava dizer.

Sua atividade posterior, abertamente anti-revisionista e contra a subordinação do Partido aos interesses burgueses, acabou por determinar sua expulsão pública, juntamente com Maurício Grabois, João Amazonas e outros.

O PC do B

Em fevereiro de 62 a corrente anti-revisionista resolve reorganizar-se, para garantir a continuidade e a existência do Partido Comunista do Brasil. Pomar, juntamente com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo são os principais articuladores da conferência que selou o rompimento com os revisionistas do PCB.

Logo depois, já como redator-chefe de *A Classe Operária,* que voltou a ser editada como órgão central do partido, Pomar viaja pelo Brasil e revê Belém, não só para tratar da edição e da difusão do jornal, como também para tentar reorganizar o Partido.

Mais tarde, atendendo convite dos respectivos partidos, Pomar viaja à Albânia e à China. Entre 62 e 64 desenvolve *uma tenaz atividade para colocar seu reorganizado Partido à* altura do amplo ascenso dõ movimento de massas. Escreve artigos para *A Classe Operária,* procura reorganizar o Partido em São Paulo, faz conferências, participa de contatos com as demais forças políticas. Procura impedir, enfim, que a maré reformista conduzisse a classe operária à derrota. Isto não foi possível, e em 1964, com o golpe militar de 1.º de abril, é obrigado novamente a passar à clandestinidade.

Sua atividade pública reduz-se a zero. Volta-se completamente para o trabalho partidário clandestino. A maioria de seus escritos nesse período, em especial para *A Classe Operária* (que continuou circulando ilegalmente) saía sem a sua assinatura. Sabe-se que teve papel destacado na VI Conferência do PC do B, em julho de 1966, e que viajou diversas vezes ao exterior. Foi condenado à revelia em diversos processos da justiça militar da ditadura. Durante todo esse período sabe-se que continuou morando e atuando em São Paulo.

A chacina da Lapa

Finalmente, a 16 de dezembro de 1976, a imprensa escrita e falada noticia sua morte numa casa da rua Pio XI, na Lapa, um bairro de São Paulo, onde estaria sendo realizada uma reunião do Comitê Central do PC do B. Na mesma ocasião teriam morrido Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drumond.

Só com o tempo (entrevistas, opiniões, detalhes, documentos do processo, pesquisa dos jornais, etc...) foi possível juntar as diversas peças dos acontecimentos daquele dia e, das notícias desencontradas e sensacionalistas dos jornais, extrair a verdadeira história do que se convencionou chamar a Chacina da Lapa.

A casa da rua Pio XI, número 767, era realmente um "aparelho" do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Ali, além das reuniões normais desse organismo partidário, realizavam-se também as reuniões de Comissão Executiva e outras diversas. Pela quantidade do material lá encontrado, deduz-se também que a casa servia como uma espécie de arquivo da direção e como moradia de alguns dirigentes.

No dia 11 de dezembro teve início uma reunião da Comissão Executiva. No dia 14, com a chegada de mais alguns membros da direção, ela transformou-se em reunião do Comitê Central. Segundo as informações levantadas, dela participavam, além de Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, João Batista Drumond, Elza Monerat, José Novaes, Aldo Arantes, Wladimir Pomar, Haroldo Lima e Jover Teles.

Conforme os documentos anexos ao processo que condenou os sobreviventes, no dia 10 de dezembro os órgãos de segurança da ditadura militar já tinham a casa sob vigilância, situação que permaneceu até a manhã do dia 16, quando ocorreu o ataque e o assassinato de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo.

Terminada a reunião da noite do dia 15, os membros do Comitê Central começaram a sair. No primeiro grupo saíram Wladimir Pomar e João Batista Drumond. Aldo Arantes e Haroldo Lima saíram no segundo grupo, ainda no dia 15. Jover Telles sempre saía nas manhãs posteriores às reuniões da direção, desta vez saindo junto com Novaes, em virtude do horário de passagem de retorno deste. Pomar e Arroyo ainda pensavam permanecer na casa durante o dia 16.

Como de hábito, relata alguém, Drumond e Wladimir saíram por volta das 20 horas, com os olhos fechados para não localizar a casa, o motorista e o carro. O primeiro ficou perto da avenida 9 de Julho e o segundo na esquina da avenida Brigadeiro Luiz Antonio com Groenlândia. Na esquina da avenida Santo Amaro com a avenida Central, Wladimir acabou sendo preso. Os policiais que o seguiam, em pelo menos seis carros, aperceberam-se de que ele havia notado a operação e tentava escapar ao cerco. A forma como Drumond foi preso é um segredo que ele levou para o túmulo (a versão da repressão, evidentemente falsa, é a de que foi atropelado quando tentava fugir).

Entretanto, em carta-denúncia encaminhada à Auditoria Militar, Wladimir conta que na noite do dia 15, já no DOI-CODI do II Exército, sob tortura, ouviu um policial referir-se a outro preso que levava consigo um pacote de biscoitos cheios de jornais *A Classe Operária* — e Drumond realmente o levava. Wladimir conta ainda que ouvia gritos de alguém sendo torturado. Por volta das quatro horas da madrugada do dia 16 ele ouviu uma correria atrás de alguém que teria se jogado pela janela no pátio do DOI, e ordens apressadas para chamar o médico.

Os únicos presos do dia 15 foram Drumond, Wladimir e Aldo Arantes, este já por volta das 22 horas. Após ser deixado pelo carro do aparelho e despedir-se de Haroldo Lima, Aldo dirigiu-se para o metrô. Os policiais então o agarraram, pois seria impossível fazê-lo depois. Como Aldo Arantes, em suas cartas, não se refere a torturas no dia 15 nem na madrugada do dia 16, é praticamente certo que o assassinato de Drumond ocorreu no próprio DOI-CODI. Além desse indício, vale notar que Drumond foi preso entre as 21 e 22 horas do dia 15, e o horário de sua morte "por atropelamento", conforme a nota oficial do II Exército, foi às quatro horas do dia 16.

Haroldo Lima não notou que estava sendo seguido, e chegou até sua casa, sendo preso ao sair, no dia 16, pela manhã.

No dia 16, às 6 da manhã, Joaquim, o motorista, com Elza Monerat, foram deixar Jover Telles e José Novaes em pontos determinados, de onde tomariam transporte para seus locais de origem. Num dado momento se inicia uma estranha

perseguição. Joaquim notou que estava sendo seguido quase ostensivamente por um Volks. Começou a dar voltas e confirmou as suspeitas. Avisou os demais do que ocorria, e mandou que abrissem os olhos para localizarem-se, já que tentaria desvencilhar-se dos perseguidores e os deixaria em algum lugar na primeira oportunidade. Conseguiu cumprir seu intento, largando Telles e Novaes. Elza preferiu continuar. Cinco a dez minutos depois o carro foi abalroado e os dois presos.

Mais ou menos na mesma hora a repressão interditava o trânsito na rua Pio XI e dava continuidade a uma operação que se iniciara seis dias antes e brevemente chegaria ao fim. Armados de metralhadoras, granadas, espingardas 12 e toda uma parafernália guerreira, os agentes do DOI-CODI, literalmente estouraram a casa 767. Iniciaram um fogo concentrado que fazia cair o reboco do teto e estremecia toda a estrutura do prédio, como contou a sobrevivente Maria Trindade na audiência judicial. Conforme ela, Pomar ainda teria chegado à porta da cozinha e afirmado: "Desgraça! Nos pegaram!" Quando voltava para a sala, provavelmente para queimar os documentos e materiais existentes (regra de ouro dos revolucionários), não pôde fazê-lo. Foi atingido na cabeça e em outras partes do corpo, tudo indica que por tiros partidos do vitrô da sala, quase à queima-roupa, sem possibilidade de qualquer defesa, morrendo instantaneamente.

Arroyo, que estava no banheiro, mal teve tempo de sair para o corredor. Foi atingido por uma rajada que o levantou do solo e o prostrou definitivamente. Maria Trindade conseguiu sair ilesa.

Uma operação minuciosamente planejada punha fim, então, à vida de Pedro Pomar, aos 63 anos de idade.

Pomar, Arroyo e Drumond, heróis do povo brasileiro

Trecho do artigo de A Classe Operária *n.º 112, de janeiro de 1977*

Pedro Pomar era um dos mais conhecidos dirigentes comunistas do nosso país, tendo militado quarenta e dois anos nas fileiras do Partido. Nasceu a 23-9-1913, na cidade de Óbidos, Estado do Pará. Sua mãe, sozinha, enfrentou enormes dificuldades para criar os filhos. Ao completar os estudos secundários, Pomar conseguiu ingressar na Faculdade de Medicina de Belém, onde cursou apenas os dois primeiros anos. Em 1935, ingressou no Partido Comunista do Brasil, na clandestinidade, chegando a ocupar um cargo no Comitê Regional do Pará. Tomou parte ativa na campanha democrática e patriótica da Aliança Nacional Libertadora e apoiou com entusiasmo a insurreição de novembro de 1935. Vivendo na clandestinidade, devido às perseguições policiais que se seguiram à derrota da insurreição da ANL, dedicava-se à tarefa de construção do Partido. Esteve várias vezes na prisão. Em 1940, quando recrudesceu a vaga repressiva aos comunistas, estimulada pelos nazi-fascistas, Pomar foi detido uma vez mais, permanecendo no cárcere cerca de um ano. Em agosto de 1941, juntamente com outros camaradas, empreendeu audaciosa fuga da prisão. Nessa época, o Comitê Central do Partido havia caído em mãos da reação, e as organizações estaduais encontravam-se, quase todas, praticamente destroçadas. A reconstrução do Partido era tarefa urgente e fundamental. Pomar, em companhia do camarada Amazonas, dirigiu-se para o Rio de Janeiro, realizando difícil e prolongada viagem através de regiões inóspitas. Chegando ao Rio, em fins de 1941, empenhou-se na reorganização partidária, tornando-se membro da

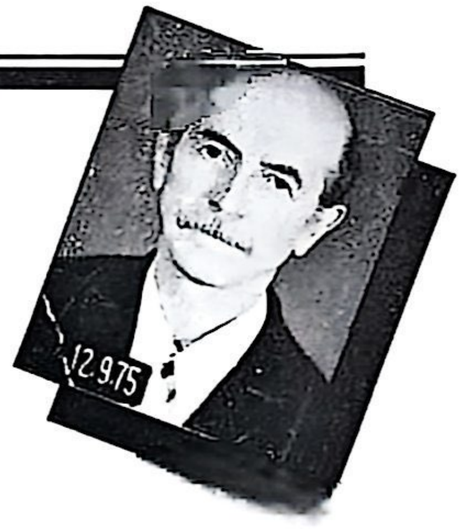
Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Em 1943, foi um dos organizadores da Conferência da Mantiqueira, que reorganizou o Partido em escala nacional. Seu nome figurou entre os membros do Comitê Central e da Comissão Executiva então eleitos. Com a conquista da legalidade do Partido, em 1945, Pomar exerceu o cargo de diretor da *Tribuna Popular,* diário de massas do PC do Brasil. Mais tarde dirigiu também a *Imprensa Popular,* do Rio, e colaborou ativamente em *Notícias de Hoje,* de São Paulo. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado federal por São Paulo, concorrendo ao pleito sob legenda partidária aliada, tendo exercido o mandato por quatro anos. Nessa função foi intransigente defensor da orientação do Partido, cujo registro legal fora cassado em maio de 1947. Como dirigente do Partido, Pomar trabalhou em vários Estados, ocupando diferentes cargos. Esteve no Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Representou o PC do Brasil em reuniões de organizações democráticas de âmbito mundial e também em diversos congressos de Partidos irmãos, tornando-se um nome muito conhecido internacionalmente. Nos fins da década de 50, tomou posição firme no combate ao oportunismo de direita que então grassava na direção do Partido, com Prestes à frente. Participou do histórico debate do V Congresso do PC do Brasil, em 1960, no qual se enfrentaram abertamente duas concepções opostas — a dos revisionistas e a dos marxistas-leninistas. Pomar defendeu o caminho revolucionário, criticou e desmascarou Prestes e seus seguidores. Quando, um ano depois, os revisionistas que se haviam apoderado da direção do Partido deram novos passos para transformá-lo definitivamente num agrupamento social-democrata, Pomar foi dos primeiros a defender o antigo partido da classe operária e a trabalhar pela sua reorganização.

Em fevereiro de 1962, encontra-se entre os organizadores da Conferência Nacional Extraordinária que reestruturou o Partido Comunista do Brasil e é um dos signatários do seu Manifesto-Programa. Aí foi eleito membro do Comitê Central e da Comissão Executiva, sendo também indicado para o cargo de redator-chefe de *A Classe Operária.* Na VI Conferência Nacional do Partido, em 1966, tomou parte destacada na elaboração da tática geral do Partido, visando à luta contra a ditadura militar-fascista e o imperialismo norte-americano e em defesa das liberdades e da independência nacional. Após o

assassinato dos três membros da Comissão Executiva, em fins de 1972, Pomar incumbiu-se da direção da Comissão Nacional de Organização. Revolucionário conseqüente, era odiado pelos militares fascistas que cassaram seus direitos políticos por dez anos e já o haviam condenado à revelia, na Justiça Militar, por três vezes, a penas que somavam um total de oito anos.

Durante os quase quinze anos de reorganização do Partido, Pomar destacou-se como um batalhador incansável do fortalecimento do PC do Brasil, como adversário do revisionismo contemporâneo que tem à sua frente os renegados do Cremlin e como ardoroso partidário do internacionalismo proletário. Pessoa de elevada moral, sempre levou vida modesta e inteiramente dedicada ao Partido e à revolução. Homem de cultura, foi um estudioso da História do Brasil, esforçando-se por interpretar o passado do país à luz do marxismo-leninismo.

O assassinato de Pedro Pomar, destacado dirigente comunista, priva a classe operária e o povo brasileiro da colaboração eficiente e inteligente de um de seus melhores filhos.



Pomar — seu nome e o exemplo de sua vida serão sempre lembrados

João Amazonas

Conheci Pedro Pomar numa tarde tranqüila de um domingo tranqüilo e suburbano de Belém do Pará. Já quase nos últimos meses de 1935. Era um período marcado pelo surgimento da Aliança Nacional Libertadora, que tantas esperanças acendera no coração dos trabalhadores, e pela projeção que começava a ter o PCB. Ele havia se casado fazia pouco tempo e residia no antigo bairro do Umarizal. Aí realizamos uma reunião do Partido. Este primeiro contato com Pomar deixou-me bem impressionado. Parecia-me um jovem de muita personalidade, e de ampla visão política. Daí por diante, numa caminhada de quarenta anos, trabalhamos quase sempre juntos.

No Pará, Pomar atuava mais na área política, eu, na frente sindical como delegado na União dos Proletários de Belém. Os dois ocupávamo-nos das inúmeras tarefas partidárias. Esforçávamo-nos, com outros camaradas, para construir o Partido, para ampliar o seu raio de atuação e de influência. Ele, muitas vezes na clandestinidade ou na semiclandestinidade, eu, na atividade aberta, pública, durante um certo tempo. Depois fui preso, passei vários meses na cadeia. Pomar prosseguiu no trabalho organizativo.

Em 1940, recuamos para a vida clandestina. A repressão caía violenta sobre o Partido. Todo o Comitê Central havia sido preso. E nós, no Pará, éramos caçados por todos os lados. A II Guerra Mundial tinha começado, e Hitler se preparava para atacar a União Soviética. Pomar e eu, em casas separadas, fomos morar no bairro do Marco da Légua. A localização era precária, precaríssima, mas nos mantínhamos, apesar de tudo.

Cometemos, porém, erros. Editamos em reco-reco um volante do Partido, material que, por falta de experiência, circulou na área em que residíamos. Fomos presos, quase que ao mesmo tempo. Eu, uns cinco ou seis dias depois dele.

Na cadeia, estivemos na mesma cela. Estudávamos o dia todo. E lutávamos, também. Pomar era combativo e corajoso. Nosso carcereiro, escolhido a dedo pelo diretor do presídio, era um assassino de trinta mortes. Fazia toda a sorte de provocações. Pomar não lhe fazia concessões de espécie alguma, tampouco eu. Exigíamos os nossos direitos de presos políticos. Junto com outros companheiros fizemos greves de fome, protestos, agitações democráticas. Afinal, conseguimos ser transferidos para outro local, onde gozávamos de relativa liberdade. Nós mesmos preparávamos as nossas refeições. Pomar era um exímio cozinheiro, e rápido. Enquanto eu e outros desde às 8 horas da manhã já estávamos na cozinha, Pomar lá chegava às 10 horas. E ao meio-dia, a comida estava pronta e bem feita.

Nessa prisão, recebemos a notícia da invasão da União Soviética pela Alemanha hitlerista. Nossa indignação foi enorme. Reunimos, nesse mesmo dia, e juramos sair da prisão para continuar a luta de vida e morte contra o nazismo, contra também o Estado Novo, de molde fascista, que oprimia o povo brasileiro.

Fugimos juntos da prisão, num fim de tarde de muita chuva. E juntos realizamos uma façanha para a época: subimos o rio Tocantins, num período de seca e de fortes corredeiras, usando "motores" pequenos, que trafegavam na zona, e canoas impulsionadas a varas. Assim chegamos à cidade de Peixe, em Goiás. Daí até Anápolis fomos de caminhão, no alto da carga. Era o primeiro carro que fazia o trajeto, abrindo estrada a facão e a machado, construindo *mata-burros*, em passagens difíceis. No dia 23 de setembro de 1941 chegávamos a Araguari, no Triângulo Mineiro. Lá comemoramos, tomando uma cerveja, o êxito da fuga e o 28.º aniversário de Pomar.

Depois, Rio de Janeiro, sem um tostão no bolso. Moramos juntos num quarto da rua Maxwell. E juntos lutamos para ajudar a reconstrução do Partido. Ele ficou no Rio e eu, alguns meses após, fui para Belo Horizonte, com idênticas tarefas.

Em 1943, nos reunimos de novo. Já então com dois outros camaradas muito queridos: Arruda e Grabois. O Partido começava a se levantar em todo o país. Realizou-se a Conferência da Mantiqueira. E fomos eleitos membros da Comissão Executiva do Comitê Central. A característica desse período é a confiança ilimitada na vitória sobre o nazismo, a confiança no Partido e na causa que defendia. O Estado Novo começava a esboroar-se. Os fascistas eram batidos em toda a linha.

E veio o momento da grande conquista da anistia e da legalidade do Partido. Pomar desempenhou importante papel nessa nova fase. Foi diretor da *Imprensa Popular,* um dos mais destacados dirigentes do Partido. Responsável também pela frente de agitação e propaganda, atraiu um bom número de intelectuais para ajudar o PCB. Atuava no Rio, mas nunca deixou de dar ajuda ao Partido em São Paulo, onde tinha boas relações com militantes e amigos da nossa organização de vanguarda. Período de grandes comícios, de intensa mobilização popular, de crescimento rápido e vigoroso do Partido em todos os setores da população. Pomar, em tudo, esteve presente, e sempre ativo.

Mais adiante, nova clandestinidade. Para mim, desde os fins de 1947. Para Pomar, quatro anos depois. Ele foi eleito deputado por São Paulo, noutra legenda, e cumpriu todo o mandato. Na Câmara dos Deputados chegou a ser secretário da Mesa, vez que outra cabia-lhe abrir a sessão. Representou com inteligência e firmeza a função que o Partido lhe destinara.

Novamente juntos, na União Soviética, num curso que durou um ano e meio. Sempre o mesmo espírito de responsabilidade, estudioso, respeitado pelos demais camaradas.

Nos anos complicados do kruschovismo, viajou à China, e participou do 8.º Congresso do PCCh. Tomou parte da famosa reunião de Bucarest na qual o renegado Kruschov tentava submeter e acusar outros partidos comunistas.

A partir de 1958, acentuou-se a tendência revisionista de Prestes e seus seguidores. Não custou muito para que se formasse uma outra trincheira de luta. Aí estava Pomar, ao lado de Amazonas, Grabois, Danielli, Oeste, Duarte. Juntos enfrentamos os oportunistas no V Congresso do PCB. O último artigo do debate do Congresso foi feito por Pomar. Ele respondia, em cima do fato, o artigo de Prestes que só no último

momento entrou na discussão e assim mesmo pensando dar o seu recado, sem ser contestado.

Juntos participamos da reorganização do Partido, em fevereiro de 1962. Pomar trabalhou em São Paulo e como redator-chefe de *A Classe Operária*. Nos fins desse mesmo ano, viajou à Albânia. Foi o primeiro camarada, depois da ruptura com Prestes, que esteve naquele país, de onde voltou entusiasmado. Mais tarde retornou à Albânia e à China.

Tomou parte ativa na preparação e realização da VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil que traçou a tática geral do Partido para o período da ditadura militar. Escreveu muitos artigos sobre a orientação política do Partido, sobre os heróis do nosso povo, sobre combatentes do Araguaia, sobre a história de nosso país.

Nosso último encontro foi no dia 1.º de outubro de 1976. Eu ia viajar e conversamos longamente, até altas horas da madrugada. Ainda lhe escrevi duas cartas, do exterior, dando notícias.

E enfim, quando me encontrava na China, a triste e brutal informação: Pomar havia sido assassinado pela repressão militar, juntamente com Ângelo Arroyo, na mesma casa e à mesma hora. Perdíamos em Pomar um grande companheiro, um comunista devotado, um combatente de vanguarda. E eu perdia também um amigo de muitos anos, um companheiro dos bons e dos maus momentos.

Gostaria de salientar alguns aspectos da vida militante de Pomar.

Ele foi um homem sério, modesto, simples e estudioso. Um homem de cultura. Sempre pautou sua vida por normas rígidas de sadio comportamento moral. Nunca se deixou levar pelo modismo nem pela confusão do desregramento social. Lia bastante. Não somente os clássicos, mas igualmente as obras de interesse cultural e político dos mais variados autores.

Ele foi um comunista, um defensor constante do Partido da classe operária e de sua unidade. Esteve nas linhas de frente da luta contra o liquidacionismo no período de 1941/45. Não admitia as teses oportunistas de negação do velho Partido em nome de uma pretensa nova situação criada pela guerra. Esteve também nas primeiras linhas da luta contra o revisionismo e o liquidacionismo, na década de 50, opondo-se a Prestes e seus

partidários. Em 1966, formou ao lado da direção do Partido no combate aos divisionistas da Ala Vermelha que tentavam assaltar o Partido e transformá-lo num centro pequeno-burguês, aventureirista. Soube sempre manter-se fiel ao Partido e junto com o Partido buscar os caminhos da libertação nacional e social do nosso povo.

Ele foi um internacionalista decidido. Apoiou sempre o movimento progressista dos demais povos e compreendia muito bem o caráter internacional da luta do proletariado. Era resoluto partidário de Stálin, de sua obra, um admirador do seu gigantesco esforço pela construção do socialismo na URSS. Percebia com clareza o papel traidor de Trotsky que se levantara contra Stálin para contestar o leninismo e o caminho justo da revolução proletária.

Estes três aspectos da maneira de ser de Pedro Pomar revelam sua personalidade de comunista convicto e de lutador da grande causa dos trabalhadores, causa à qual dedicou a sua vida.

Pomar morreu no posto de combate. Seu nome e o exemplo de sua vida serão sempre lembrados.

Uma evocação

Clóvis Moura

A mão espalmada, à distância, fazia um gesto de despedida:

— Cuide da sua saúde, ela é preciosa.

Sumiu, depois, na noite grande, seu corpo esguio foi engolido pelas sombras. Os tempos eram duros, ásperos, trágicos. Uma temperatura de febre permanente. Cárceres cheios. Presos torturados. Patriotas caçados e fuzilados sumariamente nos subterrâneos do crime institucionalizado. O AI-5, acionado constantemente, enchia de insegurança a nação. O 477 levava às universidades a inquietação permanente. O terrorismo da ditadura funcionando sem parar. Muitos daqueles que foram presos nesse período nunca mais regressaram: formaram o rosário dos *desaparecidos*. Era a grande noite fascista em pleno apogeu.

Encontrávamo-nos em uma pequena praça arborizada e semi-obscura em um bairro classe média de São Paulo. No início, com freqüência; depois, as coisas foram ficando mais difíceis.

Desde que conheci Pedro Pomar, em um congresso de escritores, em 1950, nunca mais deixamos de manter contato, umas vezes esparsamente, outras de forma mais amiudada.

Pomar era um homem de partido. Na última vez que nos encontramos a sua preocupação era ainda com problemas do Partido. Mostrava-se apreensivo com a segurança partidária nas condições de uma ditadura fascista como a brasileira.

Mostrava exemplos históricos nos quais as direções partidárias foram exterminadas por essas ditaduras. Citava particularmente os exemplos da Alemanha e da Espanha, onde o Partido foi praticamente destruído. E raciocinava em cima dos acontecimentos brasileiros, da morte de companheiros que haviam caído — Lincoln Oest e outros — e demonstrava como havia necessidade de se estabelecerem medidas de segurança extremas. "Estamos pagando um preço muito alto", falou em certo momento.

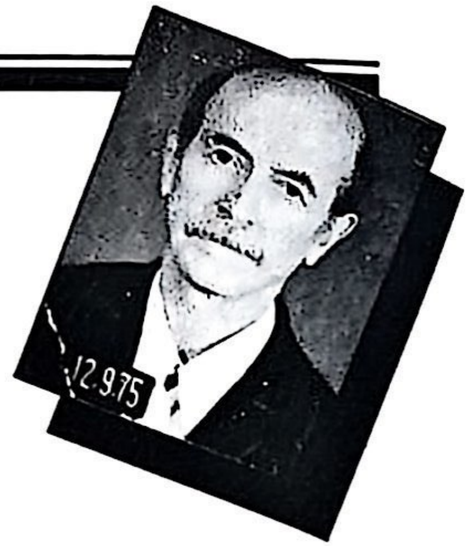
Naquela noite Pedro Pomar antevia politicamente a tragédia da Lapa. "Todos nós somos condenados à morte", disse-me certa vez. Mas, politicamente, o seu objetivo era outro: era que o Partido sobrevivesse intacto, sem ser destruído estupidamente pelo inimigo de classe.

Esta era a sua preocupação naquela última noite em que nos encontramos. Eu estava doente, sofrendo de um reumatismo cuja origem ainda não havia sido determinada. Ele, com todos os problemas políticos que o preocupavam, tinha interesse pela saúde do companheiro. O homem de partido era, também, e por isto mesmo, o homem fraternal que muitos não descobriam nele pela postura um tanto rígida que ele impunha no seu comportamento pessoal.

Nunca pensei que fosse o nosso último encontro. Encontro com aquele amigo, quase irmão mais velho: o companheiro Pedro Pomar. Despediu-se, entrou na penumbra da noite enquanto eu ficava parado, pensando no que ouvira. Não podia ser mais dramática, para mim, a última frase que dele me ficou:

— Cuide de sua saúde, ela é preciosa.

Parece que, passados os acontecimentos que culminaram com a sua morte, esta frase para com a minha saúde e a sua preocupação pela segurança do Partido resumem a personalidade de Pedro Pomar: um companheiro fraternal e digno e um político revolucionário que procurava levar avante a revolução no Brasil.



Depoimento de um amigo

Arnaldo Mendez

Cabe neste relato um esclarecimento: trata-se de depoimento de quem nunca pertenceu aos quadros do Partido, e simplesmente, mesmo em períodos de legalidade e clandestinidade, foi amigo pessoal de Pedro. Apesar de uma intensa vida de revolucionário, Pedro mantinha amigos particulares, aos quais dava assistência no plano familiar e pessoal. Hoje, que a tragédia de sua morte se abateu sobre nós, é necessário que se diga quem foi Pedro, mesmo àqueles que não participaram de nada como revolucionários.

É necessário também que se diga, que com a chacina de que foi vítima, a ditadura pretendeu atingir o melhor dos revolucionários. Eles sabiam quais os homens que realmente ofereciam perigo às suas injustiças, ao seu regime de terror. A forma com que foi assassinado, com balas que não são usadas nem para matar animais, balas que provocam o dilaceramento do corpo e gelatinização do sangue, é a forma brutal e bestial usada por aqueles que hoje nos estendem as mãos. Se pensam que a chacina apaga a história de nosso povo, estão enganados. Antes mesmo de ser chacinado, Pedro já estava na História. Agora, estará para sempre em nossa memória.

Conheci Pedro por volta de 1960, quando me foi apresentado por uns amigos que dirigiam o Partido numa região pobre de São Paulo. Pedro chegara com a família para morar numa pequena casa. Para ganhar o sustento traduzia livros. Lembro-me que traduzira *De Moncada à ONU*, de Fidel Castro, e *Ascensão e Queda do III Reich*, e iniciara um livro inacabado, *O Estado Brasileiro*.

Pedro era alto, mais para alto, e calvo. Não fumava, não bebia, tinha uma postura e um andar inconfundíveis, calmo, corpo sempre reto. Vestia roupas simples, sempre limpas e bem passadas, apesar de serem antigas. Com maior observação, podia se notar que as roupas não eram dele, eram ajustadas, muitas vezes dadas por outros companheiros. Usava óculos somente para ler de perto. Muito afetuoso, adorava crianças. Na clandestinidade usava bigodes, às vezes usava uma boina. Tinha um rosto expressivo, um olhar direto e indagador. Podia se ver na sua expressão tudo aquilo que estava sentindo. Sorria muito ao falar e quando nos via de longe. Escutava muito e, quando interrompia a conversa, suas observações eram sérias e suas palavras marcavam pela sabedoria e justiça de quem tinha experiência da vida e do trato dos homens.

O que mais impressionava em Pedro era seu olhar, seus gestos amáveis, sua ternura pelas pessoas; preocupava-se demais pelas pessoas. Sua memória era algo de incrível; podia localizar um militante no passado remoto, uma família em qualquer região do país. Quem com ele conviveu mais intimamente, podia ver que o tom de seus olhos mudava segundo o seu estado de espírito. Eram gateados nos momentos de calma, azulados na tristeza, esverdeados na alegria. Pedro comia pouco, tinha costume de chamar as pessoas de "mestre". Quando nos cumprimentava, tocava nos ombros, olhava dentro dos olhos e sorria. Não dirigia automóveis. Andava a pé, de ônibus, estava sempre no meio do povo, nos coletivos apertados, sempre no meio da multidão. Viajava muito.

Dos líderes mundiais, encontrou-se com Mao e Chu En-lai, na China; Enver Hodja, na Albânia; Fidel Castro, em Cuba; Che Guevara, em São Paulo.

Conheceu Pablo Neruda na Polônia. Foi amigo de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Portinari, Monteiro Lobato, Panceti, Di Cavalcanti, Djanira, Oscar Niemeyer, e de tantas outras figuras que criaram o nosso mundo cultural e artístico.

Como todo ser humano, tinha suas preferências culturais, os artistas, os escritores de que mais gostava. Achava Graciliano Ramos um escritor honesto, que teria morrido sem ter compreendido o Partido. De Jorge Amado ficara aborrecido com uma entrevista, na qual aquele tratara os membros do PC do Brasil

como aventureiros. De Caio Prado Júnior, dizia que via a realidade do ponto de vista da classe em que vivera, apesar de respeitá-lo.

Gostava muito de Frei Caneca. Nos momentos de calma gostava de ler a vida de Spartacus, escravo trácio que se rebelara contra o Império Romano. Essa história ele gostava de ler em conjunto com outras pessoas. De Guimarães Rosa dizia freqüentemente sua frase famosa: "Viver é um perigo". De Castro Alves apreciava os trechos de *Seara Vermelha*: "Cresce Seara Vermelha, cresce seara feroz". De Shakespeare, gostava de *O mercador de Veneza*, na cena em que o credor exigia libras de carne em garantia da dívida. Comentava que ele, como ninguém, sabia escrever sobre os sentimentos e as paixões humanas.

Dos compositores, gostava, entre outros, de Chico Buarque, João Bosco e Paulo César Pinheiro. Temia que algo pudesse acontecer a Chico Buarque. Ficara satisfeito com a homenagem de João Bosco a João Cândido, o velho marinheiro que rebelou-se contra a chibata. Quando ouvia *Mestre-sala dos mares* ficava orgulhoso. Das músicas modernas, apreciava *Pesadelo* e *Mordaça*, principalmente num trecho em que a letra de *Mordaça* dizia: "que a nossa emoção sobreviva...", ele repetia sorrindo; "o furor vem do interior"... achava muito bonita a letra. Para ele, a música, como toda arte, devia estar ligada aos sentimentos do povo.

Quanta coisa fica dentro da gente, e só o tempo vai devolvendo para a memória! Cito abaixo algumas de suas opiniões, nos diversos momentos que passamos juntos:

— Os homens são como as estrelas, cada qual com sua grandeza.

— O medo é o egoísmo feroz do homem.

— Devemos aprender, não para nós, mas para os outros.

— Só nos libertaremos com uma luta dura e prolongada.

— Não devemos ter vergonha de ser pobres; a pobreza não é um vício. Vício é fumar ou beber. A pior desgraça é ver um pobre envergonhado da pobreza.

— A entrega de nosso petróleo às companhias estrangeiras, que custou para o povo o monopólio estatal do petróleo, toda a nossa luta, isto é um novo 64.

— Sabes o que é mais valioso que o ouro, mais forte que o vento, mais resistente que o aço? A amizade.

— Querem nos matar (novembro de 1976).

— Isso pode levar ao banditismo (sobre os assaltos a banco, na época da guerrilha urbana).

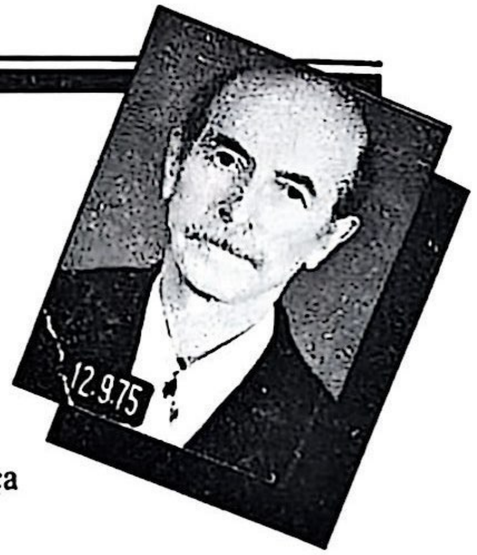
— Deixem meu corpo na beira de qualquer estrada (lamentando os problemas de sua família se viesse a morrer a qualquer momento, em virtude de problemas de documentação face à clandestinidade).

— Terroristas são eles (1969).

— Canse o corpo e cuide da cabeça.

— Não te afobes, que a estrada é longa (na última vez que o vi, em dezembro de 76).

Outubro/1979



Carta de defesa à Auditoria Militar

Wladimir Pomar

Exmo. Membros do Conselho de Justiça
da 1.ª Auditoria da 2.ª C.J.M.

De conformidade com o direito que a lei me faculta, solicito a atenção deste Conselho para o arrazoado com o qual procuro complementar minha defesa no presente processo.

A Procuradoria baseia toda a sua acusação no pressuposto de que minhas atividades políticas visavam à reorganização do PC do B, cuja ação seria prejudicial à segurança nacional, e de que teriam contribuído para a eclosão da luta armada no Brasil, com o intuito de implantar em nosso país o regime socialista.

Tal denúncia peca em seus fundamentos políticos e jurídicos, renegando mesmo a História e as leis naturais que regem as sociedades humanas. Acusa-me de tentar reorganizar algo que há mais de 55 anos está organizado; não prova em que a ação do PC do B e, portanto a minha própria seria prejudicial à segurança nacional ou teria contribuído para a eclosão da luta armada no País; não fundamenta em que sistema jurídico se cataloga o socialismo como crime.

1. Quando eu nasci, em 1936, o PC do B já existia há 14 anos, fundado que fora em 1922. Por contingências independentes da minha vontade, vim ao mundo gerado por alguém que colocara sua vida em função dos objetivos e da luta do PC do B, alguém bem conhecido não só por ter morrido tragicamente a 16 de dezembro de 1976, mas em especial por ter desenvolvido, publicamente, uma ampla e persistente atividade política.

Refiro-me, obviamente, a Pedro Pomar, já na década de 40 um dos principais dirigentes do PC do B e que, nas eleições complementares de 1947, foi eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo com a maior votação até então consagrada a um candidato.

Desde pequeno, pois, em virtude de tal contingência, segui as vicissitudes da vida de meu pai e, aos poucos, fui apreciando suas qualidades humanas e compreendendo as raízes e o sentido de sua vida e de sua luta, vida e luta que, a partir de certo momento, se confundem com a própria história do PC do B.

Pedro Pomar nasceu em Óbidos, pequena cidade do interior do Pará, às margens do rio Amazonas. Neto de um militar desencantado com a República Velha e com a corrupção que então grassava em nossa Pátria — como grassa ainda hoje, em maior escala — meu pai cedo despertou para os problemas e males que infelicitavam o Brasil e seu povo.

As agruras da vida do povo do interior, abandonada à própria sorte pelos poderes públicos, deixaram marcas profundas em sua memória e sentimentos. Era com emoção que me relatava a vida dos castanheiros e seringueiros, suas misérias e doenças. As cheias periódicas do Amazonas e afluentes, com toda sua seqüela de prejuízos às populações ribeirinhas, ele as detinha na lembrança com os mínimos detalhes. Abominava com veemência o sistema de exploração a que eram submetidos os caboclos amazônicos, sistema cujo motor principal eram os exportadores estrangeiros sediados em Belém.

Sonhou transformar-se em médico para ajudar o povo sofrido, já que as febres palustres, a opilação e a morte prematura eram — como ainda são — os sinais mais visíveis de sua miséria. Dedicou-se de corpo e alma ao estudo da Medicina e, com os mesmos sentimentos, participou das lutas estudantis da Aliança Liberal. Esta prometia eleições livres, derrubada das oligarquias corrompidas, defesa da soberania nacional, independência econômica e o atendimento de outras bandeiras que correspondiam às aspirações da juventude e de grandes camadas da população brasileira da época.

Como a maioria de seus jovens contemporâneos, meu pai era um patriota ardoroso, inimigo da corrupção e da injustiça social, não se conformando com a miséria em que vegetavam consideráveis parcelas do povo. Era, além disso, segundo teste-

munhos de parentes e contemporâneos, um estudante brilhante, de futuro promissor.

E eu me pergunto, Senhores, o que leva um jovem de tal índole, nobre de sentimentos e com amplas perspectivas de "vencer na vida", como é hábito dizer-se, a se aliar a um partido como o PC do B e a dedicar-se de corpo e alma a tal partido? Seriam interesses egoístas, personalistas? Seriam frustrações individualistas? O que terá ocorrido?

O rápido esboço que tracei retrata um jovem despossuído de interesses egoístas. Tivesse ele pretensões personalistas ou frustrações individualistas e seria hoje, fora de dúvida, um médico "realizado", confortavelmente instalado e sem maiores preocupações. Mas não, Senhores. Seus interesses e suas frustrações eram mais profundos: confundiam-se com os interesses e frustrações de seu povo. Este queria ver-se livre da exploração e da dependência estrangeira; queria sair da miséria em que vivia; pretendia acabar com os privilégios de uma minoria que se apropriava das riquezas que ele, o povo trabalhador, gerava com seu suor e seu sangue; pretendia acabar com o domínio dessa minoria privilegiada sobre a vida econômica, social e política da Nação; ansiava por liquidar com as injustiças e corrupção e possibilitar, a todos os brasileiros, liberdades, cultura e ampla participação na vida política do País.

Por acaso, pode-se recusar que estas eram — como continuam sendo — as aspirações fundamentais do povo brasileiro? Por acaso, pode-se negar que essas aspirações estavam na raiz de todos os movimentos revolucionários de nossa História, desde Tiradentes, incluindo o movimento Tenentista e a Revolução de Trinta?

Negá-lo seria negar a História!

Também não se pode contraditar o fato de que a Revolução de 30 frustrou enormes camadas de nossa juventude e de nosso povo, justamente por não ter atendido a tais reclamos. O sistema oligárquico perdurou, só que com novos personagens; continuaram as injustiças, a corrupção, a falta de liberdades, a miséria e o abandono de nosso povo; nossa Pátria continuou a ser explorada e vilipendiada por potências estrangeiras. E, em lugar de Democracia, o que se tornou palpável foi a instauração do Estado Novo Fascista. Essa frustração é que conduziu meu pai e muitos outros de sua geração a buscar as causas, os

porquês, dos males que atingiam a sua Pátria, busca que acabou por conduzi-los ao PC do B.

Descobriram, por imposição de seus sentimentos e aspirações nobres e da própria situação adversa por eles enfrentada, que o programa do PC do B atendia àqueles interesses fundamentais do povo brasileiro.

2. O regime militar diz que o programa do PC do B se orienta por idéias importadas, estranhas ao povo brasileiro. Chega a afirmar que tais idéias são privativas de uma "minoria de agentes infiltrados", de "meia dúzia" de interessados em entregar nossa Pátria ao domínio de potências estrangeiras.

Ora, é sabido que nenhum homem e nenhum povo pode se intitular dono ou criador único das idéias. Se se examinar qualquer corrente de pensamento em voga na atualidade, encontraremos que suas raízes se perdem na Grécia antiga. Foram, por acaso, autóctones as idéias que motivaram Tiradentes e seus companheiros inconfidentes? Ou eles as foram buscar, como fito de resolver a situação colonial do Brasil (nem esta completamente autóctone), nos enciclopedistas franceses e nos ideais libertários da Revolução Americana? Foram estritamente brasileiras as idéias de libertação e abolição da escravatura e de instauração da República? As idéias de eleições livres, voto universal, liberdade de opinião e de imprensa, contra a corrupção e outros que levantaram os tenentes em 1922 e 1924 eram exclusivamente brasileiras?

Todos sabem que não. Mas, ultimamente, é tão repetido o refrão sobre o "exotismo" das idéias que norteiam os comunistas, em contraposição ao "não exotismo" daquelas que norteiam os anticomunistas que me sinto obrigado a alongar-me mais em torno deste assunto.

As idéias não têm Pátria, em especial se são justas e universais, se correspondem às aspirações de progresso da humanidade e dos povos. Mesmo que hajam nascido em longínquas plagas, podem ser extremamente úteis ao povo que as adapta às suas necessidades reais e as transforma em atos, em realizações materiais. Beneficia-se, assim, o povo que adotou tais idéias e, com isso, beneficia-se também a humanidade: comprova-se a viabilidade, a universalidade de tais idéias. Eis por que o caráter internacionalista de certas idéias não nega o cunho patriótico de sua aplicação. O critério de avaliação da

justeza das idéias é sua correspondência com os verdadeiros e fundamentais interesses do povo.

Os interesses personalistas e egoístas de determinadas camadas ou grupos de cada povo, mesmo momentaneamente predominantes, não podem ser confundidos com os interesses básicos desse povo, interesses que não podem se chocar com os dos outros povos. Entre os povos, o que vigora é a solidariedade e a fraternidade e é isso que possibilita o nascimento de idéias justas, universais.

O marxismo, base filosófica do PC do B, é um corpo de idéias universais, combatido por muitos que não o conhecem, que o deturpam das maneiras as mais variadas e procuram fazer passar essas deturpações como se fossem o próprio marxismo. O marxismo, no entanto, apesar de haver nascido na Alemanha, reúne tudo ou quase tudo que a cultura humana criou de melhor desde os primórdios da civilização. Se assim não fosse, como explicar a força e a pujança, a extensão e a amplitude de uma doutrina filosófica e política, que tem enfrentado a mais obstinada resistência que um corpo de idéias já enfrentou, em toda a História da Humanidade?

Permitam-me acrescentar e alertar para o fato de que essa resistência não se cinge apenas aos seus inimigos abertos, àqueles que o combatem sem subterfúgios, diretamente, deturpando-o ou não. Essa resistência é auxiliada por aqueles que se fazem passar por marxistas, mas o revisam e o deformam sutilmente com o fim de enganar e confundir o povo. Existe alguma outra idéia que tenha enfrentado oposição tão múltipla e tenaz e, ao mesmo tempo, tenha conseguido ser aceita por um número cada vez maior de pessoas, em todo o mundo? Haverá alguma outra razão para tal acatamento que não seja a própria natureza das concepções do marxismo, concepções que correspondem às apirações humanísticas, de justiça, de paz, de bem-estar, de fraternidade, de liberdade e progresso da maioria esmagadora da sociedade humana?

Vejam o caso do PC do B. Em seus 55 anos de vida, quantas vezes foi ele "destruído"? Quantas vezes prenderam, mutilaram, ou mataram a "meia dúzia" de "agitadores" e "subversivos" que o compõem? É provável que se contem centenas de "destruições" e milhares de "meia dúzia". Se nos detivermos somente de 1968 para cá, teremos um rol de centenas de mortos e desaparecidos, não só do PC do B, mas de diversas

outras organizações antiditatoriais ou mesmo de pessoas que não participaram de quaisquer organizações.

Permitam-me lembrar alguns dos nomes mais representativos entre aqueles que tombaram: Carlos Nicolau Danielli; Lincoln Cordeiro Oest; Luís Guilhardinni; Lincoln Bicalho Roque; Bergson Gurjão Farias; Francisco Chaves; Helenira Resende Nazareth; Jorge Leal Gonçalves Pereira; Luís Hirata; Rui Soares Frazão; Raimundo Eduardo; Paulo Stuart Wright; José Carlos Novais da Mata Machado; Carlos Marighella; Mário Alves; Joaquim Câmara Ferreira; Carlos Lamarca; Odijas de Carvalho; David Capistrano; Jaime Miranda; Elson Costa; João Massena; Alexandre Vanucchi Leme; Rubens Paiva; Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Estes correspondem, todavia, a uma pequena parcela do grande número daqueles que derramaram seu sangue na luta contra o arbítrio e a prepotência do regime vigente no Brasil. E, com a morte de Maurício Grabois, na região do Araguaia, e as de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, além da de João Batista Franco Drumond, o regime militar conseguiu exterminar quase toda uma geração de lutadores revolucionários, a geração que se projetara, desde meados da década de 30, na luta contra o nazi-fascismo e a ditadura estadonovista.

Mas, ironia do destino! Quanto mais são presos, assassinados e liquidados, mais aparecem!

A última chacina, a Chacina da Lapa, marca um novo despertar do povo brasileiro, uma ampla tomada de consciência de grandes setores da sociedade nacional, inclusive de anticomunistas, que se erguem para bradar um "Basta!" ao arbítrio, à prepotência, ao absolutismo, aos abusos do poder.

Pobres dos que continuam a repetir o refrão da "meia dúzia" de "subversivos"! Não se dão conta de que vão semeando mártires em massa, como nunca os teve tantos o povo brasileiro, e que o sangue desses mártires é gerador de novos lutadores do povo. É um sangue que não se deteriora porque conduz idéias duradouras, perenes.

Idéias jamais podem ser assassinadas ou encarceradas. A História lançou ao monturo todos os que agiram de forma retrógrada, mas escreveu belas elegias àqueles que derramaram seu sangue generoso em prol do povo. Quem não se lembra com asco e desprezo do Marquês de Barbacena, da Rainha Maria I

e de Silvério dos Reis? Porém, Tiradentes, o "subversivo" da época, o "bandido" e o cabeça da "meia dúzia de agitadores", é um dos nossos heróis máximos.

3. Meu pai e seus companheiros chacinados são os mais recentes mártires do povo brasileiro e do PC do B. Morreram porque lutaram pela realização prática do programa do PC do B, porque dedicaram toda a sua vida em função desse objetivo.

Ainda me recordo da atividade do meu pai no esforço de guerra contra o nazi-fascismo quando, apesar de colocado na ilegalidade e perseguido pela polícia, empenhou-se profundamente no apoio à FEB e nas atividades da Liga de Defesa Nacional. Inúmeros foram os comunistas que integraram a FEB e diversos ficaram para sempre nos campos de Pistóia.

Recordo-me, também, após a guerra, de sua luta contra a permanência de bases americanas em solo brasileiro. São recordações que a memória de uma criança só pode guardar de forma tênue e difusa. No entanto, permanece indelevelmente gravada em minha mente e nos Anais do Congresso Nacional, a luta em defesa do monopólio estatal do petróleo, luta na qual se empenhou o povo brasileiro e consideráveis setores das Forças Armadas. Jamais poderão negar ao meu pai e a seu partido uma participação efetiva e decidida na lei que teve como resultado a constituição da Petrobrás. E, se a Petrobrás não conseguiu atingir seus objetivos e hoje o monopólio da exploração petrolífera foi quebrado com os chamados "contratos de risco", não se pode culpar o PC do B, mas sim àqueles que, através da manipulação do poder, sabotaram a empresa estatal em benefício dos grandes trustes do petróleo.

Também permanece nos Anais do Congresso os discursos, os projetos e as teses do PC do B em defesa do monopólio estatal na exploração dos recursos minerais, em especial dos minerais atômicos. O PC do B, desde o momento em que o problema da utilização da energia nuclear foi colocado em pauta, defendeu a idéia de que o Brasil possuía condições para desenvolver um programa nuclear próprio, que correspondesse às suas necessidades e a seu desenvolvimento científico e tecnológico. Apesar das lacunas existentes em seu ensino, o Brasil possuía, como possui, uma equipe de físicos capaz. Possui reservas de urânio cuja potencialidade ainda não é de todo conhecida. Poderia, assim, desenvolver um projeto próprio,

independente e que não representasse uma carga tão grande para o povo brasileiro. Ao invés disso, o sistema que governa o País decidiu importar uma tecnologia caríssima, ainda não testada, e que transformou o Brasil em mercadoria de barganha entre as grandes potências.

O PC do B e meu pai bateram-se tenazmente contra a conclusão do Acordo Militar Brasil-EUA. Denunciaram sempre que o acordo representava um instrumento de ingerência dos EUA nos assuntos internos de nossa Pátria, além de constituir um ótimo negócio para as indústrias bélicas daquele país na colocação dos excedentes obsoletos de suas armas e equipamentos militares. Foram necessários 25 anos para que o governo viesse a público reconhecer, tacitamente, o que os comunistas denunciavam.

Triste é, que o motivo, alegado para tal, tenha sido o problema dos direitos humanos — problema que interessa a todos os povos e não tem fronteira — e não uma verdadeira defesa da soberania nacional. Esta continua sendo pisoteada pelas grandes empresas industriais, de mineração e agrárias, em especial americanas, e por inúmeros outros agentes estrangeiros, que podem mais no Brasil do que os próprios brasileiros.

Que fazem essas empresas estrangeiras no Brasil, senão dar uma ilusão de desenvolvimento e crescimento, e na realidade sugar até a última gota as energias de trabalho e as riquezas do povo brasileiro?

Empresas que em 15 anos obtiveram mais de 3 mil por cento de lucro líquido e exportaram para suas matrizes a maior parte desse lucro, o que fazem é exaurir um povo, em vez de ajudá-lo!

Impuseram ao Brasil um modelo econômico que o deixou totalmente dependente, tanto das importações de capitais e de bens industriais básicos, quanto das exportações de matérias-primas agrícolas e minerais. Para manter esse modelo em funcionamento, com o fito de fabricar mercadorias de consumo que criam uma feérica ilusão de progresso, o país precisa endividar-se sempre mais e mais. E, bastou que a conjuntura internacional se complicasse para que o modelo, cognominado pomposa e irrealisticamente de "milagre econômico", baseado no automóvel, no petróleo importado, na grande empresa latifundiária e no crescimento da dívida externa, entrasse em crise.

Agora, o governo afirma que é preciso desenvolver a indústria de bens de capital, as ferrovias e os transportes fluviais e marítimos, dar maior atenção ao mercado interno, limitar as importações. Todavia, não se relacionam com isso algumas das críticas que muitos setores da sociedade brasileira, inclusive os comunistas, faziam ao modelo do sistema? E, de que adiantará sua readaptação se não for rompido o monopólio das empresas estrangeiras multinacionais? Se o nosso país continuar dependendo de empréstimos e financiamentos externos e de exportar cada vez mais matérias-primas, para pagar os juros e amortizações crescentes, a que tais empréstimos e financiamentos obrigam o país?

Seriam cômicas, não existisse o lado trágico, as afirmações que culpam os comunistas pela situação em que se encontra nossa Pátria: dívida externa de 30 bilhões de dólares; ser obrigada a diminuir a produção industrial — ou desaquecer a economia, já que o eufemismo é moda — porque a maior parte de seu povo não tem poder aquisitivo; assistir à repetição continuada de escândalos financeiros, falências fraudulentas e concordatas premeditadas; ficar estarrecido com as denúncias da parte visível do *iceberg* das mordomias e da corrupção desenfreada, mal que o sistema implantado em 1964 jurava expurgar.

Esse sistema, que acumulou todo o poder, que centralizou ao máximo todas as decisões a respeito da vida nacional, que experimentou todo o seu arsenal de "soluções" sem permitir sequer críticas, é o único e exclusivo responsável pela calamitosa e caótica situação em que se encontra nosso país.

Assim, quem realiza ação prejudicial à segurança nacional? Nós, que nos empenhamos na solução dos problemas brasileiros, apresentando e lutando pela consecução de um programa que corresponde aos interesses do povo, ou aqueles, que nos processam, e conduziram o Brasil à situação em que se encontra? Quem são os verdadeiros patriotas: os que lutam, mesmo com sacrifício da própria vida, para ver o país livre da exploração estrangeira, ou os que permitem tal exploração e se locupletam com ela?

Vejam, Senhores, a situação do campo brasileiro. O Brasil possui a maior área agricultável do mundo e uma população rural relativamente pequena para tal área. Aparentemente, há terra para todos. Mas, absurdo dos absurdos, perto de 12 milhões de famílias rurais não possuem terra, são obrigados a plantar em terra alheia e a submeter-se às mais vis relações de trabalho que a humanidade conheceu depois do escravismo. E, absurdo maior: 100 mil latifundiários e grandes capitalistas possuem mais de 70% de todas as terras ocupadas.

Um grupo reduzido de grandes empresas agrárias estrangeiras ocupa mais de 20 milhões de hectares, quase a mesma superfície total ocupada por 2 milhões de pequenos proprietários rurais. Somente um magnata americano, Mr. Daniel Ludwig, possui 1,5 milhão de hectares (15 mil quilômetros quadrados) na divisa entre o Pará e o Amapá, área pouco menor que a do Estado de Sergipe.

O regime sabe disso e chegou mesmo a promulgar uma lei — o Estatuto da Terra — que, em tese, visava a diminuir essas diferenças gritantes e possibilitar o acesso à terra àqueles que realmente a trabalham. Mas, passados 13 anos de regime militar, o que foi feito do Estatuto da Terra? Em lugar de aplicá-lo, o regime prefere permitir a implantação de empresas agrárias, cada vez mais gigantescas, financiadas com dinheiro público, que fazem nosso país retornar à época das sesmarias. E, com sua força, ajuda essas empresas latifundiárias a expulsar os posseiros e demais lavradores das terras em que trabalham, tangendo-os para as cidades, onde vêm inchar, como um edema em expansão, os subúrbios, morros, baixadas e alagados e suas favelas.

Porém, não é só isso. Por mais paradoxal que possa parecer, o simples fato de defender a observância dos dispositivos de lei contidos no Estatuto da Terra, em particular a Reforma Agrária, passou a ser motivo para receber a pecha de "subversivo".

O regime acha que os "subversivos" são um mal para o Brasil? Quer mesmo acabar com eles? A fórmula é simples: não permitam que nossa Pátria seja espoliada pelos monopólios internacionais; impeçam que a ação predatória desses monopólios destrua as nossas florestas, em especial a floresta amazônica, e esgote nosso solo de suas reservas minerais; dêem condições de trabalho a todos os brasileiros, permitindo que os trabalhadores das cidades e dos campos tenham uma vida digna; realizem a reforma agrária, mesmo a prevista no Estatuto da Terra; garantam o patrimônio e a cultura das populações indígenas; acabem com a carestia de vida e com a misé-

ria; deixem o povo se manifestar livremente e participar das decisões que dizem respeito ao seu destino e aos destinos da nação.

Eu garanto, Senhores, que se o governo adotar essas e outras medidas que beneficiam o povo, o "problema da subversão" desaparecerá. E estou certo, Senhores, que meu pai e todos, que tombaram na luta pela consecução dessas medidas, sorrirão em sua mortalha e dormirão sua eternidade em paz ao saber seu povo feliz.

4. Sim, Senhores, porque é, e sempre foi, o povo o motivo e a fonte da existência dos comunistas, em especial a partir do momento em que a classe operária surgiu no cenário da História. Fui educado vendo o PC do B e meu pai defenderem com fervor o direito de todas as correntes do pensamento brasileiro, de todas as parcelas da população participarem livremente da vida política da nação.

O povo é o verdadeiro autor e ator da História. É ele que, com seu trabalho, gera riquezas e constrói nações. É ele ainda que, embrumado pelo labutar constante, não percebe que uma minoria se apropria dos frutos do seu labor, mas, ao desembaçar a visão, se rebela e acaba com tais privilégios. É o povo que impulsiona o progresso, que permite a evolução, que faz as revoluções. Sem o povo, tudo é quimera! Podem, por algum tempo, deixá-lo de lado, espezinhá-lo ou desprezá-lo, mas acabarão fracassando, seja qual for o objetivo.

Por ver o povo marginalizado, foi que o PC do B colocou-se, desde o início, contra o sistema implantado no Brasil a partir de 1964. O Partido e meu pai consideravam que nenhuma parcela do povo, nem mesmo os militares com toda sua força, poderia isoladamente resolver os problemas da sociedade brasileira. Se isto é verdadeiro para àqueles setores motivados pelos melhores propósitos, o que não dizer quanto a um grupo que assalta o poder para beneficiar às grandes empresas estrangeiras, aos latifundiários e a uma camada de super-funcionários?

Pelos mesmos motivos que estão na base de sua existência e de sua vida — o povo e seus problemas — os comunistas jamais se propuseram, como entidade isolada, a derrubar governos, fazer revoluções, eclodir lutas armadas ou instaurar regimes políticos. Mais uma vez permitam-me declarar que, na concepção marxista, quem faz revoluções é o povo.

O PC do B considera que os problemas estruturais da nação brasileira só podem encontrar solução com uma revolução nacional e democrática, agrária e antiimperialista. Considerando seu direito, da mesma forma que considera um direito das demais correntes políticas da sociedade brasileira propor soluções, o PC do B propõe essa revolução ao povo brasileiro. O programa do PC do B é o programa dessa revolução nacional e democrática proposta. Todavia, o PC do B jamais teve a intenção de levar à prática essa proposta independentemente da aceitação, da decisão e da participação do povo.

Só o povo, as suas grandes massas, pode decidir-se a realizar uma revolução. Isto é tanto mais verdade se, para empreendê-la, o povo é obrigado a recorrer à violência revolucionária, às armas.

Não foram os comunistas que inventaram o apelo às armas, a luta armada. Locke, bem antes que os comunistas houvessem surgido como corrente de pensamento, enumerou o direito de recorrer à luta armada como um dos direitos naturais dos povos. Com base nesse direito, ao mesmo tempo que o sagravam, é que ocorreram a revolução americana e a revolução francesa. A revolução russa de 1917, a revolução chinesa de 1949, a revolução vietnamita e as inúmeras guerras de libertação ocorridas em todo o mundo vieram demonstrar que esse direito dos povos não se esgotara com as revoluções burguesas; transformara-se num direito inalienável e intrínseco dos povos.

Por que negar esse direito ao povo brasileiro se este se convencer da necessidade de recorrer a ele? Os Senhores, como nós, acham justa a Insurreição Pernambucana que amalgamou os primeiros sentimentos de nacionalidade do povo brasileiro; acham justas a Inconfidência Mineira, as lutas armadas pela consolidação da Independência, os levantes de 1922, 1924 e 1930. Por que, então, recusar ao povo brasileiro o direito de fazer a revolução nacional e democrática e, se necessário for, recorrer à luta armada para levá-la à prática?

O PC do B considera de seu dever despertar a consciência política do povo, para que ele tenha condições de decidir sobre o caminho a seguir. O PC do B sempre se empenhou para apoiar, ajudar e participar das lutas decididas pelo povo e jamais

pretendeu substituí-lo em sua luta. Essa atitude do PC do B é ainda mais firme, no que respeita ao problema da luta armada. Como setor consciente, considera que o povo será forçado, em virtude da resistência de seus inimigos, a realizar uma revolução armada. O PC do B tem proclamado que, se o povo tomar essa decisão, está inteiramente disposto a apoiá-lo, a ajudá-lo e a participar dessa luta quando a ocasião se apresentar, assumindo a posição que o povo lhe confiar. Porém, reitero, é questão de princípio para o PC do B que tal decisão é uma decisão que cabe ao povo tomar.

Por esse mesmo motivo, o PC do B sempre se manifestou em discordância com as correntes políticas que decidem agir independentes e à revelia do povo, por melhores que sejam suas intenções. Compreendemos que o sistema, instalado no país desde 1964, entrou em guerra permanente contra o povo, truncou as aspirações de progresso e independência, liberdade e bem-estar das grandes massas do povo. Levou ao desespero importantes parcelas da juventude, cuja nobreza de sentimentos e de propósitos jamais pôde ser colocada em dúvida. Contudo, essa compreensão não nos permite concordar com os métodos voluntaristas, muito menos se esses métodos puderem ser confundidos com os métodos próprios ao sistema no combate aos patriotas e democratas. Tais métodos afastariam o povo das forças revolucionárias, não contribuem para despertar sua consciência política e levá-lo a compreender a causa de seus problemas e o caminho para resolvê-los.

5. Eis por que, Senhores, não posso aceitar as acusações da Promotoria. São acusações que não correspondem aos verdadeiros objetivos, motivações e intenções da atividade política que vinha desenvolvendo em função do programa do PC do B.

Jamais agi contra a segurança nacional de nossa Pátria e nem mesmo contra a segurança nacional de qualquer outro país. Minhas atividades sempre estiveram voltadas para a defesa dos interesses básicos do povo e da nação brasileira, para a consecução de seus verdadeiros objetivos nacionais. O programa do PC do B enumera clara e insofismavelmente tais objetivos nacionais: acabar com a exploração estrangeira, em especial a norte-americana, realizar o desenvolvimento independente da economia nacional, inclusive do setor da burguesia nacional não ligada ao imperialismo; realizar uma política externa independente, ampliar o mercado interno com a realização da

reforma agrária, que possibilite o acesso à terra e trabalho efetivo aos milhões de camponeses despossuídos e a todos que queiram trabalhar na lavoura; defender a cultura nacional e estendê-la às mais amplas camadas da população; garantir liberdade de expressão, reunião e organização, sem discriminação religiosa, política ou filosófica; conter a elevação do custo de vida e garantir salários dignos aos trabalhadores; garantir a autonomia universitária e o ensino gratuito; banir a corrupção da vida pública.

Tais são, em síntese, os objetivos expressos no programa do PC do B. A Procuradoria furta-se de demonstrar que tais objetivos sejam contrários à segurança nacional, pese sua afirmação categórica. Que valor, Senhores, podem ter acusações desse tipo, não demonstradas? A Procuradoria jamais poderá demonstrar que a luta pela consecução destes objetivos seja atentatória à segurança da Pátria, pelo simples fato de que tais objetivos são os verdadeiros objetivos nacionais, aqueles que correspondem às aspirações mais legítimas do povo e da nação brasileira.

Do mesmo modo, a Procuradoria não pode demonstrar que a luta pela efetivação de tais objetivos tenha contribuído para a eclosão da luta armada no Brasil. Isso porque o que contribui efetivamente para tal evento, é a aferrada posição do poder instituído em defesa dos privilégios de uma ínfima camada da sociedade e de capitalistas estrangeiros, contra a esmagadora maioria do povo. O sistema repete a intransigência e a prepotência do colonialismo britânico na América do Norte, na África e na Ásia, do colonialismo espanhol na América Latina, do colonialismo português no Brasil e na África, causadores, por seu reacionarismo e repressão contra os anseios populares e nacionais, da eclosão das lutas e guerras de Independência e de libertação nacional. A História mais recente está pontilhada de exemplos, que provam sobejamente serem as classes dominantes retrógradas e reacionárias as responsáveis pela utilização da violência, ao tentar impedir o progresso e a liberdade dos povos.

Não podem acusar, igualmente, o PC do B de ser o responsável pela luta guerrilheira ocorrida no Araguaia. Foi o ataque da Forças Armadas e demais forças repressivas que forçou inúmeros moradores da região, inclusive diversos militantes do PC do B, num gesto de preservação, a pegar em armas para

exercer um dos mais legítimos direitos de defesa do homem: a autodefesa. Os dados que existem sobre essa resistência desproporcional entre um punhado de combatentes mal armados e os contingentes numerosos e bem equipados das Forças Armadas são escassos. O sistema, apesar de se proclamar forte e com a razão, teme levar ao conhecimento do povo os acontecimentos e os fatos daquela resistência. Dia chegará, entretanto, em que a verdade virá à luz e o heroísmo daqueles lutadores do povo, sua honestidade de propósitos e a legitimidade de sua defesa serão reconhecidos.

6. São inconsistentes, pois, de júri e de fato, as acusações que me faz a Procuradoria. Talvez por isso, a denúncia tenha dado ênfase à influência que meu pai exerceu sobre a minha formação, como se fora um crime os pais influenciarem os filhos, ou se as qualidades de meu pai fossem algo que devesse ser renegado.

Sempre apreciei em Pedro Pomar sua vida simples e correta. Mesmo seus inimigos políticos, em especial os que o conheceram, não conseguem deixar de reconhecer nele grande amor à Pátria e a seu povo e profunda honestidade e seriedade políticas. Gostaria de perguntar, Senhores, se tais qualidades de patriotismo, amor à Justiça, sentimento democrático, honestidade, simplicidade e elevado grau moral deveriam ser repelidas.

Na verdade, estou certo que irão julgar não as acusações da Promotoria, que elas não possuem valor de verdade, mas as minhas idéias e aqueles sentimentos e qualidades personificados na vida e na luta de meu pai. Irão julgar, pois, justamente os verdadeiros ideais de soberania nacional e de progresso e liberdade. Eis por que não tenho motivos para pedir absolvição: não me considero réu.

Réu é quem priva da liberdade um povo, quem o rege por atos de exceção, quem deixa seu povo ser espoliado e explorado por monopólios econômicos internacionais. Estes é que estão sendo julgados pela consciência nacional e jamais serão absolvidos, se continuarem no caminho que vêm trilhando.

Por serem réus é que não permitiram que meu pai comparecesse a este Tribunal. E, para impedi-lo, não titubearam em infringir a própria lei que impuseram à Nação e proclamam defender. Atacaram, a meu pai e a seu companheiro, de surpresa e com extrema violência. Destruíram uma casa para matar dois homens, um deles um velho de 63 anos.

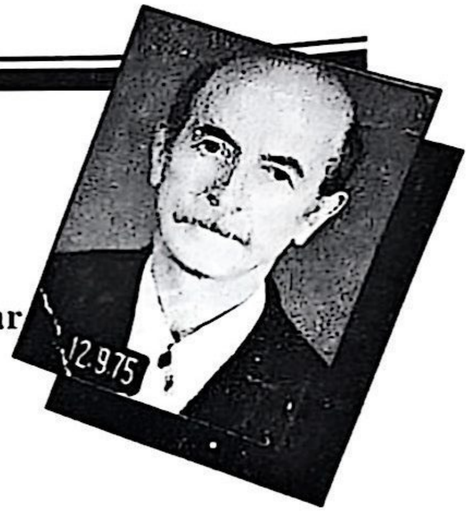
Que força possuíam esses homens? Armas infernais, exércitos, poder econômico? Não, nada disso. Possuíam somente a força de suas idéias, a força de sua vontade. Isto transformaria Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, presos e diante deste Tribunal, em temíveis acusadores. O sistema tudo fez para evitar isso, numa evidente demonstração de falta de confiança em seu próprio poder.

Entretanto, queira ou não o sistema militar, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo estão aqui presentes.

O PC do B está sendo julgado: eles são o próprio Partido, sua melhor expressão.

São Paulo, 15 de junho de 1977
Wladimir Ventura Torres Pomar

Alguns escritos de Pedro Pomar



A cor mais bela é sem dúvida a vermelha,
a cor do sangue do povo.
(Resposta ao questionário de um neto)

Os homens são como as estrelas,
cada qual com sua grandeza.
(Opinião a um amigo)

Nada temas, procura conhecer a verdade,
por mais dura e desagradável que ela seja.
É a verdade a coisa mais importante
e mais bela da vida.
(De uma carta a um neto)

Carta a um neto

Querido

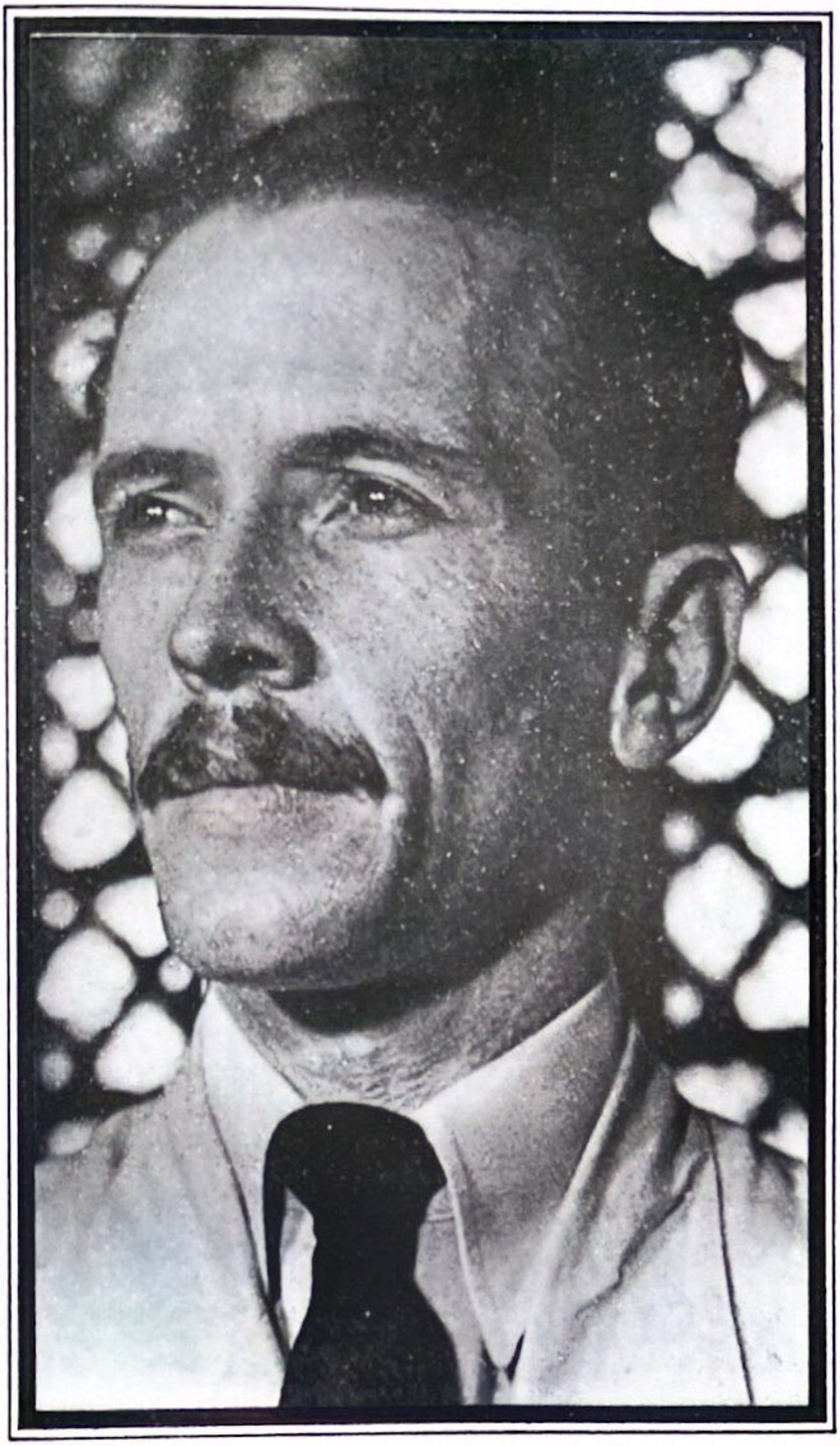
Calculo como ficaste triste ao teres sabido que Vó adoeceu e, por isso, não conseguimos viajar para te abraçar pelo teu 10.º aniversário. Mas não perdes por esperar. Vó está se comportando com muita coragem diante do que lhe aconteceu. Suporta com paciência e dignidade a dor, o sofrimento e as saudades. Dificilmente podemos saber o que ela pensa de tudo, mas sentimos que ela continua firme, confiante que haverá de sobreviver a esta doença. Aliás, sua Vó sempre foi valente tanto para a dor física como para a dor moral. Procura ser como ela. *Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e mais bela da vida.*

Parabéns pelo êxito que consegues nos estudos e pela capacidade que mostras no bom relacionamento com os coleguinhas. Essa história do jornal é muito bacana. Guarda um exemplar ou vários para mim. Ou depois me manda um.

Grato pelo teu cartão de presente de aniversário e pelos votos que me fazes. Ainda vamos comemorar juntos o teu e o meu aniversário, tá? Abraça-te e beija-te o Vô que te quer muito, muito.

V.

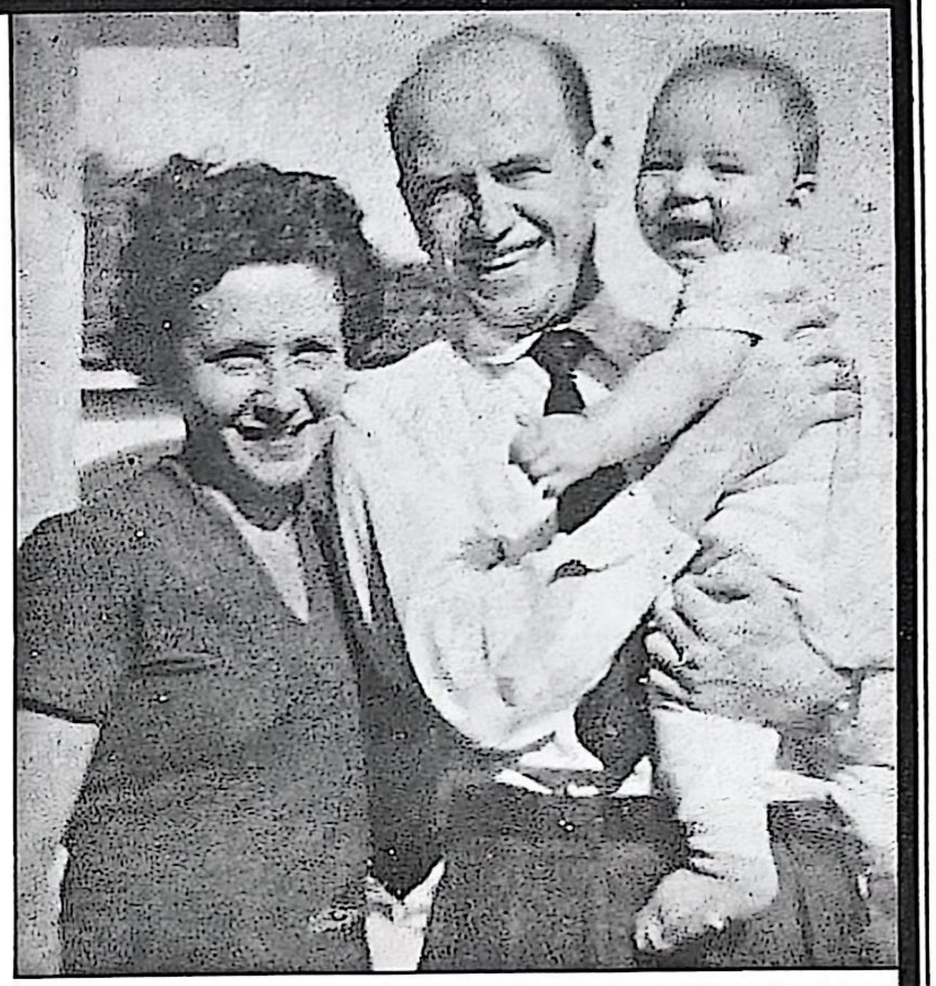
Outubro 1976



Fotografia oficial como deputado federal

Câmara dos Deputados, em 1948
no Rio de Janeiro.

Pedro Pomar em visita ao ateliê
do pintor Cândido Portinari.
1947 — Rio de Janeiro

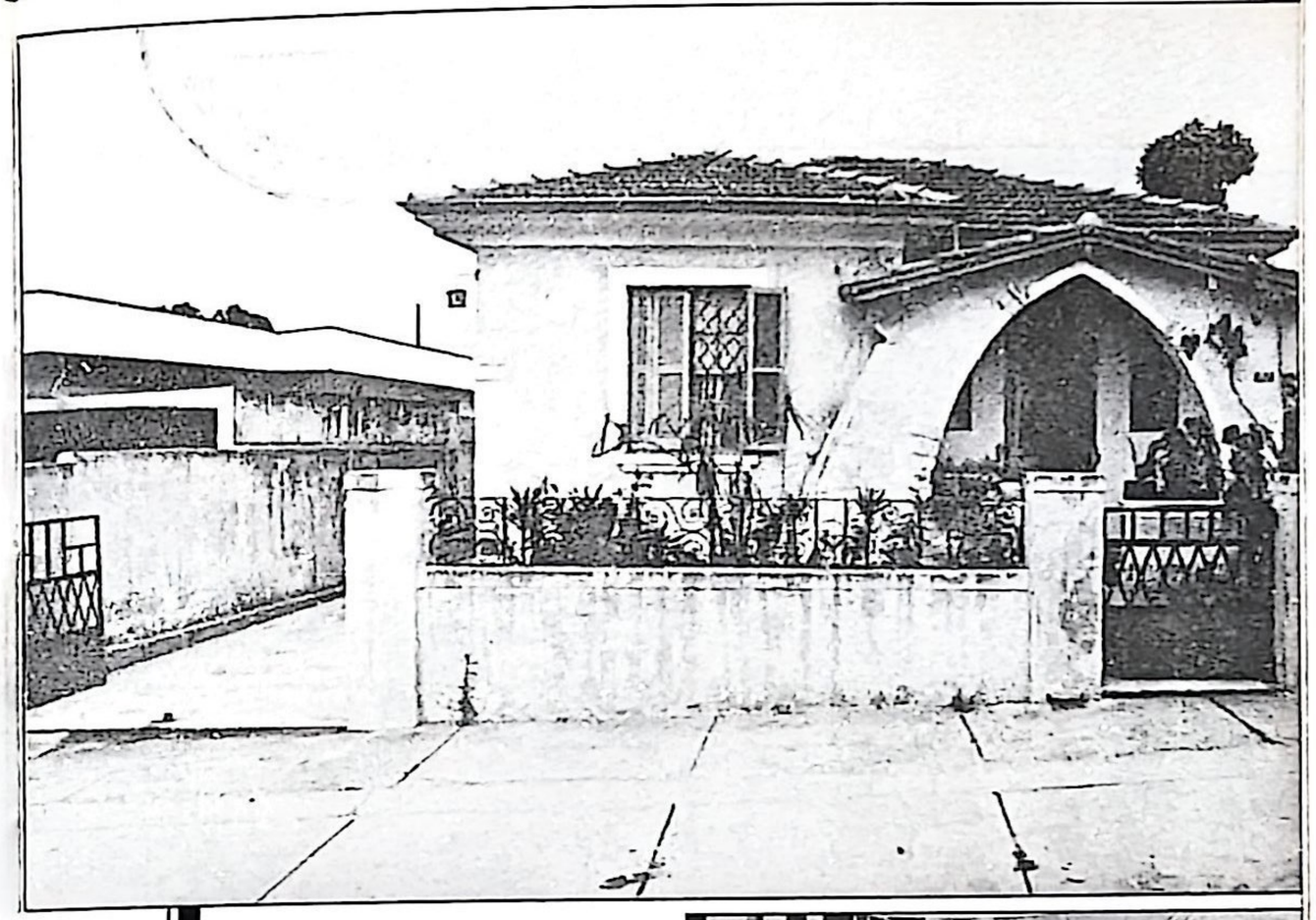


Pedro Pomar, sua
mulher Catharina e seu
primeiro neto (com 5
meses) Pedro Estevam.
Dezembro de 1957

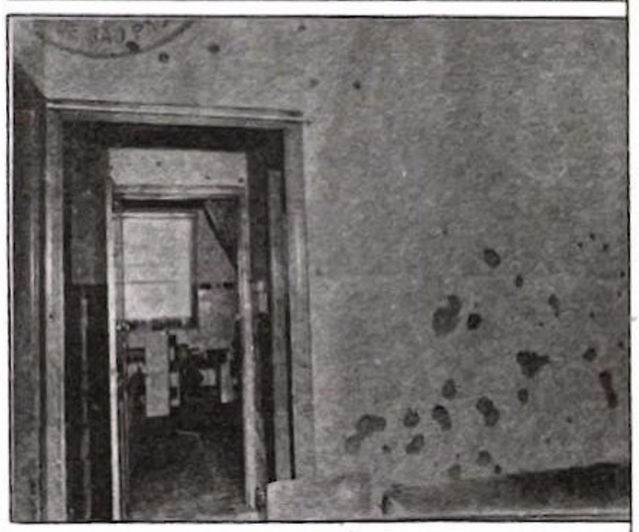
Taçu — Bahia 1961

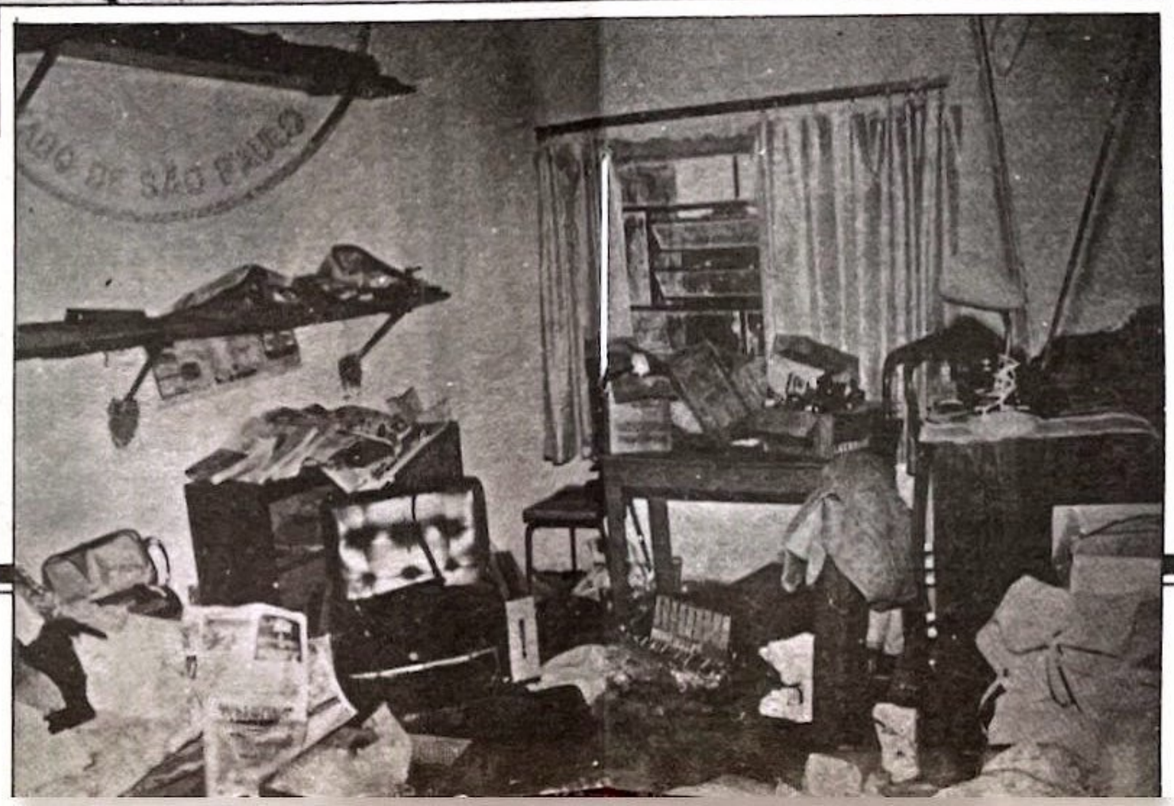
Pedro, os netos Pedro
Estevam e Vladimir e
o filho Wladimir.

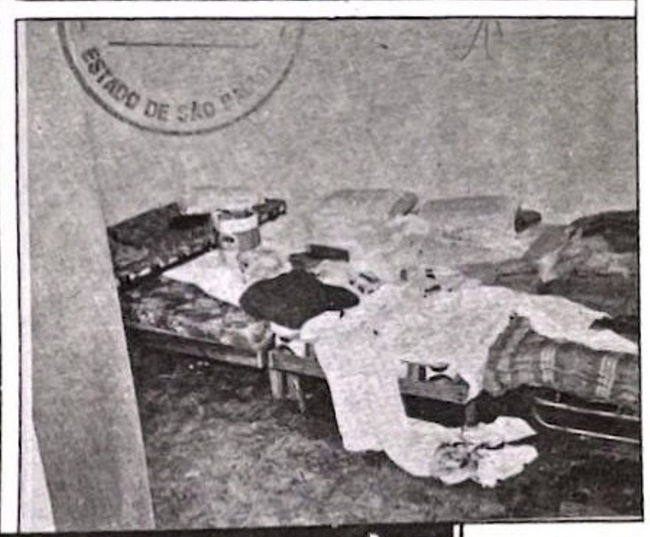
A família em 1960.
Eduardo (2.° filho), Pedro Pomar,
Wladimir (filho mais velho), Joran
(3.° filho), Catharina (esposa),
Rachel (nora), Pedro Estevam
1.° neto), Carlos (filho caçula),
Vladimir (2.° neto).



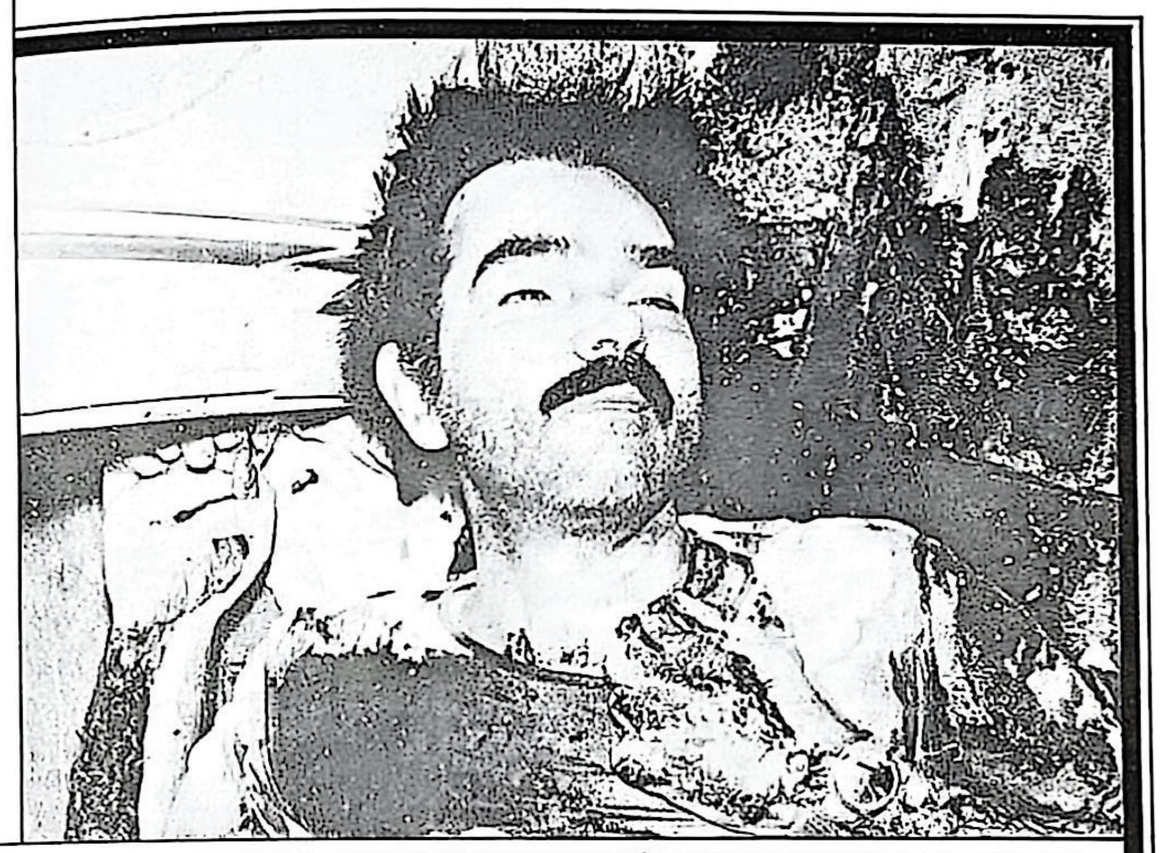
A casa da rua Pio XI,
n.° 767, na Lapa (SP), onde
ocorreu a chacina de Pedro
Pomar e Angelo Arroyo.







Durante toda sua vida, Pedro Pomar não só buscou a Verdade, como procurou ser coerente com ela. Considerava-a a "coisa mais importante e mais bela da vida" e, para ele, só a classe operária e os revolucionários são capazes de persegui-la sem temor, "por mais dura e desagradável que ela seja."



Cemitério Dom Bosco de Perús, onde foram enterrados pelo Dops em 18 de dezembro de 1976, Pedro Pomar e Angelo Arroyo.

INSTITUTO MÉDICO-LEGAL DO ESTADO

DOPS — FLAGRANTE

Registrado em 17 de 12 de 1976 sob n.º 59.609

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO

EXAME NECROSCÓPICO

Aos dezesseis dias de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de São Paulo, a fim de atender a requisição do doutor [redacted] Pol.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

os infra-assinados, doutores José G. Dias e Abeylard de Q. Orsini .x.x.x.x.x

médicos-legistas foram designados pelo doutor [redacted] x.x.x.x.x.x Diretor do Instituto Médico-Legal do Estado, para proceder a exame do corpo de delito em .x.x.x.x.x.x.x o cadáver de PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAUJO POMAR..x.x. e responder aos quesitos seguintes:

Primeiro — Houve morte?

Segundo — Qual a sua causa?

Terceiro — Qual o instrumento ou meio que a produziu?

Quarto — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel? (Resposta especificada)

Realizada a perícia, passaram a oferecer o seguinte laudo: Examinamos e necropsiamos hoje, no necrotério deste Instituto, um cadáver de cor branca, sexo masculino, que nos foi indicado como sendo de PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAUJO POMAR, filho de Felipe C. Pomar e Rosa A. Pomar, natural de Óbidos, Pará, nascido em vinte e tres de setembro de mil novecentos e treze, casado, jornalista, RG. 2.579.412.x.x.x.x.x.x.x.x.

. . .

SO.-SSP.-Mod.7

HISTÓRICO: Consta da Guia de Encaminhamento, [redacted]. VESTES: Nos foram exibidas as seguintes: camisa de algodão cinza, cueca de algodão preta e calça de cowboy azul. REALIDADE DA MORTE: Evidenciava-se pelos clássicos sinais tanatológicos. EXAME EXTERNO: Verificamos tratar-se de um cadáver de indivíduo adulto, do sexo masculino, de cor branca e de boa constituição ósteo-muscular. Notamos: a). Tres feridas pérfuro-contusas, irregulares, aproximadamente arredondadas, com os seguintes caracteres: 1) medindo onze e doze milímetros nos seus maiores eixos, localizada ao nível do segundo espaço intercostal esquerdo, a vinte centímetros da linha médio esternal; 2) medindo dez e doze milímetros nos seus maiores eixos, localizado ao nível do quarto espaço intercostal anterior esquerdo, a cinco centímetros da linha médio esternal e 3) medindo dezesseis por dez milímetros, localizado ao nível do sexto espaço intercostal direito anterior, a cinco centímetros da linha médio esternal; b) Ferimento pérfuro-contuso, irregular, transfixando a base do pavilhão da orelha esquerda; anteriormente, media quinze por dezoito milímetros e posteriormente (região retro-auricular) media vinte por vinte e dois milímetros; c) Dois ferimentos pérfuro-contusos irregulares, próximos, com seguintes caracteres: 1) medindo quinze por dezessete milímetros, na região escapular látero-superiormente; 2) medindo catorze por doze milímetros, na região escapular, na linha axilar posterior esquerda; d) Ferida pérfuro-contusa, aproximadamente arredondada, medindo quinze por dezoito milímetros, localizada na região da nuca, inferiormente. As lesões do "ítem a" possuem caracteres de entrada de projétil de arma de fogo. As lesões do "ítem C" e "D" possuem características de orifícios de saída de projéteis; e) Dois ferimentos pérfuro-contusos, arredondados: 1) um, medindo dez por onze milímetros, no terço médio da face anterior da coxa esquerda; 2) o outro, com onze por doze milímetros, localizado na face antero-interna do terço inferior da coxa esquerda. Estes orifícios, 1 e 2, possuem respectivamente, caracteres de entrada e saída de projétil de arma de fogo. EXAME INTERNO: Cavidades do tronco – Abertas, observamos: a) derrame hemático intra-torácico, sendo retirados dois mil e quinhentos centímetros cúbicos de sangue; b) Topograficamente, visualizamos as seguintes lesões: ferida transfixante dos segundo e quarto espaços intercostais esquerdos anteriores; feridas transfixantes do lobo superior do pulmão esquerdo; ferida transfixante do pericárdio e coração: penetrou na face anterior do ventrículo direito e saiu posteriormente através do aurículo direito; feridas transfixantes do terceiro e quarto espaços intercostais posteriores esquerdos. O exame do segmento cefálico não revelou alterações dignas de especial atenção. CONCLUSÃO: No caso o evento letal é explicado por hemorragia interna traumática, produzida por instrumentos pérfuro-contundentes. O projétil que penetrou na face anterior do hemitórax direito, descreveu um trajeto para cima, para trás e ligeiramente para a esquerda. Os dois que penetraram no hemi

Notà do Editor: Os nomes encobertos no rosto do documento reproduzido são, pela ordem, os de Sérgio Paranhos Fleury e Harry Shibata.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA CIVIL DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

SEÇÃO DE ESTUDOS E LAUDOS

São Paulo, 16 de dezembro de 1976

Senhor Diretor

Em atenção ao Ofício nº 1.106/76 O.S., originário da Divisão de Ordem Social-DOPS, datado de 16 de dezembro de 1976, no qual solicita a digna autoridade as reais qualificações de CARLOS HAROLDO MARTINS DE SOUZA, R.G. nº 5.905.199-S.P., JOSÉ CUNHA, R.G. nº 1.744.394-BA., e JOSÉ EDILSON SOUZA, R.G. nº 261.155-Sergipe, abatidos em tiroteio e que na ocasião portavam as cédulas acima mencionadas, cumpre-nos esclarecer que, pesquisando as individuais dactiloscópicas dos cadáveres que acompanhavam o referido ofício, e que têm os números do Instituto Médico Legal 6711/76, 6712/76 e 6716/76; concluimos.

O cadáver nº 6711/76 do IML, trata-se de PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAUJO POMAR, filho de Felipe C. Pomar e Rosa A. Pomar, brasileiro, natural de Obidos-Pará, nascido em 23 de setembro de 1913, casado, jornalista, identificado neste Instituto sob R.G. nº nº 2.579.412.

O cadáver 6712 do IML, trata-se de ANGELO ARROYO, filho de Angelo Arroyo e Encarnação Partido, natural de São Paulo-S.P., nascido em 06 de novembro de 1928, comerciante, casado e prontuariado neste Instituto sob R.G. nº 1.302.539.

Quanto ao cadáver nº 6716/76 do IML, submetida / que foi a individual dactiloscópica a pesquisa em nossos arquivos, decadactilar o onomástico, o resultado foi negativo, não estando o referido elemento identificado neste Instituto.

Sendo o que nos cabia informar ao ensejo apresentamos a V.Sª os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
O Chefe da Seção

Hélcio Pizzetti

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 6711/76 São Paulo, 18 de dezembro de 1976

Ilmo. Sr.
Administrador do Cemitério Dom Bosco - Perus
CAPITAL

Cumpre-me solicitar de V. S. as necessárias providências, no sentido de ser inumado nesse cemitério o cadáver de PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAUJO POMAR, 63 anos, cor branca, casado, bras. Nat. de Obidos-Pará-Filho de Felipe C. Pomar e Rosa A. Pomar-Obito deu-se na Rua Pio XI nº 707-Bairro da Lapa./

O óbito ocorreu no dia 16 de dezembro de 1976 às 8,00 horas, tendo o dr. José Gonçalves Dias médico-legista do Instituto Médico-Legal, atestado: Anemia Aguda.

A certidão respectiva ser-lhe-á enviada oportunamente.

Cordiais saudações,
pelo Diretor do Instituto Médico-Legal do Estado,

Emilio Marcondes Monteiro

S.O. - S.S.P. - Mod. 61

Registrado no Livro ... 14 RG. 26 465
Página 340 ... Dom Bosco
Sepultura nº 52 Quadra 2 Rua 17
Lado Caveta Oleba 1
Em 18 de 12 de 1976
Remetido à ... de C...
Em de de 1976

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 80 59.609. 59

DEPENDÊNCIA INSTITUTO MÉDICO-LEGAL

Continuação do Laudo Necroscópico nº

tórax esquerdo, descreveram trajetórias para trás, ligeiramente para cima e para esquerda. RESPOSTAS AOS QUESITOS: ao primeiro: sim; ao segundo: hemorragia interna traumática; ao terceiro: instrumentos / pérfuro-contundentes (projéteis de arma de fogo); ao quarto: prejudicado. Nada mais havendo, encerramos o presente laudo.x.x.x.x.x.x.x.x

São Paulo, 17 de dezembro de 1976.

Dr. José Gonçalves Dias

Dr. Abaylard de G. Graini

AUTENTICAÇÃO
TERÇO E ANVERSO
11 FEV 1980

S.G. - S.S.P. - Mod. 27

Análise marxista ou apologia do capitalismo?

(Tribuna de Debates do V Congresso do PCB,
Novos Rumos, 6 a 12 de maio de 1960)

A discussão ora aberta terá grande significação para o movimento revolucionário brasileiro. Apesar das diversas limitações, confio em que na luta franca de opiniões todos nos esforçaremos por encontrar as soluções que sirvam à nossa grande causa.

Ante a confusão ideológica imperante, o centro dos debates deve girar, a meu ver, em torno da linha geral e da tática, pois disso depende, em última instância, o papel do Partido, a sua capacidade de transformar o proletariado em fator decisivo na formação da frente única antiimperialista e democrática e em força dirigente da revolução brasileira.

No processo autocrítico iniciado após o XX Congresso do PCUS, nos foi imposta a tarefa de superar os erros dogmáticos e sectários, de natureza subjetivista, agravados pelo culto à personalidade, que impregnaram nossas concepções, quer quanto à teoria da revolução, quer quanto ao Partido, à sua política e aos seus métodos. Como um dos portadores dessas concepções e um dos responsáveis por esses erros, compreendo a necessidade de impedir sua repetição.

Ao mesmo tempo, penso que tenho me empenhado para que o Partido, desde sua direção, não viesse cair no erro oposto, nas concepções de direita, que na conjuntura atual são o maior perigo para o movimento comunista.

Não desejo discutir, agora, a forma pela qual se operaram as modificações no presidium, em agosto de 1957 (a meu ver sem princípios), nem a maneira pela qual foi aprovada a Declaração de março de 1958, objeto de artigo do camarada Calil

Chade. Pretendo debater a essência da linha política atual e manifestar-me contra seu conteúdo oportunista.

Constitui verdadeira ironia a afirmação das Teses, de que "nos documentos insistíamos em condenar os erros de direita como o principal mas na prática éramos levados a enfrentar os erros sectários" (Tese 52). Ironia, repito, porque agora dá-se o inverso. Nos documentos condenamos os erros sectários como os principais, mas na prática somos obrigados, e seremos cada vez mais, a travar a luta contra os erros de direita e as concepções revisionistas que dominam a orientação política.

Enquanto não derrotarmos as concepções de direita, no terreno ideológico, político e de organização, não avançaremos no caminho da revolução, nem tampouco teremos êxito no combate às concepções de "esquerda", tão entranhadas no Partido.

Não nego o que há de positivo na Declaração. Esta, no entanto, de um modo geral, é falsa, nacional-reformista. E agora, as Teses procuram, prolixa e exaustivamente, justificá-la, "corrigindo" algumas formulações direitistas mais berrantes. Também não defende a volta ao passado, se por essa volta se entendem os erros "esquerdistas" de 1948 a 1956, ou as posições de direita de 1945. Não devemos confundir o combate aos erros com a negação, quase sistemática, do passado glorioso do Partido, de suas tradições revolucionárias, como vem sendo feito pela direção nos últimos três anos. Somente na base de uma justa crítica do passado como, me parece, está formulada no trabalho apresentado pelo camarada Grabois aos debates, é que teremos um dos melhores antídotos contra os erros sectários. Ao passo que as críticas deformadas, negativistas, verdadeiras caricaturas, tão à moda dos revisionistas, novamente expostas nas Teses, nos levam, com razão, a tomá-las como liquidacionistas, uma vez que as melhores tradições do Partido são menosprezadas ou renegadas. Lênin, no seu artigo "Questões em litígio", para nós de grande atualidade, mostrava que o liquidacionismo é uma tentativa de "certa parte da intelectualidade do Partido de liquidar... a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informe, mantida à toda custa dentro do marco da legalidade (isto é, dentro da existência "pública", legal), ainda que para isso tenha de *renunciar, de um modo claro e franco, ao programa, à tática* e às tradições (isto é, à experiência do passado) do Partido" (*Obras Escolhidas*, T. I, pág. 766, Edição em espanhol. Moscou, 1948).

Perdoem-me a longa introdução e vejamos o miolo da linha da declaração. Não é fácil a tarefa de revelar, resumidamente, a essência de direita do documento apresentado ao debate, pois as Teses são uma verdadeira "sopa eclética". Tentarei, por isso, nesse artigo, discutir alguns aspectos da situação objetiva.

No exame da situação internacional, as Teses ressaltam, de modo justo, as modificações ocorridas no mundo e as possibilidades de liquidar a "guerra fria" e assegurar a política de coexistência pacífica. Mas o perigo de guerra é tratado de forma genérica, sem o necessário sentido político. Não basta afirmar que enquanto existir o imperialismo continua a haver terreno para as guerras de agressão, nem é suficiente a denúncia de que os círculos agressivos norte-americanos preparam a guerra e que os Estados Unidos são o centro da reação mundial. Faz-se mister indicar como e onde esse perigo de guerra se manifesta concretamente. Em conseqüência, as Teses não armam politicamente os comunistas e todo o povo brasileiro para a luta pela paz, tarefa primordial de nossos dias. Mesmo quando afirmam que a luta pela independência nacional é parte integrante da luta mundial pela paz — tese perfeitamente correta — têm uma posição exclusivista e nacionalista burguesa que dificulta, como já vem acontecendo, a realização das tarefas internacionalistas e de solidariedade com os demais povos. Até questões relacionadas com a independência nacional e diretamente ligadas à luta pela paz, como a de Fernando de Noronha, ou a do acordo militar Brasil-Estados Unidos, desapareceram da ordem do dia. E por ocasião da visita de Eisenhower ao Brasil, a nossa omissão foi tão gritante, que se tornou incompreensível não só para os comunistas, como para todos os patriotas. Disso só se pode deduzir que a coexistência pacífica está sendo compreendida, pela direção, como amainamento da luta contra o imperialismo...

Diante do desenvolvimento capitalista no país, a Declaração, tentando corrigir nossa posição anterior, caiu entretanto no objetivismo, na exaltação ao capitalismo. Em virtude das críticas levantadas no Partido contra essas idéias da Declaração, as Teses são mais comedidas nas loas ao "desenvolvimento".

Embora esse já não seja apresentado como "o elemento progressista por excelência da economia brasileira", as Teses

falam, agora no "elemento progressista e dinâmico" e afirmam que o desenvolvimento capitalista nacional aumentou seu ritmo como fruto de seus próprios "impulsos internos" (Tese 12).

É certo que as Teses são, neste aspecto, um avanço em relação à Declaração, pois chegam a reconhecer que o curso do processo de desenvolvimento capitalista "se caracteriza pela tendência predominante de adaptação desse processo à independência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra" (Tese 16).

Contudo não tiram a devida conclusão política, nem fazem a autocrítica correspondente. Além disso, falar de "adaptação" não basta. Aí então cabem duas perguntas. Primeira. Nas condições atuais, sob a direção da burguesia, poderia esse desenvolvimento seguir outro curso? Segunda. Mesmo que não se adaptasse à dependência, ao imperialismo, ao monopólio da terra, qual seria a perspectiva do desenvolvimento capitalista nacional? No primeiro caso, é evidente que o curso não poderia ser outro. Quanto ao segundo, seria o capitalismo com todas as suas mazelas — crises, desempregos, pauperização crescente das massas trabalhadoras, aumento da exploração da classe operária, etc.

O desenvolvimento capitalista é um fenômeno objetivo, que se dá independentemente de quem quer que seja. É certo que nas condições brasileiras é progressista. Mas à classe operária e ao Partido incumbe encarar o desenvolvimento capitalista de acordo com seus interesses e suas tarefas revolucionárias, e não prosternar-se diante dele. Já Lênin, em 1893, numa conferência intitulada "A propósito da chamada questão dos mercados" criticava Hermann Krassin, por ter destacado unicamente o aspecto progressista do capitalismo sem considerar as contradições a ele inerentes, o aumento da miséria e a ruína das massas trabalhadoras.

Tomando-se uma posição objetivista, de apologia do capitalismo, pode-se cair também no elogio do imperialismo. Do ponto de vista econômico, o imperialismo implica também um progresso, mas nem por isso os marxistas o defendem. Ao constatar o caráter progressista do capitalismo no Brasil, embora na presente etapa a revolução não tenha objetivos socialistas, é profundamente errôneo apresentar ao nosso povo a perspectiva de um desenvolvimento capitalista.

O Brasil é uma nação dependente do imperialismo, sem direitos iguais, explorada e oprimida pelo capital monopolista estrangeiro, sobretudo o norte-americano. Por conseguinte, o apoio às medidas progressistas e à luta contra a deformação e a subordinação da economia brasileira e contra os privilégios de que goza o imperialismo são um imperativo para os comunistas. Isto é pacífico. No entanto uma justa análise da situação objetiva do país exige algo mais. Exige que se ponha a descoberto as contradições de classe, que se diferenciem, com toda a nitidez, os interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, do conceito geral da nação em seu conjunto, o qual corresponde aos interesses da classe dominante. E depois, não esquecer os interesses cardiais do proletariado nem obscurecer os traços fundamentais do regime imperante no país, a fim de tirar vantagens, reais ou supostas, com uma política de capitulação como a que seguimos atualmente. O desenvolvimento capitalista nacional não precisa ser exaltado a título de análise objetiva, nem de que vem lutando e continuará a lutar pela posse completa do mercado nacional e — acrescento eu — também, como já vem acontecendo, por outros mercados.

Enfim, o que a análise da situação objetiva devia destacar com o relevo merecido era o crescimento incessante e maior do proletariado, crescimento esse que constitui, isto sim, o elemento mais progressista e revolucionário da sociedade brasileira. Crescendo numericamente com o desenvolvimento capitalista no país, o proletariado só poderá elevar sua consciência e cumprir sua missão histórica se estiver armado de uma análise marxista-leninista, de acordo com seus interesses de classe, da realidade.

Na maneira unilateral, objetivista, e apologética de apreciar o desenvolvimento capitalista no Brasil reside a essência nacional-reformista do exame das "características principais do desenvolvimento da economia nacional". Com tal concepção, os comunistas, ao invés de se "inserir" no processo real em curso — cuja necessidade tanto se proclamava — acabarão se diluindo no coro geral dos louvores ao "desenvolvimento".

No que depende de mim, farei tudo que estiver ao meu alcance para que o Partido aprove uma linha revolucionária, que desperte as energias criadoras do proletariado e das grandes massas de nosso povo.

Ainda sobre a apologia do capitalismo

(Tribuna de Debates, *Novos Rumos*,
10 a 16 de junho de 1960)

Já havia enviado para a Tribuna de Debates dois outros artigos, quando o camarada Jacob Gorender resolveu acusar-me da prática da falsificação.

Em homenagem aos camaradas que se deram ao trabalho de ler meu primeiro artigo, volto ao assunto, porque o reputo de maior significação. Não que negue ao camarada Jacob a categoria de um dos mais autênticos e virulentos porta-vozes da linha direitista em vigor. Suas idéias, tais como a do "papel positivo do proletariado", a da "aliança, inclusive no terreno ideológico, com o nacional-reformismo", a de que "nosso programa não pode ser outro senão o da frente única", a de que "nesta etapa, a contradição principal a ser resolvida é a que opõe a nação ao imperialismo americano e seus agentes internos", e outras pelo estilo, mereceriam, sem dúvida, uma resposta especial.

É normal na polêmica (se bem que o camarada Jacob tivesse enveredado por outro caminho) utilizar os erros do adversário, mas nunca se deve eludir ao fundo das questões nem atribuir aos outros sandices para depois rebatê-las com ar triunfante. O camarada Jacob, justiça se lhe faça, costuma falar com franqueza. Admirei-me muito, por isto, de ele ter fugido de esclarecer a questão claramente colocada pelo camarada Calil Chade no artigo que tratou da forma por que foi aprovada a Declaração de março de 1958. E também fiquei um tanto surpreso pelo que me atribui.

Por outro lado, o camarada Jacob não peca por modéstia. Os comunistas, mesmo que tenham razões suficientes, jamais devem ser presunçosos. Tenha-se em conta, ademais, que os comunistas brasileiros vêm lutando com enormes dificuldades para acertar o verdadeiro caminho da revolução brasileira, sendo seus êxitos neste sentido bem parcos. Mas eis que o camarada Jacob apresenta-se de uma forma que, benza-nos deus!, parece que nada teve ou tem a ver com o programa de 1954, com o dogmatismo e os erros do Partido no passado recente e... no presente. Ora, mas todos sabem que ele foi também um dos mais eméritos fundamentadores do Programa, chegando mesmo a ser encarregado da educação dos quadros para a "revolução a curto prazo"...

Em meu artigo tentei demonstrar, num exame brevíssimo do II Capítulo das Teses, que a análise do desenvolvimento capitalista nacional é feita de modo objetivista, unilateral, pois subestima a situação e a significação do proletariado e das massas populares, o que determina, a meu ver, a essência da política nacional-reformista da Declaração e das Teses. Mas, grita o camarada Jacob, irritado: isto é falsificação!

Alto lá, devagar com o andor! Os problemas controvertidos exigem um tratamento cuidadoso, o que não pretendo ter conseguido nem sei se o conseguirei agora. As Teses, outrossim, são bastante extensas e ecléticas, o que dificulta sobremodo sua leitura e compreensão, sobretudo para os camaradas operários. Mas, por enquanto, estou certo de que não falsifiquei coisa alguma.

Deixemos momentaneamente a Declaração e a prática de sua aplicação, material precioso para reavivar a memória e desembotar a consciência de alguns camaradas que pensam que ser revolucionário hoje é capitular ante as classes dominantes, é negar o papel do Partido e rebaixar a bandeira da revolução. Vejamos se falsifiquei as Teses no que se refere à apologia do capitalismo. Os camaradas desculparão se, contra a vontade, eu estender-me demais além do necessário, pois há abundância de argumentos.

Na tese 9 se afirma que a economia brasileira se desenvolveu e sofreu certas transformações de grande importância, mas ainda enfrenta até hoje, como "fatores fundamentais adversos" ao seu progresso, a dependência diante do imperialismo e do monopólio da terra". Passando para a 10 se diz:

à medida que progride a industrialização do país, se acentua, por intermédio das inversões diretas, a exploração imperialista do país; e que o capital brasileiro, em parcela considerável, se associa ao imperialista em vários casos. No campo, assevera ainda a tese 11, com a penetração do capitalismo "não se abala, mas se reforça o regime monopolista da propriedade da terra".

Esses fatos são incontestáveis. O imperialismo, sobretudo o norte-americano, e o monopólio da terra aparecem como os obstáculos principais opostos à emancipação econômica do Brasil. É, como bem demonstrou o camarada Maurício Grabois em seu trabalho de contribuição ao debate, a crise de estrutura do país que se aprofunda cada vez mais.

A partir, porém, da tese 12, que apresenta a análise do desenvolvimento capitalista nacional, começa a claudicação e tenta-se impingir, alhos por bugalhos. Nela se afirma, por exemplo: "Contrapondo-se a esses fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional... constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira. (Não mais o "por excelência", da Declaração — observação minha, PP). Aqui o "contrapondo-se" colide frontalmente com as assertivas anteriores, não é o resultado do exame concreto do processo real em curso no país, mas um elogio extemporâneo. Era preciso demonstrar como contrapõe-se; e em que medida e até que ponto o desenvolvimento referido, ao mesmo tempo, associa-se aos monopólios imperialistas.

Em prosseguimento, a tese 12 assevera que, nos últimos vinte anos, "em virtude dos próprios impulsos internos" e de condições externas mais favoráveis, o ritmo desse desenvolvimento se acelerou.

Preliminarmente, aí não fica claro que "impulsos" são esses. O que impulsiona o capitalismo é, indiscutivelmente, a lei da mais-valia, a caça ao lucro, a exploração desenfreada da classe operária. A idéia dos impulsos internos é, por isso, além de nebulosa, laudatória.

E, quanto ao ritmo acelerado e ao processo, temos mais: "Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o processo principal na vida econômica brasileira é o da industrialização, que tem sua característica mais importante no crescimento preponderante e relativamente rápido da indústria de bens de

produção". Em seguida surgem os índices de produção dos últimos 20 anos (1938 a 1958) e se conclui que "a indústria brasileira atravessou nos anos de 1947 a 1956 uma fase de ascenso excepcional, em que o produto industrial real aumentou 92,2%, superando a média de crescimento do mundo capitalista no mesmo período".

Isto contradiz em grande parte o que foi dito na tese 10 sobre o acentuamento da exploração (capitalista) imperialista por intermédio das inversões diretas e sobre a associação de capitais brasileiros com os monopolistas estrangeiros. O capitalismo nacional aparece com um poder miraculoso de desenvolver-se com ritmo jamais igualado, conservando ou reforçando os "fatores de atraso". De qualquer forma, o assunto merece maior ilustração. Gilberto Paim, economista do ISEB, num trabalho publicado no n.º 7 da revista *Estudos Sociais,* citando a fonte *Os Investimentos Estrangeiros no Brasil*, de Werner Hass, e outras publicações oficiais, mostra qual é a situação. Por elas se verifica que mais de 600 empresas industriais são estrangeiras, fora umas 900 de serviços públicos, transportes, comércio, agricultura, etc. E se consultarmos dados conhecidos, constataremos que, à exceção da Petrobrás, o capital imperialista participa com mais de 70% na produção de aço, 72% na energia elétrica, 90% na de borracha, 100% na de derivados de petróleo, 70% na de moagem de trigo, 63% na de cimento, e assim em diante. Além disso, é de conhecimento o que vem ocorrendo na indústria automobilística.

Cresce a disputa pelo mercado brasileiro no campo das inversões diretas, entre os grandes monopólios internacionais. É um fato também que há uma evasão cada vez mais volumosa dos frutos do trabalho do povo brasileiro para os cofres das grandes potências capitalistas. O capital monopolista estrangeiro não pode ajudar efetivamente à independência econômica do país. Ao contrário, procura subordinar, por todos os meios ao seu alcance, nossa economia e nossa vida política aos seus interesses. Mas disto não se deve deduzir que os imperialistas não criem indústria nem façam concorrência para liquidar a indústria nacional e dominar o mercado brasileiro, pois através disso eles conseguem arrancar o máximo de lucros do trabalho dos operários e do povo brasileiro. O imperialismo, ao exportar seus capitais para os países atrasados, é obrigado a fomentar a economia, criar estradas de ferro e outras vias de comunicação,

fundar certas indústrias, fazendo surgir desse modo o proletariado, a intelectualidade e estimulando o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Este é um ensinamento de Lênin.

Repito. Reconheçamos o caráter progressista do desenvolvimento capitalista nacional, mas não o exageremos. Apoiemos as medidas de defesa da indústria nacional, mas não neguemos os traços essenciais do capitalismo, mesmo brasileiro. Do ponto de vista econômico o imperialismo é uma etapa superior do capitalismo, e nosso dever porém é combatê-lo e liquidá-lo. No que tange ao problema do mercado interno, (ainda na tese 12) não se denuncia, como seria obrigatório, a forma reacionária e dolorosa para as massas, do seu crescimento. É o objetivismo, o tom de satisfação...

Tratemos agora do capitalismo de Estado (tese 13). No Brasil, diz a tese, "servindo em determinados casos aos interesses do imperialismo", o capitalismo de Estado "tende a assumir prevalentemente formas progressistas e nacionais". Esse "tende a assumir, prevalentemente" saca um pouco para o futuro, sem justificativa. Mas logo em seguida surge o elogio descabido à burguesia brasileira, pois se afirma que ela, "realizando o processo de industrialização (...), enfrenta a tarefa de promover a criação, num prazo breve, de um mínimo de forças produtivas modernas".

Consideremos. O capitalismo de Estado não é produto somente da ação da burguesia. As lutas populares tiveram enorme influência na instalação de Volta Redonda, da Petrobrás e de outras empresas estatais. O capitalismo de Estado, ao mesmo tempo, encerra uma contradição sobre o papel da burguesia. Por falta de capitais próprios para criar a grande indústria e por outros fatores que lhe interessam como classe exploradora, a burguesia recorre ao capitalismo de Estado. Por outro lado, porém, o capitalismo de Estado demonstra que a indústria pode ser dirigida sem burgueses, que a burguesia começa a sobrar. Daí a importância da palavra de ordem de nacionalização, atualmente, de certos ramos fundamentais da produção em mãos do imperialismo e de sua defesa pelas massas.

Concordemos, portanto, com o caráter progressista do capitalismo de Estado, nas condições brasileiras, reconheçamos

que a burguesia deve enfrentar também a tarefa da criação de forças produtivas modernas, mas em face do capitalismo de Estado ela tem tido uma posição de reserva e exclusivista. E recordemos que, se nos destinos do Estado não passarem a predominar as forças progressistas, verdadeiramente antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado, pode suceder conosco, como já vem sucedendo, em parte, o exemplo da Argentina.

Ainda sobre a apologia do capitalismo (conclusão)

(Tribuna de Debates, *Novos Rumos*, 17 a 23 de junho de 1960)

A Tese 14 fala da inflação. Lemos: "Uma das características do curso atual do desenvolvimento econômico consiste no processo inflacionário que lhe é implícito". Noutro trecho: "A inflação é provocada, portanto, fundamentalmente, pelos fatores de atraso que continuam a pesar sobre a economia brasileira". E mais: "A inflação permite à burguesia brasileira, assim como ao capital estrangeiro, a elevação do grau de exploração da classe operária, e, em geral, das massas trabalhadoras". A análise não é de fácil entendimento. Perguntamos: mas quem domina a máquina do Estado e quem realiza a política inflacionária? A inflação vem servindo indiscutivelmente ao atual processo de acumulação capitalista nacional e estrangeira, bem como aos latifundiários. Mas a condenação dessa política inflacionária é feita de maneira frouxa, mal disfarçando a apologia da inflação, nos seguintes termos: "Ao mesmo tempo o ritmo inflacionário não podia deixar de se acelerar com o processo de desenvolvimento econômico", uma vez que este se realiza sem a eliminação daqueles fatores, mas adaptado a eles. "No mais recente período a política estatal de investimentos e créditos tem impulsionado a industrialização, mas a aplicação dessa política se faz com a persistência de vultoso desperdício de recursos orçamentários e de créditos, etc.".

Nada se diz porém de que o déficit orçamentário, os gastos militares etc. são produtos da política do governo das classes dominantes, de um Estado que joga um papel fundamental no processo inflacionário. Aliás, a inflação tem sido um instrumento bem manejado nos últimos 20 anos em favor de uma minoria e contra os interesses das grandes massas, inclusive da burguesia nacional. Mas nem isto nem os fabulosos lucros dessa

minoria são denunciados com o vigor necessário. Quando, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional, foi apresentado o Programa de Estabilização Monetária, grandes grupos (monetários) das classes dominantes, por seus representantes no poder, manifestaram o propósito de substituir a política inflacionária ainda favorável numa situação de procura relativamente alta, de certa "prosperidade", por outra política, de deflação, de restrição de créditos, de liquidação da pequena e da média indústria, de "austeridade", de congelamento dos salários, porque no horizonte já começam a aparecer sintomas de dificuldades, os estoques se acumulam e a oferta relativa começa a predominar. Houve divergências entre os grupos no poder, houve resistência popular, mas a política preconizada pelo Fundo Monetário está sendo, em certo sentido, aplicada, se bem que estejamos agora num compasso de espera, marcado pela sucessão presidencial. O FMI acaba de emprestar perto de 50 milhões de dólares ao governo de JK. Não por acaso.

Verifica-se também aí a apologia do "desenvolvimento", com a agravante de que a situação das massas não merece uma tese especial. A exploração do proletariado e das massas trabalhadoras é apreciada quase que exclusivamente no processo da distribuição e pouco, muito pouco, ou quase nada, no da produção. A crítica do patronato limita-se à afirmação de que "o ascenso dos preços"... vem superando, como tendência constante, o ascenso periódico dos salários e vencimentos. O economista burguês Celso Furtado, em relatório recente ao Presidente da República sobre os problemas do Nordeste, escreve que há nas cidades da região mais de meio milhão de pessoas desempregadas, isto é, 1/4 da população urbana em idade de trabalhar. Há poucos dias o governador Brizola, do Rio Grande do Sul, declarou que em seu Estado existiam mais de 150 mil desempregados. A situação em todo o país se agrava nesse e noutros sentidos para as massas.

Na Tese 15, faz-se referência ao desenvolvimento desigual do capitalismo no país, ao aprofundamento dessa desigualdade e às miseráveis condições de vida no Nordeste. A extrema penúria das massas nordestinas é apresentada em contraste com o enriquecimento e a ostentação suntuária de um número ínfimo de latifundiários e capitalistas que "fundamentam a sua prosperidade na manutenção de formas atrasadas de economia". Perguntamos, porém: se a riqueza e o fausto fossem

baseados em formas avançadas da economia não seriam igualmente condenáveis? Nem nesse caso se deixa de exaltar o "desenvolvimento"?...

Já me havia referido à tese 16, quando diz que o aspecto predominante do atual curso de desenvolvimento é a adaptação desse processo à dependência ao imperialismo e à conservação da terra (do monopólio da terra). Escrevi que não se faz a indispensável autocrítica nem a devida conclusão política dessa afirmação. E formulei duas indagações sobre as perspectivas desse curso, que as Teses não tocam, nem os atuais corifeus do "desenvolvimento" quiseram responder até agora. Salvo se acham que o capitalismo brasileiro tem o mesmo "excepcionalismo" do norte-americano, não conhecerá crises e "florescerá" sempre, garantindo "a prosperidade" para o povo.

Entretanto, esse curso — diz-se mais adiante — "agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem ser capaz de superá-las". Aqui parece-me importante citar ainda o que diz a Tese 23, a respeito do papel do desenvolvimento econômico: "As diferentes contradições que a sociedade brasileira encerra... se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no país". É ainda o desenvolvimento econômico que "dá à contradição antiimperialista o caráter de principal, dela fazendo depender a solução de todas as outras". Essa compreensão do desenvolvimento capitalista nacional e a subordinação completa a ele é uma interpretação falsa, não marxista-leninista, oportunista, da realidade brasileira atual, é a teoria do "determinismo econômico", da revolução pelo aumento das forças produtivas. Estou contra ela e pretendo discuti-la novamente, se tiver tempo e espaço.

O centro de nossas divergências reside precisamente aí. Discordamos das Teses na fundamentação objetivista e apologética do desenvolvimento capitalista, pois isto leva a exagerar o papel da burguesia e, ao mesmo tempo, a menosprezar o papel das classes revolucionárias da sociedade brasileira e a abdicar, em princípio (já não me refiro à prática), do papel dirigente do proletariado na etapa atual da revolução.

O camarada Jacob acusou-me também de falar no capitalismo em geral, citando a crítica de Lênin a Plekânov a

esse propósito. Deveria porém ter recordado Lênin quando ele estudou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, numa obra clássica; pois o fez, como demonstra no prefácio da 2.ª edição, para determinar o papel revolucionário das diferentes classes da sociedade russa, especialmente do proletariado e dos camponeses, e não para glorificar o capitalismo nem para apoiar sem reservas a burguesia. Lênin dizia que só partindo da base econômica e social do regime russo de então se poderia compreender o caráter inevitavelmente burguês da revolução russa da época. E advertia que, entre os social-democratas da ala direita, encabeçados por Plekânov, havia algumas vezes a tendência de envilecer o marxismo, quando tiravam a conclusão do papel dirigente da classe burguesa na revolução ou da necessidade de os socialistas apoiarem os liberais, partindo da máxima geral relativa ao caráter burguês da revolução.

Permito-me entretanto trazer ao debate, uma citação extensa, mas que julgo de maior importância:

"1) Devido ao modo como a seção mais importante, contendo a caracterização do capitalismo, é formulada, o projeto não é de um programa do proletariado em luta contra manifestações muito reais de um capitalismo muito definido, mas o de um programa de manual escolar, econômico, sobre o capitalismo em geral.

"2) O programa é particularmente inconveniente para o partido do proletariado russo e as contradições e males gerados pelo capitalismo russo são quase inteiramente esquecidos e obscurecidos por esse sistema de caracterizar o capitalismo em geral. O partido do proletariado russo deve formular sua acusação contra o capitalismo russo, sua declaração de guerra contra o capitalismo russo, da maneira menos ambígua possível. Isto é tanto mais necessário porque o programa russo não pode ser idêntico a esse respeito aos programas europeus...!

"Contentar-se em afirmar que o capitalismo 'em sua forma desenvolvida' se distingue em geral por tais ou quais características e que na Rússia o capitalismo 'está se tornando predominante' é fugir, à acusação concreta e à declaração de guerra para um partido prático, combatente, é a coisa mais importante.

"Por esta razão, o projeto não atinge um dos principais objetivos de um programa, que é o de servir ao Partido como guia em sua propaganda e agitação do dia-a-dia, referente às várias manifestações do capitalismo russo."

A crítica que acabo de citar foi precisamente a formulada por Lênin contra o projeto de Programa apresentado por Plekânov no II Congresso do Partido, em 1903.

Como os camaradas podem ver, essa crítica se volta inteiramente contra o camarada Jacob, que recorreu a Lênin sem compreendê-lo, por ser exaltado partidário do desenvolvimento capitalista, por um desses "cursos" que só ele poderá deslindar, tais as incoerências em que vem caindo. Espero que o Jacob (o camarada Jacob) tenha na lembrança que Plekânov acabou no oportunismo, entre outras razões, por exagerar a importância da burguesia e subestimar a aliança com os camponeses na revolução russa.

As situações são diversas, é certo, mas o nervo da questão é o mesmo. Hoje nossa divergência ganha relevo exatamente porque o revisionismo moderno procura paralisar a energia revolucionária do proletariado, tentando fazê-lo perder a fé em suas próprias forças. E se o sectarismo é particularmente perigoso quando o movimento entra em descenso, o é igualmente o revisionismo quando esse movimento está em ascenso, como atualmente na América Latina e no Brasil, porque impede a incorporação de milhões de trabalhadores (entre nós são mais de nove milhões) para a luta política e para formarem sob a nossa bandeira, a bandeira do Partido.

Por essas razões sou um entusiástico partidário daquele "grande e milagroso momento das transformações radicais" que procura ridicularizar e parece tanto temer o camarada Jacob. E como atingi-lo, como vincular as tarefas de hoje com o milagroso momento? Nesse terreno sou desde já partidário da linha e da tática preconizada no trabalho do camarada Maurício Grabois. Nenhuma intimidação me fará mudar de opinião, porque a prática me convenceu de que a linha atual tem levado o Partido à diluição cada dia maior, na vida política do país.

O Partido — necessidade histórica

(*A Classe Operária* n.º 66, julho de 1972)

Ao completar o 50.º aniversário de sua fundação e o 10.º de sua reorganização, o Partido Comunista do Brasil publicou um balanço crítico e autocrítico da trajetória que percorreu — "Cinqüenta Anos de Luta". Trata-se de uma importante contribuição à luta emancipadora da classe operária e do povo brasileiro.

O resumo abreviado das grandes lutas dos comunistas, desde 1922, e a generalização das experiências fundamentais de todo esse período, bem como a caracterização do papel desempenhado pelas figuras destacadas do movimento comunista em nosso país, vinham sendo insistentemente reclamadas como novas armas para reforçar a educação dos comunistas, especialmente dos jovens, e salientar a significação do PC do Brasil no curso do movimento revolucionário brasileiro e em seu futuro. Nos últimos anos, sobretudo na fase mais intensa de combate ao liquidacionismo revisionista de direita e de "esquerda", colocaram-se na ordem do dia e ganharam força questões teóricas e políticas de relevo, entre as quais a questão da existência do Partido, de sua necessidade histórica, de suas perspectivas revolucionárias. A empresa para elucidar estes problemas não era fácil, requeria tempo, condições de estudos, pesquisas e debates, um clima arejado e não os de uma dura clandestinidade, como a atual. Exigia simultaneamente maior amadurecimento teórico, ampla visão histórica e aguda percepção política. Sobrepondo-se a essas dificuldades e limitações, o Comitê Central do PC do Brasil atendeu a esses reclamos e realizou um trabalho valioso, que certamente ajudará a formar os novos e a reeducar os velhos militantes proletários, a corrigir antigos e persistentes erros, em suma, a

instruir politicamente as massas, dando-lhes também a oportunidade de mais uma vez medir o grau de seriedade com que o Partido vem encarando sua árdua, mas gloriosa tarefa de dirigir a revolução.

No Brasil, ao examinar a realidade, se deve ter em conta que a tradição das organizações políticas populares praticamente inexistiu ou foi muito fraca. As forças reacionárias ergueram contra elas obstáculos de toda ordem e continuam a mover-lhes perseguição feroz. Por isso, seus vínculos materiais e sua força de coesão sempre foram bastante débeis. Faltava-lhes, antes de tudo, uma teoria acertada, uma base ideológica que lhes desse solidez e estabilidade. Dessa forma, a certas pessoas parece inusitado, ou artificial, ou mesmo obra de forças estranhas, o fato de um partido político que jamais ocultou seus objetivos revolucionários, sua natureza de classe, sua teoria marxista-leninista e sua fidelidade ao internacionalismo proletário, tenha não apenas sobrevivido durante meio século, como também se tornado um partido nacional, de massas, o mais autêntico dos que já existiram em nosso país. Esta, porém, é uma realidade viva, indiscutível. Em si mesma, dá idéia da magnitude do empreendimento e da força das aspirações revolucionárias do proletariado brasileiro. De outro modo, não se pode compreender como o Partido tenha suportado tão duras perseguições e subsistido. E mesmo os que viveram mais de perto e lutaram longamente para que vingasse essa organização, têm dificuldades em relatar as vicissitudes atravessadas e os entraves vencidos para mantê-la e fazê-la progredir. Em conseqüência, nunca é demais relembrar a saga de heroísmo e sacrifícios de todos os que lutaram para que a chama da revolução e do socialismo, sustentada pelo PC do Brasil, iluminasse sem cessar a marcha de nosso povo.

Cinqüenta anos são, sem dúvida, mais que suficientes para avaliar a significação de uma corrente política e o destino que lhe está reservado. Atuando num período tão largo e dos mais agitados e fecundos da história do país e do mundo, a prática do PC do Brasil não podia deixar de oferecer lições riquíssimas, que permitem julgar se sua existência foi ou não necessidade imperativa das condições concretas brasileiras e do movimento operário. É claro que tal julgamento não deve provir da própria vontade do Partido, nem exprimir qualquer espírito de vanglória. Um partido político só se revela

historicamente necessário, quando está fadado, pelas condições objetivas, por interesses reais, por seu programa, sua conduta e sua direção, a tomar o Poder e a edificar um novo regime político e social. No momento em que se escrever a história completa do PC do Brasil, melhor se comprovará que sua existência obedeceu à lógica férrea da evolução social brasileira, se tornou parte integrante, inseparável da história do proletariado e do povo brasileiro.

Nesses cinqüenta anos, o PC do Brasil, além de expressar politicamente a presença da classe operária na vida do país, foi o principal artífice de importantes acontecimentos. Promoveu grandes movimentos e campanhas políticas e chegou a dirigir a insurreição nacional-libertadora de 1935. Tais sucessos tiveram enorme ressonância, elevaram o nível da consciência antiimperialista e democrática das massas populares e contribuíram para desmascarar o caráter reacionário e traidor das classes dominantes. Apesar dos reveses e dos erros, foi e continua a ser a constante na atividade do PC do Brasil a luta para concretizar a revolução agrária e antiimperialista, democrática e nacional, a única capaz de livrar o país da dependência ao imperialismo, assegurar liberdade para as grandes massas exploradas e oprimidas e abrir a via para a construção da sociedade socialista no Brasil. Em torno dessa questão e do caminho para resolvê-la é que se dividiu o velho partido, que se deu a ruptura com os revisionistas de Prestes e se trava, hoje, a luta contra todas as formas de oportunismo, tanto fora como dentro do Partido. Ao expurgar os revisionistas, em 1962, e renovar-se, pôde o PC do Brasil erguer com mais clareza e mais decisão a bandeira da revolução libertadora e democrática, convertendo-se no partido da esperança do povo brasileiro e tornando-se merecedor do justo apreço entre os destacamentos marxistas-leninistas do movimento proletário internacional. A necessidade de um partido marxista-leninista, verdadeiramente proletário e revolucionário, se impõe ainda mais em nossa época, conforme assinala o documento "Cinqüenta Anos de Luta", porque a vida provou que só ele pode levar a causa do povo ao triunfo. Tanto a burguesia nacional como a pequena burguesia fracassaram em conduzir a bom termo o processo revolucionário. Vacilantes e inconseqüentes, elas não foram capazes sequer de criar organizações políticas algo estáveis e fortes. Ao passo que o pro-

letariado compreende cada vez mais que se tornará invencível, na medida em que souber vincular sua ideologia revolucionária com os laços materiais da organização. Lênin ensinou que na luta pelo poder e para se emancipar de toda exploração e opressão, o proletariado só tem uma arma: a organização, isto é, o Partido. O grande mestre revolucionário mostrou que só os que necessitam do socialismo e se dedicam de corpo e alma à sua vitória possuem espírito de partido, lutam para fortalecer o Partido.

No transcurso de cinqüenta anos, vários fatores objetivos e subjetivos, de ordem nacional e internacional, influíram igualmente para a existência do PC do Brasil. Basta recordar a influência da Revolução de Outubro e a ajuda da Internacional Comunista, bem como, mais recentemente, a solidariedade das forças marxistas-leninistas a nosso Partido. Nunca estivemos isolados da luta revolucionária da classe operária e dos povos do mundo inteiro. Por ela sempre fomos grandemente beneficiados. Num determinado momento da polêmica pública entre os marxistas-leninistas e os revisionistas contemporâneos, o PC do Brasil foi posto em causa. O renegado Kruschov, então à frente do PCUS, acusou os principais dirigentes de nosso Partido de divisionistas. Na defesa de nossos camaradas, se levantaram o PC da China e o Partido do Trabalho da Albânia e outras forças marxistas-leninistas, saudando sua luta pela reorganização do PC do Brasil.

Essa polêmica comprovou, mais uma vez, que a existência de um partido político se relaciona com a presença de um núcleo dirigente, elemento principal entre os que confluem obrigatoriamente para a constituição desse partido. O PC do Brasil teve a vantagem de contar com um núcleo de camaradas de certa experiência política e organizativa, dispostos a enfrentar a missão de construir um verdadeiro estado-maior revolucionário do proletariado. Unido em torno dos princípios marxistas-leninistas e da luta para aplicá-los criadoramente à realidade brasileira, esse núcleo se vem consolidando, ampliando-se com quadros jovens e esforçando-se tenazmente para que o Partido preserve e desenvolva suas tradições combativas. Todos inimigos compreenderam que a existência desse núcleo dirigente era uma premissa essencial para tornar o PC do Brasil apto a cumprir sua grandiosa tarefa revolucionária. Atacaram-no furiosamente e continuam empenhados em

eliminar esse núcleo, por todos meios a seu alcance. Não obstante, assim agindo, eles ajudam a demonstrar a importância decisiva de o PC do Brasil possuir uma direção que guarda a continuidade da luta revolucionária e procura se colocar teórica e politicamente, à altura de suas responsabilidades históricas.

O Partido Comunista do Brasil tem um destino glorioso. Pertencer a suas fileiras é motivo de honra e legítimo orgulho revolucionário. Defendê-lo e fortalecê-lo é o mais elementar dos deveres de todos os comunistas.

A gloriosa bandeira de 1935 *

(*A Classe Operária* n.º 102, novembro de 1975)

Transcorre neste mês de novembro o 40.º aniversário da insurreição nacional-libertadora de 1935. As forças populares, em especial os comunistas, orgulham-se de evocá-la como uma de suas ações mais gloriosas em favor da liberdade, da independência da Pátria. Ante a ameaça de avassalamento do país pelo fascismo, o partido do proletariado — o Partido Comunista do Brasil — veio audazmente para a cena política com propostas unitárias, com um programa mínimo revolucionário, disposto a travar até o fim a batalha pela salvaguarda dos interesses nacionais, pelos direitos democráticos. Inspirou e organizou a Aliança Nacional Libertadora e promoveu a primeira tentativa da história brasileira de instaurar um governo popular-revolucionário com a finalidade de sacudir o jugo do imperialismo, liquidar o sistema do latifúndio, garantir um regime de democracia, progresso e cultura para as grandes massas.

Novembro de 1935 projeta-se em nossa vida política como importante divisor de águas. A partir de então, a contenda entre as forças progressistas e as reacionárias, em torno das mesmas questões e tarefas básicas, se aguça sempre mais. Assustados pelo que consideram o mais terrível dos precedentes, os inimigos do povo — a grande burguesia e os latifundiários, associados ao imperialismo, tendo à frente as

---

* Apesar de muitas indicações neste sentido, não foi possível determinar com certeza completa a autoria de Pedro Pomar neste artigo. Ainda assim, resolvemos mantê-lo na coletânea, pois 1935 era um dos temas que mais o interessavam e os traços gerais do artigo coincidem bastante com suas opiniões e posições sobre o assunto. (W.P.)

Forças Armadas — decidiram impedir por todos os meios que o feito se repita. Vêem o "fantasma do comunismo" em cada manifestação de massas, em qualquer gesto patriótico. Tentam esconjurá-lo, perseguem-no por toda a parte. Em 1964 tiveram de estabelecer uma ditadura militar sangrenta, terrorista, a fim de abafar os anseios populares e arranjar uma pretensa solução para as contradições sociais em agravamento. Mas seu fracasso é rotundo. São alvo do ódio crescente do povo. Isolam-se mais e mais. Ainda que pretendam manter sua tutela indefinidamente sobre o país, sua derrota é inevitável. Ao passo que as forças populares, apesar dos insucessos estão confiantes em suas possibilidades, mais conscientes e maduras. Retomam em melhores condições o caminho da frente-única e da luta armada, o único capaz de dar solução aos problemas da revolução democrática e antiimperialista, os mesmos de 1935.

Os comunistas, ao cumprir o imprescritível dever de homenagear os aliancistas e camaradas que se sacrificaram para conter a ofensiva fascista, ressaltam a significação da iniciativa heróica, procuram extrair as lições da derrota, esforçam-se por empunhar com maior firmeza e acerto a bandeira vermelha da revolução. Hoje ainda mais convencidos de que, por longo e difícil que seja o caminho a trilhar, o futuro pertence ao povo. Ninguém poderá evitar seu triunfo.

A ameaça fascista

Para compreender o significado da insurreição de novembro de 35 impõe-se o exame, mesmo sumário, da situação concreta daquele período, ter em conta o perigo do fascismo que grassava após a I Guerra Mundial. Os círculos mais agressivos do imperialismo estavam temerosos do avanço da revolução proletária, socialista, e do movimento libertador dos povos oprimidos. Buscavam salvar-se através dessa modalidade de ditadura terrorista. E vendo acentuar-se a crise geral do capitalismo com a irrupção do craque econômico-financeiro de 1929/32 — o mais profundo que já haviam sofrido — apegaram-se ao recurso dos métodos fascistas de governo. Desse modo, pretendiam jogar o fardo de suas dificuldades sobre as costas das massas trabalhadoras, intensificar a exploração dos povos atrasados, efetuar nova partilha do mundo por meio da guerra. Em 1933, subiu ao poder na

Alemanha o Partido Nacional-Socialista de Adolfo Hitler: a variedade mais reacionária e feroz do fascismo. Utilizando desbragada demagogia, os nazistas imediatamente revelaram seu caráter bárbaro e belicoso. Montaram monstruosas provocações para destroçar as conquistas do tradicional e poderoso movimento operário e democrático alemão; entregaram-se ao extermínio físico implacável de todos os seus adversários, a começar pelos comunistas.

Pari-passu com esse terrorismo, delineava-se a sombria ameaça de outra guerra mundial. O Japão militarista, desde 1931, arrojara-se à conquista da China, na presunção de escravizá-la. Em outubro de 1935, a Itália de Mussolini invadia a Etiópia, e a convertia em sua colônia. A Alemanha de Hitler armava-se febrilmente a fim de rever pela força os tratados de paz do pós-guerra, apoderar-se da Europa e arremeter sobre a União Soviética, então o baluarte da causa da revolução e do socialismo. Urdia-se a intervenção ítalo-alemã na Espanha, onde as correntes republicanas estavam em ascensão. Em toda a parte, o nazi-sino-fascismo fomentava a constituição de bandos de assalto e cabeças-de-ponte com o objetivo de efetivar seus planos de hegemonia mundial, sonhada para um milênio.

Os povos, porém, não desejavam submeter-se passivamente a esses planos. Dispunham-se a resistir, a preservar as liberdades democráticas, a independência de seus países. Potentes movimentos de frente-única antifascista e ações armadas se desenvolviam, assestando golpes contundentes nos selvagens inimigos. Nos meses de julho e agosto de 1935, realizou-se o histórico VII Congresso da Internacional Comunista. À base do relatório de Dimitrov, o Congresso fez uma completa caracterização do fascismo, demonstrou que seu poder era feroz mas precário, que sua ofensiva podia ser detida e derrotada. Todavia, o proletariado devia unir-se urgente e imperativamente, e formar uma frente de todas as forças interessadas na defesa das liberdades, do progresso social e da paz. Também a União Soviética, liderada por Stálin, desmascarava com energia e de modo incansável a política guerreira das potências fascistas, articulava um pacto dos países amantes da paz e preparava-se para qualquer eventualidade.

No Brasil, eram evidentes as repercussões dessa situação. Padecendo dos males crônicos do predomínio do latifúndio

arcaico e da dependência ao imperialismo, o país fora grandemente afetado pela crise de 1929-32. Embora tivesse adotado algumas medidas de conteúdo democrático e nacionalista, a chamada revolução de 30 não eliminara a sujeição aos trustes internacionais nem o monopólio da terra. Na verdade, desde que ascendera ao poder, o governo de Vargas, representante da burguesia aliada a setores latifundiários, seguira uma política de adaptação do capitalismo aos velhos interesses criados. Empenhava-se em pagar antigas e novas dívidas contraídas com os banqueiros de Londres e Nova Iorque; aceitava como uma fatalidade o aviltamento dos preços dos produtos agrícolas de exportação; e com idêntico fatalismo tolerava o comércio desigual do país com as metrópoles imperialistas. Na medida em que avultavam as aperturas financeiras, Vargas outorgava maiores privilégios aos grupos econômicos estrangeiros e aos latifundiários, agravando as condições de vida e de trabalho das massas. Em 1935, iniciou negociações para subscrever acordos comerciais na base de moedas compensadas com a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Com semelhantes concessões facilitaria a penetração dessas potências no Brasil, onde já vinham financiando ostensivamente a Ação Integralista, de Plínio Salgado.

No terreno político, também a orientação de Vargas sempre fora de compromisso com as velhas oligarquias, tendo em vista isolar e reprimir as forças progressistas. Esse compromisso reforçou-se, mesmo depois da derrota dos grupos reacionários de São Paulo na guerra civil de 1932. Em conseqüência, a Constituição de 1934 só formalmente inscreveu alguns direitos democráticos. Na prática, as liberdades almejadas pelo povo e tão prometidas pela Revolução de 30 se restringiam. O Partido Comunista continuava perseguido, na clandestinidade. No entanto, os integralistas recebiam franco encorajamento. Fruto do conluio com Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho, Vicente Rau e companhia, em princípios de abril de 1935 foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Vargas a primeira Lei de Segurança Nacional, paradigma das que viriam posteriormente. Nessas circunstâncias, a Constituição transformava-se em letra morta e o Parlamento, em apêndice ineficiente. As Forças Armadas, após terem sufocado algumas rebeliões de soldados, cabos e sargentos e coarctado atitudes autônomas de certos "tenentes",

retornavam à sua habitual postura antipopular. Muitos oficiais aderiam ao integralismo; e aos postos principais da hierarquia militar eram guindados reacionários ou fascistas notórios: Goes Monteiro, Gaspar Dutra, Newton Cavalcanti, Juarez Távora e outros. Havia divergências no seio das classes dirigentes, mas o sentido da fascistização do poder não podia ser ocultado.

Em decorrência dessa política, generalizava-se o descontentamento entre o povo. Nas cidades, o proletariado e as massas trabalhadoras lutavam em favor de seus interesses vitais, das liberdades públicas, fortaleciam suas organizações de classe, adquiriam maior consciência dos perigos da reação. No interior, os camponeses criavam suas primeiras Ligas, pugnavam por justiça e formavam pequenos grupos de autodefesa para se oporem à prepotência dos latifundiários. Mesmo entre as camadas da pequena-burguesia, especialmente entre os "tenentes", que haviam participado do movimento armado de 30, eram visíveis as frustrações diante da degenerescência da "revolução" e dos rumos seguidos pelos governantes. Em suma, a ausência de soluções para os problemas candentes, o império da corrupção, a escalada repressiva das Forças Armadas e da polícia política, a pronunciada ameaça integralista e fascista, inquietavam com razão as forças progressistas, polarizavam sua atenção, estimulavam-nas para o encontro de uma saída correta, revolucionária, que satisfizesse os interesses do povo.

A ANL

Nesse ambiente de efervescência, de constante diferenciação entre as forças políticas, de crescente avanço do fascismo, de ansiosa busca de um justo caminho para a defesa da democracia, é que surge a Aliança Nacional Libertadora.

A iniciativa de aglutinar diversos setores sociais e políticos, bem como destacadas personalidades, em defesa de postulados nacionais e democráticos, partiu dos comunistas. Estes, depois de 1930, empenhavam-se seriamente em romper por completo com suas posições sectárias. Formularam uma linha e uma tática que lhes possibilitassem integrar-se na vida política, reforçar suas ligações com as massas. A medida de seus êxitos traduziu-se no aumento de sua influência nos meios operários e sindicais, e entre a intelectualidade. A idéia da

frente-única, discutida desde fins de 1934, ganhava terreno. Apesar dos fortes preconceitos anticomunistas, as propostas unitárias do Partido iam encontrando boa acolhida. A unidade dos antifascistas se impunha. Não havia outro meio de opor-se aos planos tenebrosos de domínio do fascismo e do imperialismo senão mobilizar as grandes massas e constituir uma sólida frente-única, com programa claro e sentido revolucionário. Os argumentos dos democratas sinceros que duvidavam das intenções do Partido ou dos que manifestavam ressentimentos e suspeitas sobre essas intenções esboroavam-se diante dos fatos, bem como da conduta leal, sem ambigüidades, dos comunistas. As tergiversações ou as protelações só favoreciam, como a vida mostrou, os inimigos da nação.

Em fins de março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora inicia suas atividades legalmente, de maneira auspiciosa. Exprimindo as sentidas aspirações populares, a novel organização refletia uma esplêndida vitória da unidade. Englobava vários agrupamentos políticos, nomes expressivos no parlamento, na cultura, no "tenentismo". Seu programa básico consistia de reivindicações concretas, a saber: 1) Suspensão em definitivo do pagamento das dívidas externas, sob o fundamento de que já haviam sido pagas há muito; 2) Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, "arapucas" para as quais o povo trabalhava sob terrível exploração; 3) Proteção aos pequenos e médios lavradores; entrega da terra dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores que as cultivavam, visto serem seus únicos e legítimos proprietários; 4) Gozo das mais amplas liberdades pelo povo, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalhavam e eram tão explorados quanto os brasileiros; e 5) Constituição de um governo popular orientado somente pelos interesses do povo brasileiro. Esse programa simples se expressou no lema: Pão, Terra e Liberdade! No ato da instalação, o nome de Luiz Carlos Prestes foi aclamado para a presidência de honra da Aliança. Ele desfrutava na época de reconhecida popularidade. Em 1924, como capitão do Exército, promovera um levante de quartel e, a seguir, se tornara um dos chefes da Coluna que, combatendo de armas na mão, atravessara, durante dois anos, os sertões do Brasil.

Estava desfraldada, assim, uma grande bandeira revolucionária.

O entusiasmo com que as massas receberam a Aliança e seu programa ultrapassou as expectativas. Em pouco tempo, estruturaram-se núcleos aliancistas na maioria dos Estados. Só na capital da República, Rio de Janeiro, neles inscreveram-se mais de 50 mil membros. Em suas fileiras incorporavam-se principalmente trabalhadores, soldados, marinheiros, cabos e sargentos — as camadas mais pobres das cidades. Caravanas percorriam as diferentes regiões do país, multiplicavam-se os comícios com enorme afluência. Nunca se testemunhara tão poderoso movimento patriótico de massas, tamanho interesse pelo debate dos problemas nacionais. O jornal diário *A Manhã,* do Rio, tornou-se o porta-voz dos anseios antifascistas. Paralelamente, cresciam as organizações sindicais do proletariado, surgiam centros da intelectualidade em defesa da cultura, associações femininas, entidades juvenis. Sem dúvida, com a criação da Aliança, o movimento popular, democrático, adquiriu vertiginoso impulso. As forças progressistas descortinavam novos horizontes para suas lutas.

O governo de Vargas, como depois confessou, vinha acompanhando com apreensão o desenvolvimento impetuoso das atividades da Aliança. Os grupos da oligarquia e do imperialismo, os setores fascistas da reação, desde o surgimento da organização de frente-única, tramavam golpeá-la, liquidá-la.

E não tardaram em fazê-lo. Mal completara três meses de funcionamento legal, em julho, o governo decretou o fechamento da ANL, sob a acusação de que arquitetara "um plano comunista para a tomada do poder". Tanto os protestos como as providências jurídicas cabíveis contra o ato de força, ilegal, foram contraproducentes. O nazista Filinto Muller, chefe de polícia de Vargas, desencadeou imediata e drástica perseguição não só aos militantes aliancistas como aos dirigentes de sindicatos independentes e demais organizações democráticas. Sedes foram varejadas; ativistas presos e enquadrados na Lei de Segurança como "subversivos", "agentes vermelhos a soldo do estrangeiro".

Ao mesmo tempo, o governo e a reação continuavam a apoiar por todos os meios os bandos integralistas. Criaram uma polícia especial objetivando espalhar o terror, aumentaram os efetivos da polícia política. Por seu turno o Exército e a Marinha entregavam-se ao expurgo de praças e oficiais

suspeitos de antifascismo, aprestavam-se para prevenir qualquer intento do protesto popular.

Entre as classes dominantes, porém, acirravam-se as disputas. Se bem que nenhuma de suas facções aceitasse a Constituição, a vigência dos direitos democráticos, ou sequer se inclinasse a favor do povo, cada qual pretendia assenhorear-se do governo. Havia conspirações de todos os lados perseguindo o propósito de consolidar a reação ou instaurar abertamente o fascismo, para conter a "agitação e preservar a ordem". Depondo anos depois sobre essas rivalidades e apetites, Alzira Vargas, filha do então presidente da República, escreveu que se sucediam "episódios deprimentes, ora cômicos, ora dramáticos". Em novembro de 1935, já lavrava intensa agitação política. Devido aos baixos salários, à carestia de vida e à atuação provocadora dos integralistas, o descontentamento popular atingira grandes proporções. O estado de ânimo dos militares sumariamente dispensados da ativa chegara próximo da rebeldia.

Diante dessa situação, que fazer? Sucumbir sem luta ou enfrentar com coragem a onda repressiva, os manejos da reação e os projetos de fascistização do país?

A insurreição

O Partido Comunista não vacilou: resolveu preparar e desencadear a insurreição armada. Mesmo na ilegalidade, o trabalho de propaganda e arregimentação da Aliança foi incrementado. Para unir o povo na resistência, as bandeiras da luta antiimperialista e antifascista precisavam ser erguidas ainda mais alto. Eram disposições acertadas, oportunas. Mas em novembro, sentindo que os acontecimentos se precipitavam, contando com a influência da ANL entre praças e oficiais das Forças Armadas e julgando que o nome de Prestes galvanizaria o Exército, a direção do Partido apressou o desfecho da ação armada e lançou a palavra de ordem de Governo Nacional Popular Revolucionário, com Prestes à frente.

Embora a reação estivesse alertada e atuasse no sentido de provocar o aborto da insurreição, a 23 de novembro irrompeu em Natal, Rio Grande do Norte, a sublevação dos soldados, cabos e sargentos do 21.º BC, ali aquartelado. Diversos setores da classe operária e do povo, que já vinham realizando greves

e manifestações reivindicatórias e antiimperialistas, juntaram-se imediatamente aos rebelados. Após ásperos combates, foi vencida a resistência da Polícia Militar, que se conservara ao lado da reação. Os revoltosos aprisionaram os agentes do governo que não conseguiram fugir. Instaurou-se naquele dia o primeiro governo popular revolucionário da história do país. Um novo jornal, *A Liberdade*, editado após a vitória, anunciava o fato memorável: "Enfim, pelo esforço invencível dos oprimidos de ontem, pela colaboração decidida e unânime do povo, legitimamente representado por soldados, marinheiros, operários e camponeses, inaugura-se no Brasil a era da liberdade, sonhada por tantos mártires...". Concitava os patriotas à luta por "Todo o Poder à ANL". Compunham o novo governo: o sapateiro José Praxedes, encarregado do aprovisionamento; o sargento Quintino Clementino de Barros, da defesa; o funcionário público Lauro Cortes do Lago, do interior; o estudante João Galvão, da Viação; e o funcionário dos Correios e Telégrafos José Macedo, das Finanças. As medidas iniciais adotadas pelo governo revolucionário destinaram-se a baratear os preços dos gêneros alimentícios e das tarifas dos transportes, a moralizar a administração pública, a mobilizar forças para o prosseguimento da luta armada.

As massas populares exultaram com o triunfo, confraternizaram com os insurretos, deram-lhes completo apoio. Percebiam que se instalara um governo como jamais haviam tido, genuinamente seu, voltado para seus interesses, imediatos ou permanentes. Rapidamente o movimento se estendeu às cidades de Ceará-Mirim, S. José de Mibipu, Canguaretama, Santa Cruz e outras. Pensava-se levá-lo a todo o interior do Estado e a Pernambuco, cujas tradições revolucionárias permaneciam vivas.

Com efeito, nesse Estado, pela manhã de 24 de novembro, obedecendo aos mesmos motivos, sublevara-se o 29.º BC, aquartelado em Vila Socorro, próxima a Recife. Mas o levante foi apenas parcial. Não obstante, resultara do vigoroso movimento operário e popular em desenvolvimento, estava em ligação com a combativa greve dos ferroviários da Great Western. De sobreaviso, as tropas da reação ofereceram pronta e tenaz resistência. As massas que simpatizavam com o movimento aliancista, surpreendidas pelas notícias da sublevação do quartel, não tiveram tempo de tomar armas. Foi o governo reacionário

que conseguiu enviar reforços para seus partidários. E os insurretos, embora portando-se com extrema bravura em todo o decurso da luta, ficaram isolados, sem munição. Tiveram de render-se.

Ao saber desses acontecimentos, a direção nacional do Partido julgou de seu indeclinável dever prestar solidariedade aos revolucionários do Nordeste, fortalecer a luta que se iniciara. Decidiu de imediato lançar ao combate as forças sob sua influência no Rio de Janeiro e em outros Estados. Nessa altura, o Estado-Maior das tropas reacionárias, em rigorosa prontidão, estava sabedor de que a insurreição se desencadearia em algumas guarnições acantonadas na capital do país. Prenunciava-se, portanto, uma peleja duríssima. Ainda assim, na madrugada de 27 de novembro, efetivou-se o levantamento de numerosos contingentes de soldados e oficiais do 3.º Regimento de Infantaria e do Regimento Escola de Aviação, duas das mais importantes unidades militares do Rio. Os núcleos aliancistas e as células comunistas existentes nessas unidades executaram sem vacilações, com intrepidez, as diretivas do Partido e da ANL. Os combates, como se previa, foram violentíssimos. A reação concentrou rapidamente efetivos várias vezes superiores a fim de cercar e atacar os regimentos sublevados. O 3.º RI, onde a refrega assumiu maiores proporções, ficou reduzido a escombros pelo bombardeio da artilharia e da aviação governistas. Após quase dez horas ininterruptas de luta, durante as quais procuraram romper valentemente o cerco inimigo, e sem receber o esperado apoio de outras unidades, os sublevados capitularam.

Nesse mesmo dia 27, o movimento insurrecional do Rio Grande do Norte também cessou praticamente, ante o ataque de forças imensamente superiores, que convergiram de vários pontos sobre Natal e as outras cidades rebeladas. Alguns grupos guerrilheiros que ainda subsistiram no interior do Estado, sem experiência e sem confiança neste formidável método de luta, acabaram entregando-se ou dispersando-se.

Desse modo, após quatro dias, durante os quais despertaram a esperança e o entusiasmo das grandes massas exploradas e oprimidas, travaram batalhas heróicas e perderam vidas de companheiros queridos, os combatentes antifascistas, com os comunistas à frente, foram batidos, temporariamente postos fora de ação.

Sobre os revolucionários derrotados recaiu instantâneo, pesado, cruel, o castigo dos cruzados da ordem. Fuzilaram sumariamente vários soldados prisioneiros. Os que sobreviveram foram recolhidos a presídios, ilhas, navios, etc. Eram milhares. Vargas reclamou e obteve do Congresso o estado de sítio para todo o país. A execução das medidas repressivas ficou a cargo dos generais fascistas e do carrasco Filinto Müller. Em seguida, levantaram um coro de calúnias com o propósito de difamar a conduta dos revolucionários; difundiram que haviam assassinado oficiais a sangue-frio, violentado moças, etc. A verdade, no entanto, segundo testemunhas insuspeitas, é que os revolucionários agiram com grande generosidade, jamais desrespeitando os prisioneiros. As classes dominantes não fizeram segredo de que consideram o pior crime das massas trabalhadoras, a tentativa de pegar em armas para livrar-se da opressão. Seus agentes emulam em covardia, ferocidade e farisaísmo com o intuito de escarmentar os que a isso se atrevem. Fazer uso de armas, subverter a Constituição, assassinar impunemente os adversários, é privilégio seu. Os pobres são proibidos de sublevar-se.

Refutando injúrias e falsidades

Nestes 40 anos, a reação dedicou-se a injuriar o movimento insurrecional de 1935, no afã de apagá-lo da memória dos patriotas. Neste sentido, procede de modo ainda mais torpe que os colonialistas portugueses com o exemplo de Tiradentes. Além do terror fascista, propaga mentiras deslavadas, deturpa os fatos mais triviais. Os generais distinguem-se particularmente nessa campanha. Com sua proverbial coragem de torturar e matar prisioneiros inermes e dizer tolices, cumprem anualmente seu ritual comemorativo de novembro de 1935, cobrindo os lutadores antifascistas de maldições, proferindo novas ameaças, tentando intimidá-los para que não voltem a palmilhar o mesmo inelutável caminho.

Nos insultos dos generais as forças populares encontram as melhores justificativas aos objetivos dos que tombaram, os maiores elogios ao seu heroísmo e aos seus sacrifícios.

Também os chamados liberais, os conciliadores e reformistas têm-se empenhado em denegrir ou menosprezar o movimento de 35, classificando-o de aventura, de *putsch*, de

responsável pelo advento do Estado Novo fascista. São os eternos críticos, com perdão da palavra, dos "radicais de esquerda", por eles acusados de obstruir, com suas atitudes, a marcha "natural" das coisas, o passo lento e gradual das reformas pacíficas destinadas a criar uma sociedade aberta, a institucionalizar a democracia no país.

São totalmente falsas as acusações desses impenitentes partidários da distensão a qualquer preço. Os comunistas sempre condenaram as aventuras e os *putsch,* nunca se opuseram às reformas. Tampouco inventaram as contradições oriundas do capitalismo. Como revolucionários, e verificando o recrudescimento extremo dessas contradições na época do imperialismo, convenceram-se de que os povos somente podem conquistar a democracia, a independência nacional e o socialismo através da luta revolucionária das massas. À velha argüição dos reformistas burgueses de que as reformas só virão se os revolucionários renunciarem à revolução, o grande Lênin respondeu da seguinte maneira: "Ou *bem* a luta revolucionária de classes, cujo produto secundário *sempre* costuma ser as reformas (em caso de êxito incompleto de revolução), ou *bem* nada de reformas". (Os grifos são de Lênin).

A análise da realidade brasileira comprova o acerto dessa tese leninista. A insurreição de 35 não ocasionou a implantação direta do Estado Novo nem o agravamento das contradições internas. Com a derrota das forças aliancistas, é lógico, os reacionários tiveram campo livre para levar adiante seus planos, já que em momento algum os conciliadores se antepuseram frontalmente à consumação dos mesmos.

Persuadimo-nos, ademais, que se não tivesse ocorrido a luta armada de 35, o Estado Novo sobreviria com feições mais abertamente fascistas, isto é, teria o respaldo de um partido, como o Integralista, com algum apoio político, não desmascarado de todo. O próprio Vargas, até hoje apresentado como um contrapeso à ditadura dos militares de então, com o golpe, poderia ser afastado do poder. Possivelmente também não se teria constituído a base política que facilitou a participação do Brasil na guerra contra o fascismo (precisamente na maior de todas as guerras, senhores pacifistas e reformistas!), participação reconhecidamente a contragosto dos Dutra, Goes Monteiro et caterva e por eles sabotada. É bom recordar ainda o julgamento das massas sobre a luta de 35. Quando o Partido

Comunista do Brasil veio para a legalidade, em 1945, foi transformado, graças ao apoio popular, num dos mais importantes agrupamentos políticos do país.

Além de se recusarem a computar ou avaliar esses resultados de novembro de 35, os conciliadores burgueses sofrem de terrível amnésia quando se trata de interpretar e questionar a responsabilidade da reação, em particular das Forças Armadas, nos acontecimentos subseqüentes, acontecimentos que demonstram qual a tendência real das classes dominantes. De 1936 para 1937, a ameaça "comunista" parecia de tal modo inexistente que o ministro da Justiça ordenou a soltura dos presos aliancistas, com exclusão dos mais implicados, dos chefes. A própria direção do Partido Comunista, embora exaltasse em palavras a façanha de 35, ia abandonando os objetivos revolucionários e adotando posições nacional-reformistas. Portanto, não cogitava de novas ações armadas. Em obediência ao estipulado na Constituição, iniciara-se a campanha para a eleição direta à sucessão presidencial. Os principais candidatos, Armando de Sales Oliveira e José Américo, ex-aliados e amigos de Vargas, e as forças que os sustinham, distanciavam-se tanto da subversão como o céu da terra. Bastou porém que as correntes populares começassem a dar sinal de vida, a se organizar em torno de plataformas democráticas e a engrossar os comícios políticos apresentando palavras de ordem independentes, para que todo o panorama repentinamente voltasse a ficar sombrio. Visto como as Forças Armadas não encontrassem pretextos plausíveis, resolveram arranjar no arsenal nazi-integralista o monstruoso Plano Cohen, de autoria publicamente confessada de elementos do Exército. Com base nesse plano provocativo, as Forças Armadas impuseram, e Getúlio referendou, o estado de guerra com a finalidade de jugular a "comoção interna". A seguir, interromperam violentamente a campanha eleitoral, dissolveram o Congresso, prenderam em massa os adversários e decretaram o Estado Novo, com uma Constituição calcada em modelos fascistas. Tencionavam ir bem longe, quem sabe?, institucionalizar também por um milênio o reino da reação. Tanto assim que, em pleno apogeu das vitórias de Hitler, em 1940, Getúlio saudava a nova era fascista, com o país forçosamente atrelado ao carro dos vencedores...

Mas o que sobreveio foi a derrota política e militar, fragorosa, das potências fascistas, graças exatamente à coligação das nações antifascistas, na qual a União Soviética, de Stálin, jogou papel decisivo. As aspirações democráticas, emancipadoras das massas, ressurgiram com maior força. Diante disso, os mesmos generais que haviam instituído o Estado Novo, trataram de manobrar para, logo depois, invocar os pretextos de sempre e atentar contra os interesses do povo e do país. A história de ontem está diante de nossos olhos. O golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar-fascista, se bem que perdure há onze anos, não deixa dúvidas sobre o sentido da política das forças reacionárias no Brasil. Com uma agravante. Nos golpes contra-revolucionários anteriores, essas forças e seus representantes antediluvianos não escondiam seus objetivos fascistas. Em abril de 1964, os Mourão Filho, Filinto Muller, Médici, Geisel, os Plínio Salgado, Francisco Campos, Júlio de Mesquita Filho e demais gorilas e mastodontes reacionários apareceram como "autênticos revolucionários e democratas". Quer dizer, ao lado da tragédia, a farsa. Mas nem assim os conciliadores tiram as devidas conclusões. Ao contrário, tornam-se mais confusos e desmoralizados.

Apreciação crítica

Inegavelmente, os comunistas cometeram erros que contribuíram também para a derrota da insurreição nacional-libertadora de 1935. Revelá-los de modo resoluto, é uma questão de princípio. Dessa forma, demonstram a seriedade de sua conduta política, a disposição de elevar-se à altura da missão que se propuseram. A apreciação crítica e autocrítica do movimento de 35 tardou, indiscutivelmente por debilidade ideológica e política, porque, no período pós-insurreição, até 1962, predominaram na direção do Partido Comunista do Brasil elementos influenciados pela burguesia e pela pequena-burguesia. Eles escamoteavam o problema crucial da luta armada ou lhe faziam oposição, aberta ou veladamente. Desejosos de acomodar-se ao desenvolvimento do capitalismo, de contemporizar, acabaram traindo os interesses do proletariado e das massas trabalhadoras. Agildo Barata, a princípio, e depois Prestes, com seus partidários, tornaram-se de fato renegados da revolução. Prestes transformou-se num revisionista. Embora ainda se apresente como comunista, na realidade, trabalha para

colocar o proletariado a reboque da burguesia e o povo brasileiro como caudatário do social-imperialismo soviético. Espera, hoje, que a democracia possa vir do apoio de alas ditas liberais das Forças Armadas das classes dominantes ou de ações pseudo-libertadoras das Forças Armadas soviéticas. Aliás, nunca compreendeu a fundo que a luta revolucionária, verdadeira, consiste em fazer com que os operários e camponeses possuam armas e um exército próprio, popular, libertador.

Só quando romperam em todos os terrenos com os revisionistas chefiados por Prestes, os comunistas enveredaram pelo exame crítico corajoso de todas as posições anteriormente adotadas. Num balanço geral, verificaram que o período de 35 foi um dos mais ricos da vida política do país e do Partido. As lições que dele emanam podem ser de grande valor, se avaliadas corretamente, à luz do marxismo-leninismo. Além de conservarem imensa atualidade.

Em 1935, as massas haviam dado um salto em sua consciência sobre a necessidade da revolução, ao perceberem que esta deve ser obra delas próprias, de sua iniciativa, de sua unidade, de seus sacrifícios, de suas ações combativas, de uma orientação justa. Ao tomar parte no movimento armado de 1930, o fizeram sob a iniciativa e em proveito de minorias, das cúpulas, dos agentes dos latifundiários, da burguesia nacional e de alguns setores da pequena-burguesia radical. Interpretando corretamente esse amadurecimento da consciência das massas, para o qual ele havia contribuído decisivamente, nosso Partido elaborou uma linha política que correspondia no fundamental ao curso do processo objetivo, harmonizando-se com os supremos interesses da revolução. A Aliança Nacional Libertadora representou um empreendimento ousado e de vasto alcance político, oferecendo ao povo brasileiro um instrumento de ação unida com reais condições de vitória em sua luta mais que secular pela liberdade e pela independência nacional. A frente-única estabelecida com a Aliança impulsionou o movimento popular, democrático, antiimperialista, elevou a níveis nunca atingidos a organização e a consciência política das massas. Nosso Partido projetou-se nacionalmente como o mais fiel defensor dos interesses do povo, o mais ativo organizador da unidade contra o imperialismo e o fascismo. Nas duras provas e gloriosos combates que advieram, apareceu aos olhos de toda a nação como um destemeroso destacamento de van-

guarda do proletariado revolucionário, disposto a dirigi-lo em quaisquer circunstâncias. Merecidamente, o prestígio e a influência do nosso Partido se consolidaram.

Não obstante, a política do Partido e seu trabalho de frente-única padeceram de sérias debilidades. Ao fazer esforços para expandir a Aliança entre as massas urbanas, não soube estendê-la ao campo. A mobilização dos camponeses continuava subestimada. Nesse período, no entanto, o inolvidável Harry Berger insistira na importância da atividade entre as massas rurais. Berger, dirigente comunista alemão que a Internacional Comunista incumbira de ajudar a luta dos trabalhadores brasileiros, assim que chegou ao Brasil passou a estudar pessoalmente a experiência do surgimento de Ligas Camponesas e de guerrilhas na região do Baixo São Francisco, em Alagoas. Argumentava que enquanto os comunistas não se ligassem às massas camponesas e conquistassem seu apoio, seria impossível obter a vitória bem como a direção do movimento revolucionário pelo proletariado. Aliás, não era outra a orientação da III Internacional. Dimitrov, em seu informe ao VII Congresso, esclarecendo o sentido concreto que devia ter a frente-única nos países submetidos ao imperialismo, e particularizando nosso país, dizia: "No Brasil, o Partido Comunista, que construiu uma base correta para o desenvolvimento da frente-única com a fundação da Aliança Nacional Libertadora, deve fazer o máximo de esforços para estender ainda mais esta frente e atrair, antes e acima de tudo, as massas de milhões de camponeses com o propósito de orientá-las na formação de unidades do exército popular revolucionário devotado até o fim ao estabelecimento do poder da Aliança Nacional Libertadora".

Entretanto, nosso Partido não deu a devida atenção a estas preciosas indicações. E assim permaneceu por longo tempo. Quando, porém, teve de fazer face ao golpe contra-revolucionário de 1964, compreendendo melhor o conteúdo da revolução e colocando-a em termos práticos, foi que o Partido passou a concentrar-se no problema camponês e a basear sua concepção de luta armada, tomando o campo como ponto de apoio fundamental.

Em outros aspectos do trabalho de frente-única, o Partido conduziu-se de modo estreito, sectário. Por exemplo, o lançamento da palavra de ordem de Governo Nacional Popular Revolucionário, com Prestes à frente, não contribuiu para a

ampliação do movimento. Deixava transparecer, ao contrário, que os comunistas queriam absorvê-lo. Também foram menosprezadas as possibilidades de ampliar a frente-única incorporando diversos grupos descontentes com a política de Vargas. Enfim, por causa da perspectiva imediatista e da incapacidade de aproveitar as dissenções que se acentuavam entre as classes dominantes, o movimento aliancista não se estendeu como devia.

Contudo, onde mais fortemente se manifestou o radicalismo pequeno-burguês foi na concepção e no método da luta armada. Isto não quer dizer que se deva considerar a insurreição de 35 como um *putsch*. De forma alguma. É certo que se deu precipitadamente; mas não como um golpe de cúpula, nem teve natureza exclusivamente militar; surgiu no quadro de um movimento de massas, amplo, democrático, antiimperialista. O Partido, porém, confiava numa vitória fácil, não levando em conta a realidade, a correlação de forças desfavorável e a própria época imperialista. Pelo menos, desconhecia que já em 1902, quando era marxista, Kautsky dissera que, na época imperialista emergente, "a futura revolução (...) se assemelhará menos a uma insurreição de surpresa contra o governo do que a uma *guerra civil prolongada*". Lênin em janeiro de 1917, endossou firmemente essa opinião.

O Partido, imbuído de concepções "tenentistas" e fiando-se principalmente no apoio dos quartéis, subestimou a conquista das massas para a insurreição. Mas baseando-se estritamente nos levantes de quartel, o movimento revolucionário não pôde triunfar. A afirmativa de que esse método de luta é de "sabor tipicamente comunista", constitui uma sandice. Na realidade, tem sido um procedimento burguês e pequeno-burguês. Leva as massas à passividade, não reconhece a necessidade de sua participação ativa na luta, feita quase sempre à sua revelia. No entanto, os levantes de quartel, como expressão do poderoso ascenso do movimento de massas, da insurreição popular, proletária, contribuem para a desagregação das tropas inimigas, para a organização do exército revolucionário.

A importância extraordinária da insurreição de 35 reside no fato de que pela primeira vez situou em forma concreta, em termos práticos, para os militantes comunistas e as forças populares, a tarefa da preparação e do desencadeamento da luta armada. Por isso, nosso Partido, procurando generalizar

essa magnífica experiência e outras já vividas nesse terreno pelo povo brasileiro, e à luz dos ensinamentos do marxismo-leninismo, concluiu que o método provado para alcançar o triunfo é o da guerra popular, da guerra revolucionária das massas. Com base nessa concepção, o Partido orienta seu esforço, preparando-se para a luta armada. Só assim, estará em condições de realizar, junto com as massas e na devida oportunidade, ações de envergadura, capazes de vencer a violência das forças contra-revolucionárias.

Passaram-se quatro décadas da gloriosa insurreição de 1935. Embora não seja, do ponto de vista da história universal, um período longo, está cheio de acontecimentos de enorme alcance. No mundo e em nosso país ocorreram consideráveis modificações. Posto que a insurreição nacional-libertadora não tivesse enterrado o Brasil da reação e do imperialismo, abalou-o profundamente. Marcou uma etapa relevante. Nela foram postulados pela primeira vez e de maneira nova os problemas essenciais da revolução brasileira, na fase atual, melhor caracterizadas suas forças motrizes e seus inimigos fundamentais, indicado o caminho da frente-única e o da luta armada, bem como revelada a fisionomia de seu verdadeiro dirigente, o proletariado revolucionário, guiado pelo Partido Comunista do Brasil. Nos embates encarniçados de 35, as forças populares compreenderam ainda mais que só a luta revolucionária educa as massas, forja seu ânimo combativo, abre-lhes maior visão da realidade e indica-lhes a medida de suas próprias forças.

Faz onze anos que a ditadura militar-fascista procura esmagar a resistência popular, varrer o fantasma da revolução democrática, antiimperalista, que ela acusa de comunista. Mas, ao contrário do que pretendem os generais, a revolução amadurece. Cresce na consciência dos patriotas e dos democratas a convicção de que as questões determinantes do movimento de 1935 precisam ser resolvidas. Sob o regime dos generais, o país tornou-se mais dependente, mais endividado, mais aviltado que em qualquer outra época de sua vida nacional. Seu povo está mais pobre e oprimido. Impõe-se, portanto, fazer a revolução, através da ação unida das massas e de amplas forças políticas, e recorrendo ao caminho da guerra popular. Esta verdade vai-se apoderando da mente e dos corações da maioria

da nação, como ficou evidente nas combativas manifestações de 1968 e em outras ocasiões. Apesar do repúdio maciço do povo, do que foi testemunho o pleito eleitoral de 1974, os generais se obstinam em permanecer no Poder, despoticamente. Não têm condições nem querem satisfazer os reclamos de anistia, de abolição dos atos institucionais e das leis de exceção. Por isso respondem com a escalada repressiva, prendendo, torturando e matando patriotas e democratas. Nestas circunstâncias, o exemplo da resistência corajosa dos lavradores e dos patriotas do Araguaia deve ser secundado. Eles formaram os primeiros destacamentos guerrilheiros no campo e revivem, em nível mais alto, desde 1972, a tradição revolucionária de 1935. Deles também partiram apelos para a união de todas as forças interessadas na luta pela derrubada da ditadura militar e pela conquista da liberdade. A batalha será dura e prolongada, mas é a única que assegurará a vitória.

Nosso Partido, o heróico partido do proletariado, inclina suas bandeiras de combate em homenagem aos que não trepidaram, em 1935, em oferecer suas vidas e derramar seu sangue para criar um Brasil independente e democrático. Fiéis à sua memória, juramos que haveremos de prosseguir na ingente marcha que encetaram. Nosso dever é aprender a lutar melhor e perseverar.

Grandes êxitos da Revolução Cultural

(*A Classe Operária*, 1968)

As vitórias da Revolução Cultural Proletária na China constituem valioso alento à luta da classe operária e dos povos oprimidos por sua independência, pela democracia e o socialismo. Significam, ao mesmo tempo, contundente derrota para a coalisão mundial contra-revolucionária do imperialismo, da reação e do revisionismo contemporâneo.

Ao mobilizar massas de centenas de milhões, num movimento de envergadura sem precedente, a Revolução Cultural Proletária, em menos de dois anos, já estendeu-se a toda a China e desbaratou a trama revisionista burguesa, que visava a restauração do capitalismo. Seguindo a justa orientação do camarada Mao Tsé-tung, a esmagadora maioria do proletariado, dos camponeses, do Exército Popular de Libertação e dos quadros uniram-se estreitamente, reforçaram a ditadura do proletariado, puseram a superestrutura política e ideológica em melhor correspondência com a base econômica socialista e desenvolveram ainda mais a produção e a experimentação científica. A idéia de que cada cidadão deve interessar-se pelos problemas do Estado e a campanha para combater o egoísmo e criticar o revisionismo tomaram caráter concreto e adquiriram aspecto realmente de massas. Enfim, prossegue com pleno êxito o esforço para transformar toda instituição, fábrica, escola ou unidade militar, num centro de estudo e de aplicação criadora do marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Tsé-tung, a invencível bandeira que guia o povo chinês na construção do socialismo e no apoio à revolução mundial.

Em face desse avanço triunfal e sentindo desmoronar-se o sonho de há muito acariciado de converter a China e o

mundo em fáceis presas de sua cobiça e de seu domínio, os imperialistas e a chusma desprezível de canalhas da reação e dos revisionistas não se cansam de assacar as piores infâmias para denegrir a Revolução Cultural Proletária. É que se dão conta, como inimigos jurados dos povos, da importância de tal acontecimento para os destinos do socialismo e da Humanidade progressista.

Entre os falsificadores mais cínicos da Revolução Cultural acham-se os revisionistas contemporâneos. Compreende-se. A Revolução Cultural Proletária, com suas idéias e perspectivas, com suas formas e seus métodos, aguçou todos os problemas em litígio no movimento comunista internacional e contribuiu para revelar a repugnante traição dos revisionistas à causa da luta dos povos contra o imperialismo, sobretudo o norte-americano. Ela ajuda também a discernir os verdadeiros dos falsos marxistas-leninistas, a deslindar mais nitidamente as posições revolucionárias e as oportunistas e a desmascarar os dirigentes revisionistas, indicando às massas seus verdadeiros partidos e chefes proletários revolucionários.

Os filisteus revisionistas, em sua cruzada contra a Revolução Cultural, desempenham sem dúvida missões variadas. Os revisionistas soviéticos, por exemplo, que são os chefes, aparecem como os mais asquerosos e hipócritas. Já os revisionistas franceses fingem certa objetividade, sem esconder, porém, o pedantismo e o refinamento na intrujice. Ao passo que os revisionistas brasileiros, sem qualquer imaginação, copiam servilmente o que lhes dita a camarilha dirigente do PCUS. No entanto, como prova de que o revisionismo é um fenômeno internacional e obedece a causas sociais bem definidas, todos os revisionistas conservam nos ataques à Revolução Cultural o mesmo signo: o temor das massas e o ódio à revolução, a apostasia ao marxismo-leninismo e a capitulação diante do imperialismo. Gritam, por isso, a *una voce*, que a Revolução Cultural é uma insensatez contra o humanismo e a cultura, significa ação terrorista e liberticida, manifestação nacionalista e belicosa, expressão do culto à personalidade etc. Mas, como fariseus, fazem insistentes apelos ao povo chinês, na "esperança" de que retorne ao "bom caminho" pela mão dos revisionistas. Ou, quem sabe, se estes apelos falharem, terão de fazê-lo "chegar à razão" através de bombas atômicas, que armazenam com finalidades humanísticas...

Todo esse clamor, porém, é inútil. A Revolução Cultural Proletária conduziu a Revolução Socialista Chinesa a uma fase mais profunda de seu desenvolvimento. Varre com a camarilha revisionista interna, desata as energias das massas revolucionárias para feitos ainda mais espetaculares em sua marcha progressista estimula ações mais vigorosas na luta libertadora de todos os povos. Ela é resultado inevitável da exacerbação da luta de classes na China e em todo o mundo. Embora apresente suas particularidades, constitui uma necessidade objetiva para consolidar o regime socialista em qualquer país. Por isso, tinha de projetar-se internacionalmente.

A Revolução Cultural Proletária, com as proporções que assumiu e por se realizar num país das dimensões da China, jamais poderia ser um ato arbitrário desta ou daquela personalidade, deste ou daquele grupo dirigente. Aí não cabem o voluntarismo nem o utopismo. São os revisionistas que, ao negar a luta de classes sob o socialismo, atribuem poderes sobrenaturais às personalidades e se opõem à ação revolucionária das massas, caindo portanto no voluntarismo. Os revisionistas, ao levantar tais aleivosias, o que procuram é defender seus comparsas revisionistas chineses.

É inteiramente justo que a Revolução Cultural repudie, através da crítica mais livre e mais ampla que já existiu em qualquer país, os portadores das idéias e costumes burgueses. Como movimento de massas real, com objetivos ideológicos e políticos definidos, a Revolução Cultural vai sendo revelada ainda melhor na própria prática revolucionária do povo chinês. A missão mais difícil e, ao mesmo tempo, mais essencial, da ditadura do proletariado, depois de conquistado o Poder, não pode limitar-se à tarefa das transformações puramente econômicas. Deve igualmente dedicar-se à realização das mudanças no domínio ideológico, que não se circunscreve apenas aos problemas de ordem literária, artística e educacional, técnica e científica. Por isto o camarada Mao Tsé-tung denominou a Revolução Cultural de grande revolução ideológica, que atinge o homem no que ele tem de mais entranhado, em sua alma, em sua concepção. Por conseguinte, também nada tem de estranho ou antimarxista que a Revolução Cultural ponha em prática, mediante a concepção cultural mais elevada, socialista, medidas para transformar os homens na sociedade chinesa de acordo

com as exigências econômicas, políticas e sociais do proletariado e do socialismo.

Não é esse, por ventura, o papel da consciência socialista, da teoria marxista-leninista? Não é esse um dos objetivos do Partido Comunista? Os revisionistas não querem, nem podem compreender a questão teórica básica da Revolução Cultural Proletária: sua inevitabilidade sob o socialismo para satisfazer as exigências da base econômica e acelerar o avanço das forças produtivas sociais. São falsificadores contumazes e a verdade lhes é insuportável.

Na Revolução Cultural Proletária o problema do poder aparece como o problema essencial. Na Revolução Chinesa, desde há muito, vinham se confrontando duas linhas, dois caminhos a respeito da construção do socialismo. Através de todo o processo da Revolução Chinesa, em todas as suas fases, a luta entre as duas linhas veio se configurando cada vez com maior nitidez. Uma, nega a possibilidade de edificar o socialismo em ritmos rápidos, sob a alegação do baixo nível das forças produtivas, do atraso técnico-material do país. Preconiza, em conseqüência, grandes concessões aos elementos capitalistas das cidades e do campo e propõe que seus interesses não sejam afetados por longo período. Deposita as maiores esperanças na ajuda exterior e não confia no esforço do próprio povo. Dá ênfase aos estímulos materiais e prioridade à economia sobre a política. Menospreza o papel da ditadura do proletariado, das novas relações de produção e das massas populares. Propaga a importância do estudo e da formação de quadros técnicos desligados da ideologia proletária. Favorece, por todos os meios, a difusão da cultura e dos hábitos burgueses. Visa, em suma, conduzir o país pelo caminho do retorno ao capitalismo, do restabelecimento do poder da burguesia, embora jure fidelidade aos princípios e objetivos socialistas proletários. Na realidade, é uma linha burguesa, reacionária. Seus propugnadores defendiam dentro do Partido, mesmo antes da vitória da revolução, em 1949, os interesses da burguesia. E como a vida se encarregou de mostrar, o maior expoente dessa linha não é outro senão o elemento que detém o mais alto posto no Estado, o agora proclamado Kruschov da China.

A outra linha, formulada e aplicada pelo camarada Mao Tsé-tung, combate de há muito a conhecida teoria oportunista das "forças produtivas" e coloca a questão do socialismo nos

seguintes termos: "Que acontecerá se não estabelecermos a economia socialista? Nosso país converter-se-á num Estado burguês como a Iugoslávia e a ditadura do proletariado numa ditadura da burguesia, ditadura, além do mais, reacionária e fascista".

Entre as características da China, com centenas de milhões de habitantes — dizia o camarada Mao Tsé-tung — o que chocava era a pobreza. As coisas más, no entanto, podem tornar-se boas. Por exemplo, a pobreza impulsiona a mudança, a revolução. E quanto mais gente, mais debates, mais ardor. Por certo, a edificação socialista demandaria longo tempo, requereria apoiar-se mais nos próprios esforços do que na ajuda externa e usar um estilo de trabalho duro e de vida simples. O grande problema era a educação dos camponeses. Sem a socialização da agricultura não haveria socialismo real e sólido. A ditadura do proletariado, com o objetivo de fortalecer a aliança com os camponeses e desenvolver a coletivização do campo, deveria sustentar-se ainda mais nos camponeses pobres, ganhar os médios e liquidar a economia dos camponeses ricos e o sistema de exploração individual nas áreas rurais. Seria preciso, ainda, transformar gradativamente a indústria, o artesanato e o comércio em partes integrantes da economia socialista. Dessa forma, novas e melhores condições seriam criadas para a libertação das forças produtivas e o incremento da produção. E tendo em conta que, internamente, a contradição com a burguesia nacional não fora eliminada, nem podia sê-lo na primeira etapa da revolução, e que, externamente, se aguçava a contradição com o imperialismo norte-americano, que ameaçava a China de opressão, impunha-se travar uma luta enérgica não só na frente econômica, mas principalmente no campo político e ideológico. A ditadura do proletariado tinha de ser, pois, revigorada e não debilitada, quer para fazer avançar a revolução, quer para possibilitar à China o cumprimento de seus deveres internacionalistas, em defesa do movimento comunista e da causa de todos os povos oprimidos que, em grande maioria, viviam e ainda vivem sob o jugo da reação e do imperialismo.

Dirigindo a Revolução Chinesa e lutando pela construção do socialismo na China, o camarada Mao Tsé-tung estudava a experiência da ditadura do proletariado também nos países socialistas, sobretudo na União Soviética. Depois da Iugoslávia, foi no país da Revolução de Outubro, que os revisionistas, mascarados de leninistas, ocupando postos na direção do Estado e do Partido, conseguiram usurpar o poder do proletariado e arrastar o glorioso país de Lênin e de Stálin de volta ao capitalismo. O camarada Mao Tsé-tung, tirando lições dessa amarga experiência, formulou uma tese de largo alcance para os destinos do socialismo: as classes e a luta de classes, nas condições do socialismo, continuam a existir. Mao Tsé-tung afirmou que a questão de saber quem vencerá, se o socialismo ou o capitalismo, não havia sido definitivamente resolvida, nem mesmo nos países onde vencera a ditadura do proletariado. Na China, disse ele, "havia os que sonhavam restaurar o regime capitalista, travando a luta contra a classe operária em todas as frentes, inclusive a ideológica. Nesta luta, os revisionistas são seus melhores auxiliares. (...) Preconizam de fato não a linha socialista, mas a capitalista".

O camarada Mao Tsé-tung demonstrou que a luta de classes, a luta pela produção e pela experimentação científica são os três grandes movimentos revolucionários para a edificação de um país socialista. Através desses movimentos, os comunistas evitarão o burocratismo, eliminarão o revisionismo e o dogmatismo e garantirão a unidade das massas em torno da ditadura do proletariado. Se agirem de modo diverso, isto é, se deixarem de mobilizar as massas na direção indicada e perderem a vigilância, permitindo que o inimigo se infiltre nas fileiras do Partido, os comunistas não poderão obstar que, em alguns anos, ocorra uma contra-revolução para fazer com que o Estado mude de cor e o Partido se torne revisionista e mesmo fascista.

A linha proletária, revolucionária, sob a sábia direção de Mao Tsé-tung infligia pesadas derrotas à linha burguesa, oportunista. A China avançava, com passos cada vez mais firmes e ritmos impressionantes, pela senda das transformações socialistas a fim de superar seu atraso milenar, extinguir as lacras da opressão estrangeira e conquistar o nível de uma verdadeira cultura socialista. Obteve enormes êxitos no terreno da economia, ciência, técnica e da defesa nacional, que se modernizavam celeremente. Impulsionadas pelas novas relações de produção socialistas, as massas demonstraram enorme capacidade de sacrifício e ardente patriotismo e realizaram avanços que

são exemplos para todos os povos que sofrem ainda a espoliação e a opressão do imperialismo e do capitalismo.

Como então explicar que tenham podido subsistir e, ademais, atuar, os representantes burgueses dentro do Partido e do aparelho estatal da ditadura do proletariado na China? É que os inimigos de classe jamais se resignam com a derrota. Após cada batalha política procuravam camuflar-se. Adotaram uma tática de duas caras. Fingiam fazer autocrítica. Mostravam-se partidários fervorosos do pensamento de Mao Tsé-tung e da linha proletária, mas agiam sorrateiramente contra sua orientação. Conseguiam, assim, iludir o Partido e as massas. Manifestavam-se, porém, a cada nova vicissitude do processo revolucionário, atacando novamente a linha do Partido e sua direção proletária.

Conforme ficou evidente pela experiência dos países revisionistas, a formação e a atividade de um estado-maior burguês no partido da classe operária é perfeitamente possível, enquanto houver classes e luta de classes. Este é o maior perigo que enfrenta o Partido, bem como a ditadura do proletariado. O *quid* da questão é saber destruí-lo, tarefa difícil porque o inimigo procura apresentar-se disfarçado com a bandeira do marxismo-leninismo, jurando a maior fidelidade aos princípios.

O método que sempre foi empregado para limpar as fileiras do Partido de tão indesejável companhia, foi o dos expurgos periódicos. Lênin e Stálin ensinavam que é impossível superar o oportunismo no Partido apenas por meio da luta ideológica. Nas condições da ditadura do proletariado, Lênin advertia que, sem manter a pureza ideológica do Partido, o sistema socialista não poderia sobreviver. Por isso, insistia que, com o apoio das massas, fosse periodicamente efetuada a depuração no Partido.

Um dos grandes ensinamentos da Revolução Cultural Proletária é que ela constituiu a melhor forma encontrada pelo estado-maior proletário, encabeçado pelo camarada Mao Tsé-tung, para liquidar os representantes da burguesia introduzidos no Partido, o estado-maior burguês. Apesar de que os revisionistas estivessem na direção do Partido e do Estado, na medida em que a luta de classes se agravava e pela sua própria dinâmica, eles foram obrigados a descobrir-se. Sem dúvida custou, mas tiveram finalmente de revelar-se. Isto ocorreu quando o movimento de educação socialista, sob os auspícios do camarada

Mao Tsé-tung, em 1962, voltou o gume de sua investida contra os elementos burgueses infiltrados no Partido. Ante a iminência de perder suas posições, os revisionistas chineses resolveram oferecer desesperada resistência, sob a direção do Kruschov da China.

Quanto mais premente a tarefa do saneamento na esfera educacional, literária e artística para colocar a superestrutura política e ideológica em consonância com a base econômica socialista, em crescente avanço, tanto mais notória se mostrava a oposição dos elementos encastelados nesses setores e dos que os amparavam na cúpula do Partido. Era uma oposição que vinha atuando há algum tempo e destilava sutilmente seu veneno para preparar o terreno, e ganhar a opinião pública, contra a linha proletária e seus representantes. Suas críticas maléficas apareciam como conselhos de prudência e bom-senso. Aproveitavam todas as dificuldades temporárias para recriminar os movimentos das massas e reclamar modificações na linha geral do Partido e freios à Revolução Socialista. Haviam chegado a sistematizar toda uma linha de classe, burguesa, contrária à linha socialista e organizaram uma conspiração para tomar o Poder no momento propício.

Com sua visão genial de revolucionário, o camarada Mao Tsé-tung compreendeu a necessidade de chamar as grandes massas em defesa do Poder proletário e para bombardear o quartel-general burguês que se entronizara no Partido, e desmascará-lo por completo. Pessoalmente tocou a rebate e lançou-se à luta contra os revisionistas burgueses.

A Revolução Cultural foi, portanto, resultado de um processo objetivo de agravamento da luta de classes, em que as linhas que se enfrentavam, no começo, aparentemente em torno de problemas educacionais, literários e artísticos, expressavam de fato a luta pelo poder entre os dois estado-maiores dentro do Partido, o proletário, encabeçado pelo camarada Mao Tsé-tung, e o burguês, dirigido pelo Kruschov da China.

Por isso, a Circular do Comitê Central do PC da China, de 16 de maio de 1966, sobre o "Informe Esquemático de Pengcheng" assim caracterizou o grupo antipartido e anti-socialista: "Os representantes burgueses que se infiltraram no Partido, no Governo, no Exército e nos diversos setores culturais são um grupo de revisionistas contra-revolucionários,

que se assenhorearão do poder e converterão a ditadura do proletariado em ditadura burguesa, tão logo se apresente a oportunidade. (...) Por exemplo, gente tipo Kruschov ainda se abriga a nosso lado".

A situação e a referência estavam claras. Quando as chamas da Revolução Cultural Proletária começaram a crepitar entre a juventude das escolas e entre as grandes massas através dos *dazibaos* e dos debates, os inimigos principais do povo saíram de seus esconderijos para atacar o movimento que se iniciava impetuosamente. Utilizando os postos que ocupavam, reuniram todas as forças à sua disposição e atiraram-se a uma repressão feroz, sangrenta, de que só são capazes os revisionistas e fascistas no poder.

De forma que, ao ouvirmos os escudeiros revisionistas do liberalismo e da burguesia acusar as massas revolucionárias chinesas de empregar o terrorismo, não é tão difícil descobrir que visam, na realidade, a ocultar seus próprios crimes e justificá-los. O "socialismo com liberdade" que, hoje, os revisionistas apregoam não significa que o povo deva ter direito de livre manifestação nem o de lutar, a seu modo, contra as velhas classes exploradoras. Esta liberdade eles a querem suprimir por todos os meios, a ferro e fogo. Basta que qualquer operário soviético, ou de outro país revisionista se pronuncie contra a traição e os desmandos da camarilha governante, ou procure conhecer os pontos de vista dos verdadeiros marxistas-leninistas, para que seja submetida à prova a concepção de liberdade dos bandidos revisionistas. Será encarcerado ou internado num hospital de loucos.

A verdade é que a Revolução Cultural esteve a pique de ser estrangulada pelas medidas punitivas e terroristas do bando chefiado pelo Kruschov da China. Ainda aí, porém, mais uma vez, revelou-se o papel decisivo da vanguarda proletária, liderada pelo camarada Mao Tsé-tung. A histórica sessão plenária do Comitê Central do PC da China, de agosto de 1966, que aprovou a decisão sobre a Revolução Cultural Proletária, apoiou as massas e os quadros revolucionários em sua rebeldia e os orientou para que se empenhassem audazmente na crítica, na luta e no repúdio a todos os elementos que, nas instituições estatais, culturais e no Partido, fossem seguidores do caminho capitalista e se opusessem às transformações culturais e à

política proletária. Era necessário apoiar a esquerda, ganhar o centro, combater e isolar a direita.

Encorajadas por essa famosa Resolução, as massas e os quadros revolucionários redobraram de entusiasmo em suas ações e romperam, intrepidamente, com as peias da reação revisionista burguesa. Como autênticos soldados do pensamento de Mao Tsé-tung, lançaram-se ao assalto dos baluartes da burguesia, expondo suas mazelas e a conspiração que tramava contra o povo e o socialismo.

Assim, delineada magistralmente no sentido teórico e político pelo camarada Mao Tsé-tung, e pessoalmente dirigida por ele e seu estado-maior proletário, a Revolução Cultural iria dar a conhecer todo o seu alcance e desincumbir-se de seus objetivos, no seu próprio curso e na medida dos obstáculos que tivesse a superar. As massas estavam prevenidas de que o inimigo ofereceria obstinada resistência, que os combates seriam duros e prolongados e haveria marchas e contramarchas. O único método provado e justo era o de confiar nas massas, respeitar sua iniciativa e mobilizá-las com destemor a fim de que elas se libertassem por si mesmas. Por que meios? Utilizando os debates amplos, elucidando as questões suscitadas, revelando as posições, aprendendo a discernir as contradições no seio do povo das existentes entre o povo e os inimigos.

Muitas coisas novas surgiram na Revolução Cultural Proletária, já dizia a Resolução de Agosto de 1966, do Comitê Central do PC da China. Foram criados grupos, comitês e congressos de rebeldes proletários e revolucionários. Irrompeu a maravilhosa Guarda Vermelha, espantando fantasmas e monstros, causando o pânico entre os inimigos, mas enchendo de júbilo todos os partidários sinceros do socialismo. Em pouco tempo mobilizou e uniu milhões de jovens para defender as idéias proletárias e o pensamento de Mao Tsé-tung e levar adiante a Revolução Socialista.

Entretanto, foi a classe operária que, depois de mobilizada, passou a constituir a força dirigente da Revolução Cultural e a imprimir seu estilo ao grande movimento revolucionário das massas que estremece a China e o mundo. Em janeiro de 1967, desencadeou-se a conhecida "tempestade de Xangai" que deu nascimento ao primeiro Comitê Revolucionário e colocou o poder diretamente nas mãos das massas, de suas organizações rebeldes, surgidas no próprio fogo da Revolução

Cultural. Era uma demonstração de que a luta pelo poder na China entrara em nova fase. A divulgação do acontecimento despertou enorme entusiasmo e não tardou a aparecer a idéia de que os Comitês Revolucionários deviam ser organizados pela aliança das organizações de massa revolucionárias, do Exército Popular de Libertação e dos quadros revolucionários. Despontava, assim, a Tríplice Aliança, como nova forma política da ditadura do proletariado nas condições do socialismo. Na base da Tríplice Aliança se acham as organizações de massa revolucionárias. Sua coluna de sustentação é o Exército Popular de Libertação. E seu núcleo é constituído dos quadros revolucionários. Todos desfrutam da mais ampla confiança das massas.

Com a Tríplice Aliança, o novo poder proletário está mais próximo do povo, mais unido a ele do que nunca. As organizações revolucionárias, representantes genuínos dos operários, camponeses e intelectuais, das massas mais numerosas e humildes, elegem seus membros mais fiéis para participar dos Comitês Revolucionários. Procedem de igual modo os quadros revolucionários e o Exército Popular de Libertação. É uma impostura dos inimigos da Revolução Cultural, em particular dos revisionistas, qualificar de manobra antipartido ou acoimar de militarismo a participação do Exército Popular de Libertação ao lado do movimento revolucionário das massas. Jamais houve um exército tão querido e ligado ao povo quanto o Exército Popular de Libertação da China. Constituído de trabalhadores, está dedicado ao serviço do povo e a defendê-lo de todos os seus inimigos internos e externos. Não se presta ao papel de opressor dos operários e camponeses, como os exércitos da burguesia e dos latifundiários. Autêntica instituição democrática, o Exército Popular de Libertação trabalha para manter-se e colabora na produção e na experimentação científica. Seus oficiais não gozam de privilégios. Nenhuma minoria ou qualquer grupo pode dele utilizar-se para satisfazer suas ambições de mando. Por isso, ele apóia as massas revolucionárias e é um esteio da Tríplice Aliança.

A formação desta Aliança e de seus Comitês Revolucionários permitiu que a imensa maioria afastasse do poder o pequeno grupo de elementos, que se julgava superior e privilegiado, simplesmente porque possuía o honroso título de membro do Partido. Tais elementos conspiravam para restaurar o poder da burguesia e restabelecer o capitalismo no país. E quando eclodiu a Revolução Cultural, tudo fizeram para afogá-la, recorrendo aos métodos mais ferozes de repressão e adotando os meios mais incríveis de solapamento e de divisão das lutas das massas. Depois de eleitos, os Comitês Revolucionários tomam a seu cargo as tarefas políticas, econômicas e administrativas. Sua missão principal consiste em empreender a revolução e promover a produção.

A Tríplice Aliança, como nova forma da ditadura do proletariado na China, representa uma conquista de enorme significação internacional. Como se sabe, a questão do poder estatal da ditadura do proletariado foi considerada uma das mais importantes, senão a mais importante da teoria revolucionária marxista-leninista. Em suas grandiosas batalhas contra a burguesia, o proletariado mundial conhecera a experiência imorredoura da Comuna de Paris, uma forma de Estado que, pela primeira vez na História, permitiu a participação direta e decisiva das massas no poder. Unia as funções legislativas às executivas e tornava acessível, aos trabalhadores mais simples, a direção do Estado. Como resultado da experiência da Comuna de Paris, a doutrina do proletariado foi enriquecida com a lição de que a máquina do Estado deve ser destruída, com todos os seus apêndices, e, em seu lugar, erigida uma nova, a serviço da ditadura proletária. E veio para primeiro plano a questão teórica de que não basta somente tomar o poder, mas trata-se sobretudo de mantê-lo e consolidá-lo.

Quase meio século após a Comuna de Paris, triunfou a Revolução de Outubro, tendo o proletariado russo criado o Poder Soviético, continuador da Comuna, elevada forma de instituição estatal democrática da ditadura do proletariado, capaz de unir em seu redor as massas trabalhadoras e exploradas mais atrasadas e dispersas e de assegurar a transição para o socialismo.

O Poder Soviético, como órgão do poder da imensa maioria das massas, antes oprimidas, contra a minoria opressora e como instrumento revolucionário para vencer a resistência de seus inimigos, cumpriu, durante um longo período, seu papel. Devido, porém, à traição dos revisionistas kruschovistas, o Poder Soviético perdeu seu conteúdo de classe e fez degenerar a ditadura burguesa. A histórica iniciativa do proletariado e das massas chinesas enche de justificado júbilo as forças re-

volucionárias e marxistas-leninistas de todo o mundo. A Revolução Cultural forjou, com a Tríplice Aliança, uma forma estatal do Poder pela qual as massas exercem diretamente sua ditadura contra a resistência dos inimigos e podem, através do uso de efetivos direitos democráticos, elevar-se à condição de ativos e conscientes construtores de sua própria história.

Tudo isto comprova que o povo revolucionário da China, com idéias e armas proletárias, está aplicando, de modo conseqüente, os ensinamentos do marxismo-leninismo. Rompe radicalmente com as idéias tradicionais, depois de ter rompido radicalmente com as formas de propriedade tradicionais. Essa obra de limpeza dos miasmas da velha sociedade, a fim de purificar a atmosfera da nova sociedade, apesar de não ser fácil, é vital para a causa do socialismo e do comunismo.

A imputação dos revisionistas de que a Revolução Cultural Proletária está em conflito com a cultura e o humanismo marxista-leninista significa rematada hipocrisia e dissimulada apologia do humanismo reacionário e da cultura decadente da burguesia. A ditadura do proletariado perderia sua razão de ser, se deixasse de privar alguns intelectuais burgueses da liberdade de envenenar a juventude com as idéias do individualismo, da exploração do homem pelo homem, da guerra imperialista, da falaciosa igualdade entre ricos e pobres.

A Revolução Cultural Proletária pretende levar a sociedade chinesa a consolidar o regime socialista e a preparar o advento do comunismo. Para alcançar estes objetivos ela se baseia nos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo de sua História e se orienta pelo pensamento de Mao Tsé-tung, que é a síntese atual desses conhecimentos. Por conseguinte, ela reflete a mais elevada expressão da cultura, da economia e da política a serviço das massas trabalhadoras. A técnica e a ciência, a arte e a literatura não ficarão nem por cima, nem à margem das classes, mas contribuirão para a extinção das classes, para edificar a sociedade sem classes, o comunismo.

Na China da Revolução Cultural se forma um homem novo, livre do egoísmo e dedicado ao bem-estar coletivo. O conceito humanitarista reacionário da burguesia e dos revisionistas é mendaz. O homem não poderá jamais libertar-se das forças alienantes, que o manietam na sociedade capitalista, nem será capaz de seguir conscientemente seu próprio destino,

se as grandes massas trabalhadoras, as reais criadoras da História, não conquistarem sua emancipação através da ditadura do proletariado. Marx explicou que a natureza humana é inseparável das relações sociais. E acrescentava que a humanidade só dará o salto do reino da necessidade para o da liberdade, quando for instaurada a sociedade comunista. Ou, como prediz o camarada Mao Tsé-tung: "Chegará a época do comunismo no mundo, ocasião em que a humanidade transformar-se-á a si mesma e transformará o mundo de maneira consciente".

A Revolução Cultural Proletária veio demonstrar a importância histórico-mundial do pensamento de Mao Tsé-tung, como o marxismo-leninismo de nosso tempo. O povo chinês, armado com o pensamento de Mao Tsé-tung, alcançará todos os seus nobres objetivos.

Foi o camarada Mao Tsé-tung que, aliando uma longa prática revolucionária a uma capacidade extraordinária de abstração e generalização, aprofundou o marxismo-leninismo no período em que o socialismo marcha inevitavelmente para o triunfo total e o imperialismo caminha para a bancarrota definitiva. Ele desenvolveu a dialética materialista, defendendo a teoria monista do materialismo e afirmando que a lei das contradições é a fundamental do método dialético. Interpretando, de modo criador, a lei descoberta por Lênin sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, mostrou aos revolucionários dos países subjugados pelos imperialistas a possibilidade de levar a revolução à vitória, a partir das bases de apoio no campo e através da guerra popular revolucionária. Também esclareceu, de maneira acessível, o problema da interpenetração entre a superestrutura e a base econômica e contribuiu para desmascarar a teoria revisionista do incentivo material na construção do socialismo. Mostrou que o incentivo material corresponde à política burguesa, pois não existe economia pura, isolada ou acima da política. Partindo da idéia leninista de que a política é a economia concentrada, o camarada Mao Tsé-tung esclareceu que em qualquer processo social, a política vem em primeiro lugar e sempre se relaciona com o interesse desta ou daquela classe. Isto significa que, ou predomina a política burguesa, ou a proletária; vence o caminho capitalista ou o socialista. Não há meio termo.

O pensamento de Mao Tsé-tung restabeleceu brilhantemente e enriqueceu a teoria marxista-leninista da existência das classes e da luta de classes sob o socialismo. Indicou que a compreensão das classes só do ponto de vista econômico não era suficiente, sendo necessário considerá-las também do ponto de vista político e ideológico, e que não se deve entender nenhuma das formas de luta de classes separada das demais. Portanto, a liquidação econômica das classes tem de ser completada pela liquidação política e ideológica que é a decisiva.

Por todas essas circunstâncias, a China da Revolução Cultural Proletária e de Mao Tsé-tung transformou-se no centro da revolução mundial e no mais poderoso baluarte da luta contra o imperialismo. É a nação socialista que, diante do agressor norte-americano, sustenta uma política que consulta os interesses da imensa maioria da humanidade. Não teme suas ameaças e, simultaneamente, apóia sem vacilações a luta dos povos por sua independência nacional, pela democracia popular e o socialismo. Isto se comprova na ajuda desinteressada ao heróico povo vietnamita e na recusa a qualquer transação com os revisionistas soviéticos, que maquinam mil e uma formas de quebrar a impressionante e vitoriosa resistência do Vietname à invasão norte-americana.

A revolução cultural reforça a consciência internacionalista do povo chinês no combate ao imperialismo norte-americano, o maior inimigo da humanidade, e na denúncia do revisionismo soviético. Da China nos vem, hoje, o chamamento vigoroso para a unidade e a luta intrépida e destemerosa dos povos contra a santa aliança do imperialismo, a reação e o revisionismo. A nação chinesa prepara-se para enfrentar, a qualquer momento, o ataque dessa santa aliança.

Sob a liderança sábia e provada do camarada Mao Tsé-tung, os trabalhadores e os povos unir-se-ão mais solidamente e alcançarão a vitória.

Os comunistas brasileiros, que receberam com entusiasmo os grandes êxitos da Revolução Cultural Proletária, procuram estudar seus ensinamentos e divulgar suas experiências. Ao mesmo tempo, erguem, cada vez mais alto, a bandeira vermelha do pensamento de Mao Tsé-tung, que descortina para nosso povo o caminho da revolução e da guerra revolucionária de libertação.

O povo conquistará a verdadeira independência

(*A Classe Operária* n.º 68, setembro de 1972.
Divulgado em folheto separado, na época)

A nação brasileira celebra o sesquicentenário de sua Independência política num dos momentos mais difíceis de sua história. Submetido a uma ditadura militar fascista, o Brasil torna-se dia a dia mais dependente, vê seu futuro ameaçado pelo imperialismo norte-americano e seus males sociais agravados pelo reacionarismo e a traição das classes dominantes. O povo brasileiro, em face do crescente empobrecimento e da falta de direitos, acha-se numa situação penosa. Em seu coração, porém, arde mais forte do que nunca a chama da liberdade. Sua consciência nacional elevou-se. Não suportará, pois, indefinidamente, a tutela estrangeira nem aceitará que permaneçam intocados os privilégios da minoria exploradora e opressora.

Os generais fascistas promovem custosa campanha de mentiras para ludibriar o povo. Procuram apresentar-se como patriotas e autênticos fautores do progresso nacional. Propalam aos quatro cantos que o feito da Independência foi obra da elite dirigente da época. Impingem Pedro I como o fundador do Estado nacional. Trazem de Portugal para serem reverenciados os ossos do Imperador, carrasco de muitos patriotas. Tentam incutir a idéia de que os militares estão contribuindo para consolidar a independência quando, na realidade, são uns farsantes, serviçais dos piores inimigos da pátria.

Ao comemorar o evento, as forças populares e patrióticas, especialmente os comunistas, compreendem que sua missão principal consiste em desmascarar o pseudopatriotismo das classes dominantes; em salientar as lutas do povo, estudar suas experiências e honrar a memória dos que se sacrificaram pela

pátria; em prosseguir no combate pela conquista da verdadeira independência como a mais nobre, urgente e revolucionária tarefa de nossos dias.

I

A proclamação da Independência e a fundação do Estado nacional brasileiro, em 1822, resultaram de um cruento e doloroso processo de lutas e vicissitudes. Seu maior artífice foi o povo. Cabe-lhe o principal mérito pela vitória da causa autonomista.

Sem dúvida, os senhores rurais escravistas, assim como os grantes negociantes, jogaram determinado papel no movimento de emancipação política. Eram partes integrantes da nação. Suas forças políticas concertaram as medidas e entabularam os acordos para a proclamação da Independência, imprimindo-lhe algumas de suas singularidades. Esse papel teve sua lógica.

Se bem que as nações sejam uma categoria histórica da época do capitalismo, disto não se deve concluir que todas, obrigatoriamente, tenham de surgir sob a égide ou a direção da burguesia. O exemplo do Brasil é ilustrativo. A nação brasileira não podia despontar desde logo como nação tipicamente burguesa. Nascida sob o signo do capitalismo mercantil ascendente, este transmitiu-lhe, desde os albores da colonização, certas particularidades que foram salientadas pelas revoluções burguesas dos fins dó século XVIII. Os traços do Brasil como nação se desenvolveram progressivamente, foram criação das massas, fruto de seu trabalho, de sua inteligência, de suas lutas.

O sentimento nativista brasileiro já aflorara na guerra contra os holandeses, quando se aliaram os interesses de várias classes em defesa do território, do que nele havia sido construído. No período da mineração do ouro, as manifestações daquele sentimento se tornaram mais ressonantes. Em 1720, Felipe dos Santos, ao morrer esquartejado por insurgir-se contra a prepotência do jugo colonial, concitava o "patriotismo dos brasileiros" a esmagar o "domínio da canalha do rei".

A decadente metrópole portuguesa empenhou-se desesperadamente em abafar quaisquer germes ou sonhos de emancipação dos brasileiros. Providenciou a ampliação de suas forças armadas e o reforçamento do poder público na colônia. Proibiu as atividades manufatureiras que tomavam impulso e ordenou a

destruição da incipiente indústria. Estabeleceu rigorosos limites e controles para o Distrito Diamantino. Cominou penas severíssimas para os que formassem associações secretas ou ilegais e para os que se dedicassem à impressão e divulgação escrita. Manteve o povo em completo obscurantismo. Os raros letrados ou eram portugueses de origem ou filhos da colônia que iam estudar em Portugal. E para não deixar dúvidas sobre os seus propósitos, a Coroa reprimiu selvagemente as menores demonstrações em favor da autonomia, a fim de escarmentar e aterrorizar todos os que quisessem libertar o Brasil.

Não obstante, quanto mais a metrópole tentava impor seu jugo, tanto mais este se tornava intolerável. A dominação colonial aparecia como o maior obstáculo ao avanço da economia brasileira, as aspirações da gente da terra à liberdade e à cultura. Nos fins do século XVIII e no início do século XIX, os aspectos essenciais da nação já haviam adquirido nítida configuração. O território se expandirá (fora quase todo demarcado. A língua portuguesa se transformara no idioma predominante, num fator aglutinativo de primeira ordem. Tanto a economia como as comunicações haviam atingido certo grau de desenvolvimento. As primeiras criações culturais revelaram uma psicologia comum. Afora as tribos indígenas, a população chegara à casa dos quatro milhões. Destes, mais de um terço eram escravos negros. A parte restante constituía-se de trabalhadores semiescravos das fazendas de gado, de reduzido número de trabalhadores livres e de artesãos, de pequenos proprietários rurais e comerciantes, de funcionários públicos, soldados e intelectuais. As classes dominantes formavam uma fração diminuta de senhores rurais escravistas e de grandes negociantes.

Cada vez mais convencido da necessidade de romper o monopólio comercial e sacudir o sanguinário domínio colonial português, e influenciado pelas idéias triunfantes do movimento de independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa de 1789, o povo brasileiro inicia a luta pela emancipação nacional. Nesse mesmo ano de 1789 os patriotas de Vila Rica foram presos porque procuravam organizar um movimento em prol da autodeterminação. Tiradentes e seus companheiros adotam o lema de "Liberdade ainda que tardia", sonhando separar o Brasil de Portugal e instaurar a república no país. Mas a metrópole debelou cruelmente a Conjuração Mineira. Condenou à forca Tiradentes. A cabeça e partes do corpo do corajoso

mártir foram expostas nos lugares em que propagara a idéia autonomista. Sua família foi julgada infame até a terceira geração. Apesar disso, as idéias patrióticas ressurgiram mais fortes na Revolução dos Alfaiates, da Bahia, em 1798. Empolgados pelo sentimento de emancipação nacional, Lucas Dantas, Manoel Faustino dos Santos e seus companheiros, quase todos jovens e pobres, alguns deles escravos, esposaram a causa da liberdade, considerando-a como o bem supremo da vida, e desejaram a igualdade de seus irmãos brasileiros. Proclamaram a necessidade de independência, república, emancipação dos escravos, liberdade de comércio, abertura dos portos e amplos direitos para o povo. Foram, por isso, brutalmente massacrados. Alguns anos depois, em 1817, em Pernambuco, voltaram a levantar-se os patriotas contra a tirania estrangeira. A revolução, dirigida por Domingos José Martins, pelos padres Roma e Miguelinho e outros destacados lutadores, assenhoreou-se do poder na província durante três meses. Novamente se proclamou a necessidade da república, das liberdades democráticas e se condenou a escravidão, se bem que prometessem extingui-la posteriormente, de modo gradual. A Coroa portuguesa mandou enforcar ou arcabuzar os principais dirigentes da insurreição pernambucana. Entretanto, o ânimo dos patriotas não se abatia. Ao contrário, seus esforços se multiplicavam e se alargavam. Após a Revolução Constitucionalista do Porto (Portugal), em 1820, houve importantes manifestações de rebeldia, sobretudo em Minas, Bahia e Pernambuco. Nesta província, as forças populares, sob a direção do capitão Pedro da Silva Pedroso, um dos sobreviventes da sublevação de 1817, depôs a Junta Provisória que se opunha à independência e elegeu outra, para garantir a causa da emancipação. A fúria repressiva da reação portuguesa, porém, não arrefecia ante o crescente anseio de liberdade e de direitos dos brasileiros. Poucos meses antes de setembro de 1822, foram enforcados em Santos 12 soldados que se haviam colocado à frente de seu batalhão para pleitear igualdade de soldos com os praças portugueses, episódio que foi parte da denominada bernarda de Francisco Inácio, em São Paulo.

Embora a reivindicação básica e imediata da jovem nação fosse a da autodeterminação, nela existiam contradições, classes e conflitos de classes. Algumas dessas contradições eram pro-

fundas, antagônicas. O progresso do Brasil e a felicidade de seu povo dependiam, fundamentalmente, da solução dessas contradições internas. No curso da formação histórica brasileira sabe-se que tanto os índios como os negros resistiram incessantemente à escravidão. Os primeiros constituíram uniões de tribos para opor-se aos colonizadores que se apossavam das terras em que viviam e os queriam escravizar. Os índios que não foram exterminados nem se submeteram refugiaram-se nas orlas das selvas ou bem para o seu interior. Os demais e seus descendentes foram convertidos em escravos ou semiescravos. Igualmente os negros travaram pertinaz e prolongada luta contra os escravistas. Trazidos à força do continente africano, oriundos de diversas tribos e falando línguas diferentes, mal chegados à terra brasileira procuravam entender-se para encontrar meios e formas de fugir ao cativeiro dos senhores brancos. Formaram quilombos célebres como o de Palmares, ainda no século XVII, defendendo-o por dezenas de anos. No entanto, o contingente de escravos crescia a cada ano. Na medida em que se fortalecia o sistema de plantação de produtos de exportação, os senhores rurais intensificaram a importação de mão-de-obra escrava, convertendo-a no elemento principal da economia e na maior força social da colônia. Esta força, porém, não podia deixar de ser hostil ao regime escravocrata. Como classe oprimida, os escravos alimentaram o ardente desejo de regressar às tribos de origem ou formar quilombos onde pudessem reger-se de acordo com os padrões de cultura ao nível de sua compreensão. Destarte, a grande massa de escravos foi alheia à aspiração nacional brasileira, não se interessando diretamente pela causa emancipadora. Apenas uma pequena parte dela, a que já se considerava brasileira ou acreditava que com a independência poderia mudar de sorte, associou-se à luta autonomista.

Tais contradições explicam as principais características e as debilidades do movimento de emancipação. Seus dirigentes de maior influência, longe de pretender apoiar-se nos escravos, propugnando a sua libertação, antes os temiam, desejando conservar o regime escravista pelo tempo mais longo possível. Mesmo alguns desses dirigentes mais radicais não compreenderam a importância da participação do escravo na luta pela independência. Este aspecto débil do movimento afetou seriamente a ulterior evolução do Brasil.

II

Nos primeiros lustros do século passado, evidenciava-se que Portugal não poderia sustentar o estatuto colonial. O sentimento nativista e a luta para sacudir o domínio estrangeiro haviam assumido grandes proporções. Fortalecera-se a corrente autonomista sob a influência das revoluções, nacionais pela independência que se sucediam no continente americano e também pela crise da monarquia portuguesa, revelada em especial na Revolução Constitucionalista do Porto. Amadurecia o momento da separação.

A Coroa portuguesa procurou manter a todo custo seu domínio. Ao mesmo tempo que usou a violência desenfreada fez algumas concessões. Em 1808, com a vinda da Corte para o Brasil, fugindo da invasão napoleônica e sob a proteção inglesa, o regente real determinou a abertura dos portos da colônia às "nações amigas". Com este ato, ele tentava amainar o descontentamento dos brasileiros contra o monopólio comercial da metrópole e atender aos interesses da Inglaterra, à qual fez ainda maiores concessões pelo Tratado de 1810. Visava a ganhar tempo para reforçar suas posições. Mas a "abertura dos portos", como a vida demonstrou, minava em seus fundamentos a dominação colonial. A Inglaterra daí em diante passou a ser a nação favorecida no comércio com o Brasil e a exercer cada dia maior influência no país. Em 1821, sentindo a inevitabilidade da libertação, João VI ainda tentou manobrar. Explorou a possibilidade da Independência sob a égide da corrompida dinastia dos Bragança, tendo em conta a existência de uma ala conciliadora no movimento autonomista. Ao partir para Portugal, aconselhou seu filho Pedro, que ficava como regente, a se apoderar do Brasil antes que "algum desses aventureiros" o fizesse.

No "Partido Brasileiro" — união das forças que defendiam a causa da emancipação — existiam duas tendências principais: a dos que desejavam a independência sem regateios com os colonizadores e a dos que queriam consegui-la através da conciliação com os Bragança. Esta corrente prevaleceu nos atos que conduziram à separação de Portugal.

A declaração da Independência não se resumiu em um ato único. Atuando de comum acordo, as forças nacionais conservadoras e o regente D. Pedro adotaram uma série de medidas

preliminares com vistas a autonomia e à formação do Estado nacional. Em janeiro de 1822, essas forças mobilizaram setores do povo para pedir ao regente português que não atendesse ao chamado das Cortes de Lisboa. A decisão do príncipe é conhecida como o "Dia do Fico". Em junho, avançando no sentido da instauração do novo poder brasileiro, foi convocada a Assembléia Constituinte. A 1.º e 6 de agosto eram lançados, com a assinatura de D. Pedro, dois manifestos de caráter emancipacionista, dirigidos "aos povos do Brasil" e "aos povos do mundo". A 7 de setembro, afinal, D. Pedro deu o famoso grito de "Independência ou Morte", depois do qual se considerou formalmente proclamada a rutura com Portugal. Todos esses atos objetivavam efetivar o processo da proclamação de modo pacífico, neutralizando a corrente mais radical.

O Estado brasileiro, surgido do 7 de setembro, trouxe as profundas marcas da conciliação. Era uma monarquia conservadora, dirigida por um príncipe português e baseada num regime latifundiário-escravista. No aparelho estatal permaneceram os mesmos funcionários da velha Corte portuguesa. A força armada própria, em substituição às tropas da metrópole, estava sendo organizada desde o princípio de 1822. O sistema político foi estabelecido na Constituição de 1824, outorgada por Pedro I, que dissolvera arbitrariamente a Constituinte, em 1823. A Lei Magna mantinha a estrutura econômico-social vigente e negava direito de voto, vale dizer, de cidadania, à imensa maioria do povo, embora inscrevesse pró-forma certos direitos democráticos. Incluía um capítulo sobre o famigerado "Poder Moderador", atribuindo poderes quase absolutos ao Imperador, já que os demais poderes ficavam submetidos à vontade do monarca. Nas relações internacionais, o Estado brasileiro orientou-se igualmente no sentido da conciliação com a monarquia portuguesa. O reconhecimento da Independência do país por Portugal e pela Inglaterra, em 1825, foi condicionado ao pagamento pelo governo do Brasil de boa parte das dívidas da Coroa portuguesa para com a nação inglesa.

Mas o regime instituído e a política conciliadora e reacionária que vinha sendo posta em prática encontraram imediatamente forte oposição. Vastas camadas sociais e forças progressistas não ficaram satisfeitas com o "arranjo" nem com as medidas arbitrárias do Imperador. Imbuídas de ardor patriótico e de sentimentos democráticos, levantaram-se em luta para con-

cretizar seus anseios. Na Bahia, recorreram às armas e expulsaram as tropas portuguesas que, sob o comando do general Madeira, ainda em 1823, resistiam na província. Em Pernambuco, em 1824, foi proclamada a Confederação do Equador, com apoio e ramificações em outras províncias do Nordeste e do Norte. Nela reapareceram mais abertamente os ideais republicanos e democráticos. No entanto, a revolução não se sustentou por muito tempo, sendo sufocada pela monarquia. Seus principais dirigentes, entre os quais avulta Frei Caneca, foram fuzilados por ordem de Pedro I. Apesar disso, não deixaram de avolumar-se os protestos contra as regalias de que gozavam os portugueses, em detrimento dos filhos da terra. O ódio do povo se concentrava contra o Imperador, que simbolizava os restos ainda ameaçadores do colonialismo.

A 7 de abril de 1831, refletindo o imenso descontentamento existente no país, explodiu no Rio de Janeiro uma verdadeira insurreição popular que exigia a expulsão do monarca. Repudiado pelos brasileiros, Pedro I teve de abdicar e abandonar o Brasil.

Desta forma culminava realmente o processo da obtenção da Independência. Com o 7 de abril, as forças da conciliação sofreram um duro golpe, ainda que houvessem conseguido suster-se no poder. Pedro I não representava os sentimentos nacionais nem as justas aspirações dos brasileiros. Nunca foi o liberal que os escribas oficiais procuram apresentar, mas um reacionário absolutista. Tampouco foi o herói da autonomia política. Se bem que a tivesse anunciado e dirigido o Estado brasileiro, o fez com objetivos conciliadores e oportunistas, para impedir a emancipação radical do país. A Independência foi conquista do povo.

III

A separação de Portugal e a criação de um Estado independente significaram um avanço na evolução nacional. Descortinaram novos horizontes para o país. O destino da nação passara às mãos de brasileiros. Mas a autonomia alcançada fora apenas um passo adiante. A fim de consolidá-la impunham-se transformações econômicas e sociais de profundidade.

O caminho da afirmação da Independência seria o da adoção de medidas de caráter democrático-burguês, ou seja, a

superação dos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. A experiência indicava que, ao enveredar por este caminho, o país teria de avançar conseqüentemente. Do contrário estagnaria e regrediria. Era preciso, antes e acima de tudo, liquidar a escravidão e facilitar o acesso das massas trabalhadoras à terra. Simultaneamente, fazia-se mister desenvolver a indústria e os meios de comunicação. E também instituir um regime de amplas liberdades para o povo, a fim de multiplicar suas iniciativas e possibilitar a união das forças interessadas no progresso nacional.

Entretanto, as classes dominantes brasileiras (os senhores rurais escravistas, que eram também os maiores exportadores, e os grandes negociantes, em geral importadores) tomaram outro rumo. Conservaram e reforçaram o sistema escravocrata. Entre os anos de 1822 e 1850, quando foi extinto o tráfico negreiro, entraram no Brasil cerca de 1 milhão de escravos. A escravatura perdurou até 1888. A economia, essencialmente agrícola, continuou voltada para a exportação. O café se constituiu em seu produto predominante, enriquecendo os grandes fazendeiros. Para suprir as crescentes necessidades do Estado e cobrir os déficits orçamentários, os governantes recorreram aos empréstimos externos, que sempre acarretaram pesados ônus aos interesses do país. Em 1889, a soma dos empréstimos tomados à Inglaterra elevava-se a 70 milhões de libras esterlinas. No plano político, aquelas classes sustentaram a monarquia reacionária, que era um forma retrógrada de governo. Para a imensa maioria do povo foram negadas quaisquer liberdades. Em 1835, a pena de morte voltou a ser estabelecida para os escravos que se insurgissem ou cometessem ofensas físicas contra os senhores.

Ao orientar-se por tal linha de conduta, as classes dominantes não tinham em conta os interesses gerais da nação, mas os seus próprios interesses egoístas. Obcecadas por esta preocupação, não podiam acelerar o progresso econômico nem salvaguardar a independência nacional. Mesmo quando, mais tarde, surgiram portos, ferrovias, estaleiros, as primeiras indústrias e outras iniciativas, isto ficou em boa parte subordinado às conveniências do regime, da estrutura latifundiária-escravista, da monocultura exportadora.

Persistindo nessa orientação, o país não podia desenvolver-se plenamente nem assegurar sua soberania. Homens de

certa visão das classes dirigentes, como os Andrada, desde os primeiros momentos da Independência, haviam percebido o erro de tal caminho e sentido a necessidade de o Brasil enveredar pela senda progressista. Por isso, José Bonifácio declarava: "Sem a abolição do tráfico e a emancipação sucessiva dos escravos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional". E a propósito dos empréstimos externos, defendia as idéias de seu irmão Martim Francisco, ministro da Fazenda em 1824, que assim se expressava: "Os povos, quando querem ser livres, têm muitos recursos em si próprios; o Brasil resistiu a Portugal e prosperou sem empréstimos e jaz hoje no estado o mais calamitoso com eles". Sobre essas e outras questões essenciais, José Bonifácio preconizou medidas progressistas para a época que, infelizmente, ficaram no papel. Ele mesmo, um dos principais ou o principal articulador das forças conservadoras para a proclamação da Independência e a organização do Estado brasileiro, foi alijado do poder em 1823 pelas correntes mais reacionárias, lideradas pelo "Partido Português", e exilado.

Grandes forças sociais, em especial os elementos mais avançados da nação, opuseram-se à política reacionária. Defenderam os ideais republicanos e democráticos, insistiram sobre a necessidade de serem feitas modificações na estrutura econômica atrasada do país. Províncias inteiras foram abaladas por comoções revolucionárias. Embora revestissem características regionais e formulassem algumas reivindicações incongruentes para o país como um todo, as ações populares eram dirigidas fundamentalmente contra a centralização excessiva do poder monárquico, a favor da autonomia regional, do progresso econômico e social, de liberdades para o povo. A Cabanagem, no Pará; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul; a Balaiada, no Maranhão; a Sabinada, na Bahia; a Praieira, em Pernambuco, assim como outros movimentos, tiveram enorme significação na resistência ao poder centralista e retrógrado do Império. Prolongaram-se por mais de 15 anos — de 1833 a 1849. A revolução Farroupilha durou 10 anos. Concomitantemente tomaram impulso e adquiriram envergadura as lutas dos negros contra a escravidão. Em várias províncias, sobretudo nas do Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ocorreram importantes insurreições de escravos, os quais participaram em maior número e mais ativamente no processo revolucionário e democrático. Tal fato denota a ampliação da base social e

política da luta por transformações progressistas na sociedade brasileira. As forças monarquistas e conservadoras sufocaram essas revoluções populares, acusando-as de separatistas. Caxias tornou-se o carrasco-mor da repressão imperial. "Prefiro cometer uma injustiça a permitir uma desordem" — costumava dizer esse verdugo de patriotas e de escravos, considerando "desordem" toda luta do povo por seus direitos. A derrota dos referidos movimentos teve diversas causas. Foram dispersos, não puderam unir-se nacionalmente através de uma ação coordenada, de uma plataforma comum e de uma liderança clara e firme, em virtude da situação do próprio país.

Extraordinária importância na luta contra o escravismo e pela liberdade teve a Campanha Abolicionista que, além dos escravos mobilizou intelectuais, estudantes, líderes políticos e considerável massa popular. Figuras como as de Castro Alves, André Rebouças, Tavares Bastos, Luís Gama, Joaquim Nabuco e outras destacaram-se nessa Campanha. A abolição era reclamada como solução premente para impulsionar o progresso econômico e alcançar a democracia. Simultaneamente estendeu-se a luta pela República, na qual se salientaram as personalidades de Silva Jardim e Lopes Trovão, entre outras. O Império se assentava sobre a base latifundiário-escravista. Remover esta base significava solapar a monarquia e criar as condições para o estabelecimento do regime republicano.

Todas essas lutas desempenharam papel relevante. Contribuíram para a extinção da escravatura, a queda do Império e a proclamação da República. Trouxeram novos elementos de progresso e de cultura, sobretudo nas cidades que se expandiam. Mas não foram suficientemente poderosas para eliminar as barreiras antepostas ao desenvolvimento do país e garantir sua independência. Embora tivesse sido considerada abolida a escravidão, permaneceu intato o sistema do latifúndio. Para alijar os elementos republicanos mais radicais e resguardar os interesses dos barões do café, o Exército tomou a iniciativa de proclamar a República. O monarquista Deodoro da Fonseca colocou-se à frente das tropas para derrubar o Império. As Forças Armadas erigiram-se, de fato, no novo "Poder Moderador". Com a República, continuaram preponderando as forças conservadoras e antipopulares. A Constituição de 1891 fez prevalecer o regime econômico-social da grande propriedade territorial, reforçou as oligarquias estaduais e deixou sem di-

reitos a maioria do povo. Os governantes republicanos continuaram a reprimir violentamente as lutas dos camponeses, operários, soldados e marinheiros por suas reivindicações e seus anseios democráticos. Abriram ainda mais as portas do país ao capital estrangeiro e prosseguiram no caminho da tomada de empréstimos externos.

Em conseqüência, o Brasil, setenta anos após a conquista da autonomia política, não havia realizado as transformações de fundo indispensáveis à consolidação de sua Independência.

IV

No limiar do século XX, grave ameaça pesava sobre a soberania brasileira. O capitalismo na Europa e nos Estados Unidos entrara em sua etapa superior, o imperialismo. Um punhado de grandes potências, na disputa pelo controle das fontes de matérias-primas e o estabelecimento de esferas de influência, tinha dividido o mundo entre si. Submetia não apenas países atrasados, transformando-os em colônias, como também sujeitava nações formalmente independentes, através de uma rede de compromissos financeiros, diplomáticos e militares.

O Brasil se tornou um dos alvos da política rapace do imperialismo. Suas riquezas passaram, em proporções crescentes, às mãos dos monopólios estrangeiros. As estradas de ferro, os portos, a produção e distribuição de energia elétrica, bem como vários serviços públicos transformaram-se em propriedade dos trustes internacionais, em particular dos ingleses. O imperialismo, por sua própria natureza, tudo fazia para impedir a criação das indústrias de base e a capitalização de recursos internos essenciais ao fortalecimento da independência. Provocava, ao contrário, distorções na economia nacional e acentuava as desigualdades regionais. Explorava desenfreadamente a classe operária e as massas trabalhadoras. Obtinha lucros anuais duas e três vezes superiores ao capital investido, praticando verdadeiro saque do produto do trabalho dos brasileiros. Cobrava juros extorsivos pelos seus empréstimos, para os quais exigia garantias absurdas. Com a finalidade de preservar seus interesses, exercia cada vez maior influência na política dos governantes e se imiscuía na vida interna do país. Devido a isto o Brasil foi arrastado à I Guerra Mundial.

Patriotas como Eduardo Prado, Serzedelo Correia, Alfredo Ellis e Alberto Torres advertiram do perigo da subordinação ao imperialismo. Mas as classes dominantes não modificaram a sua política. A penetração imperialista concorria para a manutenção das forças reacionárias internas e favorecia seus interesses de exportadores de produtos agrícolas e importadores de manufaturados. Os prejuízos da balança comercial e do balanço de pagamentos, assim como o déficit orçamentário, onerados por empréstimos externos que vinham desde a Independência, eram pagos pelo povo, através das emissões inflacionárias, da rebaixa do câmbio etc. Em suma, conjugavam-se os interesses da reação interna com os do imperialismo. Ambos se sustentavam mutuamente.

A partir de 1930, os monopolistas dos Estados Unidos intensificaram sua atuação no Brasil. Desde então, vêm açambarcando os principais ramos da economia. Instalam filiais de seus trustes, visando a explorar a matéria-prima e a mão-de-obra baratas e arrancar o máximo de lucros dos seus investimentos. Apoderam-se das reservas minerais e de outros recursos, assim como de grandes extensões de terra. Utilizam a concessão de empréstimos como meio para obter novas e maiores vantagens sobre o comércio e a economia. Quanto mais cresce a dívida externa, mais submetido fica o país aos trustes ianques. Numeroso contingente de militares, funcionários e espiões norte-americanos, acobertados por diferentes siglas, infiltra-se na vida nacional, inclusive no aparelho do Estado.

O Brasil, pouco a pouco, perde sua precária independência. Durante anos esteve subordinado ao imperialismo inglês. Atualmente, é uma nação dependente dos Estados Unidos. Esta situação aparece camuflada. Os governantes são brasileiros e a nação goza de soberania formal. Na realidade, são os monopolistas estadunidenses e os círculos dirigentes de Washington que exercem o controle efetivo, direto ou indireto, sobre a economia e as finanças, influem de forma decisiva na política interna e externa do país.

Por sua vez, o sistema latifundiário torna-se mais obsoleto e prejudicial ao desenvolvimento das forças produtivas e ao progresso político e social. Em virtude do crescimento demográfico, aumenta a desigualdade na distribuição da propriedade territorial. Grandes massas camponesas, sem meios de subsistência, vêem-se marginalizadas. O êxodo rural avoluma-se,

engrossando o número dos sem-trabalho nas cidades. O monopólio da terra aparece mais claramente como um dos maiores flagelos.

O domínio do imperialismo e o sistema de latifúndio se constituem nos principais entraves ao progresso nacional, nos mais fortes pilares do atraso e da reação política. Na medida em que o imperialismo invade todas as esferas da vida brasileira e mais molesto se mostra o freio das relações semifeudais, acirram-se as contradições da sociedade. Mais fortes ainda se apresentam as aspirações de independência, liberdade e bem-estar.

Novas forças sociais e políticas entram em ação. A burguesia, particularmente na segunda década deste século, começa a projetar-se com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Uma parte faz aliança com o imperialismo. A outra parte, a burguesia nacional, se opõe em certa medida à dominação do capital estrangeiro. Com o crescimento das cidades, avolumam-se as camadas da pequena burguesia que reclamam modificações democráticas. Destaca-se sobretudo o aumento das fileiras do proletariado. Acontecimento de enorme importância, que marca o início da atividade independente desta classe, é a fundação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922. Este partido levanta a bandeira da revolução agrária e antiimperialista e com isso descortina uma nova perspectiva para a vitória da causa da independência e da verdadeira democracia. No plano internacional, com a Revolução Socialista de Outubro de 1917, surge um novo e poderoso aliado das forças progressistas em todo o mundo — o Estado Socialista de operários e camponeses, na Rússia.

A partir dos anos 20, as lutas do povo brasileiro atingem maior envergadura e se orientam mais nitidamente contra as oligarquias retrógradas e por transformações de cunho democrático. Sucedem-se vários levantes e movimentos armados, culminando, em 1930, com a derrubada do governo. O movimento vitorioso desaloja do Poder importantes agrupamentos das forças reacionárias e adota medidas de caráter democrático-burguês. Mas, dirigido pela burguesia em aliança com setores de latifundiários, não toca no monopólio da terra nem impede a penetração do imperialismo. Assim, os problemas básicos não são resolvidos. Surge, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora. Congregando amplas forças sociais sob a direção da classe

operária, esta organização de frente única propunha-se a barrar a ameaça fascista e encaminhar, com a implantação de um governo popular revolucionário, a solução dos problemas nacionais. A insurreição de novembro de 1935, dirigida pela ANL, é uma iniciativa histórica que objetiva resolver os problemas do povo e abrir caminho para a verdadeira emancipação do país. Com a derrota da revolução, as forças reacionárias instauram o Estado Novo, de caráter fascista. O Brasil vive um dos períodos mais sombrios de sua história e corre o risco de se converter numa colônia da Alemanha nazista. Mas, no curso da II Guerra Mundial, as forças populares e patrióticas desenvolvem poderosas ações de massas contra o fascismo e em defesa da democracia. É possível assim assestar golpes decisivos no Estado Novo, que vem abaixo com o término da II Guerra.

Embora obtendo algumas conquistas, o povo brasileiro não consegue desbaratar os setores mais reacionários das classes dominantes. As Forças Armadas, que haviam sido os suportes do Estado Novo, manobram, mantêm o poder e impõem um regime e uma política contrários aos interesses nacionais e populares. Mas, já então, as forças progressistas haviam adquirido mais influência. A classe operária, através do PC do Brasil, dirige importantes campanhas de massas contra o imperialismo norte-americano e a reação interna, tais como a da expulsão dos soldados ianques das bases do Nordeste, a do monopólio estatal do petróleo, a de defesa da Amazônia, pela reforma agrária e em prol dos direitos democráticos. Nesse processo de lutas, eleva-se a consciência nacional e o povo compreende ainda melhor que o imperialismo norte-americano se convertera no inimigo principal da nação. Nos primeiros anos da década de 60, o movimento democrático e antiimperialista toma grande impulso. Tanto pela extensão como pela profundidade, é o maior movimento de massas já realizado no Brasil. Em abril de 1964, o ascenso popular é contido pelo golpe militar contra-revolucionário. A burguesia nacional, que se encontrava no governo e dirigia a ação das massas, vacila e capitula. Contribui para a derrota a traição dos revisionistas que desarmaram, ideológica e politicamente, o povo em sua luta contra a reação.

Sob o governo dos militares agravam-se todas as contradições do país. As Forças Armadas passam a atuar abertamente como instrumento dos monopolistas dos Estados Unidos e de seus sustentáculos internos, como o executor principal da polí-

tica das classes dominantes e de seus amos estrangeiros. Instaura-se um regime do tipo fascistizante, que nega todas as liberdades do povo e persegue ferozmente os patriotas. Em conseqüência dessa política, cresce de forma assustadora a miséria da classe operária e das massas populares, em contraste com o enriquecimento sempre maior da ínfima minoria de privilegiados. A concentração fundiária se reforça e o latifúndio se expande sem limite. Torna-se avassaladora a dominação do imperialismo norte-americano. A Amazônia está sendo retalhada e entregue a poderosos grupos capitalistas internacionais. Jamais foi tão sério o perigo que paira sobre os destinos da nação, cada vez mais dependente dos monopólios alienígenas, particularmente dos Estados Unidos.

Mas, as forças populares e patrióticas, temporariamente derrotadas, sempre conseguem reerguer-se, reagrupar-se, elevar sua consciência e prosseguir na luta — tal a experiência histórica. As correntes reacionárias, sob o comando dos militares, julgam ter esmagado definitivamente o movimento progressista e democrático. Seus cálculos, porém, são falsos. O povo brasileiro se levantará inevitavelmente para derrubar o governo da reação e seu regime. Hoje, são imensas as forças sociais interessadas na revolução, reclamada imperativamente pelas condições subjetivas. O Brasil possui uma população de 100 milhões de habitantes. Conta com uma classe operária relativamente numerosa, com tradição e experiência de luta. No interior existe uma imensa massa de camponeses e trabalhadores rurais descontente e que demonstra cada dia maior combatividade. É extensa a camada pequeno-burguesa das cidades, onde cresce também a intelectualidade, que manifesta espírito revolucionário. Uma parte da burguesia sente-se prejudicada pela concorrência do imperialismo. São, por conseguinte, mais amplas e potentes as forças que se colocam objetivamente a favor das transformações nacionais e democráticas. As condições subjetivas também amadurecem rapidamente. O proletariado e seu Partido deram um salto qualitativo em seu fortalecimento político e ideológico. Isto é tanto mais importante quanto, na atualidade, unicamente sob a direção da classe operária é possível alcançar a vitória da revolução. Enquanto isso, as classes dominantes — os latifundiários e a grande burguesia ligados aos imperialistas norte-americanos — desvincularam-se da nação, tornaram-se traidoras, puseram-se a serviço dos opressores estrangeiros.

No mundo inteiro, a tendência predominante é a do avanço da causa emancipadora, democrática e socialista dos povos. O imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético não poderão conter a maré montante da revolução nacional e social que tem na China Popular e na República Popular da Albânia seus mais poderosos baluartes.

Desde a proclamação da Independência decorreu século e meio. E remontando ao sacrifício de Tiradentes transcorreram 180 anos. Nesse longo período, não cessaram as lutas entre as forças da revolução e do progresso e as da reação e do atraso. Milhões de brasileiros, destemidos patriotas, em diferentes fases, ocuparam seu posto de honra no combate pela independência, a liberdade e o bem-estar social. Sonharam com uma Pátria livre, digna de todos os seus filhos. Inúmeros deles deram suas vidas pela causa emancipadora. São incontáveis os que passaram pelas masmorras e cárceres da reação, sofrendo toda a sorte de violências físicas e morais. As páginas mais gloriosas da história brasileira foram escritas com o sangue desses heróis e mártires. As forças obscurantistas e retrógradas tudo fizeram e fazem para frustrar os anseios do povo e impedir o desenvolvimento independente da nação. Levantaram forcas, esquartejaram, fuzilaram, massacraram os verdadeiros patriotas. Espalharam pelourinhos, cárceres, calabouços e masmorras pelo país inteiro para castigar os combatentes populares. Em defesa de seus mesquinhos interesses de classe, aliaram-se aos piores inimigos da Pátria. Foram incapazes de salvaguardar a soberania nacional e de levar o Brasil a seu justo destino. A expressão mais acabada de sua política antinacional, de seu ódio à liberdade, é a atual ditadura militar que oprime e avilta a nação.

Por isso, as comemorações do sesquicentenário da Independência apresentam características distintas. As forças da reação, tendo à frente os generais fascistas, celebram a data exaltando o nome de Pedro I, que mandou matar patriotas e procurou evitar, através da conciliação com Portugal, a completa emancipação política. Aparecem de braço dado com os velhos colonianistas portugueses que, hoje, tentam, a ferro e fogo, esmagar o movimento de libertação dos povos da Guiné, de Angola e Moçambique. Enquanto promovem festejos pela passagem do 7 de setembro, os generais continuam assassinando e torturando patriotas, pisoteando os direitos democráticos, esfomeando os trabalhadores, conspurcando a cultura, abrindo

as portas do país à espoliação imperialista. E se preparam para desempenhar o papel de gendarme do imperialismo norte-americano contra os povos irmãos da América Latina, a exemplo do que fizeram quando, em 1965, ajudaram a reprimir as lutas do povo dominicano.

As forças populares e patrióticas comemoram o sesquicentenário da Independência política erguendo bem alto a bandeira da luta revolucionária pela liberdade e a emancipação nacional, combatendo sem tréguas o regime ditatorial, reivindicando a solução radical do problema agrário, defendendo a cultura nacional e o bem-estar do povo. Reverenciam a memória dos heróis e dos mártires da luta pela Independência, a Abolição e a República, dos patriotas que tombaram pugnando contra o imperialismo e a reação, dos democratas assassinados pelo governo militar. Homenageiam e enaltecem a todos os que sacrificaram suas vidas em prol da liberdade e da felicidade do povo. Inspiradas nos exemplos de bravura de seus antepassados gloriosos, celebram o aniversário da proclamação da Independência empenhando-se em todas as forças de resistência ao regime atual, entre as quais se destaca a luta armada iniciada no sul do Pará que traz esperança e alento a todos os que aspiram a uma nova vida para o Brasil.

O povo brasileiro está no pórtico da vitória. Suas forças se multiplicam, suas idéias se tornam mais claras, seus objetivos ficam mais nítidos. Ao superar as dificuldades e ao enfrentar a ferocidade de seus algozes, põe à prova seus predicados de coragem, inteligência e determinação. Sente cada vez mais a necessidade de união para tornar vitoriosa a sua luta revolucionária. Está decidido, mais do que nunca, a cumprir a sagrada e urgente tarefa de liquidar o regime dos generais fascistas e conquistar a verdadeira emancipação nacional.

No sesquicentenário da Independência, brilhantes são as perspectivas de triunfo.

Em memória de Frei Caneca

(*A Classe Operária*, 1974)

A 13 de janeiro de 1825 — faz exatamente 150 anos — morria fuzilado em Recife, por ordem terminante de Pedro I, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, grande herói da luta do povo brasileiro pela independência do jugo colonial português, eminente figura de nossa intelectualidade revolucionária, nacionalista.

As classes dominantes relegaram-no ao esquecimento. Chegaram mesmo a escarnecê-lo como fez o ditador Médici, em 1972, ao mandar passear pelas ruas das capitais dos Estados os ossos de Pedro I. Nossos pseudo-liberais temem falar sobre ele. Em contraste, o proletariado revolucionário exalta a sua memória como um dos mais admiráveis exemplos de combatente da causa da libertação nacional e da soberania popular. Raros, como ele, revelaram tal grau de rebeldia militante contra os opressores do país e do povo, tanta intransigência em face dos inimigos, tamanho destemor perante a morte. As lições de sua vida e de sua luta são fontes perenes de inspiração para todos os patriotas e democratas, conservam bastante atualidade.

Frei Caneca nasceu na capital pernambucana, em 1774, quando no mundo feudal surgiam e se desenvolviam as idéias burguesas de emancipação política, os conceitos de pátria e de nação, e quando, em terras brasileiras, sob o domínio de Portugal, brotavam os fermentos da autonomia. Era de origem humilde. O apelido que o honrava adveio do fato de, na infância, ter ajudado o pai, um tanoeiro, vendendo canecas. Certamente, por vocação religiosa e pelo desejo de estudar, ingressou na Ordem dos Carmelitas. Naquele tempo, e durante dezenas de

anos depois, a Igreja Católica monopolizava a cultura na colônia. Para instruir-se e ascender socialmente, os moços das camadas mais pobres da oprimida e acanhada sociedade colonial deviam ordenar-se frades ou padres. Outro recurso era ir estudar em Coimbra, o que só os filhos dos grandes proprietários e senhores de escravos podiam fazer. No entanto, não foi a confissão religiosa que converteu, desde os albores do século XIX, o jovem Frei Caneca num ardoroso partidário da independência do Brasil e dos direitos do povo. Ao contrário, a Igreja, como instituição reacionária, além de possuir muitas propriedades e riquezas, sempre esteve umbilicalmente ligada às classes dominantes, sustentou-a por todos os meios. A verdade histórica é que, nas jornadas de 1817 e 1824 — as primeiras gloriosas tentativas de nossa revolução nacional e democrática — Frei Caneca e a brilhante falange de seus companheiros, a maioria de procedência igualmente humilde, não representavam na revolução, de maneira alguma, o clero, e sim as forças radicais da sociedade brasileira. Pertenciam à intelectualidade revolucionária, camada mais avançada da luta libertadora. Eles sentiram, como ninguém, o quanto era intolerável o domínio da metrópole portuguesa, o quanto pioravam as condições de vida do povo. Simultaneamente, recebiam a influência das novas idéias revolucionárias e tomavam conhecimento da vitória da Revolução Francesa de 1789, dos movimentos emancipadores dos Estados Unidos, da América Espanhola, do Haiti. Daí a decisão de empunhar com valentia a bandeira da autonomia nacional e das reivindicações liberais burguesas. De modo coerente, passaram a integrar a ala radical do "Partido Brasileiro", da união das correntes patrióticas favoráveis à independência, ala que pregava a liquidação da dinastia dos Bragança, sem regateios nem conciliações prejudiciais à nação.

Em 1822, depois do famoso grito do Ipiranga e do acordo que permitiu a Pedro I aparecer à frente do novo Estado Nacional, a linha da intelectualidade nacionalista, oriunda do clero pobre, chocava-se com a da Igreja oficial. Enquanto esta, já aderida à situação criada, acusava Frei Caneca de indisciplina e sustentava que a autoridade de Pedro I tinha origem divina, ele respondia, denunciando as manobras traidoras do régulo, seu absolutismo e proclamando que a única e verdadeira fonte do poder é o povo.

Não apenas como pensador, mas também por suas qualidades políticas e organizativas, Frei Caneca destacou-se dentre todos os seus companheiros e contemporâneos. Junto com os padres João Ribeiro, Roma, Miguelinho, Mororó e dezenas de outros, foi um dos dirigentes da Revolução de 1817, quando pela primeira vez esteve em mãos de patriotas brasileiros o poder no país. Ao sobrevir a derrota, se bem que não tivesse sido enforcado ou arcabuzado, como alguns daqueles dirigentes, padeceu inomináveis torturas e ficou encarcerado na Bahia até 1821, sob a acusação de ter conclamado o povo à guerra revolucionária e organizado guerrilhas. Efetivamente, assim procedeu, expressando opiniões como as que seguem: "Quando a pátria está em perigo, todo cidadão é soldado, todos devem se adestrar nas armas para rebater o agressor. Não é bastante, que na ocasião do aperto maior, saiam de suas casas com algumas pistolas ou facas, ou outras quaisquer armas, sem disciplina, sem ordem, sem chefe hábil nos negócios da guerra; tal estado de coisas só pode causar a confusão e a desordem. O tempo é de atropelo, devem vosmecês atropelar também a economia de suas ações?" Não sem motivo, tornou-se conhecido, desde então, como o "frade guerrilheiro".

As posições combativas, revolucionárias, nortearam toda a sua vida. Libertado, voltou logo a Pernambuco para participar da deposição das autoridades coloniais e da instauração de um governo provisório provincial até que, no plano nacional, a Assembléia Constituinte, já convocada, indicasse os verdadeiros rumos do novo Estado e da Nação. Ao saber que Pedro de Bragança se entronizara como Imperador do Brasil, condicionou seu apoio a esse governante à exigência de que prevalecesse, na Constituição que se elaborava, a vontade soberana do povo. Com tal objetivo, fundou, em fins de 1823, o jornal *Tifnis Pernambucano*. Defendia a instituição de um regime constitucional, representativo, capaz, segundo ele, de assegurar a independência recém-conquistada. Afirmava que a unidade nacional devia ser baseada na autonomia das províncias, de acordo com as tradições brasileiras e como demonstrava a experiência positiva dos Estados Unidos da América do Norte. Considerava indispensável que o Brasil se constituísse numa federação, unida pelos interesses e pelos sentimentos do povo de todo o país. Percebia que a nação, apesar de jovem, já possuía fortes laços de solidariedade e condições para sobre-

viver e progredir, percepção que, ainda hoje, certos elementos ditos progressistas não alcançaram. Embora jamais tivesse acreditado no liberalismo de Pedro I, mostrou-se disposto a aceitar o regime monárquico, contanto que a autonomia das províncias fosse preservada, assim como respeitada a soberania popular. Por isso, a dissolução pela força da Assembléia Constituinte encontrou de sua parte firme repulsa. E ao ser informado da imposição da Carta Constitucional, elaborada nos corrilhos palacianos, conferindo todos os poderes a Pedro I, escreveu, indignado, a um amigo: "Não admitimos mais imposturas, conhecemos o despotismo, vamos decepá-lo",

A Confederação do Equador, de 2 de julho de 1824, teve em Frei Caneca seu principal cérebro, seu autêntico fundador. A República sonhada englobaria as províncias do Norte, as quais ficariam unidas por uma Constituição, cujas bases ele publicara em seu jornal, na véspera da Revolução. Neste projeto de Lei Magna, propôs enfaticamente a liberdade política, a igualdade civil, todos os direitos inalienáveis do homem. Estabeleceu itens relativos à liberdade de imprensa e de opinião. Destacou especialmente, a abolição da escravatura nos seguintes termos: "Todo homem pode entrar a serviço de outro pelo tempo que quiser, porém não pode vender-se, nem ser vendido". O conteúdo de seu ideário era nitidamente burguês, democrático. Não obstante pareceu muito radical, bastante avançado para aquele período.

Mas a Confederação do Equador só conseguiu o apoio das províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Sem a adesão das demais, sobretudo da Bahia, cujo movimento popular revelara pujança e combatividade na luta contra as tropas do general português Madeira, a nova República duraria pouquíssimos meses. De seu lado, o governo imperial tomara incontinenti medidas para debelar a revolução a ferro e fogo. Cercado por terra e por mar, o governo confederado não pôde manter-se. A derrota deveu-se, fundamentalmente, a certas condições internas adversas, da época, ao profundo atraso do país. Diferentemente dos Estados Unidos, onde vencera a Revolução da Independência com sentido democrático, no Brasil existia ainda um forte sistema feudal-escravista, que não deixou surgir nem florescer um núcleo numeroso de colonos livres. Os centros urbanos brasileiros eram então bastante débeis, distantes e dispersos. Além disso, a revolução não

interessou direta e profundamente ao grosso da massa de escravos. Posto que condenasse formalmente a escravidão, não pretendia aboli-la imediata e radicalmente, mas sim de modo gradual. Em suma, por não terem compreendido a importância da participação da grande maioria da população escrava na luta pela independência, os líderes do movimento emancipador de 1817 e 1824 fatalmente seriam esmagados pela reação feudal e escravocrata.

Frei Caneca não cedeu facilmente. Julgou encontrar no interior de Pernambuco condições políticas e topográficas propícias à continuação da luta. Como não podia deixar de ser, enveredou pelo caminho da resistência armada, recorrendo ao método da guerra de guerrilhas. Mas quase tudo lhe foi hostil. Até uma tremenda seca contribuiu para obstar-lhe os planos. Sua colunas rarearam cada vez mais diante das dificuldades. Havia defecções dos que não tinham igual confiança na vitória. Mesmo sem recursos, passando fome, rompeu diversos cercos, travou alguns combates com vantagens e penetrou no sertão do Ceará, em busca de apoio. Só a 29 de novembro, em decorrência da situação insustentável em que se achava, aceitou a proposta de rendição formulada pelo comandante das tropas imperiais, em troca do respeito pela vida dos guerrilheiros e do compromisso de que o governo não faria vinditas.

Dessa forma, veio a cair nas mãos de Pedro I o mais intrépido defensor da causa emancipadora e democrática, o patriota que a reação mais temia e odiava. A Justiça Militar, nomeada a propósito pelo Imperador, empreendeu de imediato seu julgamento sumário. Frei Caneca não procurou justificar-se, pessoalmente; sustentou com bravura suas idéias, seu direito a promover a revolução; não claudicou nem se prestou a qualquer compromisso com os inimigos da pátria e do povo. Compreendia que Pedro I queria vê-lo rápida e severamente castigado para exemplo dos que se atrevessem a levantar-se contra a tirania. Seu comportamento altivo e digno, contribuiu para desmascarar o não cumprimento da promessa de que os prisioneiros teriam suas vidas poupadas. O desassombrado lutador deveria morrer na forca — tal a decisão dos juízes militares, antecipadamente tomada.

Longe de ficar abatido, Frei Caneca, em virtude de sua fibra moral e de suas profundas convicções, revelou-se mais animoso do que nunca. O desprezo pela morte, a consciência

de cumprir em qualquer circunstância seu dever de patriota, de sacrificar a vida pelo bem comum, forjaram nele um dos mais belos e íntegros caracteres de homens públicos populares que registra a história brasileira. Cantou tais sentimentos em versos como estes: "O Patriota não morre:/ Vive além da eternidade;/ Sua glória, seu renome,/ São troféus da humanidade." Pouco antes de ser fuzilado, ainda compôs outro poema que diz: "Tem fim a vida daquele/ Que a pátria não soube amar;/ A vida do patriota/ Não pode o tempo acabar".

O episódio final do seu suplício mostra até que ponto ia a sanha da repressão. A agonia arrastou-se praticamente por três dias, nos quais sua figura se agigantou pela coragem, ao passo que a dos seus verdugos se amesquinhou pela crueldade. Desde o dia 10 de janeiro se haviam iniciado os preparativos para o enforcamento. Mas, nesse instante, a Igreja resolveu interceder junto a Pedro I em favor da vida do condenado, solicitando que a pena capital fosse comutada em prisão. O Imperador, além de recusar, ameaçou. A Igreja desistiu. Dia 13, pela manhã, já no patíbulo, ele foi submetido à degradação canônica, isto é, despido de seus hábitos religiosos e da condição de frade. Entretanto, o preso comum destinado a colocar-lhe o laço no pescoço, negou-se a fazê-lo. Ali mesmo foi pisoteado, surrado. Outros dois presos comuns convocados para a mesma bárbara função, também não a aceitaram. Diante disso, o representante de Pedro I, brigadeiro (como então se chamava ao general) Lima e Silva, optou pelo fuzilamento. Entrementes, Frei Caneca, que fora despertado do sono em que estava mergulhado para subir ao patíbulo, continuava sereno, procurando falar ao povo e auxiliar os carrascos a terminarem com a execução. Até que o ato infame se consumou.

A 150 anos do holocausto do grande herói popular, cumpre às forças revolucionárias não apenas homenageá-lo como compreender o sentido de suas idéias e de sua luta, assim como continuá-la nas novas condições históricas. Nesse período, ocorreram enormes transformações no mundo e em nosso país. O socialismo venceu em alguns países e avança vitorioso, enquanto o capitalismo está apodrecendo. As contradições sociais e políticas se aguçaram. No Brasil, as forças que se opõem ao progresso, à democracia e à independência nacional já não são senhores de terras e escravistas junto com o colonialismo português, mas sim os latifundiários e a grande burguesia associada

ao imperialismo, sobretudo ao norte-americano. Por outro lado, as forças interessadas na revolução são outras, muito mais poderosas. O papel que representam é também diverso do daquele tempo. Agora, apenas uma parte da burguesia, a não-ligada aos interesses estrangeiros e à reação, pode participar da revolução, mas não encabeçá-la. Tampouco a intelectualidade progressista, inclusive a provinda do clero, tem condições de ser a vanguarda revolucionária. A direção da revolução cabe ao proletariado, através de seu partido marxista-leninista. Nessas circunstâncias, o caráter nacional e democrático da revolução, embora permaneça formalmente o mesmo, ganhou um novo conteúdo. Sob a liderança da classe operária e na base da aliança operário-camponesa, ela será inevitavelmente vitoriosa e abrirá caminho para o socialismo.

Todavia, muitas das idéias e das medidas expostas e propugnadas por Frei Caneca têm atualidade, estão na ordem do dia. Igualmente, o caminho revolucionário, a luta armada, e a intransigência que preconizou e revelou são fundamentalmente os mesmos que hoje devemos trilhar e praticar no combate para pôr abaixo a ditadura militar e varrer com a dominação do imperialismo estadunidense.

Honra e glória eternas ao grande precursor da luta do povo brasileiro pela independência e pela democracia!

Sobre o Araguaia

(Intervenção no debate no Comitê Central, julho de 1976)

Camaradas:

O debate, ao nível do CC, da experiência da luta guerrilheira do Araguaia dará, segundo penso, os resultados que todos almejamos. Sem dúvida estamos tardando demasiado a tirar as lições fundamentais que dela dimanam. As condições políticas atuais, de desenfreada perseguição aos patriotas, bem como nossa inexperiência e outras debilidades, vêm dificultando e retardando o esforço nesse sentido. Mas, se quisermos ficar à altura de nossos deveres, temos de empreender, sem maiores dilações, a avaliação crítica e autocrítica dessa luta.

O informe do camarada J. serve de base para a discussão. Agora compete a cada um, conforme sua capacidade, apreciar a verdadeira significação, para o movimento popular e para o Partido, dos resultados dessa façanha, do imenso sacrifício de um pugilo de companheiros. No Brasil, o problema do caminho revolucionário para livrar o povo da exploração e da opressão tem sido dificílimo. E a determinação de palmilhá-lo tornou-se a pedra de toque das diferentes forças revolucionárias, em especial das marxistas-leninistas. Em torno do caminho, da concepção e do método da luta armada sempre surgiram grandes divergências. O caráter revolucionário de nosso Partido, sua linha política, seu comportamento, sempre foram aferidos pela posição assumida em face da luta armada e pela maneira de procurar concretizá-la. A fidelidade dos marxistas-leninistas a essa idéia e o esforço para fazê-la triunfante os distinguem de todos os demais agrupamentos populares. Isso determinou a rutura com os revisionistas contemporâneos, principalmente com o bando de Prestes. Não por acaso, a bandeira da insurreição

popular de novembro de 1935 serve atualmente de parâmetro para a atividade dos comunistas. É essa bandeira que hoje devemos erguer com maior força e audácia, se quisermos libertar definitivamente o povo brasileiro e nos tornar os verdadeiros dirigentes da revolução no país.

A experiência do Araguaia, pelo que entendi, apresenta aspectos bastante positivos. Ressalto, antes de tudo, a firme decisão do CC em realizar a tarefa que aprovou, de implantar, em algumas áreas do mais remoto interior brasileiro, dezenas de camaradas que demonstraram disposição de suportar todos os sacrifícios, a fim de prepararem e desencadearem a luta armada. O devotamento desses camaradas e o heroísmo de que efetivamente deram provas são motivo de legítimo orgulho para o nosso Partido, merecem justa e devida valorização. Destaco também a escolha da área, que nas condições atuais do país se revelou propícia à nossa estratégia. Apesar de sua baixíssima densidade demográfica e de não possuir nenhuma tradição política nem organizativa de massas, oferecia excelente posição para a defesa. Considero igualmente importante que, após o surgimento da luta armada, os camaradas da guerrilha se tivessem empenhado na conquista das massas e conseguido sensibilizá-las num grau elevado, ganhando sua simpatia e, mesmo, o apoio ativo de alguns camponeses pobres. Mais significativo ainda foi o fato de terem organizado alguns núcleos da ULDP na base de um programa que contém as reivindicações mais sentidas dos moradores da região. Tanto esse programa como a organização dos referidos núcleos refletem o esforço para vincular-se às massas e fazê-las jogar papel político, para mobilizá-las no sentido de sua emancipação. Além disso, os camaradas preocuparam-se em fazer propaganda das idéias da luta pela liberdade, pela independência nacional, propondo a união do povo brasileiro para a derrubada da ditadura militar-fascista. Dessa forma, procuraram interpretar os anseios de amplas forças sociais e políticas no plano nacional, não se constituindo, portanto, como mais um grupo sectário, isolado, ou regionalista. E ao se sustentarem em armas por um período tão longo, apesar da superioridade e da ferocidade do inimigo, provaram que sua capacidade combativa, seu nível de consciência e de organização e sua determinação estavam muito elevados. Deram, assim, a medida do que será possível realizar a fim de ampliar e levar adiante a resistência armada popular, de acordo com a

orientação do Partido. E isto tudo feito com armas precárias, com recursos pequeníssimos. A experiência do Araguaia representou, inegavelmente, uma tentativa heróica para criar uma base política e dar continuidade ao processo revolucionário, sob a direção de nosso Partido. Tinha em vista formar uma sólida base de apoio no campo e desenvolver o núcleo de um futuro exército popular, poderoso, capaz de vencer as forças armadas a serviço das classes dominantes e do imperialismo ianque.

Não obstante, continua sendo difícil para nós avaliar todo o significado da luta armada no Araguaia. Qual de fato seu alcance histórico? Deu os resultados que dela se esperava? Compensou o sacrifício dos camaradas que lá morreram, dos melhores que contávamos?

Onde quer que a notícia do notável feito tenha chegado, suscitou admiração, simpatias, apoios. Em nossas fileiras acendeu entusiasmos, esperanças. É que a luta armada do Araguaia testemunhava de modo eloqüente que o PC do Brasil é o abandeirado da liberdade e da independência nacional, inimigo ferrenho da ditadura militar-fascista, conseqüente defensor da democracia para as massas populares. Entre as correntes patrióticas do país e os nossos amigos do estrangeiro, o acontecimento foi saudado com júbilo, com manifestações de expectativa favorável. Quanto às repercussões entre os inimigos, basta ver como se mobilizaram para liquidar no nascedouro a luta armada, impedir qualquer divulgação sobre a guerrilha e perseguir sem piedade todos os que a auxiliassem.

Esse, digamos, o sentido mais geral, político, do significado do Araguaia. Não há dúvida, teve o valor de uma iniciativa histórica. Representou um esforço abnegado, de sangue, para abrir caminho ao impasse em que vive o país, indicando ao povo os rumos de sua luta.

Entretanto, é preciso enfrentar a dura realidade. A luta iniciada a 12 de abril de 1972, com todo o heroísmo que conhecemos, e que se manteve organizadamente até fins de 1973 ou princípios de 1974, deixou praticamente de existir como tal a partir desse período. A terceira campanha do inimigo, de princípios de outubro de 1973, conseguiu em menos de três meses dispersar os destacamentos guerrilheiros, dizimar a maior parte dos combatentes e até mesmo atingir e desmantelar a

Comissão Militar. A direção do Partido nas cidades perdeu o contato com os camaradas do sul do Pará e atualmente não sabe quantos deles sobreviveram, ou se sobreviveram.

Há dois anos, o CC e o Partido se acham em compasso de espera, confiando que alguma notícia ou informação venha desfazer as dúvidas sobre o destino dos camaradas que se encontravam no Araguaia, sobre o fim ou não da luta guerrilheira. Qual é, verdadeiramente, a situação da guerrilha atualmente?

O camarada J. reconheceu que a guerrilha sofreu uma derrota, mas temporária. Supõe, ao que parece, possível retomar a luta iniciada em abril de 1972, se bem que não esclareça se com os mesmos elementos e fatores, ou se com outros, novos. Julgo que o camarada J. não tem razão. Se examinarmos a derrota do ponto de vista dos objetivos estratégicos e táticos traçados pelo Partido e justificados pelo camarada J., a derrota do Araguaia não pode ser considerada temporária. Que objetivos eram esses? Primeiro, conflagrar a área; segundo, libertá-la; terceiro, convertê-la, com o tempo, numa sólida base de apoio. Portanto, não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu uma derrota completa, e não temporária. Infelizmente, o CC tem de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heróica travada por nossos camaradas foi o revés. E mesmo que consigamos retomar o processo armado iniciado em 1972, o lapso se tornou tão grande, as condições se apresentam de tal modo distintas, etc., que essa retomada não será no mesmo nível nem se identificará com o processo anterior, embora os personagens possam ser os mesmos — mata, massas, Partido e tropas inimigas. É preciso, pois, admitir praticamente o início de outro processo, conquanto beneficiado pela experiência anterior, dolorosa e que queremos seja útil.

Que causas foram responsáveis por essa derrota? Como analisa outros aspectos da preparação da luta o camarada J.? A meu ver, o informe do camarada J. não responde cabal e satisfatoriamente a isso. Em certos pontos é, inclusive contraditório. Diz que o principal erro foi ocasionado pelo fato de a guerrilha haver concentrado suas forças, ao invés de dispersá-las. Ou, ainda, de não ter procurado expandir a base guer-

rilheira, e sim restringi-la. E isto depois de a guerrilha haver conseguido êxitos da ordem de 100% até outubro de 1973. Acrescenta que os golpes sofridos durante a terceira campanha poderiam ter sido evitados se a Comissão Militar não cometesse as faltas mencionadas. Adianta também que manifestou-se subestimação do inimigo, pois a tática usada por este nos surpreendeu. Aliás, esclarece o camarada J., quando o inimigo mudou de tática, inflingiu-nos a derrota. Quer dizer, enquanto o inimigo aprendia e adaptava-se à situação criada, os destacamentos guerrilheiros não procederam da mesma forma. Ao referir-se ao trabalho de preparação, inclusive em outras áreas subordinadas ao CC diretamente, explica que já houve um relato objetivo sobre o citado trabalho, deixando de formular qualquer crítica ou de esclarecer por que essas áreas não corresponderam ou não foram levadas em conta. Ao tratar do aspecto propriamente político, assegura apenas que o desencadeamento da luta armada se deu em condições favoráveis porque aparecemos como vítimas. Fica nisso. Não analisa, sequer sumariamente, a conjuntura nacional de princípios de 1972, que não era nada favorável, nem examina a situação do Partido, tanto naquela fase como posteriormente. Entre parênteses, conviria falar do que realizou o conjunto do Partido, o que fez também cada um de seus militantes em apoio à preparação e à luta no Araguaia. Isto requereria talvez um informe especial, pois não será suficiente afirmar que o Partido não se encontrava à altura nem que o inimigo nos colheu de surpresa com seu ataque, ou que se fez o máximo que era possível em solidariedade aos camaradas em armas. O fato é que o inimigo desferiu pesadíssimos golpes sobre as organizações partidárias das cidades e blasonou ter, assim, isolado grandemente a guerrilha. Nossas iniciativas, embora justas e oportunas, foram muito limitadas, aquém mesmo das possibilidades e necessidades. Quem sabe, num balanço mais completo, com a contribuição do conjunto, o papel do Partido venha a ser ainda melhor avaliado? O camarada J. tampouco comenta a situação do movimento camponês, nem mesmo o do sul do Pará, o que nos parece muito significativo. Finalmente, entre os erros e deficiências que, após o início da luta, se tornaram mais evidentes, o camarada J. enumera o da não-construção de refúgios, o do não-correto aproveitamento dos elementos de massa na guerrilha, o da falta de uma rede de informações, o da precariedade de uma

rede de comunicações, o da ausência de Partido na periferia, e outros.

Ao abordar de passagem os motivos desses erros e deficiências, o camarada J. diz que os mesmos "se devem a algumas concepções em nosso meio e à nossa falta de experiência militar". Nessas concepções incluiu também a subestimação do inimigo. Entretanto, nada esclarece sobre o tipo de tais concepções, sua natureza, sua origem. Simplesmente ignora o afã, manifestado por mais de um camarada, de saber por que foram cometidos esses erros, que não podem ser atribuídos à Comissão Militar nem a questões de tática. Por isso, o camarada J. diz que a derrota foi temporária e que a mesma não desqualifica o caminho trilhado na preparação e no desencadeamento da luta armada no Araguaia. Ao contrário, a seu ver, a experiência do Araguaia, no fundamental, é válida; o Partido deve prosseguir trabalhando nessa base, dadas as atuais condições brasileiras. Nela admite somente ligeiras variações, embora concorde com a possibilidade de virem a aparecer novas experiências no esforço de efetivar a guerra popular.

Examinemos mais detidamente essas opiniões expendidas pelo camarada J. Segundo penso, a concepção, a idéia geral, que presidiu a preparação e, a seguir, a deflagração da luta, bem como a própria luta no Araguaia, foi a de, a partir de um dado momento, julgado o melhor pela Comissão Militar, converter o núcleo de camaradas implantados e organizados em destacamentos guerrilheiros, no estopim de um movimento armado que se expandiria paulatinamente e abarcaria, ao fim e ao cabo, todo o país. Baseados nessa concepção é que trabalhamos desde 1966-67. A coisa começou pela escolha de áreas adequadas onde seriam fixados os camaradas, que para lá se dirigiam voluntariamente, mas devidamente selecionados e advertidos. A princípio houve empenho para o trabalho de implantação em três áreas contíguas, mas por motivos de segurança, de falta de confiança, ou por outros motivos, a preparação acabou limitada a uma só área, cujo fundo, no entanto, era imenso, praticamente assegurando tranqüilidade quanto à retaguarda. Para essa área tudo convergiu, tudo se subordinou. Nela seriam colocados, cuidadosamente, os camaradas adredemente escolhidos, mas voluntários. A quantidade do contingente fixado sempre foi mantido em segredo. Mediante o treinamento militar intensivo e prioritário, o conhecimento do ter-

reno, a capacitação ideológica e política, o estudo dos problemas locais, etc., esses camaradas se transformariam, num prazo determinado (de acordo com o critério da Comissão Militar) num pequeno agrupamento guerrilheiro — célula-máter do exército popular, do fortalecimento do Partido, da libertação do país, etc. A configuração desse agrupamento já correspondia à de um exército em miniatura, dirigido pela Comissão Militar do CC, a qual se deslocara para a área, e nela concentrara sua atividade. Em relação às massas locais, o critério foi o de travar amizade com elas, conhecer seus problemas, prestar-lhes assistência. Cada camarada devia aparecer como pessoa amiga, séria, trabalhador, mas que não falava por nada do mundo em política ou coisa que o valha. O trabalho dito de massas consistia em servir ao povo por meio de assistência médica e farmacêutica, da ajuda dos mutirões e em outras atividades desse tipo. Na medida em que a situação dos moradores era estudada e seus problemas conhecidos, tinha-se em vista formular um programa que, no entanto, só devia ser dado ao conhecimento do povo e do país após a deflagração da luta, como aliás aconteceu. Nem sequer a Comissão Executiva dele soube de antemão, dado o estrito segredo em que era mantido o trabalho na área. Quanto ao Partido, como organização, aparecia formalmente através do trabalho da Comissão Militar. Nem na periferia foi estruturado, muito menos na área, por precaução. Os comunistas que lá estavam ficaram enquadrados militarmente e deviam antes de tudo preocupar-se com sua preparação para se transformarem em guerrilheiros, combatentes. No âmbito nacional, cabia ao Partido principalmente selecionar militantes e quadros destinados à guerrilha na área prioritária. Não foi fácil enviar esses militantes, atender os insistentes pedidos da Comissão Militar e preencher o número de camaradas julgado ideal. Apesar disso, houve organizações regionais que fizeram o máximo para cumprir seu dever, já que o fundamento da argumentação era de que do cumprimento dessa tarefa dependia o futuro do Partido. Em princípios de 71, quando a Comissão Militar julgou estar bem próximo o momento da explosão da luta (propagou-se a imagem da mulher gestante que ao cabo de 9 meses deve parir a criança), o CC reuniu-se e adotou uma série de medidas relacionadas com o desencadeamento da luta armada para curto prazo. Entre as mais importantes dessas medidas, houve a que decidiu atribuir aos companheiros dirigentes que se encontravam na área do

Araguaia (então só conhecida como "prioritária") a tarefa de criar condições para lá instalar o resto da direção que permaneceria nas cidades enquanto não houvesse as referidas condições. A parte do CC nas cidades devia dar o máximo de apoio ao trabalho desenvolvido pela direção da área prioritária. As comunicações entre as duas direções dependeriam, como dependeram, da iniciativa e da responsabilidade da Comissão Militar. Em suma, tudo se condicionou ao êxito da luta armada que se preparava no Araguaia. Do ponto de vista político, os motivos e a decisão para o desencadeamento da luta também ficariam sob a responsabilidade da Comissão Militar. As Forças Guerrilheiras seriam o braço armado do Partido em desafio à ditadura militar-fascista. A bandeira política, embora de amplo sentido democrático e libertador, devia ser arvorada assim que se iniciasse a luta, que se daria por meio de uma ação de repercussão nacional. As contradições sociais e políticas da área, as motivações locais, deveriam apenas respaldar a ação nacional; serviriam para atrair as massas da área e incorporá-las à luta, no processo.

Repito: essa, em síntese, me parece ter sido a concepção que presidiu a preparação e terminou sendo aplicada na luta armada do sul do Pará. Mas, a partir de abril de 1972, ou pouco antes, que aconteceu? Apesar de todo o sigilo da preparação, esta foi denunciada e descoberta. O inimigo resolveu imediatamente liquidar os núcleos guerrilheiros através de uma investida de surpresa. A eventualidade estava prevista. Como, porém, reagiu a Comissão Militar? O camarada J. coloca a questão em termos de opção, entre abandonar a área e resistir. A opção foi pela resistência. Isto foi bom, acrescenta o cam. J., porque aparecemos como vítimas. Mas não esclarece quais os objetivos imediatos e futuros perseguidos por essa resistência. E não o faz porque tais objetivos estavam de há muito fixados. Quero dizer que, na realidade, essa resistência já havia sido decidida com antecedência, decorreu de toda a concepção do trabalho realizado: do número de elementos dispostos na área, de sua organização, do plano geral de luta. A concentração das forças e a centralização do comando eram parte integrante e fundamental dessa concepção. Em virtude de tal preparação e da idéia política predominante, dificilmente a Comissão Militar poderia recorrer, por exemplo, a outra opção, ou mesmo a uma forma de luta como a preconizada no documento da Guerra

Popular para os propagandistas armados. No entanto, agora o cam. J. reconhece que o principal erro da guerrilha consistiu em não ter dispersado seus grupos. Mas isto importa num erro de princípio e não de tática, secundário. O cam. J. viu-se obrigado também a concordar que era grande a quantidade de elementos combatentes em relação ao terreno e à massa (70 combatentes para uma área de 6.500 km² e de população rarefeita). E afirma que foi um erro tático (só tático?) manter forças concentradas numa área bem menor, ao invés de dispersá-las. Explica que isso ocorreu pela necessidade de consolidar o trabalho de massas em vista de o Exército poder voltar a qualquer momento. Era "indispensável ter o pessoal à mão". Tal concentração foi agravada pela decisão da CM de fundir os três destacamentos. Mesmo assim, não fica claro o verdadeiro sentido dessa premência em "consolidar o trabalho de massas".

Apesar dessas constatações e da derrota sofrida, o cam. J. dá como aceita a concepção que prevaleceu na luta do Araguaia. Pondera que devemos continuar trilhando-a. Sinceramente, discordo dessa opinião. Certamente, como já disse, a experiência do Araguaia tem aspectos de valor que devem ser sistematizados e aproveitados. O espírito de luta, heroísmo mesmo, o esforço para adaptar-se às condições do meio, a capacidade de resistência, precisam ser salientados e devidamente estimados, servem como exemplo. Nosso Partido sempre se orgulhará dessa luta, do sacrifício dos camaradas que lá tombaram, tentando abrir caminho para a vitória de nossa causa. Mas para determinar a validade de uma experiência isso apenas não basta. O fundamental, no caso concreto e como já ficou esclarecido em documentos relacionados com a guerra de guerrilhas, é a sobrevivência e o desenvolvimento da mesma. E isto depende antes de tudo da incorporação das massas à guerrilha, de estas fazerem sua a causa, a bandeira levantada pelos guerrilheiros. Nessa determinação devemos contar, naturalmente, com erros, com fracassos, com perdas terríveis. Em certa medida, as derrotas e os erros serão inevitáveis; mas poderemos sem dificuldades avaliar seu resultado político (e/ou sua sobrevivência) pelo nível de incorporação das massas, por seu apoio ativo à luta guerrilheira. Ora, exatamente é com essa dificuldade que nos deparamos ao tratar da experiência do Araguaia. O número de elementos de massas ganho para a

guerrilha foi insignificante, principalmente se se considera como um êxito formidável o tempo de duração da luta armada. Mesmo assim, não se soube trabalhar com esses elementos. Também a atividade política dos núcleos da ULDP não é esclarecida. Tudo leva a crer que a guerrilha se iniciou como um corpo a corpo dos comunistas contra as tropas da ditadura militar. E assim continuou quase todo o tempo. Aí reside, a meu ver, o maior erro, o mais negativo da experiência do Araguaia. Pois a conquista política das massas não pode ser efetuada só depois da formação do grupo guerrilheiro. Tampouco este deve ser constituído única e exclusivamente, mesmo que seja apenas no princípio, de comunistas. E não se diga que a orientação contida nos documentos e resoluções do Partido não seja cristalina a respeito. Tanto pela letra, como pelo espírito, os documentos partidários essencialmente dirigidos contra as teses pequeno-burguesas e foquistas, indicam, sem margem de dúvida, que: 1) a guerra popular é uma guerra de massas; 2) a guerrilha é uma forma de luta de massas; 3) para iniciá-la, "mesmo que a situação esteja madura, impõe-se que os combatentes tenham forjado sólidos vínculos com as massas"; 4) a preparação "pressupõe o trabalho político de massas"; 5) os três aspectos — trabalho político de massas, construção do Partido e luta armada — são inseparáveis na guerra popular; 6) o Partido, isto é, o político, é o predominante desses aspectos; 7) numa palavra, o trabalho militar é tarefa de todos os comunistas e não apenas de especialistas.

A experiência contrariou frontalmente essa orientação sobre a guerra popular. Sob o fundamento de que nas atuais condições brasileiras é impossível criar a base política antes de se forjar e acionar o dispositivo militar, o braço armado do povo; alegando-se impossibilidade de ganhar elementos de massa para a guerrilha antes de deflagar a luta armada e que, portanto, o núcleo guerrilheiro deve ser organizado de início só com comunistas, enveredou-se pelo caminho que levou aos resultados que estamos discutindo. A vida, porém, encarregou-se de mostrar que esse tipo de preparação, assim como a organização de grupos guerrilheiros só de comunistas, não permitirão sua sobrevivência nem seu desenvolvimento. Por mais conspirativa que venha a ser a preparação, o inimigo poderá descobri-la "antes da criança nascer"; por mais heroicamente que se comportem os combatentes comunistas, se estiverem isolados das

massas, sem seu apoio ativo, serão batidos; e por mais eficiente que seja a direção militar, com tal concepção será derrotada. Por isso, a orientação seguida no Araguaia tem de ser modificada em suas linhas essenciais.

Ao invés de se considerar que só será viável o trabalho de preparação à base dessa concepção, o certo é primeiro realizar o trabalho político, procurar, através de uma ação planificada, cuidadosa, paciente, clandestina, e tendo em conta o movimento camponês real, criar a base de massas necessária para desencadear a luta. Afirmar que esse trabalho, no momento atual, por causa do aumento de vigilância do inimigo, não é possível, me parece falso. Seria o mesmo que concluir ser o trabalho de massas em geral, bem como a construção do Partido, sob as condições da ditadura militar-fascista, também impraticável. Mas esta conclusão ninguém a aceita entre nós, por absurda.

Desse modo, considero que a preliminar a esclarecer, no sentido de se dar qualquer passo adiante e sério, na senda da preparação da luta armada, é a questão de se é ou não prioritária a formação da base política de massas.

Ainda não coloco o problema em si do movimento camponês, de efetivamente nos integrarmos nele, de partirmos da necessidade de seu desenvolvimento e ampliação na luta pela terra. Não, apenas dou ênfase à preliminar de que se impõe realizar com antecedência um certo trabalho político de massas, a organização de um mínimo de P. e a conquista de alguma influência de nossas palavras de ordem. Julgo esse ponto de vista, acusado de dogmático, o único capaz de corresponder à realidade atual e aos princípios da guerra popular, quer na concepção, quer no método. Aliás, qualquer grupo de elementos que tenha condições de primeiro constituir-se em destacamento armado, para depois ganhar as massas, com mais razão e facilidade poderá primeiro ganhar as massas e, no processo, organizar o destacamento armado. É o que ensina a sabedoria popular — quem pode o mais, pode o menos. Na verdade, essa é uma questão crucial: como ganhar as massas, convencê-las, a fim de que se armem e elevem o nível de suas ações revolucionárias? De qualquer forma, a missão dos comunistas é sempre, partindo dos interesses das massas e utilizando todas as formas de luta, levá-las a tomar seu destino nas próprias mãos. Ainda quando chegássemos a conflagrar e libertar algumas áreas, expandindo a luta armada, a tarefa dos agrupamentos guerrilheiros ou do Exército Popular por ventura enviados para áreas não-conflagradas é criar nelas base política através do trabalho entre as massas, de forma que elas decidam por si mesmas a constituição de destacamentos de autodefesa, de milícias, de guerrilhas, etc.; e tomem o Poder. Se procedermos de modo inverso, corremos o risco de cair no militarismo.

Por conseguinte, se procurarmos tirar ensinamentos da luta do Araguaia que sejam válidos, que nos ajudem a acelerar a preparação e o desencadeamento da luta armada, não devemos voltar ao passado oportunista de direita, de achar que as massas por si mesmas, espontaneamente, devam um dia pegar em armas e se defender da violência reacionária; nem adotar o princípio "esquerdista", blanquista, foquista, de que são os comunistas que devem pegar em armas em lugar das massas. Nosso dever primordial e urgente é o de continuar no esforço, nas tentativas de preparar o trabalho armado e o de levantamento das massas, até que a guerra popular se torne uma realidade, visto que não há outra alternativa para o povo brasileiro, que terá que pagar um preço alto para aprender a lutar e conquistar a liberdade. Os inimigos, bem como os oportunistas de todos os matizes, tratam de dissuadir as forças populares da busca desse caminho, tentando provar que o mesmo não terá sucesso. No entanto, os verdadeiros revolucionários, em particular os comunistas, estão cada vez mais convencidos de que esse caminho não é apenas viável, como também é o único capaz de tornar triunfante a causa democrática e antiimperialista. O que nos falta é saber tirar lições dos erros, realizar uma autocrítica corajosa, sem o que jamais conseguiremos transformar a derrota que sofremos na vitória tão ansiada.

Simultaneamente com esse processo autocrítico, é necessário elaborar um plano estratégico de trabalho nas regiões mais propícias (estas encaradas do ponto de vista político, militar e topográfico) e dar prioridade ao trabalho de massas e à construção do Partido. O plano de ação, naturalmente, deve ser levado adiante dentro da mais rigorosa clandestinidade. Mas a implantação de camaradas em determinadas áreas para formar dispositivos militares deve obedecer, em primeiro lugar, a critérios políticos; ou melhor, os mesmos precisam preocupar-se prioritariamente com os problemas políticos, possuir certa capacidade política. É evidente que se esses camaradas a isto

combinarem aptidões militares será excelente. Assim, ao mesmo tempo que desenvolvemos o trabalho político, de massas, cuidaremos da organização da infra-estrutura e do dispositivo militar.

Devo insistir em que a preparação da luta armada é tarefa de todo o Partido e não apenas de alguns especialistas. A ausência de organização do Partido, tanto dentro da área como em sua periferia, no sul do Pará foi mais que deficiência — constituiu-se num erro grave, de princípio. Não deve ser repetido. O Partido não atrapalha, antes facilita, promove, impulsiona, organiza, sustenta, dirige todo o processo. Não nega, ao contrário, pressupõe a necessidade de formar e multiplicar os quadros de todos os tipos, principalmente os militares, os especialistas. A existência do Partido nas áreas facilitará também a divisão das funções e a compartimentação das atividades, a justa combinação do trabalho legal com o ilegal, do aberto com o secreto. Em todos os casos e aspectos, os comunistas devem ser capazes de efetuar o trabalho clandestino, de profundidade, tanto político como militar.

É muito importante o trabalho militar propriamente dito. Devemos tomar medidas urgentes para planificar e sistematizar o estudo da arte militar. Neste terreno, cabe à Comissão Militar papel primordial. Ela deve evitar o erro, cometido no Araguaia, de se converter em comando operacional ou em comissão de determinada área, mesmo sendo a prioritária.

Embora preocupada com a preparação concreta e concentrando seus esforços em alguns pontos-chave, precisa orientar todas as organizações partidárias para a tarefa de preparação e controlá-las.

Camaradas.

Há toda uma série de questões relevantes a serem enfrentadas e resolvidas em relação com a preparação e a perspectiva da guerra popular. Não nego sua importância em estudá-los e debatê-los. Mas, enquanto não nos pusermos de acordo em alguns pontos básicos, dificilmente avançaremos. A experiência vem de provar o quanto nosso aprendizado custará em sacrifícios, o quanto nosso caminho será duro, prolongado. Mas, se quisermos ser fiéis ao povo e corresponder a seus anseios, não podemos desanimar.

Atualmente, a correlação entre os fatores favoráveis e os desfavoráveis continua a ser o fundamental no exame de nossa

preparação para o desencadeamento da luta armada. O inimigo ainda está forte (relativamente), adquiriu experiência, encontra-se sobressaltado, temeroso de que surjam novos desafios à sua prepotência, de que os conflitos no campo se alastrem, de que nas cidades ocorram explosões. Por outro lado, o povo brasileiro está mais disposto do que nunca a livrar-se da ditadura militar-fascista, busca meios e formas de sacudir o jugo de seus exploradores e opressores. Nosso Partido, sem embargo de ter sido duramente golpeado e sofrido sérias perdas, já não é o mesmo de 1972. Também ganhou experiência. Portanto, para transformar as presentes condições desfavoráveis, cumpre-nos persistir em nossa política de frente única, concentrar mais esforços para ganhar as grandes massas operárias e camponesas, revolucionarizar mais nossas fileiras, defender com firmeza nossa organização e acelerar a preparação militar. Tudo indica que os horizontes vão clareando para o povo brasileiro. A bandeira da luta armada que empunharam tão heroicamente e pela qual se sacrificaram os camaradas do Araguaia deve ser erguida ainda mais alto. Se conseguirmos de fato nos ligar às grandes massas do campo e das cidades e ganhá-las para a orientação do Partido, não importa qual seja a ferocidade do inimigo, com toda certeza a vitória será nossa.

Memória

Nº 2

Pomar e Arroyo

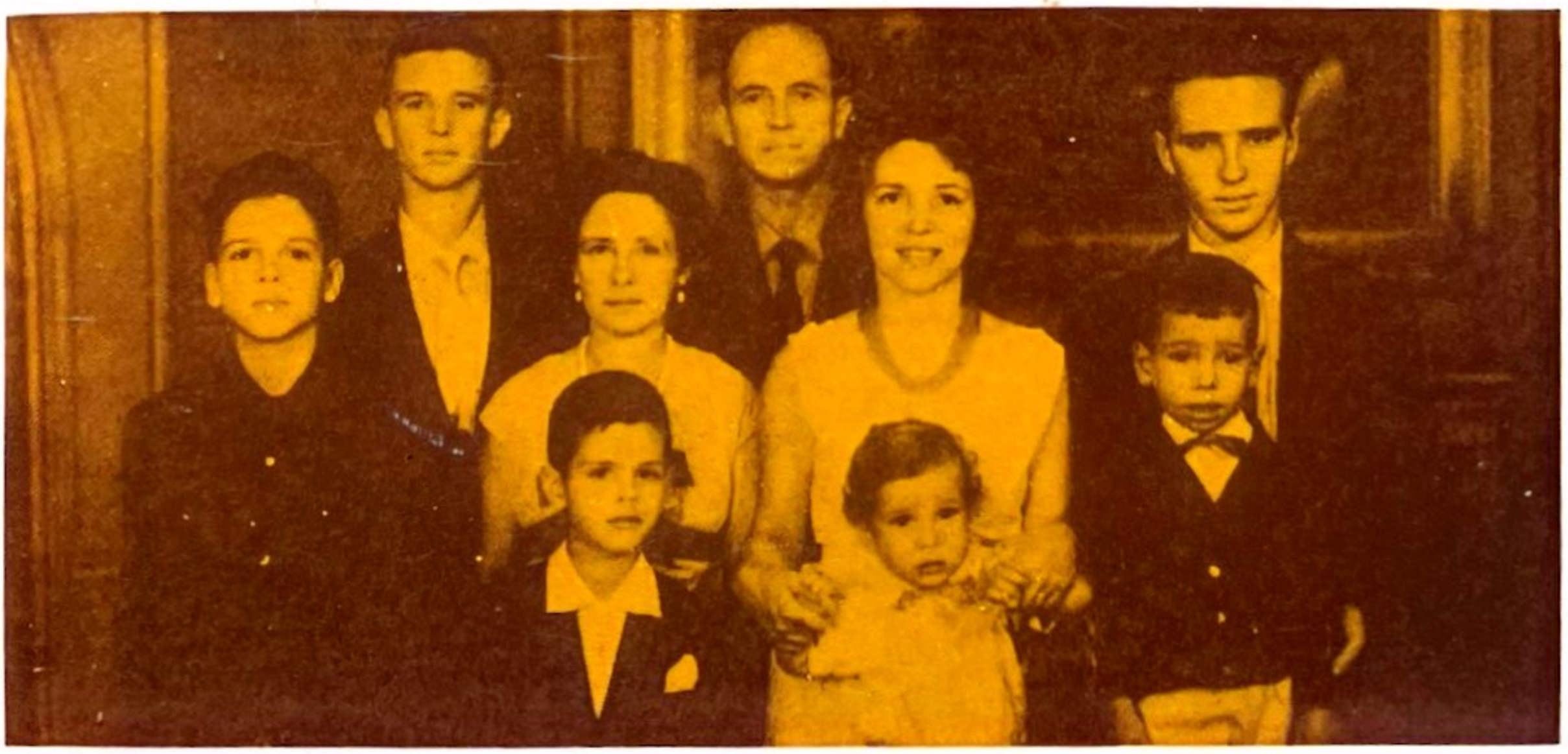
A casa da rua Pio XI, n.º 767, na Lapa (SP), onde ocorreu a chacina de Pedro Pomar e Angelo Arroyo.

Pedro Pomar
A vida de um comunista

Durante toda sua vida, Pedro Pomar não só buscou a Verdade, como procurou ser coerente com ela. Considerava-a a "coisa mais importante e mais bela da vida" e, para ele, só a classe operária e os revolucionários são capazes de persegui-la sem temor, "por mais dura e desagradável que ela seja."

Câmara dos Deputados, em 1948 no Rio de Janeiro.

Pedro Pomar, sua mulher Catharina e seu primeiro neto (com 5 meses) Pedro Estevam. Dezembro de 1957



A família em 1960. Eduardo (2.° filho), Pedro Pomar, Joran (3.° filho), Catharina (esposa), Rachel (nora), Wladimir (filho mais velho), Carlos (filho caçula), Vladimir (2.° neto). Pedro Estevam (1.° neto).